

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**JUDIT HERRERA ORTUÑO**

**PRÁTICAS, MATERIALIDADES E FEMINISMOS EM DEVIR:  
RETERRITORIALIZAÇÃO NO CASO DA REDE XIQUE XIQUE DE  
COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA**

**Porto Alegre**

**2021**

**JUDIT HERRERA ORTUÑO**

**PRÁTICAS, MATERIALIDADES E FEMINISMOS EM DEVIR:  
RETERRITORIALIZAÇÃO NO CASO DA REDE XIQUE XIQUE DE  
COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Flávia Charão Marques

**Porto Alegre**

**2021**

### CIP - Catalogação na Publicação

Herrera-Ortuño, Judit  
PRÁTICAS, MATERIALIDADES E FEMINISMOS EM DEVIR:  
RETERRITORIALIZAÇÃO NO CASO DA REDE XIQUE XIQUE DE  
COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA / Judit Herrera-Ortuño. --  
2021.  
236 f.  
Orientadora: Flávia Charão-Marques.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,  
Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Des/re-territorialização. 2. Práticas situadas.  
3. Feminismos neomaterialistas. 4. Ensamblagens. I.  
Charão-Marques, Flávia, orient. II. Título.

**JUDIT HERRERA ORTUÑO**

**PRÁTICAS, MATERIALIDADES E FEMINISMOS EM DEVIR:  
RETERRITORIALIZAÇÃO NO CASO DA REDE XIQUE XIQUE DE  
COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 19 de fevereiro de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Flávia Charão Marques – Orientadora  
PGDR/Agronomia/UFRGS

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Dalva Maria da Mota  
Embrapa Amazônia Oriental/INEAF/UFPA

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Rita de Cássia Maciazeki-Gomes  
FURG

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Rumi Regina Kubo  
PGDR/DERI/UFRGS

A mi madre y mi abuela.

## AGRADECIMENTOS

Esta tese é fruto de uma trajetória de muitas trocas e encontros. É na relação com outras e outros, com o mundo, que emerge a potência de criar. Agradeço, aqui, as pessoas que contribuíram de alguma forma, nesta caminhada.

Quero começar agradecendo as duas mulheres que marcaram, de forma mais profunda, minha vida e meu estar no mundo: minha mãe, parceira incansável, por me ensinar a perseverança e a coragem de viver no mundo, e minha avó, por me mostrar como sentir o cheiro de terra molhada e o silêncio do vento.

Agradeço profundamente às mulheres da Rede Xique Xique que me acolheram em suas casas, que abriram seus corações e compartilharam suas histórias, com as quais aprendi sobre a multiplicidade de atravessamentos que compõem a vida das mulheres rurais no oeste potiguar. Meu agradecimento especial, com toda sinceridade, para a Tatiana, Navegantes e Neneide, mulheres inspiradoras e lutadoras incansáveis. Agradeço também à Ivonete, Adriano, Rosângela, Maria, Lulu, Neguinha, Neta, Ceição, Luiza, Zé Maria, Didi, Dêde, às irmãs de Navegantes, Novinho, Jean, Francisca, Pepeca, Ivonilda, Ana, Amanda, Bibia, Giordano, Conceição, Lisiane, e tantas outras que contribuíram com esta pesquisa.

Sinto um profundo agradecimento pelo acolhimento de Iale e sua família em Mossoró, possibilitando um porto seguro na cidade e um espaço de confiança e muita troca. Agradeço de coração à minha colega Jhose por me convidar a fazer parte de sua família em Mossoró.

Sou grata ao Gerard por ser meu supervisor no doutorado sanduíche em Wageningen e abrir as portas de sua casa. Também à Chizu, por me acolher na WUR, pelas trocas sobre os estudos feministas e por suas contribuições com esta pesquisa. Ao Alberto, por ser um grande inspirador, pelas provocações acadêmicas, e pelo acolhimento em sua casa, em Wageningen.

Agradeço, de forma muito especial, a minha orientadora Flávia, por embarcar junto comigo nessa longa caminhada, já desde a época do mestrado. Por me fazer sair, constantemente, de minha zona de conforto, motivando a desconstrução permanente.

Aos meus colegas do grupo de pesquisa GRIST, que tem acompanhado o andamento da pesquisa: à Jaque, Luna, Cecy, Lucas, Tanise, Juan, Larissa, Johana e Luis. Nossos encontros e trocas têm sido fonte de inspiração.

Agradeço também às colegas e professoras do ASSSAN CR, que tem contribuído com meu fazer-pensar, ampliando o olhar acadêmico para além dos muros da universidade. Em especial à Gabriela, Rumi, Tatiana, Andressa, Jaque S., Andréia, Loyvana, Carol, Camila, Carima, Jeidi, Leticia, Miriam.

Às companheiras e professoras que têm compartilhado, além de amizade, estudos e reflexões sobre ‘mulheres e ruralidades’: à Rita, Ana Carolina, Fabiana, Luymara e Tamara. A meus colegas de doutorado, pelas aprendizagens conjuntas, pelos longos debates e pela parceria.

Aos meus amigos e amigas, especialmente à minhas *hermanas* Kati e Daia, e os *hermanos*, Pedro e Everson. Grata pelo apoio constante, pela confiança, pelas comidas e risadas, por deixar a vida mais leve. À minhas amigas de vida: Anna, Núria, Rosa, Noemi e Mar. Agradeço por me apoiarem e incentivarem sempre, a pesar da distância. Ao Alexandre, Pedro e Rafa, pelo carinho compartilhado. À Elisa, pelas trocas e palavras cotidianas de apoio. À Cesca e o seu grupo, por me lembrar de estar ‘presente’.

Enfim, agradeço à equipe de professoras e professores do PGDR, com quem tenho aprendido constantemente e que me servem de inspiração. Sinto-me muito afortunada por ter tido a oportunidade de conviver neste espaço que, para além do acadêmico, constrói relações humanas. Ao PGDR, pelo espaço que me acolheu como uma família, onde me sinto *em casa*. À Dani e à Macarena, não só pelo apoio administrativo, sempre excelente, mas pela amizade e confiança. Ao PLAGEDER, por potencializar a atuação docente em desenvolvimento rural, e especialmente às/aos estudantes com quem trabalhei e aprendi.

Finalmente, agradeço os recursos públicos que têm possibilitado o desenvolvimento desta pesquisa e dos projetos associados, particularmente ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

À Pachamama.

*Se ha pensado siempre que el cuidado, el alimento, son las cosas del mundo privado, son las cosas de las mujeres y que las mujeres debían salir de eso, salir al mercado del trabajo [...] eso es un feminismo de la modernidad. Pero hoy en día, procurar el alimento tiene implicaciones cósmicas. Cuidar de la salud, del cuerpo y de la vida, son cosas de una implicación política mucho más grande, a través de este nexo con el tema de la Madre Tierra. Una política de los afectos y del cuidado es hoy una forma de hacer política, es un llamado universal a repolitizar la vida cotidiana.*

(Silvia Rivera Cusicanqui, em entrevista a *Redacción La Tinta*, 27/02/2018).



## RESUMO

A integração da região oeste do Rio Grande do Norte aos mercados nacionais e internacionais de alimentação e energia a partir dos anos 1960 provocou profundas transformações sociotécnicas, econômicas, socioambientais e políticas, desencadeando processos de desterritorialização dos mundos de vida na região. Partindo de uma crítica da visão linear e homogênea de desenvolvimento, esta tese analisa processos de des/re-territorialização dos mundos de vida de mulheres rurais associadas à Rede Xique Xique de Comercialização Solidária, na região oeste potiguar. A Rede é uma entidade que articula grupos de produção de alimentos de base ecológica e artesanato, protagonizados por agricultoras, marisqueiras, apicultoras e artesãs, para viabilizar a comercialização de seus produtos. Por meio de uma etnografia multissituada, e mobilizando a abordagem das neomaterialidades nos estudos feministas contemporâneos, a pesquisa objetivou compreender como as mulheres da Rede Xique Xique constroem processos de reterritorialização de seus mundos de vida através das relações sociomateriais que estabelecem em suas práticas situadas e cotidianas. A pesquisa seguiu a trajetória de vida de três mulheres, coordenadoras da Rede e lideranças de grupos produtivos em suas comunidades, como forma de entrada para a análise da auto-organização e das práticas desses grupos em suas singularidades. O trabalho apresenta os resultados da etnografia realizada junto aos grupos da Rede liderados pelas três mulheres: a Associação das Mulheres Pescadoras e Artesãs do Município de Grossos, na praia de Pernambuco (Grossos); o Gold da Paz e os grupos de produção de mel e polpas de frutas no assentamento Mulunguzinho (Mossoró); e o Grupo de Mulheres Lagoa de Salsa (Tibau). Os resultados da pesquisa apontam para a agência das mulheres e a ampliação de seus espaços de manobra nos processos de implementação de projetos de desenvolvimento, particularmente com ênfase em gênero. Percebe-se que as mulheres desses grupos mobilizam uma mescla de estratégias, readaptando, entretecendo e criando novos arranjos, conforme suas necessidades, possibilidades e contingências. A tese evidencia, por último, como os agenciamentos sociomateriais, acionados no entrelaçamento entre mulheres e materialidades em suas práticas situadas, compõem ensamblagens que mobilizam processos de reterritorialização dos mundos de vida no oeste potiguar, consolidando novos territórios de existência, em devir.

**Palavras-chave:** Des/re-territorialização. Práticas situadas. Feminismos neomaterialistas. Ensamblagens.

## RESUMEN

La integración de la región oeste de Rio Grande do Norte a los mercados nacionales e internacionales de alimentos y energía a partir de la década de 1960 provocó profundas transformaciones socio-técnicas, económicas, socioambientales y políticas, desencadenando procesos de desterritorialización de los mundos de la vida en la región. Partiendo de una crítica a la visión lineal y homogénea del desarrollo, esta tesis analiza los procesos de des/re-territorialización de los mundos de vida de mujeres rurales asociadas a la Rede Xique Xique de Comercialização Solidária, en la región oeste potiguar. La Red es una entidad que articula grupos de producción de alimentos de base ecológica y artesanías, liderados por agricultoras, marisqueras, apicultoras y artesanas, para posibilitar la comercialización de sus productos. A través de una etnografía multisituada, y movilizándolo el abordaje de las neomaterialidades en los estudios feministas contemporáneos, la investigación tuvo como objetivo comprender cómo las mujeres de la Red Xique Xique construyen procesos de reterritorialización de sus mundos de vida a través de las relaciones sociomateriales que establecen en sus prácticas situadas y cotidianas. La investigación siguió la trayectoria de vida de tres mujeres, coordinadoras de la Red y líderes de grupos productivos en sus comunidades, como una forma de analizar la autoorganización y las prácticas de estos grupos en sus singularidades. El trabajo presenta los resultados de la etnografía realizada con los grupos de la Red liderados por las tres mujeres: la Asociación de Mujeres Pescadoras y Artesanas del Municipio de Grossos, en la playa de Pernambuco (Grossos); Gold da Paz y grupos productores de miel y pulpas de frutas en el asentamiento Mulunguzinho (Mossoró); y el Grupo de Mujeres Lagoa de Salsa (Tibau). Los resultados de la investigación muestran la agencia de las mujeres y la ampliación de sus espacios de maniobra en los procesos de implementación de proyectos de desarrollo, particularmente con énfasis en género. Se percibe que las mujeres de estos grupos movilizan una mezcla de estrategias, readaptando, entretejiendo y creando nuevas configuraciones, de acuerdo a sus necesidades, posibilidades y contingencias. La tesis evidencia, finalmente, cómo las agencias sociomateriales, activadas en el entrelazamiento de mujeres y materialidades en sus prácticas situadas, componen ensamblajes que movilizan procesos de reterritorialización de los mundos de la vida en el oeste potiguar, consolidando nuevos territorios de existencia, en devenir.

**Palabras-clave:** Des/re-territorialización. Prácticas situadas. Ensamblajes. Feminismos neomaterialistas.

## ABSTRACT

The integration of the western region of Rio Grande do Norte with the national and international food and energy markets from the 1960s brought about profound socio-technical, economic, socio-environmental and political transformations, triggering processes of deterritorialization of the worlds of life in the region. Based on a critique of the linear and homogeneous vision of development, this thesis analyses processes of de/re-territorialization of the life worlds of rural women associated with the Rede Xique Xique de Comercialização Solidária, in the *potiguar* western region. The Rede is an entity that articulates groups of production of ecologically based food and handicrafts, led by farmers, shellfish gatherers, beekeepers and artisans, almost women, to enable the commercialization of their products. Through a multisituated ethnography, and mobilizing the approach of neomaterialities in contemporary feminist studies, the research aimed to understand how the women of the Rede Xique Xique build processes of reterritorialization of their worlds of life through the sociomaterial relations that they establish in their situated and everyday practices. The research followed the life trajectory of three women, coordinators of the Network and leaders of productive groups in their communities, as a way of analysing the self-organization and practices of these groups in their singularities. The work presents the results of the ethnography carried out with the Rede groups led by the three women: Associação de Mulheres Pescadoras e Artesãs do Município de Grossos, on the beach of Pernambuco (Grossos); Gold da Paz and honey production groups and fruit pulps in the Mulunguzinho settlement (Mossoró); and the Lagoa de Salsa Women Group (Tibau). The survey results point to the agency of women and the expansion of their spaces for manoeuvre in the processes of implementing development projects, particularly with an emphasis on gender. It is noticed that women of these groups mobilize a mixture of strategies, readapting, entertaining and creating new arrangements, according to their needs, possibilities and contingencies. The thesis evidences, finally, how the sociomaterial agency, activated in the intertwining between women and materialities in their situated practices, compose assemblages that mobilize processes of reterritorialization of the worlds of life in the *potiguar* western region, consolidating new territories of existence, in becoming.

**Keywords:** Des/re-territorialization. Situated practices. Assemblages. Neomaterialist feminisms.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Delimitação do semiárido brasileiro .....	25
Figura 2 - Cisterna do P1+2 no quintal da Neguinha, agricultora e apicultora do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer (Mossoró) .....	29
Figura 3 - Quintais agroecológicos e grupo produtivo de mulheres da Rede Xique Xique .....	34
Figura 4 - Cartografia da Rede Xique Xique: distribuição dos núcleos municipais (RN) .....	35
Figura 5 - Banner de apresentação do fluxograma da Rede Xique Xique .....	36
Figura 6 - Alimentos produzidos, beneficiados e comercializados pelos grupos de mulheres da Rede Xique Xique .....	37
Figura 7 - Feiras locais e espaços de comercialização da Rede Xique Xique.....	38
Figura 8 - Mulheres da Rede Xique Xique em marchas, encontros e formações junto a entidades feministas parceiras .....	41
Figura 9 - Municípios de Tibau, Grossos e Areia Branca; praias de Grossos (RN).....	94
Figura 10 - Mapa da localização das Salinas Artesanais do Córrego (Grossos) e Salinas Miramar (Areia Branca) .....	96
Figura 11 - Bomba a motor (a) e cata-vento (b) nas Salinas do Córrego (Grossos) .....	97
Figura 12 - Tanques para evaporação da água do mar nas Salinas do Córrego (Grossos).....	98
Figura 13 - Embarcações de pesca artesanal na praia de Pernambuquinho (Grossos).....	99
Figura 14 - Rede de tarrafa utilizada por pescadores artesanais na praia de Pernambuquinho (Grossos).....	100
Figura 15 - Covo ou manzuá utilizado para a pesca da lagosta na litoral de Grossos.....	101
Figura 16 - Sede da Associação das Mulheres Pescadoras e Artesãs do Município de Grossos .....	107
Figura 17 - Cata (a) e beneficiamento (b) de marisco pelas mulheres da AMPAG (Grossos) .....	108
Figura 18 - Artesanatos de renda (a) (c) e à base de conchas de mariscos (b) elaborados pelas marisqueiras da AMPAG (Grossos) .....	108
Figura 19 - Marisqueiras da AMPAG participando de encontros e trocas de experiências ...	109
Figura 20 - Navegantes recebendo o prêmio da AMPAG pela Fundação Banco do Brasil em 2015 .....	110
Figura 21 - Zé Maria carregando os apetrechos para a cata de búzio amarrados na bicicleta na praia de Pernambuquinho (Grossos) .....	116

Figura 22 - Práticas de localização dos bancos de búzios pela marisqueira Didi, na praia de Alagamar (Grossos).....	117
Figura 23 - Navegantes catando búzio manualmente na praia de Pernambuco (Grossos) .....	118
Figura 24 - Zé Maria catando búzio de pá na praia de Pernambuco (Grossos) .....	119
Figura 25 - Carregamento do marisco extraído em sacos na praia de Pernambuco (Grossos).....	120
Figura 26 - Lavagem dos mariscos com água direta do poço antes do pré-cozimento .....	121
Figura 27 - Pré-cozimento em fogo de chão (a) (b) (c) e esfriamento dos mariscos abertos (d) .....	122
Figura 28 - Descasque dos búzios manualmente, em família.....	123
Figura 29 - Limpeza do marisco descascado.....	124
Figura 30 - Embalagem (a) (c), pesagem (d) e fechamento com seladora (b) dos saquinhos de marisco na sede da AMPG (Grossos).....	124
Figura 31 - Armazenamento e conservação de marisco em congelador na sede da AMPG (Grossos).....	125
Figura 32 - Conchas de marisco no chão do quintal da casa de Navegantes (a) e pilha de conchas na sede da AMPG (b) .....	126
Figura 33 - Arroz com marisco (a) e ensopado de marisco (b) preparados por Navegantes..	128
Figura 34 - Localização do assentamento Mulunguzinho no município de Mossoró (RN)...	132
Figura 35 - Fotografia atual da área que acolheu a horta coletiva das mulheres no assentamento Mulunguzinho (Mossoró) .....	138
Figura 36 - Mulheres organizadas (a) e trabalho coletivo com os produtos da horta (b) no assentamento Mulunguzinho (Mossoró) .....	139
Figura 37 - Mel (a) (c) e favos (b) produzidos pelas mulheres de Mulunguzinho e comercializados pela Rede Xique Xique (Mossoró) .....	146
Figura 38 - Espaço da Casa do Mel para estoque das caixas de abelha no assentamento Mulunguzinho (Mossoró).....	147
Figura 39 - Grupo de Mulheres Decididas a Vencer fazendo a colheita e o beneficiamento de mel no assentamento Mulunguzinho (Mossoró) .....	147
Figura 40 - Caixas de abelha no lote (a) e produção de mel de jandaíra no quintal (b) de dona Maria, em Mulunguzinho (Mossoró) .....	148
Figura 41 - Criação do grupo Gold da Paz no assentamento Mulunguzinho (Mossoró) .....	150

Figura 42 - Grupo Gold da Paz do assentamento Mulunguzinho reunido em assembleia (Mossoró) .....	150
Figura 43 - As três caixinhas do microcrédito comunitário do Gold da Paz de Mulunguzinho (Mossoró) .....	151
Figura 44 - Anotações de assembleia (a) (b) e cadernetas de poupança (c) (d) do grupo Gold da Paz de Mulunguzinho (Mossoró).....	152
Figura 45 - Congeladores (a), panela (b), deslpolpadeira (c) e balança (d) para o processamento de polpa de fruta na casa da Ivonete em Mulunguzinho (Mossoró).....	155
Figura 46 - Processamento de polpa na unidade familiar da Ivonete no assentamento Mulunguzinho (Mossoró).....	155
Figura 47 - Carro de Toninha e Neguinha usado para a comercialização de polpas de fruta na cidade de Mossoró .....	156
Figura 48 - Polpa processada e armazenada nos congeladores da Maria e da Rosângela no assentamento Mulunguzinho (Mossoró) .....	157
Figura 49 - Polpas de fruta estocadas para a comercialização na sede da Rede Xique Xique (Mossoró) .....	158
Figura 50 - Animais de pequeno porte nos quintais no assentamento Mulunguzinho (Mossoró) .....	160
Figura 51 - Temperos e hortaliças cultivadas pelas mulheres nos quintais do assentamento Mulunguzinho (Mossoró).....	161
Figura 52 - Árvores de fruta nos quintais de Mulunguzinho (Mossoró).....	162
Figura 53 - Coco da Bibia ralado (a), em pedaços (a) e inteiro (b); bananas e mamão de Mulunguzinho (c) comercializadas na Rede Xique Xique (Mossoró) .....	163
Figura 54 - Fruta do caju verde (a) e madura (b) nos quintais de Mulunguzinho. Comercialização de caju (c) e mel de caju (d) na feira da Rede Xique Xique (Mossoró) .....	164
Figura 55 - Processamento artesanal da castanha-de-caju pela família da Ivonete no assentamento Mulunguzinho (Mossoró) .....	165
Figura 56 - Mutirão na família da Ivonete para descascar as castanhas-de-caju (a) (b); máquina de descascar (c) e pilha de cascas (d) da Rosângela em Mulunguzinho (Mossoró) .....	166
Figura 57 - Máquina seladora (a) e comercialização na Rede Xique Xique (b) de castanha-de-caju torrada artesanalmente pela Rosângela de Mulunguzinho (Mossoró).....	167
Figura 58 - Plantas medicinais do quintal da Rosângela em Mulunguzinho (Mossoró).....	167
Figura 59 - Cisternas enxurrada nos quintais de Mulunguzinho (Mossoró) .....	168
Figura 60 - Localização da comunidade Lagoa de Salsa no município de Tibau (RN) .....	172

Figura 61 - Aerogeradores de energia eólica (Tibau).....	175
Figura 62 - Protesto com fechamento da rodovia RN-013 pelas comunidades Lagoa de Salsa e Vila Nova (Tibau).....	178
Figura 63 - Tatiana na pesca (a) e no processamento de pescado (b); sede da Cootipesca (Tibau).....	183
Figura 64 - Cartaz de divulgação da campanha de alimentação escolar (a); pescadoras artesanais da Cootipesca (b) (Tibau) .....	185
Figura 65 - Tatiana falando no microfone no Encontro de Saberes da Chapada do Apodi (a) e na Conferência Municipal de Assistência Social na Câmara dos Vereadores de Tibau (b)...	186
Figura 66 - Tatiana trabalhando na Feicoop (Santa Maria/RS) (a); na feira do IFRN (b) e na sede da Rede Xique Xique (c) (d) (Mossoró/RN) .....	187
Figura 67 - Feira com alimentos expostos (a) e cesta de pedidos (b) na sede da Rede Xique Xique (Mossoró).....	189
Figura 68 - Horta (a) (b), biofertilizante (c) (d), árvore frutífera (e) e planta medicinal no quintal da Rita, em Lagoa de Salsa (Tibau).....	191
Figura 69 - Antiga horta da Rita com capim plantado (a); nova horta com macaxeira (b), coentro(c) e árvores frutíferas (d) em Lagoa de Salsa (Tibau).....	192
Figura 70 - Plantas ornamentais na casa da Rita em Lagoa de Salsa (Tibau).....	192
Figura 71 - Batata doce (a), macaxeira (b) e mamão(c) de Lagoa de Salsa, comercializados na feira da Rede Xique Xique (Mossoró); graviola (d) do quintal da Marta (Tibau) .....	193
Figura 72 - Marta e Chico com a tela (a) e pintos (b) do projeto Mulheres em Rede. Galinheiro (c), milho e macaxeira cercados (d) no quintal da Marta em Lagoa de Salsa (Tibau) .....	194
Figura 73 - Criação de animais no lote da Tatiana e do Novinho em Lagoa de Salsa (Tibau) .....	195
Figura 74 - Separação da polpa de caju (a) e castanha-de-caju seca ao sol (b) (c). Coqueiro (d), forrageira (e) e restos de coco (f) no lote da Tatiana e do Novinho (Tibau) .....	196
Figura 75 - Cercas de galhos e materiais reutilizados no lote da Tatiana e do Novinho, em Lagoa de Salsa (Tibau).....	197
Figura 76 - Plantação de milho (colhido e seco) (a) no lote da Tatiana e do Novinho; milho para os animais (b); milho e feijão selecionado para o consumo da família (Tibau) .....	198
Figura 77 - Sistema de dessalinização (a) (b) e cisterna de reuso de água cinza (c) (d) .....	199
Figura 78 - Logotipo da RESF (a); Tatiana e Neneide no primeiro desfile de confecções da RESF (b) (c) na 26ª Feicoop (Santa Maria/RS).....	200

Figura 79 - Sede da ASMALS em Lagoa de Salsa (a); Francisca de Vila Nova e sua renda de labirinto (b); antiga sede de artesanato das mulheres de Vila Nova (Tibau).....	202
Figura 80 - Mobilizações das mulheres de Lagoa de Salsa e Vila Nova no Dia Internacional da Mulher (2014-2018) (Tibau).....	203



## LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

AACC	Associação de Apoio a Comunidade do Campo
AMPAG	Associação das Mulheres Pescadoras e Artesãs do Município de Grossos
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ANDE	Agência Nacional de Desenvolvimento Microempresarial
APT	Associação de Parceiros e Parceiras da Terra
ASA Brasil	Articulação no Semiárido Brasileiro
ASMALS	Associação das Mulheres Artesãs de Lagoa de Salsa
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAERN	Companhia de águas e Esgotos do Rio Grande do Norte
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBA	Congressos Brasileiros de Agroecologia
CF8	Centro Feminista 8 de Março
CIDA	Agência Canadense de Cooperação Internacional
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais
COOAFAM	Cooperativa das Agricultoras e Agricultores Familiares do Assentamento Mulunguzinho
COOAFARN	Cooperativa Central da Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte
COOPAPI	Cooperativa Potiguar de Apicultura e Desenvolvimento Rural Sustentável
Coopervida	Cooperativa de Assessoria e Serviços Múltiplos ao Desenvolvimento Rural
COOPERXIQUE	Cooperativa de Comercialização Solidária Xique Xique
Cootipesca	Cooperativa Tibauense de Pescado
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DPMR	Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
ENAs	Encontros Nacionais de Agroecologia
FAO/DCC	Programa de Desenvolvimento de Comunidades Costeiras
FASE	Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional

FBB	Fundação Banco do Brasil
Feicoop	Feira Internacional de Cooperativismo
FETARN	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPES	Fórum Potiguar de Economia Solidária
Gold	Grupo de Oportunidades Locais e Desenvolvimento
GRIST	Grupo de Pesquisa Inovação, Sociedade e Eco-Territorialidades
GT Mulheres	Grupo de Trabalho de Mulheres
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFRN	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IOCS	Inspetoria de Obras Contra as Secas
MAÍSA	Mossoró Agroindústria S.A
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MMM	Marcha Mundial de Mulheres
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MOC	Movimento de Organização Comunitária
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MST	Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ODM	Objetivos do Desenvolvimento do Milênio
ONG	Organização não governamental
ONU Mulheres	Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres
OPAC	Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade
P1+2	Programa Uma Terra e Duas Águas
P1MC	Programa Um Milhão de Cisternas
PA	Projetos de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAD	Programa Água Doce
PAIS	Projeto Agroecológico Integrado Sustentável

PATAC	Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas à Comunidades
PDSE	Programa Doutorado Sanduíche no Exterior
PECAFES	Programa Estadual de Compras da Agricultura Familiar e Economia Solidária
PGDR	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PROINFA	Programa de Incentivo às Fontes Alternativas
PT	Partido dos Trabalhadores
Rede ComSol	Rede Brasileira de Comercialização Solidária
RESF	Rede de Economia Solidária e Feminista
RN	Rio Grande do Norte
RS	Rio Grande do Sul
SDC	<i>Sociology of Development and Change</i>
SEADRU	Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural
SEARA	Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Apoio à Reforma Agrária do Rio Grande do Norte
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDRAF	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidaria
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SETHAS	Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social
SIM	Serviço de Inspeção Municipal
SPM-PR	Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
STTR	Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TJ/RN	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte
UE	União Europeia
UERN	Universidade Estadual do Rio Grande do Norte
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-árido
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
WASS	<i>Wageningen School of Social Science</i>
WED	<i>Women, Environment, Development</i>
WUR	<i>Wageningen University &amp; Research</i>

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUZINDO A PESQUISA .....</b>	<b>21</b>
1.1	DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS MUNDOS DE VIDA NO OESTE POTIGUAR: TRAÇANDO O PROBLEMA .....	24
1.1.1	<b>Combate à seca ou convivência com o semiárido? .....</b>	<b>27</b>
1.1.2	<b>Agroecologia e o surgimento da Rede Xique Xique .....</b>	<b>30</b>
1.1.3	<b>A Rede Xique Xique, identidade feminista.....</b>	<b>39</b>
1.1.4	<b>Emaranhando parcerias.....</b>	<b>43</b>
1.1.5	<b>Das armadilhas de gênero à potência das alianças com a materialidade .....</b>	<b>45</b>
1.2	QUESTÕES E OBJETIVOS DA PESQUISA .....	49
1.2.1	<b>Objetivo geral.....</b>	<b>49</b>
1.2.2	<b>Objetivos específicos .....</b>	<b>49</b>
1.3	PERCURSO METODOLÓGICO: TRAÇANDO OS CONTORNOS DA PESQUISA.. .....	50
1.3.1	<b>Escolha pela Rede Xique Xique de Comercialização Solidária: uma etnografia multissituada .....</b>	<b>53</b>
1.3.2	<b>Traçando a entrada da pesquisa: trajetórias de vida.....</b>	<b>55</b>
1.3.3	<b>Procedimentos metodológicos.....</b>	<b>58</b>
1.4	ORGANIZAÇÃO DA TESE.....	59
<b>2</b>	<b>PERCURSO CARTOGRÁFICO EM DEVIR DOS FEMINISMOS .....</b>	<b>61</b>
2.1	BRUXAS, ‘ANIMAIS ERRANTES’ E AS PRIMEIRAS FEMINISTAS LIBERAIS	62
2.2	“O PESSOAL É POLÍTICO”: PATRIARCADO E OS FEMINISMOS DA DIFERENÇA .....	66
2.3	A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E AS FEMINISTAS SOCIALISTAS .....	71
2.4	“MAS EU NÃO SOU UMA MULHER?”: INTERSECCIONALIDADE E O FEMINISMO NEGRO .....	73
2.5	HETERONORMATIVIDADE E AS FEMINISTAS LÉSBICAS.....	76
2.6	DESCOLONIZANDO CORPOS, MENTES E SEXUALIDADE: AS FEMINISTAS PÓS-COLONIAIS .....	77
2.7	ROMPENDO FRONTEIRAS BINÁRIAS: DIÁSPORAS E VIDA ENTRE- LUGARES .....	79
2.8	CONSUBSTANCIALIDADE E O PODER À <i>FOUCAULTIANA</i> .....	81

2.9	CORPO COMO DISCURSO: DESCONSTRUINDO O SUJEITO DOS FEMINISMOS.....	82
2.10	RETOMANDO A VITALIDADE DA MATÉRIA: FEMINISMOS NEOMATERIALISTAS .....	87
2.11	ENTRELAÇANDO FEMINISMOS NEOMATERIALISTAS E ESTUDOS DO DESENVOLVIMENTO: CONTRIBUIÇÕES PARA A PESQUISA .....	90
<b>3</b>	<b>“AQUI É SÓ SAL OU PEIXE”: A NAVEGANTES E OS BÚZIOS NA PRAIA DE PERNAMBUQUINHO .....</b>	<b>93</b>
3.1	A PRAIA DE PERNAMBUQUINHO .....	93
3.2	O SAL E A VIDA NAS SALINAS.....	95
3.3	VIDA NO MAR: O PEIXE E A LAGOSTA .....	98
3.4	O BÚZIO E A MARÉ .....	103
3.5	AS MARISQUEIRAS E A ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES PESCADORAS E ARTESÃS DO MUNICÍPIO DE GROSSOS .....	105
3.6	A FAMÍLIA DE NAVEGANTES.....	112
3.7	A PRÁTICA DA MARISCAGEM .....	114
<b>3.7.1</b>	<b>Começa a cata do búzio.....</b>	<b>115</b>
<b>3.7.2</b>	<b>Beneficiamento: desafios feitos de conchas e mariscos.....</b>	<b>120</b>
3.8	ENTRETECENDO REFLEXÕES ANALÍTICAS .....	128
<b>4</b>	<b>NENEIDE, A AUTO-ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES E OS QUINTAIS PRODUTIVOS DE MULUNGUZINHO.....</b>	<b>131</b>
4.1	MOSSORÓ, TERRA DE LIBERDADE? .....	131
4.2	“A TERRA DO SOL, DO SAL E DO PETRÓLEO” .....	133
4.3	REFORMA AGRÁRIA POTIGUAR E O ASSENTAMENTO MULUNGUZINHO..	134
4.4	O GRUPO DE MULHERES DA HORTA COLETIVA DE MULUNGUZINHO ...	136
4.5	HISTÓRIAS COSTURADAS: A NENEIDE, O GRUPO DA HORTA E O NASCIMENTO DA REDE XIQUE XIQUE .....	140
4.6	O FIM DA HORTA COLETIVA: ROUBOS NO ASSENTAMENTO .....	142
4.7	PRÁTICAS DE RETERRITORIALIZAÇÃO: A AUTO-ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES E OS QUINTAIS PRODUTIVOS .....	145
<b>4.7.1</b>	<b>O grupo do mel.....</b>	<b>145</b>
<b>4.7.2</b>	<b>O grupo Gold da Paz .....</b>	<b>148</b>
<b>4.7.3</b>	<b>As polpas de fruta, um potencial para a auto-organização .....</b>	<b>154</b>

4.7.4	Os quintais produtivos .....	159
4.8	APONTANDO CONSIDERAÇÕES ANALÍTICAS .....	169
5	<b>DA PESCA À AGRICULTURA: TATIANA E A COMUNIDADE LAGOA DE SALS</b> .....	<b>171</b>
5.1	“A PRAIA DE MOSSORÓ” .....	172
5.2	TURISMO, AEROGERADORES E FRUTICULTURA IRRIGADA .....	173
5.3	COMUNIDADE LAGOA DE SALS: CONFLITO PELA POSSE DE TERRA....	176
5.3.1	<b>“Estamos ficando cercados pelos parques eólicos”: o conflito fundiário e os “bons ventos”</b> .....	<b>179</b>
5.4	CORPO E FALA PARA SUPERAR O MEDO E A VIOLÊNCIA.....	181
5.5	GRUPO DE MULHERES DE LAGOA DE SALS.....	188
5.5.1	<b>Desdobrando práticas e materialidades.....</b>	<b>194</b>
5.6	MULHERES EM LUTA: TERRA, TERRITÓRIO E CORPO .....	202
5.6.1	<b>“Grupo de Alerta” contra a violência de gênero .....</b>	<b>204</b>
5.7	COSTURANDO REFLEXÕES ANALÍTICAS .....	205
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>208</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>211</b>

## 1 INTRODUZINDO A PESQUISA

A tese ora apresentada busca analisar processos de des/re-territorialização dos mundos de vida de mulheres rurais vinculadas à Rede Xique Xique de Comercialização Solidária, na região oeste do Rio Grande do Norte. Por meio de uma etnografia multissituada, e mobilizando a abordagem das novas materialidades pelos estudos feministas contemporâneos, a pesquisa se desafiou a compreender como surgem e como são acionados agenciamentos que compõem ensamblagens territoriais. Com isto, o estudo contribui para repensar como distintos elementos sociomateriais se interconectam para gerar alianças que podem estar fazendo emergir *territórios de existência*<sup>1</sup>, cuja potência faz parte da construção de trajetórias situadas de mudança social (CHARÃO-MARQUES *et al.*, 2019).

Este trabalho de tese é instigado por uma perspectiva que se propõe a ver os processos de desenvolvimento como parte da heterogeneidade e do emaranhamento de elementos sociomateriais que emergem de dinâmicas constantes de desterritorialização e reterritorialização de mundos de vida dos atores sociais. O estudo inova, considerando o campo dos estudos do desenvolvimento, ao adotar uma abordagem feminista influenciada pelas chamadas *novas materialidades* ou *neomaterialismos*. É assim que, ao realizar a pesquisa de caráter empírico, por meio da etnografia, a pretensão é de contribuir com a problematização do desenvolvimento, questionando a visão de que se trata de um progresso linear, cumulativo e homogêneo, marcado pelo estabelecimento de direções e metas específicas. Ao contrário, a ideia é somar esforços para uma agenda de estudos do desenvolvimento que trabalhe a mudança social como contingente e rizomática, admitindo que habitamos uma multiplicidade de mundos e de formas de existência.

Um ponto de partida desta problematização, e que norteia os objetivos da pesquisa, é a crítica à noção de que capital, livre mercado e Estado são entidades naturais e forças impulsoras do desenvolvimento (PAREDES; SHERWOOD; ARCE, 2016, p. 11). O pressuposto desta visão linear, que os autores criticam, é de que a história se encontra traçada pelo progresso de um modelo de produção específico em direção a outro aparentemente melhor, estabelecendo uma racionalidade binária. Nesta lógica, os atores sociais que seguem o modelo sugerido ‘entram’ no desenvolvimento, enquanto aqueles que não o adotam, assumem o ‘atraso’.

---

<sup>1</sup> O termo *territórios de existência* tem inspiração no que Alberto Arce e Norman Long (2000) referem como “heterogêneos espaços de existência”.

Incorporando uma perspectiva pós-estruturalista, a pesquisa questiona as lógicas de causa-efeito, sustentadas por categorias dicotômicas (moderno e atrasado; externo e interno; global e local; *etc.*), cujo alcance analítico não tem dado conta das múltiplas realidades produzidas nos diferentes espaços sociais, nos quais práticas discursivas, disposições afetivas, agenciamentos e materialidades existentes se entrelaçam, produzindo pluralidades de mundos de vida e existências territoriais.

Como o geógrafo brasileiro Rogerio Haesbaert (2011) afirma, os processos de desterritorialização acontecem acompanhados de processos de reterritorialização, configurando des/re-territorializações<sup>2</sup> num movimento contínuo, dinâmico e rizomático<sup>3</sup>. Neste sentido, a pesquisa aponta para a necessidade de reconhecer a forma como distintos atores sociais, por meio de múltiplos agenciamentos criativos, encontram trajetórias plurais potentes e desenvolvem práticas que estabelecem outras possibilidades de dinâmicas sociomateriais (ARCE; LONG, 2000).

Particularmente, a região oeste do estado do Rio Grande do Norte, onde foi realizada a pesquisa de campo, é marcada por processos intensos de desterritorialização dos mundos de vida. Os principais megaprojetos desenvolvimentistas no oeste potiguar, baseados principalmente na extração de recursos naturais para exportação, envolvem a atividade salineira<sup>4</sup>, a extração de petróleo, a fruticultura irrigada e, mais recentemente, a produção de energia eólica. Em menor intensidade, há o desenvolvimento da carcinicultura, a indústria de cerâmica, a extração de gás natural e de cal.

A integração do oeste potiguar aos mercados nacionais e internacionais de alimentação e energia provocou profundas transformações sociotécnicas, econômicas, socioambientais e políticas na região. Essas mudanças incluíram desmatamento e perda da biodiversidade da caatinga; desertificação dos solos; modificação e fragmentação intensa das paisagens; contaminação e salinização das águas do lençol freático; diminuição e perda dos manguezais; poluição das bacias hidrográficas; êxodo rural; ocupação rápida e desordenada das periferias urbanas (particularmente na cidade de Mossoró); aumento dos conflitos por terra e da

---

<sup>2</sup> A noção de *desterritorialização* (DELEUZE; GUATTARI, 1980) faz referência à processos que provocam reorganização das territorialidades, encolhimento espacial, mudança no vínculo dos atores sociais com seus territórios. Segundo Haesbaert (2016), esse termo deve ser utilizado para se referir à processos de instabilidade, fragilidade e fragmentação territorial, principalmente envolvendo grupos sociais à margem. A noção de *reterritorialização*, por outro lado, implica os processos por meio dos quais as comunidades se reorganizam para reconstruir o território.

<sup>3</sup> A noção de *rizoma* tem forte influência da filosofia de Gilles Deleuze e Felix Guattari.

<sup>4</sup> A atividade salineira está presente na região desde o século XVII. Porém, a mecanização e industrialização das salinas a partir da segunda metade do século XX geraram intensas transformações nos mundos de vida locais.



violência urbana; diminuição da produção para subsistência e aumento da dependência ao trabalho assalariado; entre outros.

Parte dos estudos sobre as transformações agrárias no contexto contemporâneo de integração aos mercados ‘globais’, particularmente na economia política, tende a analisar essas mudanças como processos de desagrarização e descampesinização, anunciando o ‘fim’ dos meios de subsistência e dos modos de vida locais. Porém, segundo Paredes, Sherwood e Arce (2016), mais do que realidades homogêneas decorrentes da modernização agrícola e da globalização alimentar, assistimos a uma explosão heterogênea de saberes, agenciamentos, práticas e materialidades em torno da alimentação e da agricultura, atravessadas por contingências e pela potencialidade dos afetos, resultando numa situação contemporânea de coexistência de múltiplos mundos.

O desafio para o delineamento da pesquisa, a partir da abordagem das novas materialidades, foi, então, apontar para as formas como os atores sociais readaptam, ressignificam e recriam suas vidas. O caminho de estabelecer a pesquisa empírica como central se fundamenta na necessidade de evidenciar práticas mobilizadas cotidianamente, de maneira a refletir sobre agenciamentos, alianças, conhecimentos, afetos e desejos. Esta aproximação é o que traz para o presente trabalho a possibilidade de entender os movimentos complexos e dinâmicos de reterritorialização da própria existência, indo além da ‘resistência’. Assim, frente às paisagens devastadas no oeste potiguar, quais são as potencialidades de emergência criativa de (novos) *territórios de existência*?

Nesse cenário, a Rede Xique Xique de Comercialização Solidária parece se configurar como uma das múltiplas trajetórias de reterritorialização dos atores sociais na região. A Rede é uma entidade composta por cerca de sessenta grupos de produção de alimentos e artesanato em quinze municípios do Rio Grande do Norte, articulados politicamente e organizados para viabilizar a comercialização. Com forte presença e protagonismo de mulheres rurais, os grupos são mobilizados por agricultoras, assentadas da reforma agrária, pescadoras artesanais, marisqueiras, apicultoras e artesãs. Produzem e comercializam hortaliças, frutas da região, polpas, mel, queijo, doces, mariscos, castanhas, ovos, plantas medicinais, assim como artesanatos do semiárido potiguar, entre outros (CASTRO, 2012). O alcance e propósito da Rede parecem, em grande medida, estar relacionados a um processo tanto de auto-organização social das mulheres, como de realocização alimentar<sup>5</sup> em algumas áreas do

---

<sup>5</sup> A noção de *relocalização alimentar*, em contraposição ao conceito de *deslocalização alimentar*, refere-se ao enraizamento da alimentação à sua base ‘natural’. Frente à percepção e questionamento dos múltiplos impactos sistêmicos gerados pela modernização agrícola e a industrialização alimentar, surge em nível

semiárido potiguar, nas quais a água (ou a falta de) jogam um papel muito relevante nas configurações territoriais e na vida cotidiana das populações que ali vivem.

Escapando das explicações de tipo ‘causa e efeito’, com pretensões explicativas generalizantes, esta tese busca a potência da singularidade, identificando e analisando ‘fatos e artefatos’ que aparecem como significativos a partir das narrativas e das práticas cotidianas dos atores sociais, considerando que é na vida das pessoas que os processos de desenvolvimento finalmente têm consequências e imprimem mudanças. Sendo assim, especial atenção é dada às práticas situadas nas particularidades das trajetórias (rizomáticas) de vidas de mulheres que fazem a Rede Xique Xique existir como tal.

Por último, cabe deixar registrado que este capítulo está organizado em cinco partes. Após esta introdução, a próxima seção trata da desterritorialização no semiárido brasileiro, situando a Rede Xique Xique no seio destes processos, bem como a problematização da pesquisa. Em seguida, delimitam-se as questões, o objetivo geral e os objetivos específicos que nortearam a investigação. Com isto, entra-se na quarta seção, que mostra o percurso metodológico da pesquisa, apontando para as escolhas realizadas e os principais desafios encontrados. Finalmente, a quinta seção apresenta brevemente a organização da tese.

## 1.1 DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS MUNDOS DE VIDA NO OESTE POTIGUAR<sup>6</sup>: TRAÇANDO O PROBLEMA

O semiárido brasileiro é uma região definida pela Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, como inserida na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e com precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 milímetros. Segundo os últimos dados da Resolução nº 115, de 23 de novembro de 2017, do Conselho Deliberativo da SUDENE, o semiárido ocupa os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, contabilizando um total de 1.262 municípios (Figura 1). Os critérios mais recentes de inclusão de municípios como parte da região do semiárido são, segundo a Portaria Interministerial nº 1, de 09 de março de 2005, uma precipitação pluviométrica média anual inferior a 800

---

mundial o debate sobre a necessidade de construir sistemas agroalimentares mais sustentáveis, com maior diversificação da produção e encurtamento das cadeias alimentares, na direção de estimular processos de *relocalização alimentar*. No Brasil, segundo Fonte (2010), essa trajetória passa pela valorização e reinvenção da diversidade de formas de produção, processamento e consumo dos alimentos existentes nos próprios modos de vida locais.

<sup>6</sup> O termo *potiguar* é um gentílico que faz referência ao estado do Rio Grande do Norte.

milímetros, índice de aridez de até 0,5 considerando o período entre 1961 e 1990, e risco de seca maior que 60%.

**Figura 1 - Delimitação do semiárido brasileiro**



Fonte: SUDENE (2017).

Para além desta delimitação normativa, as narrativas dominantes sobre o semiárido brasileiro têm construído um imaginário social da região como caracterizada pela seca e pela pobreza. No processo de modernização do país, pós Segunda Guerra Mundial, o Estado incentivou a monocultura na região, sob os princípios da chamada revolução verde (*e.g.*, cultivares melhoradas, fertilizantes químicos e mecanização), combinada com a construção de grandes reservatórios para a captação e estocagem da água da chuva, de forma a garantir a irrigação das monoculturas.<sup>7</sup> Esse foi o foco das atuações do Estado nesse período, que promoveu um corpo narrativo e ações desenvolvimentistas em prol do *combate à seca*,

<sup>7</sup> O órgão do governo responsável pelos programas de irrigação e construção de grandes reservatórios de água no semiárido há mais de cem anos é o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), que surgiu em 1909 sob o nome de Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), recebendo a designação atual só em 1945.

combinando obras de construção de grandes açudes com ações emergenciais de distribuição de água com uso de carros-pipa nas épocas de secas prolongadas. Porém, segundo Duque (2015), o problema do semiárido não é a seca propriamente dita, mas o modelo desenvolvimentista promovido na região, que favoreceu principalmente a concentração de terra<sup>8</sup> e de água em poucas mãos.

O clima da região é caracterizado por um baixo nível de precipitações. Porém, mais do que a seca, o que configura o clima do semiárido é a irregularidade das chuvas, dando lugar a longos períodos de estiagem. Essa característica climática, junto com a presença de solos rasos delimitados por subsolos rochosos pouco profundos, configura o que foi chamado de ecossistema da *caatinga*. A narrativa dominante sobre a caatinga tem definido esta como um bioma com baixa biodiversidade, sem espécies endêmicas<sup>9</sup> e modificado profundamente pelas ações antrópicas. Porém, pesquisas recentes têm mostrado a caatinga como um bioma rico em biodiversidade e bastante heterogêneo (GIULIETTI, 2003), com vegetação baixa, espinhosa, arbustiva e resistente, adaptada aos longos períodos de estiagem. Superando o mito moderno de uma suposta *natureza selvagem e intocada* (DIEGUES, 2001), entende-se, aqui, a constituição da caatinga como fruto da interação permanente e de dinâmicas socioambientais.

Habitado por diversos povos indígenas em toda sua extensão, o semiárido brasileiro foi sendo ocupado por colonizadores de origem europeia durante os séculos XVI e XVII (SILVA, 2017). Provindos do litoral nordestino, onde tinham se espalhado as lavouras de cana-de-açúcar com a mão-de-obra de escravos africanos, os colonos portugueses foram se instalando no semiárido por meio de grandes fazendas de gado. Silva (2017) relata os contínuos conflitos entre indígenas e criadores de gado, intensificados durante o século XIX, pelo uso e manejo de cultivos agrícolas nas serras, brejos<sup>10</sup> e ribeiras do semiárido, espaços principalmente disputados pela presença de água. Segundo Saldanha (2002), nesses conflitos evidenciam-se as distintas compreensões sobre o território: enquanto para os pecuaristas portugueses significava um espaço disponível para ser utilizado em prol do *progresso*, legitimado pelas leis e instituições do sistema colonial, para os povos indígenas a compreensão do território parecia ser mais fluída e dinâmica, devido aos mundos de vida nômade. Frente a narrativas de miscigenação e aculturação, de integração e extermínio dos

<sup>8</sup> Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006), 47% dos estabelecimentos rurais do semiárido ocupam 3% das terras, enquanto 1,3% destes possuem 38% das terras.

<sup>9</sup> Espécies *endêmicas* são aquelas que se desenvolvem somente numa determinada área ou região geográfica.

<sup>10</sup> Os *brejos* “[...] são áreas úmidas existentes no Semiárido com cobertura vegetal densa de espécies endêmicas e também da Mata Atlântica. Foram chamados de ‘áreas de exceção’ ou ‘ilhas de umidades’ em meio ao típico clima seco e quente da Caatinga no Agreste e Sertão nordestino” (SILVA, 2017, p. 261).

povos indígenas pelo progresso civilizatório (RIBEIRO, 1982), Silva (2017) afirma que existem atualmente no Nordeste diversas populações habitando terras indígenas, assim como pessoas autodeclaradas indígenas que moram em centros urbanos, e que, na maioria de casos, mantém laços sociais e afetivos com as aldeias<sup>11</sup>.

Nas margens das fazendas de gado, foram se estabelecendo pequenas unidades de produção familiar, com base na policultura e na criação de animais de pequeno porte. Porém, o processo complexo e dinâmico de modernização e industrialização no Nordeste, ocorrido a partir da segunda metade do século XX, foi marcado por profundos processos de desterritorialização dos mundos de vida nas áreas rurais, envolvendo fluxos migratórios de grandes contingentes populacionais em direção às periferias urbanas e a outras regiões do país, principalmente à região Sudeste (OJIMA, 2013).

É assim que grande parte dos conflitos nas áreas rurais do semiárido parece estar enraizada nessa trajetória histórica de uso e ocupação do solo, especificamente pela intensa concentração das terras e da água, questões agravadas pelas políticas que ficaram bem conhecidas como de *combate à seca*. No entanto, tal narrativa vem sendo questionada em anos recentes, o que será tratado na seção seguinte.

### 1.1.1 Combate à seca ou convivência com o semiárido?

A partir dos anos 1980, no cenário de redemocratização do país e crescente mobilização e organização da sociedade civil, de movimentos sociais no campo e nas cidades, a população rural do semiárido passou a ampliar sua organização para exigir do Estado a redistribuição de terras e o acesso da população à água potável para o consumo humano. Nesse cenário, e após um período de seca prolongada, centenas de trabalhadores rurais ocuparam a sede da SUDENE, em 1993, para reivindicar uma resposta eficiente do Estado (DUQUE, 2015). A partir desse momento, intensificou-se uma longa articulação em torno do acesso à água e à terra envolvendo centenas de entidades de toda a região, entre sindicatos rurais, associações, igrejas, organizações não-governamentais (ONGs), culminando na formação da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA Brasil) em 1999.

Frente ao corpo narrativo do *combate à seca* e a tendência de políticas e práticas clientelísticas e assistencialistas fortemente enraizadas na região (DUQUE, 2015), a ASA se ergueu propondo um novo paradigma de *convivência com o semiárido* pela defesa do direito à

---

<sup>11</sup> Aqui o autor faz referência ao Censo do IBGE de 2010.

água (ASA Brasil, 2018). Assim, “[...] alimento necessário à vida e insumo para a produção de outros alimentos, a água tornou-se um elemento aglutinador de forças para essa rede que se formava no Semiárido” (ASA Brasil, 2018). A água mobilizou, e ainda mobiliza, centenas de entidades em torno das problemáticas relativas ao acesso e à qualidade, entre outras questões, o que se mostra como um aspecto fundamental nas relações que se estabelecem no território.

Um dos fortes pilares da ASA Brasil, formada atualmente por cerca de 700 entidades, tem sido a construção de cisternas para o estoque familiar ou comunitário de água. Por meio do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, essa rede abriga atualmente todas as ações do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), Cisternas nas Escolas e Sementes do Semiárido (ASA Brasil, 2018). O objetivo do P1MC é garantir o acesso à água da população do semiárido para beber e cozinhar por meio da construção de cisternas de placas com capacidade de armazenamento de 16 mil litros de água da chuva (ALBUQUERQUE, 2010). A construção das cisternas envolve um processo de organização local, cadastramento, escolha dos beneficiários, formação de pedreiros e das próprias famílias, mutirões de construção, e em alguns casos, gestão comunitária dos recursos via Fundos Rotativos Solidários<sup>12</sup> (DUQUE, 2015). Começado como uma iniciativa da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais que compunham a rede, a partir de 2001 passou a receber recursos do governo federal, constituindo-se numa política de governo com recursos previstos no Orçamento Geral da União<sup>13</sup> (ASA Brasil, 2018).

Além do P1MC, a construção de cisternas pelo P1+2 visa à captação e estocagem de água da chuva para a produção de alimentos, já seja para o cultivo de hortaliças e frutas, como para a criação de animais de pequeno porte (ALBUQUERQUE, 2010). O programa, inaugurado em 2007, envolve a construção de diversas tecnologias sociais para a captação e armazenamento de água da chuva, como cisterna calçadão, cisterna enxurrada, barreiro-trincheira, barragem subterrânea, tanque de pedra, barraginha, bomba d’água popular<sup>14</sup>, entre outras, assim como o intercâmbio de conhecimentos sobre o manejo e a gestão da água, sementes e forragens, de forma a fortalecer estratégias de produção de alimentos no semiárido

---

<sup>12</sup> Os Fundos Rotativos Solidários são formas de organização comunitária baseadas em práticas tradicionais como o trabalho em mutirão e a ajuda mútua (DUQUE, 2015).

<sup>13</sup> Cabe destacar que, em 2011, o governo federal anunciou que iria finalizar a parceria com a ASA, cortando os recursos repassados para a rede, e passando a substituir as cisternas de placas (confeccionadas local e coletivamente) por cisternas de plástico (industrializadas e que precisam ser compradas). Após forte mobilização popular, o governo anunciou que ia retomar o financiamento via Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, em 2013 (DUQUE, 2015), situação que permaneceu até 2016.

<sup>14</sup> Para uma boa descrição de cada uma dessas tecnologias sociais, ver Souza (2014).

(SOUZA, 2014). Além de garantir o autoconsumo das famílias, a multiplicação dessas tecnologias sociais visa à comercialização de alimentos em feiras livres ou mercados institucionais<sup>15</sup>, como forma de inclusão produtiva e geração de renda para “[...] dinamizar processos de desenvolvimento rural na região” (SOUZA, 2014, p. 13).

Mesmo que esses programas não tenham sido construídos especificamente numa perspectiva de gênero, eles têm impactado de forma particular nas práticas cotidianas das mulheres rurais (SILIPRANDI, 2015), seja pelo trabalho doméstico de cuidado da casa e dos filhos, como pelas atividades agrícolas, de criação de animais de pequeno porte nos quintais, e de processamento dos alimentos, geralmente realizadas por elas. A construção dessas tecnologias sociais de acesso à água no semiárido para consumo das famílias, assim como para a produção de alimentos e consumo animal, parece ter intersecções com as dinâmicas de reterritorialização da Rede Xique Xique, gerando potenciais espaços de inter-relação entre as mulheres e a água (Figura 2).

**Figura 2 - Cisterna do P1+2 no quintal da Neguinha, agricultora e apicultora do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer (Mossoró)**



Fonte: Centro Feminista 8 de Março (CF8, 2018).

Uma questão hipotética que surgiu desta realidade, durante a pesquisa, é de que novas materialidades poderiam estar se configurando a partir dessa construção de cisternas nos quintais, em outras palavras, nessa *nova* presença da água na vida das mulheres. Neste

<sup>15</sup> *Mercados institucionais* são compras feitas pelo Estado, neste caso, pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

sentido, explorar novas potencialidades envolvendo as possíveis interações afetivas<sup>16</sup> entre as mulheres, a água e os alimentos nos quintais, foi se apresentando como um dos caminhos a seguir investigando.

### 1.1.2 Agroecologia e o surgimento da Rede Xique Xique

As ações da ASA têm ido além da luta e organização em torno do acesso à água no semiárido. Encontram-se profundamente articuladas num cenário nacional de luta e construção de um projeto de *agroecologia e desenvolvimento sustentável*, baseado no que se poderia identificar como um processo de realocização alimentar, de manejo e conservação sustentável dos recursos naturais e na produção de alimentos por meio de agricultura de base ecológica, do qual a própria Rede Xique Xique faz parte.

O termo desenvolvimento sustentável tem sido mobilizado por diferentes atores e com distintos significados há mais de três décadas, permanecendo, até hoje, como um campo aberto em disputa (LOURENÇO, 2016). Tendo como marco de referência inicial dos debates internacionais sobre meio ambiente a Conferência de Estocolmo de 1972, o termo surgiu por primeira vez nos meios oficiais em 1987 no Relatório «O Nosso Futuro Comum», mais conhecido como Relatório Brundtland, que definiu o desenvolvimento sustentável como aquele que permite às gerações atuais satisfazerem as suas necessidades sem colocar em perigo a satisfação das necessidades de gerações futuras. Na década de 1990, a noção ressurgiu enfatizando a finitude dos recursos naturais e propondo diversas práticas sustentáveis para encarar os efeitos decorrentes do modelo urbano-industrial de sociedade (ALMEIDA; NAVARRO, 1997).

Quanto à produção, distribuição e consumo de alimentos, muitas têm sido as críticas frente à percepção dos impactos sociais e ambientais da modernização agrícola. Nesse sentido, segundo Balestro e Sauer (2013), a agroecologia tem ganhado espaço como uma possível ‘alternativa’ para a produção, distribuição e consumo de alimentos na direção de um desenvolvimento rural menos predatório, dando ênfase à agricultura familiar e à sociobiodiversidade<sup>17</sup>. Segundo Le Coq *et al.* (2017), a noção de agroecologia é polissêmica,

<sup>16</sup> O termo *interações afetivas*, neste trabalho, não se refere ao afeto comumente entendido, enquanto emoção ou ‘amor’ por alguém ou algum objeto, mas refere-se à relações de ‘afetação mútua’, no sentido de *afetar e ser afetado*, desde uma perspectiva relacional da constituição dos seres.

<sup>17</sup> Além do uso na alimentação, a biodiversidade brasileira tem sido utilizada tradicionalmente para uma multiplicidade de usos, entre os quais o artesanato, roupas, medicina, fonte de energia, rituais, construção, entre outros, por diversos povos e comunidades tradicionais, e contemporaneamente tem importância econômica quando transformada em bens e serviços destinados ao mercado, conhecidos como produtos da



sendo utilizada com distintos significados por múltiplos atores sociais. Considerando alguns elementos pontuados por Wezel *et al.* (2009), a agroecologia tem sido entendida como ciência, como conjunto de práticas agrícolas de base ecológica orientadas por outro paradigma que não o da modernização, ao mesmo tempo em que pode ser vista como aglutinadora de um movimento social abrangente, no qual diversos eixos reivindicatórios encontram espaço (*e.g.*, fim do uso de agrotóxicos, a luta contra os transgênicos, reforma agrária, feminismo, dentre outros).

Segundo Caporal e Costabeber (2004), a agroecologia enquanto enfoque científico dá suporte a uma transição para estilos de agricultura mais sustentáveis e, portanto, contribui para o estabelecimento de processos de desenvolvimento sustentável. Essa transição agroecológica se refere a um processo gradual de mudança nas formas de manejo dos agroecossistemas,<sup>18</sup> tendo como meta a passagem de um modelo convencional de produção agrícola para outros estilos de agricultura que incorporem princípios, métodos e tecnologias de base ecológica (CAPORAL; COSTABEBER, 2001). Já, segundo Balestro e Sauer (2013), essa transição, que incentiva, entre outros, a diversificação de cultivos, passa por transformações sociotécnicas na produção e consumo de alimentos, atingindo diretamente a soberania e segurança alimentar e nutricional das populações.

No Brasil, redes de agricultura alternativa começam a ser construídas nos anos de 1980 (PETERSEN; MUSSOI; DAL SOGLIO, 2013), em plena redemocratização do país e com o aumento do protagonismo da sociedade civil, como contraposição ao que é chamado de modelo convencional de modernização agrícola. É um período de articulação das lutas de movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores rurais, estudantes, ONGs, e setores da pastoral, entre outros, num processo de estímulo ao associativismo, à educação popular e à capacitação tecnológica (SCHMITT *et al.*, 2017). No Nordeste, porém, a organização da sociedade civil em busca de novas tecnologias para dar conta dos problemas específicos do semiárido, particularmente no que se refere ao acesso à água, já tinha começado a final dos anos 1970, envolvendo a atuação de distintas ONGs<sup>19</sup> e do trabalho das Pastorais da Igreja Católica junto às comunidades rurais (LEROY; ABRAMOVAY, 1998).

---

*sociobiodiversidade*, a exemplo da castanha-do-pará, açaí, pequi, babaçu, macaúba, mangaba e outros (SIVELLI; EVANGELISTA-DIAS, 2017).

<sup>18</sup> Os *agroecossistemas* são ecossistemas que recebem a ação da sociedade humana na busca da produção de base agrícola de forma mais ou menos intensa, e onde operam além de princípios ecológicos, as relações com a sociedade humana, suas culturas, suas tecnologias e princípios de economia.

<sup>19</sup> As organizações não governamentais envolvidas na época no Nordeste foram a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), o Movimento de Organização Comunitária (MOC) e o Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas à Comunidades (PATAC) (DIAS, 2004).

Nos anos de 1990, multiplicam-se as iniciativas de agricultura alternativa, ou, como são chamadas contemporaneamente, de base ecológica, em distintas regiões do país, envolvendo uma heterogeneidade de atores sociais, e passando a configurar uma pluralidade de redes regionais (SCHMITT *et al.*, 2017). A partir dos anos 2000, com o aumento da participação da sociedade civil na construção de políticas públicas, e com uma maior legitimação do desenvolvimento sustentável como horizonte norteador, inicia um processo de institucionalização da agroecologia, passando a reconhecer e vincular lutas sociais e ambientais (SCHMITT *et al.*, 2017). Nesse período, combinado com o fortalecimento da agricultura familiar, inicia uma geração de políticas públicas focadas na segurança alimentar e nutricional, como os mercados institucionais, e na sustentabilidade ambiental (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Segundo Balestro e Sauer (2013), as redes de agroecologia, com ênfase na agricultura de base ecológica e a sociobiodiversidade, têm ganhado espaço na construção de novas territorialidades, passando por transformações sociotécnicas na produção, beneficiamento e comercialização dos alimentos, atingindo diretamente a soberania e segurança alimentar e nutricional das populações rurais.

É nesse cenário democrático de ampla organização da sociedade civil e movimentos sociais, de articulação de uma multiplicidade de redes de diferentes abrangências territoriais, de um processo gradual de reconhecimento e institucionalização de políticas de fortalecimento da agricultura familiar e de processos identificados com o desenvolvimento rural sustentável, que surge a Rede Xique Xique de Comercialização Solidária no oeste do Rio Grande do Norte, no ano de 2003.

A Rede Xique Xique é resultado da organização de grupos de mulheres rurais que se mobilizaram para viabilizar a venda direta de alimentos produzidos nos territórios<sup>20</sup> de Açú-Mossoró e Sertão do Apodi, região oeste do estado, e inspiradas na experiência de comercialização do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer do assentamento Mulunguzinho da reforma agrária, em Mossoró (CASTRO, 2014). Esse grupo de mulheres, que já plantava para o autoconsumo no assentamento, criou, em 1999, com a ajuda de outras entidades, a Associação de Parceiros e Parceiras da Terra (APT), por meio da qual passou a implantar um

---

<sup>20</sup> Esses territórios mencionados foram estabelecidos no contexto do programa federal *Territórios da Cidadania*, que foi uma “[...] estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltado às regiões do país que mais precisam, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania, [...] com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território, com a participação da sociedade” (BRASIL, 2008).

projeto produtivo de geração de renda (DANTAS, 2005). As autoras mencionam que as mulheres escolheram centrar seu trabalho no cultivo ecológico de hortaliças e, com o apoio de técnicos da região, passaram a buscar estratégias de comercialização que não dependessem de atravessadores.

Aos poucos, segundo Dantas (2005), outros grupos de mulheres de assentamentos da região, que produziam hortigranjeiros, castanhas, mel, derivados de caprinocultura, artesanatos, entre outros, foram se organizando e procurando meios para comercializar a sua produção. A história da Rede, assim, “[...] confunde-se com a história da organização das mulheres na região oeste do Rio Grande do Norte” (DANTAS, 2005, p. 27). Muitas delas vivem em assentamentos da reforma agrária, e por isso possuem um histórico de organização coletiva em torno da luta pela terra, o que auxiliou, na época, na articulação e gestão dos grupos produtivos (CASTRO, 2012).

Este é o caso, por exemplo, de quatro mulheres do Grupo Unidas Venceremos do Assentamento Vila Paraíso, no município de São Miguel do Gostoso, que iniciaram, em 2002, a produção de hortaliças agroecológicas num terreno do assentamento (ARAÚJO, 2015). Segundo a autora, essas mulheres narram que participavam às escondidas de reuniões em outros municípios, convidadas pela Associação de Apoio a Comunidade do Campo (AACC) e pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), e afirmam que conseguiram instalar a irrigação por meio do Projeto Agroecológico Integrado Sustentável (PAIS), o único apoio financeiro que o grupo já recebeu.

Formou-se, início dos anos 2000, um grupo de consumidores e consumidoras em Mossoró que demandava cestas de alimentos. Em seguida, a ONG internacional Visão Mundial, que já desenvolvia ações no semiárido potiguar, passou a auxiliar os grupos de mulheres, contratando o Centro Terra Viva<sup>21</sup> para a formação em torno da organização produtiva e financiando o aluguel de uma sede para a comercialização dos produtos em Mossoró durante um ano (PEREIRA, 2016).

---

<sup>21</sup> O Centro Terra Viva é “[...] uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos com objetivo ao Desenvolvimento Local Sustentável. Constituída em [...] 1997, por um grupo multidisciplinar de profissionais autônomos, a Cooperativa de Trabalho para a Agricultura Familiar do Oeste Potiguar – TERRA VIVA, buscou ao longo dos seus cinco anos de existência, desenvolver ações baseadas em metodologias sintonizadas com as características da clientela dos assentamentos de reforma agrária e comunidades rurais, nos mais diversos programas e projetos de assessoria técnica e capacitação direcionados para esse mesmo público” (CENTRO TERRA VIVA, [2019?]).

**Figura 3 - Quintais agroecológicos de grupos produtivos da Rede Xique Xique**



Fonte: elaborado pela autora (2018, 2019).

Esse foi, então, o início da Rede Xique Xique, que aos poucos foi ampliando sua ação para novos grupos de mulheres, em especial, auxiliando com o enriquecimento de quintais para maior produção de alimentos (Figura 3), além de entrarem no debate sobre a água, o acesso a feiras, a confecção de artesanatos, articulando também distintos espaços para a comercialização. A Rede é, hoje, composta por cerca de sessenta grupos associados, envolvendo em torno de seiscentas produtoras,<sup>22</sup> das quais mais de 80% são mulheres, além da equipe técnica, da coordenação, e das próprias consumidoras (ou *buscadoras*, como são chamadas na Rede), envolvendo indiretamente mais de duas mil pessoas beneficiadas (CASTRO, 2012, 2014).

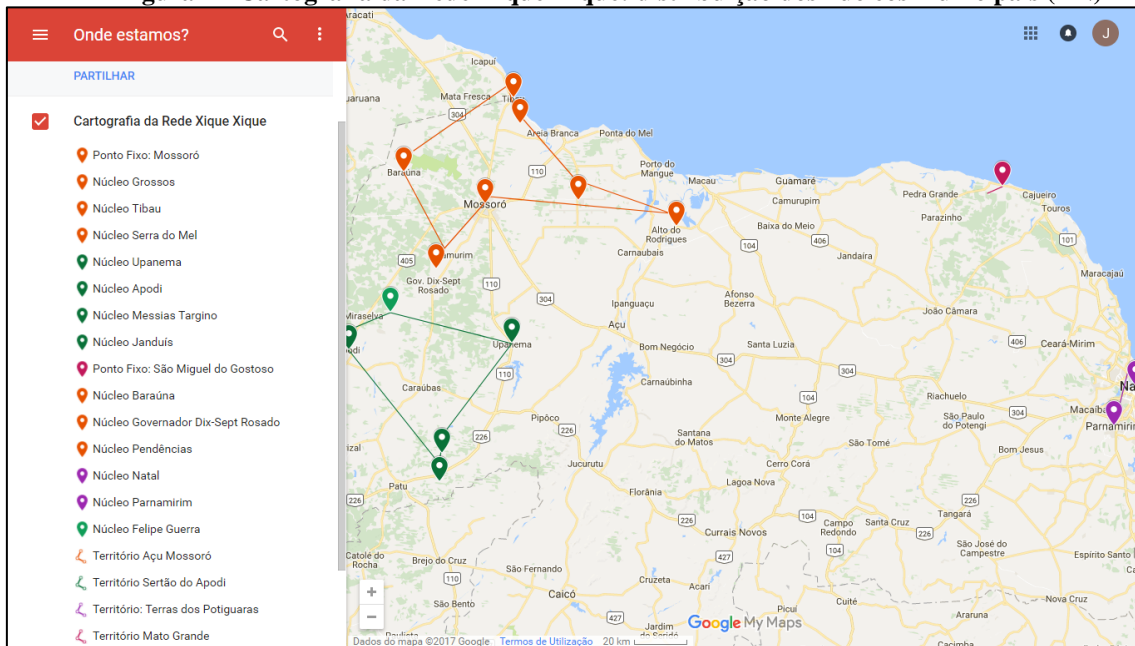
Os grupos de mulheres da Rede estão organizados em núcleos municipais, distribuídos em quatro territórios<sup>23</sup> do estado: Mossoró, Grossos, Tibau, Serra do Mel, Baraúna, Governador Dix-sept Rosado e Pendências no território Açú-Mossoró; Upanema, Apodi, Messias Targino, Janduís e Felipe Guerra no território Sertão do Apodi; São Miguel do

<sup>22</sup> Opta-se aqui por utilizar o gênero gramatical feminino de forma intencional, para visibilizar o forte protagonismo das mulheres envolvendo a Rede Xique-Xique. Porém, cabe destacar que a Rede é mista, formada por homens e mulheres.

<sup>23</sup> Aqui, também se utilizam os territórios que tem como referência os Territórios da Cidadania, conforme aparecem nos documentos da própria Rede Xique Xique.

Gostoso no território Mato Grande; e Natal e Parnamirim no território Terras Potiguaras (Figura 4)<sup>24</sup>. Cada núcleo tem um conselho diretor, constituído por duas pessoas, que tem o papel de articular o grupo produtivo do núcleo com a Rede, que tem sede em Mossoró (Figura 5) (PEREIRA, 2016).

**Figura 4 - Cartografia da Rede Xique Xique: distribuição dos núcleos municipais (RN)**



Fonte: Rede Xique Xique (2017a).

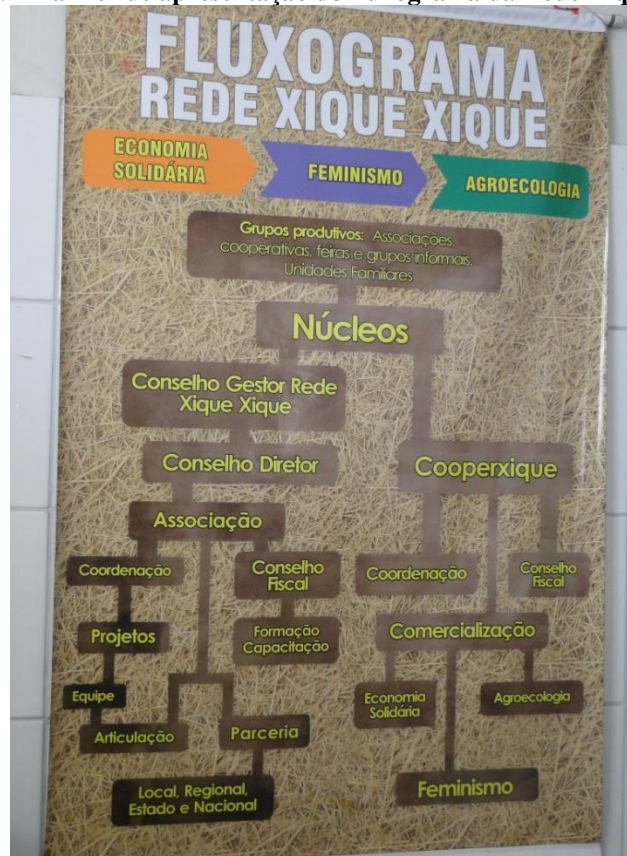
Juridicamente, a Rede está composta por duas entidades (Figura 5): a Associação de Comercialização Solidária Xique Xique, que foi fundada em 2003, no momento inicial de articulação para a venda de alimentos sem atravessadores, e a Cooperativa de Comercialização Solidária Xique Xique (COOPERXIQUE)<sup>25</sup>, que foi criada posteriormente pela necessidade de gerar receitas para os grupos, o que terminou deslocando a associação para as atividades mais culturais e políticas (PEREIRA, 2016). Recentemente, em 2019, foi formalizada, por meio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a criação do Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) Xique Xique,

<sup>24</sup> Cabe ressaltar que essa distribuição dos grupos da Rede em núcleos municipais é dinâmica, sendo comum a entrada e saída de grupos para compor a Rede, conforme possibilidades, limitações e contingências de cada contexto e realidade.

<sup>25</sup> A COOPERXIQUE foi criada, em 2012, para formalizar a comercialização dos produtos da Rede Xique Xique, especialmente via mercados institucionais, como o PNAE e PAA.

para a inclusão gradual dos grupos da Rede no processo de certificação participativa de orgânicos<sup>26</sup>.

Figura 5 - Banner de apresentação do fluxograma da Rede Xique Xique



Fonte: elaborado pela autora (2019).

Os produtos da Rede (Figura 6) são comercializados em feiras locais por distintos núcleos municipais, estabelecendo relação direta com os consumidores, assim como em dois pontos fixos de comercialização, em Mossoró e São Miguel do Gostoso (Figura 7) (CASTRO, 2012).

<sup>26</sup> Durante o período de pesquisa de campo, a Rede Xique Xique estava engajada no processo final de adequação dos grupos às demandas do MAPA para a formalização da OPAC Xique Xique. Cabe destacar que esse processo de formalização e adequação inicial às normas do MAPA para a certificação participativa se deu em três grupos da Rede: Núcleo de Produção de São Miguel do Gostoso, Mossoró e São Miguel, envolvendo em torno de trinta unidades familiares. Os produtos dos outros grupos, também orgânicos, mas não incluídos 'ainda' no processo de certificação participativa, são comercializados por meio de relações de *confiança* com os consumidores e consumidoras.

**Figura 6 - Alimentos e artesanatos produzidos por grupos de mulheres e comercializados pela Rede Xique Xique**



Fonte: elaborado pela autora (2018, 2019).

Na sede da Rede Xique Xique<sup>27</sup> em Mossoró, acontece também uma feira semanal, nas sextas de manhã, com venda e entrega de cestas de produtos vindos de distintos núcleos municipais (Figura 7). Os pedidos das cestas são feitos por meio do Grupo de Consumidores no *Whatsapp*. Mensalmente, é atualizada e compartilhada no grupo virtual uma lista de preços e produtos disponíveis. Cada semana, as pessoas realizam seus pedidos pelo grupo até terça-feira. Na quarta, uma responsável da Rede junta os pedidos e distribui a lista de produtos, de forma equitativa, conforme a disponibilidade oferecida pelos diferentes grupos. Na sexta-feira, as responsáveis dos núcleos chegam cedo de manhã na sede para entregar os produtos. Parte da equipe da Rede organiza os pedidos das cestas com os alimentos que foram

<sup>27</sup> A sede da Rede Xique Xique, onde acontece a feira semanal, é um ponto fixo de comercialização e um espaço para reuniões e formações internas da Rede. Por muitos anos, foi um espaço alugado, gerando um alto custo para a manutenção. Porém, em 2019, durante a época da pesquisa de campo, começou a ser construída a Bodega da Rede Xique Xique, uma sede própria, por meio do projeto “*Mulheres em Rede: fortalecendo a auto-organização, produção, comercialização e autonomia socioeconômica*”, financiado pela Fundação Banco do Brasil (FBB), em parceria com a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres). A nova sede foi inaugurada em 2020, durante a pandemia de Covid-19.

entregues, enquanto outra parte prepara as bancas de produtos para a feira livre e atende os consumidores e consumidoras que vão chegando.

**Figura 7 - Feiras locais e espaços de comercialização da Rede Xique Xique**



Fonte: Rede Xique Xique (2017b, 2017c); elaborado pela autora (2019).

Além desses espaços de comercialização<sup>28</sup>, a Rede tem realizado feiras em centros do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). No Campus Mossoró, a feira acontece nas quartas de manhã, envolvendo a participação de estudantes do instituto na própria organização e comercialização dos produtos. A colaboração entre a Rede e o IFRN foi consolidada por meio do projeto *GerAção Solidária*<sup>29</sup>, que visava fortalecer a economia solidária no estado, envolvendo empreendimento solidários e redes de cooperação constituídas, principalmente,

<sup>28</sup> Na época da pesquisa de campo, a Rede Xique Xique estava realizando também uma feira semanal no condomínio Residencial Thermas, na região norte de Mossoró, fruto do diálogo e da construção conjunta com um técnico da extensão rural do município.

<sup>29</sup> O nome oficial do projeto *GerAção Solidária* era “Mulheres e jovens: economia solidária como alternativa para ampliação do trabalho e renda em Natal e Mossoró no Rio Grande do Norte”, executado de 2016 a 2019, e financiado pelo extinto Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Subsecretaria de Economia Solidária (SENAES). Durante a pesquisa de campo, em agosto de 2019, aconteceu o encontro de fechamento do projeto, junto com a mesa de debates *Economia Solidária e Políticas Públicas*, com o objetivo de manter a parceria institucional entre a Rede e o IFRN, e por tanto, as próprias atividades envolvendo a feira no Campus Mossoró. Para mais detalhes sobre pesquisas envolvendo o projeto, consultar: RÊGO, D. F. A. (org.). **GerAção solidária**: mulheres e jovens tecendo sonhos para a construção de uma economia solidária e feminista. Natal: Offset, 2018.



por mulheres e jovens. Por último, a Rede também tem comercializado seus produtos via mercados institucionais, pelos programas PAA e PNAE.

Esta breve descrição da Rede conduz a algumas das indagações iniciais da pesquisa, na medida em que os trabalhos consultados apontam para certo avanço e sucesso nos empreendimentos que as mulheres organizadas foram capazes de mover. No entanto, pensando desde uma perspectiva sociomaterial, surgem novos questionamentos para a pesquisa: como estes processos afetam e são afetados pelos cotidianos das mulheres que se engajaram no estabelecimento da Rede? Em outras palavras, conhecendo mais sobre a Rede Xique Xique e a riqueza de possibilidades que essas mulheres foram construindo, emerge a necessidade de compreender melhor como se expressam as capacidades e habilidades (agência) destas para transformar seus mundos de vida.

### 1.1.3 A Rede Xique Xique, identidade feminista

Os movimentos feministas autônomos de mulheres rurais têm dado visibilidade à questão de gênero no meio rural brasileiro, questionando ao mesmo tempo o modelo de produção agrícola convencional e promovendo a soberania alimentar<sup>30</sup> como princípio fundamental em direção a um desenvolvimento rural sustentável.

O movimento agroecológico brasileiro criou, em 2002, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)<sup>31</sup>, uma aliança entre ONGs, movimentos sociais, técnicos do Estado, pesquisadores, professores, estudantes e consumidores, para a promoção da agricultura de base ecológica. Nessa articulação, o Grupo de Trabalho de Mulheres (GT Mulheres) da ANA tem reivindicado a visibilidade e o reconhecimento da contribuição das mulheres para a construção da agroecologia, assim como a necessidade de revisão das relações sociais de gênero dentro do próprio movimento. Desde um viés feminista,<sup>32</sup> o GT Mulheres da ANA tem problematizado a postura antropocêntrica, androcêntrica e etnocêntrica dos paradigmas

---

<sup>30</sup> *Soberania alimentar* faz referência ao “direito dos indivíduos, das comunidades, dos povos e dos países de definir as políticas próprias da agricultura, do trabalho, da pesca, do alimento e da terra [...] Inclui o direito real ao alimento e à produção do alimento, o que significa que todo mundo tem o direito ao alimento seguro, nutritivo e adaptado à sua cultura e aos recursos para produção de comida; à possibilidade de sustentar-se e sustentar as suas sociedades” (VANKRUNKELSVEN, 2006).

<sup>31</sup> A ANA é “[...] um espaço de articulação e convergência entre movimentos, redes e organizações da sociedade civil brasileira engajadas em experiências concretas de promoção da agroecologia, de fortalecimento da produção familiar e de construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural” (ANA, [2017?]).

<sup>32</sup> São diversas as abordagens feministas que atravessam os debates e ações em torno da agroecologia, destacando-se principalmente o feminismo socialista e diversas vertentes ecofeministas, permeadas por contribuições dos feminismos pós-coloniais.

científico e tecnológico da modernidade ocidental,<sup>33</sup> assim como questionado a permanência de certo olhar universalista dentro do próprio movimento agroecológico, que ainda parece não dar suficiente atenção para as questões de gênero, *raça*<sup>34</sup> e etnia<sup>35</sup>.

Os debates trazidos à tona pelo GT Mulheres da ANA sobre a questão de gênero têm girado principalmente em torno do reconhecimento das mulheres rurais como protagonistas de experiências de agricultura de base ecológica e criadoras de novos conhecimentos agroecológicos; do questionamento e procura por mudanças na divisão sexual do trabalho nas famílias; do fortalecimento da autonomia econômica e política das mulheres rurais pela organização destas em grupos produtivos e pela participação em espaços públicos de decisão; da visibilidade e valorização dos saberes das mulheres rurais e de suas práticas de cuidado, atribuídas tradicionalmente a elas pela construção social de gênero (SILIPRANDI, 2009a).

É nesse cenário de reconhecimento das mulheres rurais enquanto produtoras agroecológicas e sujeitos políticos de direitos, que se ergue a Rede Xique Xique. Para os grupos de mulheres da Rede, a entidade parece ser muito mais do que um espaço de organização para a produção e comercialização de alimentos e artesanatos, constituindo-se também como uma potencial estratégia de articulação, formação permanente e fortalecimento para as próprias mulheres (CASTRO, 2012). Além de participarem de encontros, formações<sup>36</sup>, intercâmbios nas redes de agroecologia e nos fóruns de economia solidária, as mulheres da Rede participam de forma ativa do movimento feminista (Figura 8), particularmente por meio da Marcha Mundial de Mulheres (MMM)<sup>37</sup> (DANTAS, 2005).

---

<sup>33</sup> Para mais detalhes sobre essa crítica feminista à postura antropocêntrica, androcêntrica e etnocêntrica da ciência ocidental, particularmente desde perspectivas ecofeministas, ver Montiel e Neira (2014).

<sup>34</sup> Utiliza-se o termo *raça* neste trabalho, levando em conta sua origem polêmica. Para mais detalhes ver Quijano (2007). Ao longo do texto se utiliza este termo da forma como os feminismos interseccionais o tem mobilizado.

<sup>35</sup> Nesse sentido, algumas vertentes dos feminismos pós-coloniais têm auxiliado a debater e chamar a atenção para o reconhecimento das diferentes formas de dominação que se entrecruzam, constituindo as diversas identidades das mulheres (SILIPRANDI, 2009a).

<sup>36</sup> Ao longo da tese se usa o termo *formações* para designar cursos e encontros destinados a capacitar e informar, ressaltando que, muitas vezes, as mulheres e suas organizações também se referem a atividades de cunho político.

<sup>37</sup> A MMM é um movimento feminista internacional de organização e luta das mulheres para a igualdade e contra o capitalismo patriarcal, racista e lesbobifóbico, iniciado nos anos 2000. Está presente em vinte estados do Brasil, organizado em núcleos e comitês (MMM, [2018?]).

**Figura 8 - Mulheres da Rede Xique Xique em marchas, encontros e formações junto a entidades feministas parceiras**



Fonte: Dias (2017); CF8 (2019); Camargo (2019).

A organização que integra as ações da MMM localmente é o CF8. Esta é uma entidade chave que tem oferecido apoio, assessoria e formação em questões de gênero, auxiliando na organização e fortalecimento dos grupos de mulheres da Rede. O CF8 é uma ONG que surgiu em Mossoró em 1993, com o objetivo inicial de realizar ações de denúncia e combate à violência contra a mulher, e que aos poucos foi ampliando suas atividades até se converter num centro de referência de formação em gênero no estado, fortalecendo a organização de mulheres, particularmente de trabalhadoras rurais (CF8, [2017?]). Nas palavras da própria entidade: “Nossa visão de mundo e o que queremos transformar se dá na análise crítica das relações de dominação e no entendimento das questões de classe, gênero e raça/etnia. [...] somente a partir da auto-organização as mulheres poderão conquistar sua autonomia” (CF8, [2017?]).

O CF8 é uma entidade parceira da Rede Xique Xique na formação em gênero, na organização dos grupos, na própria assistência técnica para a geração de renda e no envolvimento das mulheres nas atividades de economia solidária e feminista (PEREIRA, 2016). Nessa longa trajetória conjunta, as mulheres da Rede Xique Xique destacam a importância de sua entidade assumir uma identidade feminista (CASTRO, 2012).

Segundo Pereira (2016), a parceria do CF8 com a extinta Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais (DPMR) do extinto Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), ajudou a expandir o campo de atuação dessa entidade feminista, potencializando as atividades e discussões sobre a agricultura familiar e a produção agroecológica nos grupos de mulheres rurais. Um dos convênios entre essas duas entidades, e que envolveu diretamente a Rede Xique Xique no Rio Grande do Norte, foi a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para Mulheres, que visava garantir assistência técnica para trabalhadoras rurais no Sertão do Apodi, Mato Grande e Seridó (PEREIRA, 2016).

A parceria entre o CF8 e a Rede Xique Xique é antiga. Uma das ações conjuntas foi o projeto *Água Viva*,<sup>38</sup> que abrangeu a articulação direta entre água, mulheres e produção de alimentos, desenvolvendo uma tecnologia social de reaproveitamento da água usada nas atividades domésticas para a irrigação das hortaliças agroecológicas e das árvores frutíferas, após processo simples de purificação (CF8, 2015).

Recentemente, o CF8 tem desenvolvido junto à Rede Xique Xique, entre outras entidades, o projeto *Mulheres redesenhando a vida, transformando o semiárido*, cofinanciado pela UE.<sup>39</sup> Este projeto tem visado “[...] contribuir com a integração social e econômica das mulheres na perspectiva da promoção de territórios sustentáveis, [...] atuando especificamente pelo acesso às tecnologias sociais [...] junto a 500 mulheres rurais do semiárido nordestino” (CF8, [2018?]). O projeto foi planejado para atuar junto a grupos de mulheres organizadas em seis municípios do Ceará e quinze do Rio Grande do Norte no cultivo e beneficiamento de milho crioulo, especialmente para o preparo e comercialização em feiras (CF8, [2018?]).

Concluindo, cabe ressaltar que a capacidade de organização e mobilização das mulheres rurais em âmbito nacional ganhou destaque no processo da Constituinte, em que lutaram e conquistaram seu reconhecimento como trabalhadoras e como cidadãs, embora a efetivação de seus direitos seja lenta, e as relações familiares não se alterem automaticamente (FARIA, 2009). Neste sentido, a ação da Rede Xique Xique está vinculada ao que Siliprandi (2015) identifica como lutas das mulheres pelo direito a uma vida digna no campo, despontando como sujeitos políticos e mostrando a efetividade de suas lutas por meio de diversas conquistas. Neste escopo, como afirma a autora, “[...] a agroecologia não cumprirá seus propósitos de ser uma teoria e um modelo para ação emancipatória dos camponeses se também não se ocupar, teórica e praticamente, no enfrentamento das questões da subordinação das mulheres camponesas” (SILIPRANDI, 2009b, p. 150). As trabalhadoras

<sup>38</sup> Esse projeto fez parte do projeto maior *Mulheres: do Quintal ao Mar*, cofinanciado pela União Europeia (UE).

<sup>39</sup> O período de execução planejado pelo projeto foi de 2017 a 2020.

rurais vão angariando visibilidade e reconhecimento como sujeitos produtivos e econômicos. É fundamental, porém, questionar dentro de quais dinâmicas produtivas estão se inserindo. Por isto, torna-se relevante, na constituição desta pesquisa, evidenciar as transformações e reconfigurações dos mundos de vida das mulheres a partir da valorização do cotidiano e das situações vividas por elas.

#### 1.1.4 Emaranhando parcerias

Hoje em dia, a Rede Xique Xique se consolida como uma “[...] entidade de apoio, formação e mobilização política na defesa de uma maior igualdade de gênero, no fomento às práticas da economia solidária no semiárido potiguar e no estímulo aos sistemas agroecológicos de produção” (PEREIRA, 2016, p. 19). Para isso, a Rede se articula e participa de distintas organizações, fortalecendo o tecido social no âmbito da economia solidária, do feminismo e da agroecologia, como os três alicerces da entidade (CASTRO, 2012). As mulheres participam de fóruns de economia solidária; de encontros, formações e intercâmbios no campo da agroecologia; de reuniões e articulações com outras mulheres produtoras; de associações comunitárias; de formações e mobilizações feministas, entre outros.

Nesse processo, a Rede tem costurado parcerias relevantes com distintas organizações ao longo da sua trajetória, dentre elas o MMTR; o CF8; a MMM; a Rede de Mulheres do Semiárido; a ONG Visão Mundial; o Centro Terra Viva; a AACC; a Cooperativa de Assessoria e Serviços Múltiplos ao Desenvolvimento Rural (Coopervida); a ASA Brasil; o Fórum Potiguar de Economia Solidária (FPES)<sup>40</sup>; a Rede Brasileira de Comercialização Solidária (Rede ComSol); a Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF)<sup>41</sup>; a Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA); o IFRN; a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); as extintas SENAES/MTE e DPMR/MDA; a Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS); os Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) de distintos municípios; entre outros.

<sup>40</sup> O FPES é um espaço de articulação dos empreendimentos da economia solidária no Rio Grande do Norte.

<sup>41</sup> A RESF é uma rede nacional de articulação de empreendimentos da economia solidária e feminista, protagonizados por mulheres, fruto do trabalho realizado pela ONG Guayí, em parceria com a SENAES/MTE, por meio do Projeto Brasil Local – Economia Solidária e Feminista (período de 2010 a 2012) (GUAYÍ, [2019?]). Para maiores detalhes, acessar a plataforma de empreendimentos da RESF: <http://www.ecosolfeminista.com.br/>.

Recentemente, com a entrada do governo de Fátima Bezerra<sup>42</sup> no estado, a Rede tem iniciado uma parceria importante com a recém-criada Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar (SEDRAF)<sup>43</sup> do Rio Grande do Norte.

Parte dessas organizações têm sido parceiras chave da Rede Xique Xique na implantação de uma série de políticas, projetos e programas no âmbito da economia solidária, do feminismo e da agroecologia. Segundo Pereira (2016), as principais dificuldades da Rede Xique Xique são a burocracia para a regularização e formação de novos grupos, a dependência entre as mulheres produtoras e as entidades de execução de projetos e programas, e a descontinuidade destes últimos. Paradoxalmente, mesmo que um dos objetivos seja a autonomia econômica das mulheres rurais, o funcionamento da Rede enquanto entidade depende, por enquanto, do financiamento externo via projetos e programas. Nesse sentido, cria-se “[...] certa relação de dependência com organizações não governamentais da região. Igualmente se observa certo nível de dependência com o poder público” (PEREIRA, 2016, p. 192).

Por outro lado, parece haver distintas concepções sobre o funcionamento da Rede. Segundo Pereira (2016), há pouco envolvimento das mulheres cooperadas na gestão da Rede, e enquanto a coordenação tende a desejar que todos os alimentos e artesanatos sejam comercializados somente nas feiras, algumas produtoras parecem nem sempre ter essa prioridade, vendendo seus produtos também para atravessadores, conforme a necessidade. Longe de ser uma contradição, ou um *erro* no funcionamento, isso parece ser parte das capacidades e habilidades que as mulheres conseguem mobilizar. Essa agência surgida da própria experiência de participação na Rede parece ampliar seus *espaços de manobra* (LONG, 2001), a partir de seus interesses, necessidades e/ou contingências. Entende-se que a ampliação dos espaços de manobra se refere aos esforços cotidianos de estabelecimento de relações e condições que favorecem a agência, ou seja, a criação de capacidades de agir em favor dos interesses, crenças e necessidades das próprias mulheres.

Para além da agência humana, acionada no estabelecimento das múltiplas relações sociais que caracterizam a própria Rede, as materialidades que conformam os entornos vitais das mulheres também parecem ter alguma participação nos processos de mobilização. Assim, começa a emergir uma segunda questão hipotética da pesquisa, que se refere a indagar se, e como, as mulheres e suas materialidades estão mesclando a organização social, a ação política

---

<sup>42</sup> Fátima Bezerra faz parte do Partido dos Trabalhadores (PT), tendo assumido o governo do Rio Grande do Norte no início de 2019.

<sup>43</sup> A SEDRAF substituiu a antiga Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Apoio à Reforma Agrária (SEARA) no atual governo de Fátima Bezerra, do PT.

identificada com o feminismo e a produção de alimentos orientada pelos princípios agroecológicos.

### **1.1.5 Das armadilhas de gênero à potência das alianças com a materialidade**

Quanto aos projetos e programas de desenvolvimento sustentável com enfoque de gênero desenhados, financiados e/ou executados por agências de desenvolvimento e organizações não governamentais nos últimos anos no Brasil, parece haver certa tendência à representação homogênea do *novo* papel das mulheres rurais, no sentido de traçar trajetórias aparentemente unilineares de inclusão produtiva e autonomia econômica para a emancipação destas. Nessa lógica, argumenta-se que as mulheres rurais têm um papel chave na força de trabalho das pequenas propriedades, e criam-se então projetos e programas que promovem a produção, beneficiamento e comercialização de alimentos pelas mulheres (GODFRAY; CHARLES, 2010, p. 814). O *empoderamento*<sup>44</sup> destas através do empreendedorismo em pequenas iniciativas de produção e comercialização de alimentos saudáveis é visto como trajetória chave para a segurança alimentar e nutricional das famílias, para a autonomia econômica e emancipação das mulheres, assim como para a garantia da produção de alimentos suficientes para uma população mundial que tende a aumentar. Estas propostas parecem fazer emergir uma nova abordagem sobre as mulheres rurais, como elas passando a configurar-se como sujeitos potenciais (eventualmente, preferenciais) na edificação de soluções sustentáveis para o desenvolvimento.

Por um lado, Paulilo (2013) adverte que essa perspectiva, direcionada à diminuição da desigualdade de gênero por meio do mercado, pode ter o risco de estabelecer um padrão de produtividade masculina como um ideal a ser alcançado pelas mulheres.<sup>45</sup> Segundo a autora, pode ficar “[...] a ideia de que é do aumento de produtividade delas que depende, em grande parte, a diminuição da fome no mundo” (PAULILO, 2013, p. 304). Nessa lógica, para além de cuidar da família, da casa e do quintal, as mulheres devem aparentemente expandir seu trabalho, passando a produzir, beneficiar e comercializar alimentos saudáveis. Paradoxalmente, essa estratégia de inclusão produtiva e emancipação econômica das mulheres rurais pode gerar também sobrecarga de trabalho (SAMPER-ERICE; CHARÃO-MARQUES, 2017), configurando uma tripla jornada de trabalho.

---

<sup>44</sup> Ver Sadan (1997) para maiores detalhes sobre as origens e significados do termo *empoderamento*.

<sup>45</sup> Cabe deixar registrado que este não é o caso, por exemplo, da economia solidária e feminista, que defende outra concepção da economia, da produção e do trabalho associado.

Por outro lado, um dos argumentos para a necessidade de inserção das mulheres rurais em empreendimentos locais como forma de garantir segurança alimentar e nutricional das comunidades locais, parece estar fundamentado em certa naturalização das atividades de cuidado como tarefas intrinsecamente das mulheres. De forma ambígua, esse corpo narrativo sobre a igualdade de gênero pela inclusão produtiva parece vir acompanhado, às vezes, pela permanência da naturalização do cuidado enquanto dimensão propriamente feminina, pois se associa cuidado da saúde, da nutrição e dos filhos, à condição biológica das mulheres, e a responsabilidade por cuidar permanece sendo delas (PIRES, 2016). Porém, quando esses projetos e programas de inclusão produtiva vêm acompanhados de ações que questionam também a divisão sexual do trabalho na família, percebe-se certa tendência de redistribuição das práticas cotidianas de cuidado nas famílias.

Mesmo considerando a relevância das contribuições dos projetos e programas de inclusão produtiva das mulheres rurais, problematizam-se aqui os riscos de construir representações homogêneas sobre as trajetórias das mulheres rurais pela inclusão produtiva, na suposição que essas trajetórias econômicas conduzam automaticamente para a autonomia e emancipação das mulheres, assim como para a consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável. Chama-se a atenção, então, para os riscos de cair em certa *armadilha de gênero*, no sentido de criar novos problemas para as mulheres rurais a partir de ações dirigidas à sua própria emancipação.

Da mesma forma, questionam-se aqui alguns pressupostos universalizantes e essencialistas que fundamentam a construção de certos projetos e programas de desenvolvimento sustentável. Assim, Cornwall, Harrison e Whitehead (2007) chamam a atenção para a criação de determinadas narrativas ou *mitos de gênero* na construção de políticas e programas por algumas agências internacionais de desenvolvimento, enfatizando como as mulheres dos países do Sul são frequentemente representadas como ‘vítimas passivas’ do modelo urbano-industrial de sociedade ou como as ‘heroínas’ do desenvolvimento sustentável. Segundo as autoras, alguns mitos de gênero que fundamentam políticas e programas de desenvolvimento, como a suposição de que as mulheres são intrinsecamente mais pacíficas, harmoniosas, cuidadosas, menos corruptas, por exemplo, representam a categoria de mulheres rurais de forma homogênea, universalizante e idealizada, sem considerar a interseccionalidade dos distintos marcadores sociais que atravessam a vida dessas mulheres e que complexificam suas formas de existência. Por exemplo, a estratégia do Banco Mundial (BM) de colocar as mulheres de baixa renda como beneficiárias dos projetos e



programas de desenvolvimento para garantir a redução da pobreza de suas famílias e comunidades, está baseada, segundo Cornwall, Harrison e Whitehead (2007), no pressuposto universalizante de que as mulheres gerenciam melhor os recursos familiares no âmbito do cuidado, da alimentação e da educação dos filhos.

O paradigma *Women, Environment, Development* (WED), gestado a final dos anos 1970 como uma das estratégias de inclusão do enfoque de gênero nos debates e ações de desenvolvimento internacional, baseia-se na compreensão de que devido à “[...] desigualdade de papéis, atualmente, a mulher está mais próxima da natureza e de sua conservação do que o homem, já que, durante séculos, é ela que vem ocupando-se das necessidades de subsistência” (PEREIRA, 2015, p. 33). Por isso, argumenta-se que deveria se direcionar às mulheres a gestão e execução dos projetos e programas de desenvolvimento sustentável (PEREIRA, 2015).

Cornwall, Harrison e Whitehead (2007) destacam o uso instrumental de abordagens feministas na formulação de alguns corpos narrativos de gênero que fundamentam certas políticas e programas de algumas agências internacionais de desenvolvimento, chamando a atenção para a distância entre a complexidade de situações vivenciadas pela diversidade de mulheres rurais e algumas representações reducionistas que se faz delas.

De forma parecida, Samper-Erice e Charão-Marques (2017) problematizam a forma como as mulheres rurais são frequentemente vistas pelas políticas e programas como *meios* para o desenvolvimento das famílias, das comunidades e do meio ambiente, aumentando suas responsabilidades e naturalizando seu suposto papel de cuidadoras. Como registrado por estas autoras, o empoderamento das mulheres, que virou indicador de desenvolvimento dos países a partir dos anos 2000, no marco dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), é medido principalmente pelo acesso ao trabalho remunerado, pela participação política e pelo nível de educação, estabelecendo um padrão que nem sempre confere com a diversidade de modos de existência das mulheres rurais.

Paredes, Sherwood e Arce (2016) sugerem que há dinâmicas que os atores reorganizam na forma de distintas ‘contra-tendências’, com relação, por exemplo, a processos lineares e homogeneizantes de desenvolvimento. No caso das mulheres da Rede Xique Xique, se poderia considerar que elas mesmas, ao estarem situadas em experiências concretas, têm a capacidade criativa de processar, traduzir, ressignificar e materializar as distintas mensagens e recursos que lhes chegam. Esta perspectiva afasta as representações homogêneas e essencialistas das mulheres rurais de muitas das políticas e programas de desenvolvimento.

Mais do que subjetividades cristalizadas por esses dispositivos<sup>46</sup> de desenvolvimento, compreende-se que as mulheres rurais reconfiguram de diversas formas os corpos narrativos e as tecnologias de governo nas suas práticas situadas e cotidianas, segundo suas possibilidades, necessidades, contingências e/ou interesses, constituindo assim dinâmicas sociomateriais heterogêneas e complexas, potência que se materializa em múltiplos modos de existência.

É central para esta tese a compreensão de que as práticas cotidianas das mulheres da Rede Xique Xique são situadas e corporalizadas, sendo atravessadas pelo agenciamento das múltiplas materialidades. Neste sentido, tornou-se fundamental para a pesquisa explorar como se expressam e como se reconfiguram os espaços onde as mulheres da Rede existem (e resistem), considerando suas agências, assim como as potenciais alianças e agenciamentos de materiais, artefatos e entidades (*i.e.*, plantas, animais, solo, água, sal, aerogeradores, barcos, redes de pesca, entre outros).

Desde um reposicionamento do social, concebido a partir de um *continuum* cultura-natureza, Manuel DeLanda (2006, tradução nossa), tendo como referências centrais os filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari, aciona a noção de *ensamblagens*<sup>47</sup>, neste esforço de buscar a diluição das fronteiras binárias (humanos e não humanos, por exemplo), e propondo compreensões da realidade em termos de múltiplas materialidades que afetam e são afetadas. Esta posição é reforçada pelas abordagens dos feminismos neomaterialistas, que centram suas análises nas relações entre atores sociais e as materialidades que os rodeiam (COOLE; FROST, 2010; TUIN; DOLPHIJN, 2010).

Ao indagar se as dinâmicas sociomateriais, nas quais as mulheres da Rede Xique Xique estão envolvidas, contribuem para o estabelecimento de alianças políticas entre mulheres, assim como entre elas e outras materialidades presentes nos seus territórios de existência, surge uma terceira questão hipotética. Esta aponta para o questionamento de quais relações de afetação mútua entre as pessoas e as diversas materialidades presentes nas práticas cotidianas fazem parte de ensamblagens territoriais emergentes, e como estas participam de processos de (re)territorialização dos mundos de vida das mulheres.

---

<sup>46</sup> Aqui, o termo *dispositivo* se refere ao “[...] conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos” (FOUCAULT, 2000, p. 244).

<sup>47</sup> Manuel DeLanda (2006) utiliza a noção de “*ensamblagens*” na versão original, em inglês.

## 1.2 QUESTÕES E OBJETIVOS DA PESQUISA

As questões hipotéticas de pesquisa, que foram emergindo no andamento da construção da problematização, refletem no estabelecimento dos objetivos que nortearam esta pesquisa. É assim que a primeira questão indaga: quais são as potencialidades das interações afetivas entre as mulheres, a água e os alimentos que elas produzem? Tais interações permitem a visibilização das mulheres e de novas materialidades que passam a compor seus territórios de existência?

Assumindo que, para além da agência humana, se tornou fundamental considerar agenciamentos das materialidades que conformam os entornos vitais das mulheres, surge o questionamento: estariam tais materialidades compondo alianças que mesclam organização social, ação política feminista e a produção de alimentos? Em caso de uma identificação positiva destas ‘alianças’, emerge outra questão fundamental: quais práticas e relações de afetação mútua entre as mulheres e as diversas materialidades fazem parte de ensamblagens que podem estar participando de processos de reterritorialização dos mundos de vida das mulheres da Rede Xique Xique?

### 1.2.1 Objetivo geral

Analisar processos de desterritorialização e reterritorialização dos mundos de vida de mulheres ligadas à Rede Xique Xique de Comercialização Solidária, na região oeste do Rio Grande do Norte, compreendendo como surgem e como são acionados agenciamentos sociomateriais que participam de ensamblagens, compondo seus territórios de existência.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- a) identificar os principais processos de desenvolvimento que geram desterritorializações dos mundos de vida de mulheres que vivem na região do oeste potiguar;
- b) descrever a emergência da organização de grupos de mulheres que constituem a Rede Xique Xique, a partir da trajetória de vida de três das suas lideranças;
- c) descrever e analisar continuidades e discontinuidades de projetos de desenvolvimento, particularmente com ênfase em gênero, evidenciando a forma

como as mulheres da Rede se apropriam, reconfiguram, ressignificam, rearranjam e/ou materializam as propostas desses projetos;

- d) descrever e analisar as práticas situadas, acionadas por grupos que compõem a Rede Xique Xique, evidenciando os entrelaçamentos entre as mulheres, e entre elas e as materialidades dos seus entornos, averiguando que alianças ou ensamblagens podem estar provocando processos de reterritorialização.

### 1.3 PERCURSO METODOLÓGICO: TRAÇANDO OS CONTORNOS DA PESQUISA

Esta seção apresenta como foi surgindo a pesquisa que daria lugar à tese, assim como as escolhas e os desafios metodológicos que a proposta de trabalho com atores sociais, práticas e materialidades impunham.

No início do percurso, ao começar a discussão de por onde trabalharíamos<sup>48</sup>, partimos de um tema amplo, a organização de mulheres rurais em torno da produção, beneficiamento e comercialização de alimentos saudáveis. O tema pensado, naquele momento, era fruto dos desdobramentos da pesquisa de Mestrado em Desenvolvimento Rural, que resultou na dissertação intitulada “Mulheres rurais e a construção da autonomia: as práticas e a ação coletiva das Bruxinhas de Deus em Cristal do Sul, RS”<sup>49</sup>, realizada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Essa pesquisa esteve focada na preparação coletiva de remédios caseiros à base de plantas medicinais e do atendimento em saúde por parte de mulheres rurais numa Farmacinha Comunitária na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Os desdobramentos da dissertação mostraram o vínculo entre as práticas de uso de plantas medicinais dos grupos organizados de mulheres rurais e a emergência de práticas de produção de base ecológica, observando uma maior preocupação, assim como propostas de ação, sobre o que esses grupos chamam de alimentação saudável (ORTUÑO; CHARÃO-MARQUES; SILVA, 2017).

Desde as primeiras pesquisas, reconhecemos um reposicionamento dos grupos organizados de mulheres rurais em distintos movimentos sociais, mostrando haver certo deslocamento do debate da saúde para um aumento do foco na organização produtiva e na

<sup>48</sup> Utiliza-se, de forma geral nesta seção de metodologia, a primeira pessoa do plural, exceto no trecho que faz referência a pesquisa de campo *in locus*, propriamente dita, onde se usa a primeira pessoa do singular.

<sup>49</sup> A dissertação estava vinculada ao projeto “Mulheres e Biodiversidade: plantas medicinais, conhecimento e aprendizagem coletiva no Sul do Brasil”, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Flávia Charão Marques e desenvolvido com apoio da SPM-PR, do MDA e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Chamada MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA - Nº 32/2012.

geração de renda, especialmente nos últimos quinze anos. Decidimos acompanhar, então, essas pistas que apontavam para possíveis mudanças na organização de mulheres rurais, deslocando também o foco de pesquisa para a produção, beneficiamento e comercialização de alimentos ‘saudáveis’. Iniciamos, assim, um duplo movimento: um campo exploratório, com participação ativa e engajamento em uma ampla diversidade de eventos, oficinas, palestras, encontros de grupos, entre outros; e um contínuo levantamento documental, de forma a realizar um mapeamento das experiências dos grupos de mulheres, identificando distintas práticas e corpos narrativos.

Por um lado, o levantamento inicial de documentos sobre políticas, projetos e programas nacionais para mulheres rurais nos últimos anos, especificamente desde 2003, grosso modo, mostra que houve uma paulatina emergência de ações governamentais dirigidas a mulheres rurais, promovida, em parte, pelo fortalecimento dos movimentos sociais do campo, mas também pelas diretrizes políticas dos governos progressistas do período. Percebemos, nesses corpos narrativos, que prevalece uma tendência de incentivo à criação e capacitação de grupos produtivos de mulheres rurais como via de emancipação e autonomia econômica, assim como para a inclusão social e produtiva das mulheres rurais no desenvolvimento do país.

Um dos pontos de partida iniciais para a construção da problemática foi explorar a agência das mulheres num contexto de implantação de políticas públicas promotoras de organização produtiva, seguindo as práticas e as narrativas incorporadas de grupos de mulheres e assistentes técnicos em situações de *interface*.<sup>50</sup> Porém, a pesquisa de doutorado começou num momento de profundas transformações sociais, econômicas e políticas no Brasil, iniciando com a concretização do *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff em agosto de 2016, passando pelo curto governo de Michel Temer e finalizando com a entrada do ultraconservador Jair Bolsonaro à Presidência da República. Esse conjunto de fatos desencadeou fortes mudanças institucionais nas estruturas do Estado, passando a reconfigurar prioridades pela desestruturação de distintos ministérios, secretarias, programas e projetos. Aqui, cabe ressaltar que a extinção do MDA (e com ele também da DPMR), assim como a extinção da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), com a consequente eliminação de recursos financeiros para a implantação de ações destinadas a mulheres rurais, abriu um cenário de incertezas para muitos grupos locais e movimentos

---

<sup>50</sup> O termo *interface* faz referência a situações em que distintos mundos de vida se encontram em dinâmicas de disputa e negociação, em termos, por exemplo, de discontinuidades de interesses, valores, conhecimentos e poder, e heterogeneidade estrutural (LONG; PLOEG, 2011).

sociais do campo. Essa profunda mudança no cenário nacional acabou por redirecionar, de certa forma, o próprio andamento da pesquisa.

Por outro lado, realizamos também um levantamento de documentos dos últimos anos sobre projetos e programas de desenvolvimento, com enfoque de gênero, de algumas agências e organizações não governamentais internacionais que atuam na América Latina, tentando compreender as racionalidades narrativas que norteiam a atuação dessas organizações na interface específica entre mulheres rurais, alimentação e desenvolvimento. Percebemos que, aparentemente, a concepção sobre *mulheres* e *gênero* dessas organizações não é estável nem homogênea, sendo modificada ao longo do tempo e, por isso, gerando distintos projetos e programas com diferentes enfoques (PEREIRA, 2015). Porém, parece haver uma tendência, nos últimos tempos, de construção de trajetórias aparentemente unilineares de inclusão produtiva e emancipação econômica para as mulheres rurais na América Latina e Caribe.

Começamos, então, um mergulho na diversidade dos estudos feministas, acompanhado de observações participantes em eventos, oficinas, palestras, grupos, entre outros, na tentativa de compreender a complexidade dos debates sobre mulheres e gênero. Fruto deste percurso, a presente tese traça uma possível cartografia dos estudos feministas, com ênfase no processo de desconstrução da categoria *mulher* e de complexificação do sujeito dos feminismos, de forma a apresentar e argumentar a escolha, nesta pesquisa, pela abordagem das novas materialidades, ou feminismos neomaterialistas. Acreditamos que esta possa ser uma contribuição inovadora da tese para os estudos rurais, na sua interface com os estudos feministas.

Nessa fase do trabalho, a pesquisa de doutorado passou a integrar o projeto “Cooperação, criatividade e sociobiodiversidade: uma questão de gênero”,<sup>51</sup> do Grupo de Pesquisa Inovação, Sociedade e Eco-Territorialidades (GRIST/PGDR). Este fato auxiliou a ‘entretecer’ a presente pesquisa com outras investigações, ainda em andamento, sobre cooperativas de mulheres rurais em distintos estados brasileiros.

---

<sup>51</sup> Coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Flávia Charão Marques e desenvolvido com apoio do CNPq e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP). Chamada CNPq/SESCOOP - Nº 007/2018. O projeto “[...] busca identificar e analisar as transformações socioeconômicas produzidas pelo cooperativismo, particularmente em sua interseção crítica entre as demandas contemporâneas de gênero por igualdade e inclusão socioeconômica, e a problemática da alimentação [...] Contribui para elucidar como as mulheres cooperativadas, em suas práticas situadas localmente, estão vivenciando mudanças intrafamiliares e comunitárias, ao mesmo tempo em que expandem seu espaço de existência vital individual, através de formas de organização cooperativa e da sua inclusão nos mercados, obtendo reconhecimento de seus territórios e de seus produtos como parte de um patrimônio bio-cultural”.

Da mesma forma, o período de doutorado sanduíche<sup>52</sup> na *Wageningen School of Social Science* (WASS), da *Wageningen University and Research* (WUR), na Holanda, junto aos grupos de pesquisa *Sociology of Development and Change* (SDC) e *Gender Studies*, possibilitou a integração desta pesquisa de doutorado ao cenário internacional de debates analíticos contemporâneos sobre feminismos e desenvolvimento.

Desta combinação dos estudos acadêmicos, da experiência de pesquisa no exterior e do mapeamento de grupos de mulheres rurais, bastante influenciada pelas pesquisas que já vínhamos desenvolvendo, foi emergindo o delineamento do trabalho de pesquisa, descrito nas próximas seções.

### **1.3.1 Escolha pela Rede Xique Xique de Comercialização Solidária: uma etnografia multissituada**

Seguindo a perspectiva das novas materialidades, o estudo de caso se mostrou como o caminho metodológico mais adequado, compreendendo os conhecimentos enquanto *saberes localizados* (HARAWAY, 1995), não universais, e na procura da potência da singularidade. Após o mapeamento de experiências, optamos pela Rede Xique Xique de Comercialização Solidária no estado do Rio Grande do Norte, por ser uma das redes significativas de grupos de mulheres rurais organizados em torno da produção, beneficiamento e comercialização de alimentos, que tem reivindicado uma identidade *feminista* como um dos princípios norteadores de sua trajetória e suas práticas.

Sendo coerente com a escolha teórica, decidimos realizar uma pesquisa de abordagem qualitativa de cunho etnográfico, com a pretensão de observar, registrar e analisar como os atores sociais dirigem ou enredam seus caminhos de vida através de suas múltiplas respostas e experiências (LONG, 2007), mas também como constroem relações com as materialidades presentes em suas práticas situadas (ARCE; CHARÃO-MARQUES, 2021). Prestamos atenção nos processos que produzem heterogeneidades (LONG, 2001), tentando identificar e

---

<sup>52</sup> O doutorado sanduíche na Holanda, que aconteceu entre os meses de novembro de 2018 e abril de 2019, foi supervisionado pelo PhD Gerard Verschoor e a PhD Chizu Sato, sendo financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do Programa Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE).

compreender a complexidade de práticas sociais<sup>53</sup> (SCHATZKI, 2001), assim como os possíveis agenciamentos sociomateriais.

Compreendemos, aqui, o fazer etnográfico, como um espaço de fricção de mundos, na tentativa de “ver, ouvir e escrever” o outro (OLIVEIRA, 1998; PEIRANO, 1995; DA MATTA, 1978; FONSECA, 1999), evitando reificações e atendendo para o dinamismo, complexidade e ambiguidade dos distintos mundos de vida. A pesquisa etnográfica pressupõe que a interação direta com os atores na sua vida cotidiana possibilita uma melhor compreensão de seus desejos, motivações, práticas e significados. O convívio cotidiano junto aos atores sociais e a multiplicidade de materialidades nos seus contextos singulares tem o potencial de possibilitar uma aproximação e apreensão das dinâmicas sociomateriais presentes nos territórios. O olhar etnográfico envolve a inserção na vida cotidiana dos atores sociais, no compromisso de refletir sobre a realidade sociomaterial, vivenciando a experiência de intersubjetividade e sendo consciente de que, quem pesquisa, também passa a ser ‘objeto’ de observação (LÉVI-STRAUSS, 1974), rompendo, assim, com as dicotomias estabelecidas entre sujeito e objeto de pesquisa.

Acompanhar a vida cotidiana não significa apenas prestar atenção nas práticas cotidianas dos atores sociais, mas, como aponta Castoriadis (1993), consiste em ampliar os horizontes para compreendê-la como espaço de construção de intersubjetividade. A vida cotidiana é um cenário complexo e plural, e essa heterogeneidade permite compreendê-la como espaço de atravessamento e de relações que se influenciam e modificam mutuamente (OTERO, 2017).

Mais do que mero recurso descritivo, a etnografia se consolida como um saber-fazer científico, como uma prática que “[...] se aprende fazendo” (BRITES; MOTTA, 2017, p. 29). Partimos da compreensão de que as relações sociomateriais não são “captadas *in locus*” pelo mero fato de observar os mundos de vida dos atores sociais, ou seja, não há ‘realidades objetivas’ a serem desvendadas. Em vez disso, entendemos que a pesquisa se nutre do trabalho criativo e interpretativo de construção de uma possível narrativa etnográfica, como forma de escrita provisória “para integrar eventos” (FONSECA, 1995).

Após uma pesquisa de campo exploratória, em 2018, para conhecer a sede e a organização da Rede Xique Xique, acompanhar algumas feiras, visitar alguns de seus grupos

---

<sup>53</sup> Schatzki (2001) define a prática como um conjunto de ditos e feitos, assim, as práticas podem ser consideradas portadoras de significados, linguagem e normatividade, além serem fonte para a compreensão de mudança social, em especial, tomando as ações de pessoas em suas interações com o mundo material.



e identificar as principais interlocutoras da pesquisa, optamos pela *etnografia multissituada*<sup>54</sup> (MARCUS, 1998), desde múltiplos locais de observação e participação. Indo além da dicotomia local/global, a etnografia multissituada tem o potencial de possibilitar o reconhecimento da complexidade de interações entre atores sociais e materialidades nos distintos contextos singulares, a partir da observação participante na vida cotidiana.

Nesse sentido, foi central para o desenvolvimento metodológico acompanhar e observar as práticas cotidianas de produção, beneficiamento e comercialização de alimentos de grupos específicos da Rede Xique Xique em distintos espaços, incluindo as atividades de produção de base ecológica nos quintais, as dinâmicas de comercialização nas feiras locais, as reuniões e formações, as atividades dos projetos, a participação em eventos junto com entidades e redes parceiras, entre outros.

Após a fase dos estudos exploratórios, foi ficando claro que a pesquisa envolveria, então, o acompanhamento da vida sociomaterial de grupos específicos da Rede Xique Xique no seu cotidiano, fazendo o esforço de evitar a elaboração de categorias pré-definidas, o que poderia vir a determinar ou delimitar a realidade pesquisada a partir de abstrações prévias. No entanto, haveríamos de definir quais ‘grupos específicos’ participariam da pesquisa, e quais seriam as principais interlocutoras. Pela metodologia escolhida, não se tratava de retirar uma ‘amostra representativa’, se referia muito mais a deixar-se afetar pelas situações com as quais começávamos a ter contato. É assim que a etnografia multissituada foi também se desenhando no andar da pesquisa, como se descreve em seguida.

### **1.3.2 Traçando a entrada da pesquisa: trajetórias de vida**

Esta pesquisa não objetivou se consolidar como um estudo extensivo sobre a Rede Xique Xique. Tampouco se ocupou de definir casos representativos ou comparativos. A pretensão não foi, assim, a de extrair ‘conclusões’ sobre o funcionamento da Rede, nem extrapolar resultados para explicar outras iniciativas que fossem aparentemente similares. Ao contrário, sendo fiel à abordagem teórico-metodológica escolhida, a pesquisa se ocupou de descrever, detalhar e visibilizar o que surge como *significativo* a partir das narrativas e das práticas cotidianas de mulheres da Rede.

De certa forma, ao ter presente que, para a pesquisa, era fundamental observar e registrar as práticas situadas, também foi ficando claro que seria através destas que

---

<sup>54</sup> Segundo Marcus (1995), essa forma de etnografia tem o objetivo de seguir trajetórias inesperadas de atores, assim como a circulação de práticas, objetos e significados em um difuso ‘tempo-espaço’.

poderíamos ‘acessar’ os territórios de existência das mulheres da Rede. Assim sendo, optamos por ‘entrar em campo’, inicialmente, seguindo a trajetória de vida de três mulheres que têm sido reconhecidas como lideranças em suas comunidades, e que, na época da pesquisa de campo, eram coordenadoras da Rede. Cada uma dessas mulheres teve papel fundamental no surgimento de grupos que viriam a compor a Rede Xique Xique. Compreendemos que a trajetória dessas mulheres poderia ser, então, a ‘porta de entrada’ para acessar e observar as práticas dos grupos em suas singularidades, possibilitando, assim, uma melhor apreensão dos processos que compõem os territórios.

A escolha das três mulheres aconteceu de uma forma muito ‘orgânica’. Acompanhando o cotidiano de atividades da Rede Xique Xique na cidade de Mossoró, dentre as quais feiras, encontros e reuniões, fui<sup>55</sup> estabelecendo vínculos com as mulheres mais presentes nessas atividades, que eram as três coordenadoras: Navegantes, Neneide e Tatiana. Aos poucos, percebendo minha disposição, foram me convidando para conhecer os grupos de mulheres da Rede em suas próprias comunidades. Desde uma postura metodológica sensível, que a abordagem etnográfica potencializa, ampliei meu olhar para que elas mesmas fossem ‘mostrando o caminho’. Cabe deixar registrado, porém, que o fato de não ter delimitado previamente ‘critérios fixos’ para a escolha dos grupos da Rede, não significa que não tivesse um fio condutor entre eles. Ao contrário, o fato que suas lideranças fossem as coordenadoras, vinculando e articulando, de forma significativa, seus grupos com a Rede, permitiu maior apreensão dos territórios de existência cocriados por essas mulheres no oeste potiguar.

A seguir, localizamos brevemente os grupos que essas três mulheres lideram. Porém, maiores detalhamentos serão apontados nos três capítulos que desenvolvem os resultados da pesquisa multissituada:

- a) Navegantes é marisqueira. Lidera a Associação das Mulheres Pescadoras e Artesãs do Município de Grossos (AMPAG), na praia de Pernambuco (em Grossos). Esta associação, criada em 2007, é um empreendimento composto por marisqueiras que realizam práticas de mariscagem, beneficiamento e comercialização de mariscos. As mulheres também produzem e comercializam artesanatos à base de conchas.
- b) Neneide é apicultora assentada. Lidera grupos de mulheres no assentamento Mulunguzinho, localizado no município de Mossoró. Além do Grupo de Mulheres Decididas à Vencer, criado em 1999, pioneiro na produção de hortaliças orgânicas

---

<sup>55</sup> Utiliza-se, a partir deste trecho, a primeira pessoa do singular, quando se faz referência à experiência em campo, propriamente dita, que foi realizada só pela pesquisadora doutoranda.

na região e grupo fundador da Rede Xique Xique, existem atualmente no assentamento o grupo do mel, o grupo Gold da Paz e o grupo das polpas de fruta. As mulheres de Mulunguzinho têm também produção de base ecológica em seus quintais.

- c) Tatiana, que foi pescadora artesanal durante grande parte de sua vida, é hoje agricultora assentada. Lidera o Grupo de Mulheres Lagoa de Salsa, no município de Tibau, formado por agricultoras que desenvolvem práticas de base ecológica em seus quintais. O grupo também está organizado localmente com outras mulheres para o enfrentamento à violência de gênero.

O mergulho na pesquisa de campo, propriamente dita, foi realizado em 2019<sup>56</sup>. Acompanhei o cotidiano dessas mulheres em suas atividades, tanto dos grupos como da própria Rede. Observei e participei de práticas de mariscagem, de produção nos quintais, de beneficiamento, reuniões de organização, encontros, feiras, conselhos municipais, entre outros. Tive a oportunidade, então, de observar e registrar as práticas dessas mulheres em contextos bem distintos de relações interpessoais e sociomateriais, desde o espaço ‘íntimo’ da cozinha e do quintal, até espaços públicos onde as mulheres lideravam encontros e marcavam presença com seus corpos e suas falas, possibilitando, assim, o que poderíamos chamar de uma etnografia multissituada das práticas.

Cabe destacar que também visitei outras mulheres e suas experiências em grupos locais, como a Ceição, da Associação do Artesanato Rural de Grossos, no assentamento Caenga (em Grossos); a Ivonilda, do Grupo de Mulheres Juntas Venceremos da Associação da Agrovila Palmares e coordenadora da Comissão de Mulheres do STTR de Apodi (em Apodi); e a Ana<sup>57</sup>, do grupo de mulheres do assentamento Maurício Oliveira (em Assú)<sup>58</sup>. A troca com essas mulheres e a visita às suas localidades, auxiliou a ter uma visão mais ampla da diversidade de relações sociomateriais vividas pelas mulheres rurais no oeste potiguar.

Minha vivência em campo ocorreu desde uma abertura para sair da ‘zona de conforto’, deixando que as experiências me afetassem e, em certa medida, me transformassem. Longe de idealizar essa abertura frente ao ‘desconhecido’, a escolha por se deixar afetar me situou frente às próprias vulnerabilidades, provocando deslocamentos constantes e me convidando a conviver permanentemente com a incerteza. Essas experiências em campo deixaram um rastro

<sup>56</sup> Cabe deixar registrado que a pesquisa de campo já tinha terminado quando iniciou a pandemia de Covid-19 no Brasil, em março de 2020.

<sup>57</sup> A Ana não é propriamente da Rede Xique Xique, mas é associada da COOPERXIQUE.

<sup>58</sup> Os resultados da etnografia nestas localidades não foram incluídos na tese, por não fazer parte, diretamente, dos objetivos da pesquisa. Os dados poderão compor futuras pesquisas e artigos.

ambíguo em mim, enquanto pessoa-pesquisadora, pois ao mesmo tempo em que me senti mais vulnerável, conhecer as trajetórias de superação dessas mulheres e suas práticas cotidianas foi inspirador e me fortaleceu profundamente.

### **1.3.3 Procedimentos metodológicos**

Para a realização desta pesquisa etnográfica, desde uma perspectiva multissituada, foram mobilizados diversos métodos de geração de dados, dentre os quais a observação participante, entrevistas semiestruturadas, conversas informais, registros fotográficos, levantamento de documentos para a pesquisa de dados secundários e revisão de literatura.

A observação participante, base da pesquisa etnográfica, foi acompanhada de um registro sistemático das observações, reflexões e emoções vivenciadas em campo, por meio da utilização de um caderno de campo. Segundo Roese (2006), o diário ou caderno de campo é uma técnica que consiste na anotação dos dados gerados durante as observações de forma descritiva, assim como o registro do conteúdo reflexivo e analítico. Para realizar esses registros sistemáticos no caderno, é necessário observar atentamente, fixar na memória e, quando possível, anotar por escrito todas as falas, assim como as práticas, posturas, tonalidades de voz, contextos, entre outros.

Cabe ressaltar, aqui, a intensidade desse processo de registro cotidiano no diário, e o desafio de encontrar tempo e espaço, durante a pesquisa de campo, para realizar essa escrita sistemática, considerando que este é um trabalho solitário que demanda tempo à sós para escrever. Mergulhada na vida cotidiana das mulheres e suas famílias, envolvida em suas práticas e afazeres, vivenciando intensamente as conversas, trocas e atividades, e compartilhando todos os espaços, as estratégias mais utilizadas eram esperar a família dormir ou acordar de madrugada para fazer os registros densos no caderno de campo.

Além do diário, foi utilizada, em determinadas situações e prévia autorização, a técnica de gravação de áudio e vídeo, particularmente para entrevistar as interlocutoras da pesquisa. Segundo Gil (1999), nas entrevistas semiestruturadas não são realizadas perguntas objetivas, mas dimensões a serem narradas pelas entrevistadas, seguindo a orientação flexível da pesquisadora, que possui um roteiro prévio de questões norteadoras a serem tratadas. O uso das narrativas permite explicitar as diferentes visões de mundo e percepções da realidade que estão encarnadas nas práticas dos atores sociais (CARVALHO, 2007).

Por outro lado, os extensos registros fotográficos realizados durante a pesquisa de campo tomaram uma dimensão relevante e inesperada no processo de análise dos dados e na escrita da tese. A escolha teórico-metodológica desta pesquisa, centrada nas práticas e nas materialidades, terminou provocando um reposicionamento no uso das imagens enquanto narrativas visuais, situação não planejada previamente. A fotografia tem o potencial de incorporar novas dimensões à pesquisa, sendo que “[...] abre as vias para uma percepção do mundo visível diferente daquela propiciada por outros métodos de investigação” (GURAN, 2011, p. 86). O corpus fotográfico tem a capacidade de evocar aspectos que o texto não consegue, por vezes, expressar. Porém, é necessária a construção de uma articulação alinhada entre narrativas textuais e narrativas imagéticas na elaboração interpretativa da escrita científica, sendo que ambas têm relações complementares (ALVES; SAMAIN, 2004).

Concluindo, a análise interpretativa dos dados gerados em campo possibilitou a identificação e compreensão das percepções e práticas das mulheres da Rede no seu cotidiano, as relações sociomateriais estabelecidas, assim como a apreensão das necessidades, contingências e possibilidades que envolvem os processos de produção, beneficiamento e comercialização de alimentos dos grupos da Rede Xique Xique.

#### 1.4 ORGANIZAÇÃO DA TESE

A presente tese está organizada em cinco capítulos. No primeiro, foram apresentados o problema, as questões e os objetivos de pesquisa, assim como o caminho metodológico traçado ao longo desta investigação.

No segundo capítulo, detalha-se a abordagem teórica dos feminismos neomaterialistas, por meio de um denso percurso cartográfico dos estudos feministas. Essa ‘cartografia móvel’ tenta expressar a trajetória de desnaturalização e desconstrução da categoria *mulher*, assim como a complexificação, decorrente deste processo, do próprio *sujeito* dos feminismos. Argumentam-se, então, as potencialidades da escolha da abordagem das novas materialidades, e suas possíveis contribuições para os estudos contemporâneos do desenvolvimento, particularmente no que tange à pesquisa das práticas situadas, ensamblagens e agenciamentos sociomateriais.

Em seguida, os três próximos capítulos descrevem os resultados da etnografia multissituada, para cada um dos ‘casos’. No terceiro capítulo da tese, apresenta-se o caso de Navegantes e da associação das marisqueiras na praia de Pernambuco, no município de

Grossos. À continuação, o quarto capítulo mostra os resultados no caso da Neneide e dos grupos de mulheres no assentamento Mulunguzinho, no município de Mossoró. Por último, no quinto e último capítulo de resultados, descreve-se o caso de Tatiana e do Grupo de Mulheres Lagoa de Salsa, no município de Tibau.

Para compreender melhor a organização da tese, é relevante esclarecer, aqui, que os quatro objetivos específicos da pesquisa atravessam, transversalmente, os três capítulos de resultados. Assim sendo, esses capítulos descrevem, para cada um dos casos, os processos de desterritorialização dos mundos de vida; a emergência de grupos de mulheres; as trajetórias de vida das três coordenadoras; as continuidades e descontinuidades de projetos de desenvolvimento; assim como as práticas situadas, acionadas por esses grupos de mulheres, evidenciando os entrelaçamentos sociomateriais e os processos de reterritorialização dos mundos de vida no oeste potiguar.

Finalmente, no último capítulo da tese, são costuradas, brevemente, algumas considerações finais desta pesquisa.

## 2 PERCURSO CARTOGRÁFICO EM DEVIR DOS FEMINISMOS

Esta tese encontra forte inspiração nos chamados *feminismos neomaterialistas*, em especial, construindo uma interface com os estudos do desenvolvimento, problematizados pela perspectiva dos atores sociais e assumindo que há a necessidade de enfrentar desafios analíticos contemporâneos frente aos processos de des/re-territorialização dos mundos de vida de mulheres que vivenciam cotidianamente transformações sociomateriais em seus territórios.

Neste capítulo, é traçado um percurso cartográfico dos estudos feministas, mostrando a trajetória de desnaturalização e desconstrução da categoria *mulher*, decorrendo na complexificação do *sujeito* dos feminismos, de forma a argumentar as razões e potencialidades da escolha pela abordagem das novas materialidades, e delineando, assim, suas raízes nas transformações do pensamento feminista. Nas duas últimas seções do capítulo, é apresentada a abordagem dos feminismos neomaterialistas, buscando esclarecer suas contribuições para os estudos contemporâneos do desenvolvimento, especialmente, no que se refere à pesquisa empírica das práticas situadas, ensamblagens e agenciamentos entre mulheres rurais e suas materialidades cotidianas.

Longe de pretender realizar uma descrição e classificação sistemática dos feminismos ao longo da história, assume-se, aqui, o desafio de traçar um percurso cartográfico, cujo ponto de partida é a compreensão de que “[...] o pensamento é chamado menos a representar do que a acompanhar o engendramento daquilo que ele pensa” (PASSOS; KASTRUP; DA ESCÓSSIA, 2015, p. 10). Para Deleuze e Guattari (1980), as cartografias são acompanhamentos de processos, e não a descrição pura de estruturas ou substâncias fixas. Assim como para esses autores, em *Mil Platôs*, este “percurso cartográfico dos feminismos em devir” não pretende se constituir em uma ‘imagem do mundo’, como mera representação objetiva da realidade, mas como texto-agenciamento, como ‘mapa móvel’ que acompanha percursos rizomáticos dos feminismos.

Segundo Hemmings, existe uma narrativa histórica dominante que simplifica a complexidade do pensamento feminista e que o enxerga como uma “[...] marcha incansável de progresso ou perda” (HEMMINGS, 2009, p. 215). Em *Contando estórias feministas*, a autora realiza um exercício historiográfico, mostrando como o pensamento feminista tem sido narrado como uma superação linear de etapas ou estágios, e chamando a atenção de como essas narrativas dizem mais respeito à política do presente que à realidade do passado. Assim como afirma Spivak, “[...] o passado é um passado presente – uma história que é, em certo

sentido, uma genealogia do historiador. O que é marcado é o campo do desejo” (SPIVAK, 1999, p. 207), denunciando, com isso, o pretense desinteresse e a suposta neutralidade de quem narra a História.

Nesse sentido, não se pretende, aqui, descrever a História dos feminismos, mas sim cartografar, no sentido de trilhar um possível caminho entre muitos outros, que poderiam narrar histórias feministas. Com esta postura, o esforço é o de afastar-se de um viés positivista de ciência, que ambiciona acessar e descrever de forma totalizante, objetiva, e distanciada, um suposto ‘mundo real’. Estando mergulhadas no(s) mundo(s), é necessário considerar o que Haraway (1995) defende, desde uma epistemologia das perspectivas parciais, que os saberes são localizados, são construídos de forma situada no tempo e no espaço, e ao mesmo tempo se encontram corporificados. E é nesse sentido que se pode compreender também este “percurso cartográfico” como um desenho em construção de corpos de conhecimento feministas, que para além de meros recursos da linguagem, encontram-se profundamente enraizados nas realidades materiais.

Esta cartografia se encontra, então, ‘em devir’, no sentido que não existe de forma pré-determinada, não há essência a ser desvendada, constrói-se ao fazer, numa espécie de movimento contínuo em espiral de matéria-semiótica. E ao mesmo tempo, não existe ponto final de chegada. O final, provisório, também é contingencial, pois quem escreve está situado no mundo, em andamento.

## 2.1 BRUXAS, ‘ANIMAIS ERRANTES’ E AS PRIMEIRAS FEMINISTAS LIBERAIS

Inicia-se o percurso por esta constelação rizomática pelo fazer-pensar das feministas liberais, focadas na igualdade de direitos entre homens e mulheres. Com isso não se pretende afirmar que sejam estas as primeiras feministas, pois poderíamos considerar, por exemplo, as *bruxas*<sup>1</sup> da Idade Média, perseguidas pela Inquisição na Europa, como mulheres com um corpo de conhecimento e práticas feministas. Segundo Silvia Federici (2017, p. 290), até hoje, a caça às bruxas “[...] continua sendo um dos fenômenos menos estudados na história da Europa ou, talvez, da história mundial, [...] uma indiferença que beira à cumplicidade, já que a eliminação das bruxas das páginas da história contribuiu para banalizar sua eliminação física na fogueira”. Da mesma forma, a trajetória poderia iniciar descrevendo a pluralidade de experiências das mulheres curandeiras em diversas culturas e tempos, e o seu *saber-fazer*,

<sup>1</sup> “As bruxas são majoritariamente mulheres que lidam com as funções reprodutivas e da sexualidade (parteiras), e que, em função disto, detêm considerável dose de influência nas suas aldeias” (ALMEIDA, 1990, p. 75).



entendendo este como “[...] um saber não dissociado do fazer, um saber em constante transformação, pois se apropria de elementos externos, os transforma e absorve” (DE CERTEAU, 1997, p.155). Bruxas e curandeiras, por exemplo, mesmo não tendo se autodenominado feministas, poderiam ser um bom início para este percurso cartográfico. Por isso são nomeadas aqui. Porém, como já foi ressaltado, trata-se menos de achar os primórdios e de descrever uma trajetória histórica linear que contemple todo o fazer-pensar feminista, do que percorrer esta constelação rizomática traçando um mapa em movimento que auxilie a situar um lugar-corpo de fala.

Segundo Alves e Pitanguy (1983), *A Cidade das Mulheres*, da escritora francesa Christine de Pisan, escrito no século XIV, poderia ser considerado o primeiro tratado feminista liberal a afirmar a igualdade entre homens e mulheres. Porém, é com a organização política das mulheres durante a Revolução Francesa, em 1789, que emergem as raízes do que hoje entendemos por feminismo liberal. Nesse contexto, a escritora francesa Olympe de Gouges deixou registrado, em 1791, o texto *Os Direitos da Mulher e da Cidadã*, marco do discurso em prol da igualdade entre mulheres e homens na participação política e no reconhecimento da cidadania, que serviria de inspiração para a luta das mulheres pelo direito a voto durante o século XIX. De Gouges foi decapitada em 1793, segundo os revolucionários franceses, por “[...] querer ser um homem de estado e trair a natureza do seu sexo”<sup>2</sup> (COLLING, 2014, p. 25).

Por outro lado, a inglesa Mary Wollstonecraft, grande defensora dos princípios rousseauianos da Revolução, denunciou no livro *Defesa dos Direitos da Mulher*, de 1792, os ideais de Rousseau referentes à suposta inferioridade ‘natural’ das mulheres, apontando que a diferença entre homens e mulheres teria origem somente no acesso desigual à formação educacional da época (ALVES; PITANGUY, 1983). Wollstonecraft é também um marco de referência no fazer-pensar das feministas liberais até os dias de hoje, que longe de questionar o *status quo* do sistema (neo)liberal, defendem a inclusão social, política e econômica das mulheres na vida pública como trajetória para a igualdade entre os sexos (MCLAREN, 2016).

Cabe enfatizar que as bases do feminismo liberal emergem num contexto específico, no norte da Europa, durante o século XVIII, extremamente permeada pelos ideais iluministas centrados na primazia da razão. Esse é o cenário de consolidação da visão de mundo moderna, iniciada desde o século XVI, e construída a partir da criação de divisões dicotômicas do

---

<sup>2</sup> “[...] a acusação de tentar ser um homem de estado, era escrever, tentar ultrapassar a barreira do privado e trair a natureza de seu sexo era não se dedicar exclusivamente às paredes do lar, ao casamento e à maternidade, destino ‘natural’ de todas as mulheres” (COLLING, 2014, p. 25).

mundo, como cultura/natureza, razão/emoção, mente/corpo, objeto/sujeito, moderno/tradicional, ciência/religião, assim como pela relação hierárquica entre essas novas categorias.

Os muros da modernidade, ou modernidades, são levantados nesse cenário. Novas fronteiras são desenhadas, e com o tempo aprendemos a naturalizá-las, em especial, no mundo ocidental. As categorias de mente e corpo estão enraizadas em uma ontologia moderna como pares binários opostos. Nessa divisão ontológica, a capacidade racional é associada aos homens, enquanto corpo e emoção são associados às mulheres. Nesse sentido, o filósofo Rousseau deixou registrado no seu livro *Emílio, ou da Educação*, de 1762, obra que, segundo Colling (2014), serviu de referência na época para normatizar o lugar social das mulheres, que “[...] quase todas as raparigas aprendem com repugnância a ler e escrever, mas quanto a segurar a agulha, é o que elas aprendem sempre de boa vontade” (ROUSSEAU, 1992, p. 178). E ainda:

[...] As mulheres têm a língua flexível; elas falam mais cedo, mais facilmente e mais agradavelmente que os homens. O homem diz o que sabe, a mulher diz o que agrada; um para falar tem a necessidade de conhecimento, o outro do gosto; um deve ter como objeto principal as coisas úteis, a outra, agradáveis (ROUSSEAU, 1992, p. 54).

Evita-se aqui cair num reducionismo explicativo e propor conclusões causais, como a de que as desigualdades entre homens e mulheres teriam sido criadas nesse contexto de emergência do liberalismo econômico e da organização dos Estados modernos. Longe disso, Colling (2014) descreve como a prática discursiva e materializada sobre a ‘natureza feminina’, e sua suposta inferioridade, encontra-se presente na cultura ocidental já desde os antigos gregos. Platão, em 360 a. C., descrevia assim a origem das mulheres: “[...] entre os homens que receberam a existência, todos os que se mostraram cobardes e passaram a sua vida a praticar o mal foram [...] transformados em mulheres na segunda encarnação” (PLATÃO, 1986, p. 154). Para ele, o útero era um ‘animal errante’ que vivia nas mulheres com o desejo de procriar, e justamente porque elas gestavam seres humanos, que tinham dificuldade em produzir pensamentos (JOAQUIM, 1997).

Por um caminho distinto, mas com consequências parecidas para o corpo de conhecimento ocidental, Aristóteles reafirma em *As Partes dos Animais* a inferioridade intelectual das mulheres, por meio de argumentos biológicos referentes ao tamanho maior do cérebro dos homens, e ainda ressalta que “[...] o primeiro desvio é exatamente o nascimento de uma fêmea em vez de um macho” (ARISTÓTELES, 1957, p. 167). Na Grécia Antiga, as

mulheres, assim como os escravos e as crianças, não eram consideradas cidadãs, e não podiam, por tanto, participar dos debates e decisões nos espaços públicos.

A diferença dos papéis sociais entre homens e mulheres, assim como sua hierarquização, não emergem na ontologia moderna, pois suas raízes são bem mais antigas. Porém, com o princípio jurídico-filosófico da igualdade, cultivado e disseminado pelas revoluções políticas do século XVIII (BÜHRING; CAVALHEIRO, 2006), iniciam-se também as reivindicações por igualdade por parte das mulheres frente aos, então, emergentes Estados modernos.

É a partir do ‘século das luzes’ que vai se institucionalizar a racionalidade como instrumento chave para o desejado progresso da civilização. E é justamente nessa radicalidade da separação das concepções de mente e matéria, e sua relação hierarquizada, que as feministas liberais entram em cena. Sem questionar essa divisão ontológica, pois elas veem “[...] a racionalidade como a característica quintessencial, fundamental para a autonomia moral e política” (MCLAREN, 2016, p. 17), as feministas liberais vão defender, em última instância, que homens e mulheres têm as mesmas capacidades racionais.

Corporificadas dos ideais iluministas, feministas inglesas se organizam e se mobilizam durante o século XIX, num cenário de consolidação da Revolução Industrial, pelo direito ao voto, movimento que vai se espalhar depois em outros países. Segundo Evans (1994), essas mulheres reivindicam pela sua inclusão nos recém-criados Estados modernos, e pelo seu reconhecimento como cidadãs nos mesmos termos que os homens. Ao longo da história, as ações das feministas liberais têm tido, em geral, um carácter reformista, no sentido de estarem focadas na promoção de políticas de ação positiva para reduzir as desigualdades entre homens e mulheres (VARIKAS, 2009).

Sem pretender criar uma tipologia fixa, ou ainda uma categoria prévia, é justamente a partir da materialidade performática e do corpo de conhecimento em devir de distintas mulheres, em distintos lugares, que vai se desenhando essa teia complexa do que pode ser delimitado como feminismo liberal, mas que vai tomar formas distintas segundo o momento e o contexto. Porém, marcado pela centralidade da razão, reivindicação por igualdade, busca pela liberdade individual, e pelo desejo de progresso. Após a segunda Guerra Mundial, quando o *desenvolvimento* emerge como substituto ou nova designação para o progresso (BRESSER-PEREIRA, 2014), o fazer-pensar das feministas liberais vai se encontrar profundamente atravessada também pelo desejo de desenvolvimento. Abordar-se-á mais

adiante a materialidade desse vínculo estreito e sua capilaridade no fazer-pensar cotidiano do(s) mundo(s) contemporâneo(s).

## 2.2 “O PESSOAL É POLÍTICO”: PATRIARCADO E OS FEMINISMOS DA DIFERENÇA

Seguindo o percurso cartográfico desta constelação rizomática, encontramos que a partir da segunda metade do século XX, num cenário de industrialização pós-guerra, começam se materializar novas práticas e se forjar novos discursos, que posteriormente ficam conhecidos como *feminismos da diferença*. A escritora e filósofa francesa Simone de Beauvoir publicou *O Segundo Sexo* em 1949, livro que marcou profundamente sua época, assim como feministas até hoje. Nele, a autora parte da pergunta “o que é uma mulher?” para questionar os limites da condição ‘feminina’, argumentando como determinados processos sociais e históricos relegaram as mulheres ao lugar de “segundo sexo”, ou de “o outro”, em referência à posição central dos homens na sociedade. Nessa narrativa, Beauvoir aceita a diferença sexual entre homens e mulheres, mas problematiza como essa diferença tem sido utilizada para justificar e legitimar a subordinação e o papel secundário das mulheres na sociedade: “Todo ser humano do sexo feminino não é, portanto, necessariamente mulher; cumpre-lhe participar dessa realidade misteriosa e ameaçada que é a feminilidade” (BEAUVOIR, 1970, p. 7). Com sua célebre frase “não se nasce mulher, torna-se mulher”, esta pensadora existencialista questiona o determinismo biológico, afirmando que a chamada ‘essência feminina’ não existe *a priori*, mas se constrói pelas experiências sociais.

Encontram-se, nesse argumento, os primórdios do conceito de *gênero*<sup>3</sup> que, segundo Scott (1986, p. 1054), emergiu inicialmente entre as feministas norte-americanas na década de 60, para se referir à “[...] qualidade fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra denotava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como *sexo* ou *diferença sexual*”.

Cabe destacar outra forte influência da época para essa inovação no pensamento feminista: o livro *A Mística Feminina*, da norte-americana Betty Friedan. Publicado em 1963, este *best-seller* denuncia como a mídia da época representa as mulheres brancas num papel único de cuidadoras perfeitas do lar familiar, reduzindo, e limitando assim, seus potenciais.

---

<sup>3</sup> Mais adiante no texto se mostrará a complexidade desse termo, algumas críticas e desconstruções.

Revolucionário num cenário conservador, essa denúncia se materializa na organização e mobilização de toda uma geração de feministas.

Pensadoras, escritoras e ativistas feministas da diferença começam então a centrar suas práticas e discussões em novos campos de atuação, como a sexualidade, o corpo, a família, o mercado de trabalho, direitos reprodutivos, violência doméstica, estupro, divórcio, entre outros (MCLAREN, 2016). Algumas, conhecidas como *feministas radicais*<sup>4</sup>, enfatizam seus argumentos em base nas diferenças sexuais e reprodutivas entre os corpos de homens e mulheres (FIRESTONE, 1971; BROWNMILLER, 1975; MACKINNON, 1982; DALY, 1978). Porém, enquanto antigas feministas radicais entendiam a capacidade das mulheres de gerar filhos como um empecilho para a sua completa liberação (FIRESTONE, 1971), propondo então soluções tecnológicas, como a pílula anticoncepcional (OKIN, 2008), feministas posteriores irão celebrar sua capacidade reprodutiva (DINNERSTEIN, 1977).

Para todas elas, desde uma compreensão estruturalista da sociedade, a característica fundamental da organização social é a dominação sistêmica dos homens sobre as mulheres, conhecida como *patriarcado* (DELPHY, 1981). A escritora e ativista norte-americana Kate Millet publicou em 1970 seu livro *Política Sexual*, resultado da sua tese doutoral, marco referência do fazer-pensar das feministas radicais. Com o conhecido lema “*o pessoal é político*”, Millet (1995, p. 58, tradução nossa) “[...] propõe demonstrar que o sexo é uma categoria social impregnada de política”, e descreve como a dominação masculina se consolida no âmbito privado da família para depois se expandir nas relações de poder dos espaços públicos, atravessando, portanto, todas as esferas da vida social.

Millet contribui para estabelecer as bases conceituais do que se conhece como *patriarcado*, que para as feministas radicais vai ser o sistema de dominação original, primário, a partir do qual se desdobram outras desigualdades estruturais, como as de raça e classe. Para Pateman (1988), esse é um sistema de poder análogo ao escravismo, e segundo Morgan (1978, p. 9), “[...] é a raiz da opressão, aquela que, até e a não ser que extirpemos, continuará a se estender nos ramos do racismo, do ódio de classe, etarismo, competição, desastre ecológico e exploração econômica”.

Na mesma linha, Rich (1976, p. 57) entende o patriarcado como “[...] um sistema sociofamiliar, político e ideológico, no qual os homens, pela força, pressão direta ou ritual, tradição, lei e linguagem, costumes, etiqueta, educação e divisão do trabalho, determinam qual papel as mulheres devem ou não desempenhar”.

---

<sup>4</sup> “A etimologia da palavra ‘radical’ se refere a ‘algo que vai à raiz’” (MORGAN, 1978, p. 9).

Mesmo na diversidade de posturas e práticas das próprias feministas radicais, segundo Rowland e Klein (1997), pode-se afirmar que um aspecto comum é a luta política contra o que elas entendem por opressão das mulheres pelo sistema patriarcal, através de uma mudança radical das estruturas sociais existentes. Nesse sentido, para as feministas radicais a igualdade de direitos e o acesso das mulheres a meios e oportunidades não é suficiente, pois acreditam que as próprias instituições precisam ser transformadas, para se adequar às realidades específicas e experiências concretas das mulheres (ROWLAND; KLEIN, 1997). Sob essa influência, por exemplo, foram fundadas as primeiras instituições para mulheres nos Estados Unidos no final da década de 60, como abrigos para vítimas de violência doméstica, centros de saúde da mulher e centros de atendimento a mulheres vítimas de estupro (MCLAREN, 2016).

Para as feministas radicais, o patriarcado estaria, então, presente “[...] em todas as sociedades históricas e em todas as relações sociais” (GOLDBERG, 1989, p. 7). Nesse sentido, Piscitelli (2004) questiona a construção de práticas e narrativas das feministas radicais em base a uma categoria universal de mulher, centrada nas semelhanças biológicas e na criação de uma identidade coletiva transcultural e a-histórica. Já para Bleier (1984, p. 162), “[...] o patriarcado toma diferentes formas e desenvolve específicas instituições de apoio e ideologias durante diferentes períodos históricos e economias políticas”. O termo *patriarcado* é, então, controverso, e é usado de forma heterogênea dentro do movimento e corpo de conhecimento feminista (MORGANTE; NADER, 2014)<sup>5</sup>.

### 2.3 LUTA DE CLASSES E AS FEMINISTAS MARXISTAS

Enquanto para as feministas radicais a origem primária da opressão das mulheres é o sistema patriarcal, para as feministas marxistas essa opressão é consequência da dominação primária de classe gerada pelo sistema capitalista, enraizado num cenário de crescimento industrial e de estabelecimento da propriedade privada (MCLAREN, 2016). Desde uma perspectiva marxista, tem-se descrito a origem da desigualdade entre homens e mulheres no âmbito da produção, enfatizando a relação de base material entre o patriarcado e o capitalismo (HARTMANN, 1979).

Nas suas extensas obras sobre o sistema capitalista, Marx e Engels realizaram uma crítica à condição das mulheres no contexto específico de transformação industrial no norte da

---

<sup>5</sup> Para maiores detalhes sobre os distintos significados e usos do termo patriarcado nos estudos feministas, ver Morgante e Nader (2014).

Europa durante a segunda metade do século XIX. Por meio de uma abordagem estruturalista, estabelecem uma conexão entre esses dois sistemas de dominação (patriarcado e capitalismo) no âmbito do Estado, da sociedade e da família, concluindo que a superação de ambos só pode acontecer através de uma profunda e revolucionária transformação social, baseada no fim da exploração capitalista e na socialização dos meios de produção (ANDRADE, 2011).

Assim, nas suas obras de juventude, Marx critica a família patriarcal e a subordinação das mulheres, comparando a condição destas à de servos ou propriedade:

[...] A infeliz mulher fora condenada à mais insuportável escravidão, e o Sr. Von M. podia praticá-la apenas por estar amparado pelo Código Civil e pelo direito de propriedade, protegido por uma situação social que torna o amor independente dos livres sentimentos dos amantes e autoriza o marido ciumento a andar por aí com sua mulher acorrentada como o avarento com seu cofre, pois ela representa apenas uma parte de seu inventário (MARX, 2006, p. 37).

E ainda: “O ciumento necessita de um escravo; [...] o ciumento é antes de tudo um proprietário privado” (MARX, 2006, p. 41). Essa percepção inicial da condição das mulheres vai mudar ao longo do pensamento de Marx e Engels, de vítimas passivas à agentes de sua emancipação. Em *A Sagrada Família*, obra de 1845, os autores ainda descrevem “[...] aspectos desumanos da situação geral da mulher na sociedade” (MARX; ENGELS, 2003, p. 218). Porém, segundo Andrade (2011), em vez de aceitar a relação entre os sexos de forma meramente natural, abrem-se à compreensão dos fatores históricos dessa opressão.

A análise da família que eles desenvolvem desde a perspectiva histórica e materialista possibilita “[...] pensar as práticas sociais, a construção das instituições, assim como os valores transmitidos através das gerações, como processos mutáveis, que ocorrem via uma agência humana ativa e dinâmica, embora não determinista” (ARAÚJO, 2000, p. 65).

Ao longo de suas obras, Marx e Engels constroem uma nova imagem feminina associada às mulheres enquanto trabalhadoras, descrevendo suas condições de vida e os efeitos sociais da substituição de mão de obra masculina pela feminina, e mostrando, em última instância, “[...] a mudança significativa na concepção do papel desempenhado pelas mulheres sob o modo de produção capitalista, que agora avocam um papel ativo social, política e economicamente” (ANDRADE, 2011, p. 29).

Na perspectiva de Engels, a igualdade entre os sexos só seria possível pela “[...] transformação radical da ordem social através da socialização da propriedade privada. A derrota do capitalismo, portanto, significaria a derrota do patriarcado, posto que a base material da submissão da mulher ao homem seria minada” (ANDRADE, 2011, p. 36). Assim,

para Marx e Engels (2003, p. 219), “[...] o grau de emancipação feminina constitui a pauta natural da emancipação geral”.

As feministas marxistas, tanto teóricas como militantes, têm partido dessa concepção da sociedade estruturada em classes e da condição das mulheres trabalhadoras, para fazer suas releituras, construir novos reposicionamentos, e concretizar estratégias de ação, objetivando a transformação radical da sociedade. Para estas, a emancipação das mulheres só será possível quando a classe trabalhadora, em sua totalidade, se emancipar, e isso, desde a perspectiva marxista tradicional, só acontecerá pela derrubada do capitalismo e a construção de um novo sistema de organização social livre de opressões, o socialismo (MCLAREN, 2016).

Alexandra Kollontai foi pioneira desse feminismo classista no contexto da Revolução Russa de início do século XX, destacando-se na luta das trabalhadoras por direitos, e pela construção de um pensamento feminista baseado numa *nova moral sexual*. Kollontai (2011) argumenta como a situação das mulheres nesse cenário representa um problema social, conectando a exploração capitalista com a opressão feminina, tanto no mercado de trabalho como no espaço familiar. Para a construção de uma estrutura social renovada que garanta a libertação das mulheres, essa feminista propõe a igualdade de condições no acesso ao trabalho remunerado, a abertura dos relacionamentos entre homens e mulheres, constituindo uniões livres em vez de matrimônios, e uma mudança radical na organização familiar, passando da estrutura nuclear para o que ela chama de *família comunista proletária*, baseada na socialização dos serviços domésticos e do cuidado dos filhos (KOLLONTAI, 2011).

Para as feministas marxistas, as mulheres têm um papel chave nessa transformação da sociedade, já seja como “classe sexual” ou enquanto “sexo oprimido” (MCLAREN, 2016). Nancy Hartsock elaborou com detalhe essa visão no seu clássico artigo *Teoria do Ponto de Vista Feminista*, que serviu de inspiração para a epistemologia e as práticas do feminismo marxista. Hartsock (1983) parte do argumento de Marx de que a realidade consiste na atividade humana sensorial e prática. Sob esse foco na vida material, ela analisa as experiências concretas das mulheres, assim como as instituições que estruturam suas atividades, para compreender como essa realidade material específica pode gerar um ponto de vista diferenciado.

Partindo da compreensão marxista da divisão sexual do trabalho, Hartsock (1983) argumenta como as mulheres, pela sua situação no sistema de subsistência, assim como pela sua capacidade de gerar filhos, habitam um mundo com maior interação com a base material, onde a unificação da mente e do corpo é inerente às atividades performadas. Seguindo o



argumento de Marx, de que a consciência de classe, ou ponto de vista do proletariado, se desenvolve a partir das atividades práticas, Hartsock (1983) vai defender que as mulheres, por sua maior proximidade com a base material da realidade, têm um potencial maior para desenvolver essa consciência crítica do sistema capitalista, que ela vai chamar de *ponto de vista feminista*. As mulheres, enquanto grupo oprimido, teriam esse privilégio epistêmico de acessar um conhecimento mais profundo e crítico sobre o funcionamento do sistema androcêntrico e suas instituições (HARSTOCK, 1983). Seguindo esse raciocínio, estaria nelas o potencial emancipador e transformador da sociedade capitalista.

No Brasil, segundo Gonçalves (2011), a socióloga Heleith Saffioti foi pioneira ao analisar, nos anos de 1960, a condição da mulher desde uma perspectiva de classe, entendendo que a solidariedade entre as mulheres está subordinada à sua condição de classe. Numa primeira etapa de sua vida, a autora centra seus estudos em analisar o trabalho das mulheres na sociedade capitalista, enquanto numa segunda fase vai focar seu olhar na violência doméstica (GONÇALVES, 2011). Para Saffioti (1991, 1997), a sociedade capitalista, antes de tudo, está estruturada em classes sociais, porém, também está atravessada por outras contradições. Na segunda etapa de sua vida, a autora consolida uma análise da interseção de opressões de classe, gênero e raça/etnia<sup>6</sup>. Desde uma perspectiva histórica e materialista, Saffioti (2015) afirma o patriarcado como categoria que fundamenta a dominação nas sociedades capitalistas, não havendo, então, a possibilidade de emancipação das mulheres nessas sociedades estruturadas em classes.

### 2.3 A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E AS FEMINISTAS SOCIALISTAS

De forma similar às marxistas, as feministas socialistas centram seus estudos, suas práticas e lutas em questões vinculadas com o corpo, a dominação entre os sexos, a reprodução, a violência contra a mulher, entre outras, mas sempre entrelaçadas com as relações econômicas de base material da sociedade em cada contexto histórico. Segundo Jaggar (1983), as feministas socialistas integram aspectos do feminismo radical e do marxista, porém, problematizando o primeiro pelo seu essencialismo e a-historicismo, e o segundo pela pouca atenção à questão reprodutiva da vida.

Clara Zetkin, do partido social-democrata alemã, foi a principal líder feminina do socialismo europeu no final do século XIX e início do século XX, organizando e mobilizando

---

<sup>6</sup> Isto se aproxima da concepção do feminismo interseccional, que será abordada mais adiante.

mulheres a nível internacional para a causa socialista, e propondo, em 1910, a celebração do Dia Internacional da Mulher nos 8 de março. Crítica à família como instituição opressora, e persistente em mostrar a relevância da participação das mulheres na atividade política, Zetkin se inspirou profundamente no pensamento de August Bebel, expressado no livro *Woman and Socialism*, de 1879 (SANTOS; NÓBREGA, 2004). Segundo Bryson (1992), Bebel acreditava que a libertação das mulheres só se daria pela transformação radical da sociedade capitalista em socialista, na qual as mulheres se emancipariam economicamente pela socialização do trabalho doméstico e do cuidado dos filhos. Para Bebel, diferente que para Engels, as trabalhadoras eram exploradas não só pela sua condição de classe, mas também pelo fato de serem mulheres (BRYSON, 1992).

Segundo Mitchell (1971), o marxismo ortodoxo tem invisibilizado a dimensão reprodutiva da vida ao naturalizar a organização social da família, desconsiderando esta estrutura como um fenômeno, antes de tudo, social. Para as feministas socialistas, então, as análises econômicas que não levam em conta as questões vinculadas à divisão sexual do trabalho são totalmente parciais e incompletas (ANDRADE, 2011).

Para Hirata e Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho é resultado da divisão social, construída histórica e culturalmente, na relação entre os sexos. Segundo as autoras, essa divisão do trabalho, naturalizada por meio de narrativas baseadas no determinismo biológico, têm relegado tradicionalmente as mulheres à esfera reprodutiva da vida, no âmbito privado, enquanto têm situado os homens na esfera produtiva, do espaço público. Segundo Souza e Guedes (2016), essa divisão na relação do trabalho tem sido hierárquica, produzindo desigualdade, exploração e opressão entre os sexos.

As bases teóricas da divisão sexual do trabalho foram consolidadas na França, no início da década de 70 (SOUZA; GUEDES, 2016), e essa nova epistemologia feminista fortaleceu, segundo Castro (1992), o debate internacional sobre a invisibilidade do trabalho reprodutivo, não remunerado, realizado pelas mulheres, assim como possibilitou o questionamento dessa dicotomia entre a esfera pública e privada.

As feministas socialistas têm materializado suas práticas em favor de uma transformação profunda na divisão sexual do trabalho, entrelaçando suas lutas ao mesmo tempo contra o capitalismo e contra o patriarcado (YOUNG, 1980). Nesse sentido, não subordinam as questões relacionadas à dimensão reprodutiva da vida e a opressão sexual ao sistema de classes, como fazem as marxistas ortodoxas, ao mesmo tempo em que não

privilegiam as explicações sobre a dominação entre os sexos em detrimento da realidade econômica, como no caso das feministas radicais (MCLAREN, 2016).

Segundo Andrade, o feminismo radical tem produzido uma perspectiva idealista, universalista e a-histórica, que compreende a opressão das mulheres de forma desvinculada dos modos de produção de cada sociedade, funcionando por meio de uma “[...] lógica própria que ordenaria as relações familiares, estabelecendo divisões hierárquicas, padrões de conduta e formas de representação que concretamente se manifestariam na dominação das mulheres pelos homens em todas as camadas sociais” (ANDRADE, 2011, p. 77). O sistema patriarcal, então, não poderia ser entendido de forma isolada, sendo que a sexualidade, a economia e a política seriam mutuamente interdependentes (RUBIN, 1998).

#### 2.4 “MAS EU NÃO SOU UMA MULHER?”: INTERSECCIONALIDADE E O FEMINISMO NEGRO

Embora as feministas socialistas tenham chamado a atenção sobre a experiência diferenciada das trabalhadoras, enfatizando a relação entre as opressões de gênero e classe, não deram conta, segundo McLaren (2016), de outras estruturas sistêmicas de dominação, como a raça, etnia, orientação sexual, cultura, entre outras. É especialmente a partir dos anos 1980, que emergem outros reposicionamentos feministas centrados na diversidade de experiências vivenciadas por distintos grupos de mulheres num mundo cada vez mais globalizado (SILIPRANDI, 2009a). Esses novos feminismos se fundamentam na crítica à categorização dicotômica e hierárquica de sexo, problematizando particularmente a construção homogênea e normativa da categoria *mulher* (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL; LÉPINARD; VARIKAS, 2006).

Nesse sentido, foi a partir do feminismo negro norte-americano que se construiu e se consolidou o debate da interseccionalidade<sup>7</sup> no âmbito teórico e político, evidenciando o silenciamento das mulheres negras e as formas específicas através das quais se expressam e se entrelaçam as discriminações de raça e de gênero (ARCOVERDE, 2016). O sistema *sexo/gênero* foi o primeiro a ser contestado pelo feminismo negro, problematizando a

---

<sup>7</sup> O termo *interseccionalidade*, como descrito inicialmente por Crenshaw, refere-se à maneira como o posicionamento das mulheres negras, na intersecção de raça e gênero, torna sua experiência concreta da violência conjugal, da violência sexual e das medidas para remediá-las qualitativamente diferente da experiência concreta das mulheres brancas (CRENSHAW, 1991). Ao longo do texto vai se mostrar a complexidade do debate em torno desta perspectiva interseccional.

universalização do sistema de parentesco que serviu para fundamentar e argumentar a opressão de gênero (CARBY, 1987; HURTADO, 1989; SPILLERS, 1987).

As feministas negras questionaram de forma ampla os principais eixos teórico-práticos do que bell hooks<sup>8</sup> (1984, 2004) chamou de *feminismo branco*, incluindo o liberal, radical, marxista e socialista (DAVIS, 2004; HULL; SCOTT; SMITH, 1982; hooks, 1981, 1984). Segundo Jabardo (2012), o feminismo negro surge num contexto escravista, à diferença do branco, que emerge a partir da racionalidade do pensamento ilustrado, e as vozes mais significativas de suas raízes são Ida Wells e Sojourner Truth. O discurso de Truth, *Mas eu não sou uma mulher?*, proferido na Convenção de Direitos da Mulher em Akron, nos Estados Unidos, em 1852, é considerado, segundo Jabardo (2012), o relato oral fundacional do feminismo negro, no qual a autora desconstrói a categoria hegemônica de *mulher*, por estar centrada unicamente na experiência das mulheres brancas e, portanto, por terminar representando as negras como *não-mulheres*. Para Angela Davis (2004, p. 128, tradução nossa), o movimento feminista da época em prol do sufrágio feminino garantiu uma “[...] imediata e duradoura supremacia branca conquistada de maneira lícita”, excluindo as mulheres negras enquanto cidadãs, e enquanto mulheres.

O feminismo negro marca a produção teórica e o ativismo feminista dos anos 1980 nos Estados Unidos. Porém, para Nogueira (2001), este já emerge na década de 70 na agenda política norte-americana pela organização do movimento negro e das lutas antirracistas. Segundo Brah e Phoenix (2014), o grupo feminista negro *Combahee River Collective* já afirmava na época a necessidade de análises entrelaçadas dos distintos sistemas de opressão, argumentando que o feminismo centrado unicamente na diferença sexual não era suficiente para dar conta de explicar as condições concretas vivenciadas pelas mulheres negras nesse contexto norte-americano. As ativistas desse movimento afirmavam estar “[...] comprometidas com o trabalho sobre essas lutas em que raça, sexo e classe sejam fatores simultâneos de opressão” (COMBAHEE RIVER COLLECTIVE, 1977, p. 170).

Dessa forma, segundo Arcoverde (2016), o conceito de interseccionalidade surge por meio da práxis desses movimentos, e é consolidado posteriormente nos corpos de conhecimentos feministas. Para Jelin (2014), as análises feitas nos anos de 1960 e 1970 por Heleith Saffioti, Isabel Larguia e John Dumoulin (gênero e classe), Florestan Fernandes

---

<sup>8</sup> O nome de nascimento de *bell hooks* é Gloria Jean Watkins. Porém, mantém-se aqui o pseudônimo com o qual a feminista se apresenta em seus trabalhos de própria autoria, em minúscula, com o qual a autora pretende dar enfoque ao conteúdo de sua escrita.

(classe e raça), e Rodolfo Stavenhagen (classe e etnicidade), estão também baseadas numa abordagem interseccional, embora esse termo ainda não existisse na época.

A advogada afro-americana Kimberlé Crenshaw (1989) foi quem cunhou esse conceito, utilizando-o inicialmente para casos jurídicos de violência contra mulheres negras nos Estados Unidos na década de 80. Posteriormente, Crenshaw (1991) consolidou o termo na teoria feminista, argumentando que a soma das dimensões estruturais de sexo e de raça não dá conta das situações concretas das mulheres negras, precisando de análises específicas para esses entrelaçamentos. A partir de então a interseccionalidade se ergue, segundo Cole (2009), como área de investigação que estuda os significados e os efeitos do pertencimento a múltiplas categorias identitárias.

Segundo Jabardo (2012), a construção de gênero dentro do feminismo negro parte de uma negação, de uma exclusão. bell hooks (1981) retoma a interrogação feita por Sojourner Truth um século atrás, *Mas eu não sou uma mulher?* para levantar as bases do feminismo negro. hooks (1984, 2004) denuncia a universalidade e o racismo que impregnam os discursos e as práticas do feminismo branco na sociedade americana. Assim, por exemplo, vai analisar livros como a *Mística Feminina*, de Betty Friedan, para mostrar como a representação da mulher que cuida do lar fazia referência, em última instância, somente às mulheres brancas de classe média, e não a diversidade de vivências de todas as mulheres (hooks, 1984, 2004).

Para Spivak (1996), a posição de subalternidade das mulheres negras lhes possibilita realizar a crítica das situações e experiências de opressão marcadas pelo gênero, classe e raça, e lhes abre então um espaço potencial para a criação de outras práticas feministas. Da mesma forma, Davis (2004) afirma que não é possível analisar e intervir de forma separada sobre pessoas que vivenciam duplas e triplas experiências de discriminação, evidenciando que quando esses marcadores sociais se entrecruzam geram situações específicas de opressão.

Na construção de uma epistemologia alternativa, Collins (2000) propõe a conexão entre conhecimento, consciência e empoderamento, adotando a *teoria do ponto de vista*, para caracterizar as bases do pensamento feminista negro. A partir da negação de um ponto de vista homogêneo comum à condição feminina, Collins (2000) sugere que a consciência das mulheres afroamericanas sobre sua situação concreta de opressão e sobre suas experiências de vida possibilita o seu empoderamento, consolidando assim pontos de vista diversos e coletivos.

O feminismo negro afroamericano, surgido de um contexto de contestação pela vivência da escravidão, abriu espaço para a emergência de outros feminismos negros no

contexto europeu, como o britânico, incorporando elementos de análise específico nos contextos das migrações e dos grandes deslocamentos (JABARDO, 2012). Esse movimento possibilitou o reposicionamento da própria categoria de *negro*: “[...] ao trazer uma ampla gama de experiências diaspóricas para o primeiro plano em suas especificidades locais e globais, o feminismo negro representou a vida negra em toda a sua amplitude, criatividade e complexidade” (BRAH, 2011, p. 142, tradução nossa).

## 2.5 HETERONORMATIVIDADE E AS FEMINISTAS LÉSBICAS

Segundo Oliveira (2010), nos anos de 1970 e 1980, emerge um novo reposicionamento feminista, centrado na análise do entrelaçamento entre a opressão de gênero e da sexualidade. Da mesma forma que as feministas socialistas e negras problematizam a unidade da categoria *mulher*, chamando a atenção para as experiências concretas das trabalhadoras e das mulheres negras, as feministas lésbicas introduzem uma nova ruptura no pensamento feminista, questionando a heteronormatividade como modelo político hegemônico de organização na sociedade patriarcal (WITTIG, 1992). Surgido a partir do próprio movimento radical, as feministas lésbicas defendem um separatismo de suas lutas contra a normatização das vidas pelo modelo heterossexual (CLEF, 1989).

Nesse movimento, Wittig (1992) desnaturaliza o conceito de diferença sexual, denunciando sua a-historicidade e seu essencialismo, e ataca os pressupostos universalistas da heteronormatividade que, segundo a autora, atua como uma máquina de produção de sujeitos heterossexuais. Desde uma perspectiva construcionista, defende que o que constitui as mulheres, nessa estrutura de dominação, é a “[...] sua relação social específica em relação aos homens” (OLIVEIRA, 2010, p. 31). Situando as lésbicas fora do sistema heteronormativo e do campo da diferença sexual, as categorias de *homem* e *mulher* não dariam mais conta da totalidade de subjetividades. Desconstruindo a noção de *mulher*, Wittig (1992) propõe a categoria de *lésbica* como outra localização dos saberes e das práticas feministas.

Segundo Oliveira (2010), essa ruptura epistemológica constitui um ponto de inflexão no pensamento feminista, pois questiona seus próprios alicerces, erguidos a partir do pressuposto de que o único sujeito do feminismo é a mulher. Dessa forma, a teoria feminista contemporânea implode com as representações universalizadas do patriarcado e das mulheres como grupo identitário comum (ARCOVERDE, 2016).

## 2.6 DESCOLONIZANDO CORPOS, MENTES E SEXUALIDADE: AS FEMINISTAS PÓS-COLONIAIS

Essa ruptura no fazer-pensar feminista, provocada pela crítica das lésbicas à heteronormatividade, é atravessada também pelos corpos de conhecimento da *contramodernidade*<sup>9</sup>, incluindo os estudos culturais e pós-coloniais<sup>10</sup>, possibilitando “[...] grandes novidades tecnológicas que propõem a análise crítica das relações centro-periferia criadas pelo colonialismo” (BIDASECA, 2010, p. 93). É dessa forma que as feministas pós-coloniais, mergulhadas no debate da interseccionalidade, e focalizando na diversidade de experiências das mulheres, mobilizam questões centrais do debate sobre a *colonialidade do poder* (QUIJANO, 2005), atravessando e complexificando a própria epistemologia feminista.

Para estas, a interseccionalidade entre os marcadores sociais de gênero, classe, raça, etnia e sexualidade é um instrumento de análise chave para a compreensão das múltiplas dimensões da existência das mulheres nos espaços periféricos, já seja no Sul global como nas margens dos países do Norte (ARCOVERDE, 2016). Porém, desde uma perspectiva pós-colonial da interseccionalidade (ROTH, 2013), faz-se necessário acompanhar e analisar também as distintas formas como a colonialidade do poder atravessa a experiência concreta das mulheres.

Nesse sentido, problematizam a universalidade da condição feminina construída desde os chamados *feminismos ocidentais*, assim como questionam as próprias teorias pós-coloniais pelo seu androcentrismo e pela ausência de análises envolvendo as opressões de gênero. Mohanty (2008) propõe um movimento duplo, de desconstrução dos feminismos ocidentais e da teoria pós-colonial, ao mesmo tempo em que sugere uma construção dos *feminismos do terceiro mundo*<sup>11</sup>.

Para a desconstrução dos feminismos ocidentais, Mohanty (2008) analisa uma série de textos feministas produzidos pelas acadêmicas que escrevem sobre as mulheres rurais e sobre as trabalhadoras urbanas de países do chamado Sul global, e mostra como estes colonizam de forma discursiva a complexidade de vidas das mulheres não ocidentais. Segundo a autora, os sujeitos reais com suas próprias histórias coletivas, a heterogeneidade de experiências das

<sup>9</sup> *Contramodernidade* faz referência aqui ao que Bidaseca (2010) chama de estudos subalternos, estudos culturais e estudos pós-coloniais.

<sup>10</sup> Os estudos pós-coloniais se debruçam principalmente sobre a relação de antagonismo entre as metrópoles e as colônias, sobre a dicotomia colonizador/colonizado (ARCOVERDE, 2016). Alguns autores relevantes dos estudos pós-coloniais são, entre outros, Homi Bhabha, Stuart Hall, Paul Gilroy, Aimé Césaire, Frantz Fanon, e Albert Memmi.

<sup>11</sup> Ver Escobar (2007) para mais detalhes sobre a divisão discursiva do mundo entre Primeiro e Terceiro Mundo.

mulheres, são reduzidos nesses textos ao termo homogêneo e a-histórico de *Mulher*, como parte de uma prática discursiva hegemônica de representação da *Outra*. Esse movimento analítico de categorização prévia da *Outra* enquanto *Mulher* silencia a multiplicidade de atravessamentos que compõem a identidade desses sujeitos e suas histórias de vida. Segundo Mohanty (2008, p. 127), “[...] não se questiona o potencial descritivo da diferença de gênero, mas o potencial explicativo da diferença de gênero como a origem da opressão”. E é justamente nesse sentido que a autora defende a necessidade de desmascarar os universalismos etnocêntricos dos discursos acadêmicos das feministas ocidentais, assim como examinar as implicações políticas decorrentes dessas posturas analíticas.

Quanto a isso, as feministas pós-coloniais questionam a representação que é feita das mulheres não ocidentais nos textos acadêmicos e políticos, como grupos sem poder, politicamente imaturos, dependentes, vítimas do domínio masculino e do sistema tradicional. Para hooks (2004), as mulheres brancas têm uma atitude paternalista com as mulheres negras, tratando-as como vítimas passivas e, conseqüentemente, silenciando suas vozes. Sob a autoridade de mediadoras, os aspectos não reconhecidos do *status* social de mulheres brancas as impede de transcender seu racismo oculto.

Por outro lado, também problematizam os limites dos estudos pós-coloniais no que se refere ao gênero. Segundo Fanon (2001), a prática epistêmica de descolonização do corpo de conhecimento científico objetiva combater a visão etnocêntrica e racista que reduz as culturas não ocidentais a objetos de estudo marginais e exóticos. Curiel (2007) afirma que, enquanto a lógica acadêmica dominante é masculina, classista, racista e heterossexual, as próprias teorias pós-coloniais são também elitistas e androcêntricas. A autora enfatiza a ausência do debate sobre as opressões de sexo e sexualidade no pensamento pós-colonial de autores como Aimé Cesaire, Frantz Fanon, Aníbal Quijano, Enrique Dussel e Walter Mignolo.

Frente a essa ausência, Curiel (2007) propõe um novo significado de descolonização dos corpos, mentes e sexualidade das mulheres, entendendo que a colonialidade do poder se encontra também na confinamento dos corpos e na alienação das mulheres sobre seus próprios processos vitais. A prática de descolonização do conhecimento científico deveria registrar, segundo Curiel (2007), a heterogeneidade de produções teóricas e práticas subalternizadas, racializadas e sexualizadas. Nesse sentido, a autora mostra como as práticas e os saberes dos feminismos afroamericano, *chicano*<sup>12</sup>, afrolatino, indígena, entre outros, têm construído novas

---

<sup>12</sup> Feminismo *chicano* é aquele promovido por mulheres mexicanas nos Estados Unidos.



epistemologias pós-coloniais, possibilitando a expressão das potencialidades de vozes antes silenciadas.

Os feminismos pós-colonial e negro, segundo Kergoat (2010), têm se destacado pela desconstrução dos universalismos, por mostrar a heterogeneidade de experiências das mulheres, e por problematizar radicalmente as concepções de solidariedade e fraternidade. Esse foco na pluralidade de experiências das mulheres e, por tanto, na própria compreensão do que é ser mulher, encontra-se alinhado com a *política de localização* (RICH, 2003), que compreende as práticas e os saberes feministas como não universalistas, mas profundamente *situados* (HARAWAY, 1995) e imbrincados nos seus contextos específicos.

## 2.7 ROMPENDO FRONTEIRAS BINÁRIAS: DIÁSPORAS E VIDA ENTRE-LUGARES

Para além do debate feminista fundamentado em categorias binárias (opressor/oprimido, branco/negro, homem/mulher), Parmar (1990) expõe como a questão da identidade, entendida na sua complexidade, é central para as mulheres migrantes habitando experiências diaspóricas num contexto pós-colonial. Stuart Hall, o “intelectual da diáspora” segundo Chen (2000), entende a identidade da seguinte forma:

[...] A identidade hoje em dia se declina em novos repertórios de significados. Este conceito de identidade não é, por tanto, essencialista, senão estratégico e posicional [...] As identidades nunca se unificam e, em tempos da modernidade tardia, estão cada vez mais fragmentadas e fraturadas; nunca são singulares, senão construídas de múltiplas formas através de discursos, práticas e posições diferentes, frequentemente cruzadas e antagónicas. Estão sujeitas a uma historização radical e em constante processo de mudança e transformação. As identidades têm a ver com as questões relacionadas com o uso dos recursos da história, a língua e a cultura no processo de *devenir* e não de *ser*; não *quem somos* ou *de onde viemos*, mas em que poderíamos nos tornar, como nos representam e como influencia isso no modo em que poderíamos nos representar. As identidades se constroem dentro da representação e não fora dela (HALL, 2003, p. 17, tradução nossa).

Desde essa compreensão da identidade, as feministas negras em posições diaspóricas e pós-coloniais questionam as representações feitas sobre elas e defendem o direito de se auto representar, definindo e delimitando a diferença desde sua própria perspectiva (JABARDO, 2012). É nesse sentido que Ang-Lygate (1997) questiona os limites da própria categoria de *negro* desde a posição de migrante pós-colonial que mora na Inglaterra e que construiu sua identidade a partir de outros referentes. Aceitando a importância da afirmação dessa categoria enquanto estratégia política para o feminismo negro, a autora chama a atenção para os *espaços de (des)localização* que se encontram além das fronteiras levantadas em torno das

categorias binárias de *branco* e *negro*. De modo similar, Ifekwunigwe (1999) descreve a identidade diaspórica como o *não-espaço*, a partir da experiência concreta das mulheres mestiças na Inglaterra, mostrando as distintas formas como estas constroem suas próprias autorrepresentações.

Nos Estados Unidos, a escritora chicana Anzaldúa (1987) é pioneira na construção da teoria feminista da *identidade mestiça*, propondo a confusão das fronteiras identitárias a partir da experiência das migrantes chicanas e de origem sul-americana residentes nesse país. Segundo Anzaldúa (1987, p. 17), as fronteiras se materializam “[...] em todos os lugares onde duas ou mais culturas se tocam, onde pessoas de raças diferentes ocupam o mesmo território, onde as classes mais baixas, médias e altas se tocam, onde o espaço entre dois indivíduos se encolhe na intimidade”. Para a autora, “[...] a identidade é um processo” (ANZALDÚA, 1991, p. 253). Descreve a mestiça como habitando, em permanente deslocamento, os *entre-lugares*, os interstícios decorrentes das múltiplas exclusões materiais e históricas que atravessam sua vida (ANZALDÚA, 1987).

Segundo Costa e Ávila (2005), a abordagem interseccional de Anzaldúa coloca em cheque a redução de subjetividades complexas, situadas historicamente, em categorias identitárias fixas, entendendo que não existe uma forma homogênea de se viver a fronteira. Fazendo isso, a autora questiona o risco da própria normatização da perspectiva interseccional. Nesse sentido, é pioneira na ressignificação do termo *queer* (ANZALDÚA, 1987), que enfatiza o caráter dinâmico e complexo da construção dos sujeitos.

Esse sujeito intersticial não se encontra determinado por estruturas fixas de dominação, nem é um indivíduo totalmente livre e independente para fazer suas próprias escolhas, mas está atravessado por fluxos de sujeição e agenciamento de forma dinâmica e permanente. Para Anzaldúa (1987, p. 80), a consciência mestiça “[...] nasce do movimento criativo contínuo que rompe incessantemente com o aspecto unitário de cada novo paradigma”.

Essa epistemologia da fronteira, ou das fronteiras, com sua multiplicidade de mestiçagens, opera de forma distinta que as abordagens dicotômicas de centro/periferia, tradição/modernidade, e recusa tanto o essencialismo identitário como o hibridismo hegemônico, chamando a atenção para as particularidades históricas de cada situação fronteiriça (COSTA; ÁVILA, 2005). A epistemologia desse *feminismo migratório* resiste à “[...] tendência da teoria em fixar, esquematizar, organizar, classificar e estabilizar a fragmentação e fluidez do pensamento e da existência” (FRIEDMAN, 1998, p. 102).

Para Fowlkes (1997), a epistemologia da fronteira proposta por Anzaldúa possibilita a articulação entre política identitária e política de alianças dos sujeitos habitando as margens do projeto da modernidade, entendendo a formação de alianças enquanto estratégia dinâmica, transitória e contingente às particularidades de cada situação histórica.

## 2.8 CONSUBSTANCIALIDADE E O PODER À *FOUCAULTIANA*

Percebe-se, no andamento desta cartografia, como os pensamentos feministas se complexificam, aos poucos, a partir das múltiplas janelas abertas pelo debate da interseccionalidade, e ainda mais, pelos próprios questionamentos sobre os limites dessa perspectiva. Nesse sentido, Kergoat (2010) problematiza a forma como a abordagem interseccional está fundamentada na compreensão de relações de dominação como estruturas fixas e estáticas. Em vez disso, a autora contribui com o debate, argumentando que as relações de poder são dinâmicas e historicizadas. Segundo a noção *foucaultiana* de poder, este se constitui como uma rede que circula transversalmente pelos sujeitos, um fluxo que atravessa os corpos de forma permanente. Nessa concepção, o poder não pertence aos indivíduos, nem aos grupos dominantes, mas se encontra difuso, fragmentado, deslocalizado, funcionando como correntes, numa organização reticular (FOUCAULT, 1992). O poder não se possui, mas se exerce nas relações que atravessam todos os sujeitos da sociedade, configurando, assim, uma multiplicidade dinâmica de poderes (FOUCAULT, 1992).

Para Dorlin (2005) a abordagem interseccional coloca as relações sociais em posições fixas, dificultando a compreensão das relações de poder de forma dinâmica e historicamente situadas. Da mesma forma, Kergoat (2010) questiona como essa perspectiva gera cartografias estáveis a partir de categorias analíticas fixas, e aponta para o risco, nas análises interseccionais, de isolar as relações sociais da sua dimensão material, acabando por retificá-las.

Nesse exercício analítico de considerar a dinâmica das relações sociais, e ao mesmo tempo enfatizar a sua materialidade, Kergoat (2010, p. 100) desenvolve o conceito de *consustancialidade*, como “[...] o entrecruzamento dinâmico e completo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca”. Nesse sentido, as relações sociais de classe, gênero e raça são *coextensivas*, ou seja, se produzem mutuamente, se coproduzem.

Evitar categorias fixas possibilita situar no foco da análise o sujeito político, e não a vítima atravessada por distintas opressões, considerando suas práticas sociais concretas, que são “[...] ambíguas e ambivalentes” (KERGOAT, 2010, p. 102). Para a autora, é justamente nas práticas sociais coletivas onde existe o potencial de resistência e mudança das relações sociais.

## 2.9 CORPO COMO DISCURSO: DESCONSTRUINDO O SUJEITO DOS FEMINISMOS

Nessa trajetória de complexificação do sujeito e das categorias identitárias no mundo contemporâneo, o pensamento pós-estruturalista<sup>13</sup> atravessa e influencia de distintas formas os feminismos, possibilitando a emergência de novos questionamentos e novas potencialidades<sup>14</sup>. Assim, a virada linguística dos anos 1970, alavancada pelo pensamento de filósofos como Jacques Derrida, Michael Foucault, Julia Kristeva, Jean-François Lyotard, Gilles Deleuze, Luce Irigaray, e Jean Baudrillard, entre outros, enfatiza a centralidade da linguagem como agente constitutivo da realidade. Seguindo as bases do pensamento do filósofo alemão Friedrich Nietzsche, do século XIX, o pós-estruturalismo francês se ergue na crítica à suposta universalidade das “verdades”, entendendo que os *significados* têm capacidade de construção ativa, e na ênfase à multiplicidade de interpretações da realidade (PETERS, 2000). Problematizando assim as tradições filosóficas ocidentais, que compreendem a base material como existente *a priori*, independente dos artefatos culturais de apreensão desta, os pensadores pós-estruturalistas entendem-na como construção social, articulada e materializada a partir da linguagem<sup>15</sup>.

Seguindo Nietzsche, problematizam o sujeito humanista, erguido a partir da concepção cartesiano-kantiana do pensamento iluminista, que compreende o sujeito como racional, independente, livre e consciente, e descrevem outra noção de sujeito, constituído pela linguagem, descentrado, resultado da complexidade histórica e cultural, “[...] *corporificado* e *generificado*, [...] infinitamente maleável e flexível (PETERS, 2000, p. 33). Nessa linha, feministas pós-estruturalistas como Teresa de Lauretis, Judith Butler, Linda Nicholson, Joan

<sup>13</sup> O *pós-estruturalismo* é “[...] um movimento que começa na França no início dos anos 60 e que tem fontes específicas de inspiração no trabalho de dois filósofos alemães, Friedrich Nietzsche e Martin Heidegger” (PETERS, 2000, p. 17).

<sup>14</sup> A influência do pós-estruturalismo e dos filósofos franceses não é um consenso entre as feministas. A contribuição da teoria pós-estruturalista ao feminismo é polêmica, havendo distintas análises sobre essa influência (ver COSTA, 2000).

<sup>15</sup> Cabe ressaltar que “[...] o pós-estruturalismo pode ser caracterizado como um modo de pensamento, um estilo de filosofar e uma forma de escrita, embora o termo não deva ser utilizado para dar qualquer ideia de homogeneidade, singularidade ou unidade” (PETERS, 2000, p. 28).

Scott, Chantal Mouffe, entre outras, partem da crítica à universalização do sujeito racional, masculino, branco e heterossexual do pensamento humanista, mas também da problematização do essencialismo binário que tem fundamentado a construção das identidades de gênero (MARIANO, 2005).

A compreensão, então, de que o sujeito se constitui “[...] dentro de significados e de representações culturais, os quais por sua vez encontram-se marcados por relações de poder” (COSTA, 2000, p.57), tem possibilitado a crítica à noção essencialista e universalista da categoria *mulher*, passando a compreender o sujeito na sua complexidade, multiplicidade de posições, heterogeneidade e contingência (MOUFFE, 1999, 2003; BUTLER, 1998, 2003; SCOTT, 1994, 1999).

Segundo Louro (2002, p. 15), os estudos de gênero pós-estruturalistas deixam de focar nas *mulheres* e passam a “[...] analisar a construção social e cultural do feminino e do masculino, atentando para as formas pelas quais os sujeitos [se constituem], em meio a relações de poder”. As feministas pós-estruturalistas problematizam, desde uma epistemologia influenciada pelo pensamento foucaultiano, a “[...] relação que *todo saber* mantém com uma posição de poder” (DORLIN, 2009, p. 10).

Scott (1986, 1994, 1999) descreve como o *gênero* pode operar como uma categoria de análise eficaz para problematizar as concepções homogêneas e universalistas de homem e mulher, devolvendo a estas o seu caráter histórico e contingente. Segundo Butler (1998, 2003), essa divisão binária na tradição filosófica ocidental tem gerado categorias normativas e excludentes. Para Derrida, o pensamento binário opera pela separação por oposição e pela hierarquia, passando a subordinar um polo pelo seu oposto (PETERS, 2000). A metodologia analítica derridiana, extensamente utilizada pelas feministas pós-estruturalistas, baseia-se na desconstrução das categorias binárias e na desnaturalização das hierarquias, mostrando que essas oposições são construídas “[...] para propósitos particulares em contextos particulares” (SCOTT, 1999, p. 208).

Na desconstrução do pensamento binário, Lauretis (1994) problematiza a forma como o conceito de *gênero* tem sido entendido pelo pensamento feminista como diferença sexual, mantendo assim a oposição dicotômica homem/mulher. Para a autora, o limite dessa concepção de diferença sexual é a confinação do próprio pensamento feminista num marco teórico fundamentado numa “[...] oposição universal do sexo (a mulher como a diferença do homem, com ambos universalizados; ou a mulher como diferença pura e simples e, portanto,

igualmente universalizada), o que torna muito difícil [...] articular as diferenças entre mulheres” (LAURETIS, 1994, p. 207).

Essa desconstrução do sujeito político do feminismo dialoga com o debate da interseccionalidade, que interroga a categoria universalista de *mulher*, enfatizando e chamando a atenção para a pluralidade de experiências concretas das mulheres em distintos contextos sociais e históricos. Porém, as pensadoras pós-estruturalistas problematizam também a manutenção de categorias binárias que permeiam o debate da interseccionalidade, como homem/mulher, negro/branco, operário/burguês, homossexual/heterossexual, colonizador/colonizado, apontando, assim, para o dinamismo e a complexidade na constituição dos sujeitos. A filósofa Elizabeth Spelman (1988) questiona a forma “aditiva” de realizar certas análises interseccionais, problematizando a concepção acumulativa da dominação. Para a autora, nessas análises aditivas o sexismo é entendido como a única relação de poder que atravessa todas as mulheres. Porém, como aponta Elsa Dorlin (2009, p. 71, tradução nossa), não existe uma “[...] experiência *idêntica* do sexismo, pois outras relações de poder que estruturam o sexismo modificam [...] as vivências das mulheres”.

Nessa crítica à construção de categorias dicotômicas estáveis, Lauretis (1990, p. 137) descreve a identidade como “[...] um lugar de posições múltiplas e variáveis dentro do campo social”. Nicholson (2000) e Butler (2003) operam a análise derridiana para desconstruir o próprio sistema de sexo/gênero que serviu de base para o pensamento feminista. Para as autoras, o gênero como construção social foi erguido sobre o pressuposto da pré-existência de um sexo biológico a-histórico e atemporal. Como Nicholson (2000, p. 12) descreve, “[...] o corpo é visto como um tipo de cabide de pé no qual são jogados diferentes artefatos culturais, especificamente os relativos à personalidade e comportamento”. A autora chama isso de fundacionalismo biológico, para distingui-lo do determinismo biológico, que o próprio pensamento feminista sempre questionou, e defende que ambos deveriam ser rejeitados. No sistema sexo/gênero “[...] o biológico foi assumido como a base sobre a qual os significados culturais são constituídos. Assim, no momento mesmo em que a influência do biológico está sendo minada, está sendo também invocada” (NICHOLSON, 2000, p. 11). Desde uma postura de defesa radical da realidade material enquanto fruto da construção social, e não existente *a priori*, Nicholson (2000) rejeita que haja algo em comum entre as mulheres baseado na biologia.

Isso não significa que o corpo seja abandonado nos estudos das feministas pós-estruturalistas. Ao contrário, como aponta Mariano (2005), o foco de estudo passa a ser a

pluralidade de formas como se concebe o corpo. Desde uma perspectiva foucaultiana, entendendo que não existe corpo para além do discurso sobre ele, analisam o modo como as ideias sobre o corpo se transformam ao longo da história e em distintos contextos (CONCEIÇÃO, 2009). Assim, para a historiadora brasileira Ana Maria Colling:

[...] o corpo feminino é um texto histórico, escrito diversamente ao longo do tempo. Por este motivo, não existe “um” corpo feminino, não existe uma natureza feminina, mas uma cultura em que durante séculos as mulheres foram encaradas como seres naturais. A mulher, como o homem, é algo produzido, e não pode indagar ao fundo de si para resgatar uma essência. Não existe a verdadeira mulher, [...] não há nada que possa ser chamado *mulher*, somente relações de *poder* e de *hierarquia* socialmente construídas (COLLING, 2014, p. 27).

Segundo a autora, utilizar a categoria de gênero em vez de fazer referência ao sexo biológico mostra a historicidade da condição de ser mulher, pois isto é uma “[...] construção simbólica que faz parte do regime de emergência dos discursos que configuram sujeitos. [...] Não há verdade na diferença entre os sexos, mas um esforço interminável para dar-lhe sentido, interpretá-la e cultivá-la” (COLLING, 2014, p. 28).

Da mesma forma, para Butler (2003, p. 27), “[...] o ‘corpo’ é em si mesmo uma construção [...] Não se pode dizer que os corpos tenham uma existência significável anterior à marca do seu gênero”. Para a autora, essa noção do corpo como constituído discursivamente implode com o binarismo sexo/gênero, entendendo que ambas são construções culturais, fruto de discursos hegemônicos normatizadores. A identidade de gênero não se constrói, segundo Butler, com base no sexo biológico. Para Elsa Dorlin (2009, p. 32), o sexo é um fator “[...] relativamente flexível, aleatório e pouco coercitivo”. Na sua arqueologia do gênero, de inspiração foucaultiana, Dorlin afirma que:

O conceito de gênero não foi “inventando” pelo saber feminista. Foi elaborado pelas equipes médicas que, no curso da primeira metade do século XX, se encarregaram dos recém-nascidos chamados “hermafroditas” ou *intersexos*. Foram os médicos, comprometidos no “tratamento” – principalmente hormonal e quirúrgico – da intersexualidade, ou seja, em protocolos de reatribuição de sexo, os que definiram o que primeiro foi chamado de “rol de gênero”. Para esses médicos, o desafio era reatribuir um “sexo” a uma criança que testemunhava uma ambiguidade sexual de nascimento” (DORLIN, 2009, p. 31, tradução nossa).

Segundo a autora, o termo *gênero* foi utilizado e popularizado pelo psiquiatra Robert Stoller nos anos de 1950, e posteriormente construído em termos binários de sexo/gênero. Segundo Butler (1998), o gênero é variável, contextual e contingente, e qualquer tentativa de

unificação na construção de identidades de gênero é normatizadora e excludente. Para a autora, toda identidade é constituída na linguagem, é performática.

Segundo Alcoff (1988, p. 406, tradução nossa), “[...] na atualidade, o dilema com o que estão confrontadas as teóricas feministas é que nossa própria auto-definição está fundada num conceito que devemos desconstruir e dessencializar em todos seus aspetos”. Essa desconstrução ao extremo da categoria *mulher*, promovida por feministas pós-estruturalistas, levanta um questionamento existencial que desestabiliza os alicerces sobre os quais se ergue o pensamento e a prática feministas: se não existe uma identidade comum entre as mulheres, quem é, em última instância, o sujeito do feminismo? (MARIANO, 2005). Ou, como questiona Alcoff (1988, p. 420), “[...] o que podemos exigir em nome das mulheres se ‘mulheres’ não existem e as exigências em seu nome simplesmente reforçam o mito de que elas existem?”. “Ser, ou não ser, uma *mulher*” (RILEY, 1988, p. 6, tradução nossa), essa é a questão filosófica.

Para Butler (1998) e Mouffe (1999), desconstruir o sujeito do feminismo enquanto categoria estável, homogênea, a-histórica e pré-discursiva, não significa *declarar a sua morte*, mas ao contrário, envolve ressignificá-la e retirar dela qualquer resquício de normatização. Como afirma Butler (1998, p. 22), “[...] não estou me desfazendo da categoria, mas tentando aliviá-la de seu peso fundamentalista, a fim de apresentá-la como um lugar de disputa política permanente”.

Como uma possível saída para esse questionamento, Spivak (1996) sugere operar com um *essencialismo estratégico*, a fim de evitar o esvaziamento político da categoria *mulher*, ou como diria Costa (2002, p. 72), para evitar cair na “[...] sedução dos apelos pós-modernos à total fragmentação e dispersão”. Butler (1998), porém, problematiza o essencialismo estratégico, por manter a concepção do sujeito de antemão, mesmo que como estratégia política. Mais do que estabelecer os limites da identidade *a priori*, a autora sugere acompanhar as formas como os sujeitos são constituídos nas relações de poder, assim como sua capacidade de agir, pois:

[...] Podemos ser tentados a pensar que supor o sujeito de antemão é necessário a fim de proteger a capacidade de agir do sujeito. Mas afirmar que o sujeito é constituído não é dizer que ele é determinado; ao contrário, o caráter constituído do sujeito é a própria pré-condição de sua capacidade de agir (BUTLER, 1998, p.31).

Por tanto, para Butler (1998), o sujeito representado pelo feminismo é produzido e constituído por alianças e coalizões em contextos particulares. É, assim, um sujeito



performático e contingente. E é justamente nesse processo de constituição ativa do sujeito que se encontra seu potencial de existência, sua capacidade de agir.

Para Denise Riley (1988), o fato de alguém se dizer *mulher* nunca significa a mesma coisa, há descontinuidades nesse ato. A autora vai chamar isso de temporalidades históricas da categoria *mulher*, ou de múltiplas temporalidades. Segundo Costa (2002), essa categoria é construída historicamente de forma heterogênea por meio de distintos discursos e práticas, e deveria continuar sendo usada para a articulação política, respeitando sempre essa diversidade de temporalidades.

Para Lauretis, o sujeito do feminismo não é estável, mas se encontra em andamento:

[...] Com a expressão ‘o sujeito do feminismo’ quero expressar uma concepção ou compreensão do sujeito (feminino) não apenas como diferente de Mulher com letra maiúscula, a representação de uma essência inerente a todas as mulheres [...], mas também como diferente de mulheres, os seres reais, históricos e os sujeitos sociais que são definidos pela tecnologia do gênero e efetivamente ‘engendrados’ nas relações sociais. O sujeito do feminismo que tenho em mente não é assim definido: é um sujeito cuja definição ou concepção se encontra em andamento (LAURETIS, 1994, p. 217).

De forma parecida, Dorlin (2009, p. 81, tradução nossa) afirma que a filosofia política do feminismo deve “[...] produzir constantemente uma identidade em devir e, por conseguinte, aceitar o conflito entre os feminismos”. Para a autora, o termo *mulher* pode continuar sendo usado para fazer política feminista, porém, como Butler, acredita que a identidade não pode ser requisito prévio, e que, a fim de evitar exclusões, deve ser entendida no seu dinamismo e volatilidade. É necessário, então, que o sujeito do feminismo esteja em constante descentramento, e é justamente nesse movimento de deslocamento que existe o potencial de resistência à subjetivação política (DORLIN, 2009), ou, em outros termos, o potencial de emergência de linhas de fuga deleuzianas<sup>16</sup>.

## 2.10 RETOMANDO A VITALIDADE DA MATÉRIA: FEMINISMOS NEOMATERIALISTAS

Enquanto as pensadoras feministas têm questionado o sujeito humanista universal, abrindo espaço para o reconhecimento dos múltiplos reposicionamentos do sujeito e da diversidade de modos de existência, (novos) deslocamentos epistemológicos têm ampliado a própria concepção do ‘social’, reconfigurando a noção de natureza. Segundo Mónica Abadía,

<sup>16</sup> Cabe ressaltar que o debate feminista contemporâneo não pretende chegar a um consenso sobre uma suposta resposta para esse paradoxo na política feminista. O debate permanece em aberto.

esses deslocamentos nos corpos de conhecimento feministas estão inspirados em um materialismo spinoziano, que re-situa o humano num *continuum* da natureza<sup>17</sup>, possibilitando uma reconexão com o corpo e propondo “[...] éticas e políticas encarnadas, que passam a ser pensadas em termos de forças, energias e afetos” (ABADÍA, 2015, p. 35).

Seguindo a desconstrução dos binarismos pelo pensamento pós-estruturalista, as abordagens *neomaterialistas* problematizam a excessiva ênfase na linguagem como constituidora do real e a aparente negligência às suas bases materiais (MARIANO, 2005). Para Iris Van der Tuin e Rick Dolphijn (2010), a virada linguística no pensamento feminista possibilitou a desconstrução das categorias identitárias fixas. Porém, sua excessiva centralidade na linguagem cristalizou a separação corpo/mente, subordinando o corpo (enquanto matéria) à mente (enquanto linguagem). Segundo Moira Gatens (2002), esse modelo dicotômico tende não só a enclausurar as identidades, como enrijecer o próprio pensamento feminista.

Scott (1998, p. 319) responde a essas críticas afirmando que considerar a “[...] identidade como um acontecimento discursivo não é introduzir uma nova forma de determinismo linguístico, [...] É recusar uma separação entre ‘experiência’ e linguagem e insistir na qualidade produtiva do discurso”. Para Sarah Ahmed (2008), Butler é a pensadora feminista que mais leva até o limite a redução da matéria à artefato cultural, por meio da perspectiva da performatividade. Para a autora, Butler atende à dimensão material, porém, compreendida como processo temporal de materialização.

O termo *neomaterialismos*, ou *novas materialidades*, começa a ser utilizado, por primeira vez, a final dos anos 1990, pela filósofa italiana Rosi Braidotti e pelo filósofo mexicano Manuel DeLanda (TUIN; DOLPHIJN, 2010), ambos inspirados por Gilles Deleuze e Félix Guattari. Braidotti (2006, 2015) reconhece como as críticas anti-humanistas das feministas pós-estruturalistas às identidades universalizadas por parâmetros eurocêntricos, possibilitam maior reconhecimento e inclusão de formas plurais de existência. Porém, segundo a autora, o pensamento anti-humanista invisibiliza, ainda, o agenciamento das materialidades e as relações de afetação mútua entre seres humanos e não-humanos. Braidotti

---

<sup>17</sup> É importante ressaltar a contribuição das *ecofeministas* como Vandana Shiva, Maria Mies e Alicia Puleo, para o debate envolvendo mulheres e ‘natureza’. O pensamento das ecofeministas tem auxiliado a evidenciar, grosso modo, possíveis conexões entre a dominação sobre a natureza (capitalismo) e a dominação sobre as mulheres (patriarcado), servindo de inspiração para movimentos ambientalistas e feministas, com forte destaque para a América Latina. Porém, apontam-se, aqui, para as críticas feitas pelas feministas pós-estruturalistas ao pensamento ecofeminista, particularmente a tendência ao essencialismo e universalismo da categoria ‘mulher’, assim como as limitações dos argumentos estruturalistas para dar conta da complexidade de situações específicas vivenciadas pelas mulheres (Ver THOMPSON; MacGREGOR, 2017). Mais detalhes sobre as críticas das feministas neomaterialistas ao pensamento ecofeminista em Merrick (2017).

(2002, 2004, 2015) aponta as abordagens dos feminismos neomaterialistas como possível saída desse paradoxo, propondo uma subjetividade materialista, vitalista, nômade, situada e encarnada, que rechaça o individualismo autocentrado e se reconecta com os *outros*, tantos humanos como não-humanos, e que, por isso, está baseada num forte sentimento da coletividade.

Um dos desafios dos feminismos neomaterialistas contemporâneos é construir pontes entre o pensamento da diferença sexual, que terminou caindo na armadilha essencialista, e o construcionismo social que, na sua versão mais ‘radical’, acabou por reduzir o mundo material à produção discursiva (ABADÍA, 2015). O giro spinoziano, proposto pelas feministas neomaterialistas (GROSZ, 2002), parte da compreensão que ambas as posturas do pensamento feminista mantiveram os binarismos fundantes da ciência moderna e da tradição filosófica humanista.

Desde esta abordagem crítica, a bióloga e filósofa feminista Donna Haraway (1995) questiona a forma como o pensamento feminista tem se polarizado nas últimas décadas entre o empiricismo feminista e o construcionismo radical, entre o universalismo e o relativismo absoluto. Ciente das contribuições de um feminismo que tem abalado os fundamentos da construção do conhecimento científico, ao evidenciar a sua inserção nas redes de relações de *poder e saber* (FOUCAULT, 1972), possibilitando assim a desnaturalização de essencialismos que encapsulam os sujeitos em categorias identitárias fixas, Haraway (1995) chama a atenção para os perigos de apreensão de mundos pós-modernos totalmente textualizados e codificados. Como potencial criativo para sair dessa polarização aparente dos pensamentos feministas, a autora sugere outra epistemologia feminista: nem universalismos nem relativismos absolutos, mas *saberes situados*. Para Haraway, a objetividade corporificada na perspectiva feminista se fundamenta na parcialidade, no olhar contextualizado, na localização sociocultural e histórica dos saberes (OLIVEIRA; AMÂNCIO, 2006).

Seguindo a lógica de desconstrução do pensamento dicotômico, Haraway (1991, p. 129) dá um passo além, afirmando que é necessária uma teoria da diferença “[...] cujas geometrias, paradigmas e lógicas estejam fora dos binarismos, das dialéticas e dos modelos de natureza/cultura de qualquer espécie”. Abre-se o desafio epistemológico de teorizar as múltiplas posições do sujeito nos interstícios, nos *entre-lugares*, acolhendo identidades híbridas (COSTA, 2002). Para Bakhtin (2006), os feminismos contemporâneos habitam espaços permanentemente hifenizados, caracterizados pela necessidade de diálogo entre distintas áreas do conhecimento. Por meio da ruptura das fronteiras disciplinares, os saberes

híbridos, hifenizados (HARAWAY, 1992), operam nos espaços intersticiais (BHABBA, 2004).

Nessa proposta de hibridização dos saberes, Haraway (1991, 2008) dilui as fronteiras binárias entre cultura/natureza, objeto/sujeito. A autora convida a transgredir as fronteiras da ciência moderna, e defende que o pensamento feminista contemporâneo não deve se ocupar somente das mulheres, mas problematizar a própria construção do conhecimento científico e tecnológico. A autora questiona a concepção moderna de natureza, erguida por meio da fabricação de fronteiras. Para Haraway, as fronteiras “[...] se materializam na interação social. Fronteiras são desenhadas através de práticas de mapeamento; ‘objetos’ não preexistem enquanto tais. Objetos são projetos de fronteiras. [...] Assentar (atentar para) fronteiras é uma prática muito arriscada” (HARAWAY, 1995, p. 41). A natureza é, segundo a autora, um artefato semiótico-material “[...] resultado de interações entre atores semióticos-materiais, humanos e não-humanos” (HARAWAY, 1999, p. 124)<sup>18</sup>.

Essa hibridação, a diluição das fronteiras entre sujeitos e objetos, permite compreender a natureza como ente *ativo*. Para a autora, assim como para Jane Bennett (2010), Diana Coole e Samantha Frost (2010), o mundo material não é um objeto passivo, não é um mero recurso, mas ao contrário, é um agente ativo. Dessa forma, a epistemologia feminista de conhecimentos situados proposta por Haraway possibilita ampliar a concepção dinâmica, contingente e intersticial do sujeito, passando a conceber um *continuum* objeto-sujeito (HARAWAY, 2003), em devir.

## 2.11 ENTRELAÇANDO FEMINISMOS NEOMATERIALISTAS E ESTUDOS DO DESENVOLVIMENTO: CONTRIBUIÇÕES PARA A PESQUISA

Este percurso cartográfico da constelação de pensamentos feministas aponta para a complexidade dos debates contemporâneos, conduzindo a um reposicionamento neomaterialista. Este deslocamento no fazer-pensar feminista leva a retomar a vitalidade da matéria e, ao fazê-lo, abre a possibilidade de situar os atores sociais, suas práticas, seus cotidianos e os múltiplos afetos que emergem das relações, agora, entendidas também como sociomateriais.

---

<sup>18</sup> O termo *ator semiótico-material* “[...] tem a intenção de enfatizar o objeto de conhecimento como um eixo ativo, gerador de significado, do aparato da produção corporal, sem nunca implicar na presença imediata de tais objetos ou, o que dá na mesma, sua determinação final ou única do que pode contar como conhecimento objetivo numa conjuntura histórica específica” (HARAWAY, 1995, p. 40).

Esta abordagem feminista dialoga com debates analíticos contemporâneos nos estudos do desenvolvimento, particularmente na sua interface para compreender os processos agroalimentares, que apontam, segundo Arce, Sherwood e Paredes (2017), para a necessidade de retomar as materialidades e seus agenciamentos, assim como as intersubjetividades decorrentes das interações entre elas. A noção de *intersubjetividade* se refere, aqui, às alianças construídas na interface entre atores humanos e materialidades, onde ambos se afetam mutuamente e se reconstroem, emergindo, nesses encontros, novas possibilidades de potência e de criatividade (DELEUZE; GUATTARI, 1988).

Mobiliza-se, neste campo recente dos estudos do desenvolvimento, a noção de *ensamblagens*, criada por DeLanda (2006), para analisar a complexidade dos mundos de vida por meio de suas relações sociomateriais. Partindo da crítica à compreensão da linguagem como âncora da constituição do real, o autor propõe, assim como Braidotti (2015), uma abordagem neomaterialista do ‘social’. Por meio da figura das ensamblagens, inspirada na teoria do agenciamento de Deleuze, o autor sugere romper com a dicotomia entre *micro* e *macro*, compreendendo que estes não são termos absolutos, mas contingentes, relativos a certas escalas. Por meio dessa postura, DeLanda colapsa com a oposição binária estrutura/agência, global/local, colocando novos desafios e novas possibilidades para repensar as mudanças sociais.

DeLanda (2006) problematiza a concepção de sociedade enquanto totalidade, implodindo com a metáfora do organismo humano. Segundo Farías (2008), isso permite ao autor compreender o mundo, ou mundos, por meio de relações de afetação e agenciamento interdependente entre as partes. O autor propõe a ferramenta analítica das ensamblagens para evidenciar a potência do afeto e do agenciamento como impulsores contingenciais de mudança social. Essa abordagem analítica constitui uma virada sobre a compreensão do mundo social, reafirmando uma perspectiva neomaterialista (FARÍAS, 2008).

Essa concepção das ensamblagens, mobilizada, recentemente, nos estudos contemporâneos do desenvolvimento, dialoga com as análises sobre as relações sociomateriais, acionadas por feministas neomaterialistas, que focam seus estudos nas conexões entre atores sociais e as materialidades que os rodeiam (COOLE; FROST, 2010; TUIN; DOLPHIJN, 2010). Assim sendo, aponta-se, nesta tese, para as possíveis contribuições das abordagens feministas neomaterialistas, em termos da potencialidade para analisar a mudança social e os processos de desenvolvimento, considerando seu caráter multifacetado, complexo, dinâmico, contingencial e situado. As análises de agenciamentos, relações

sociomateriais, ensamblagens e intersubjetividades, têm o potencial de contribuir para compreender os processos de desenvolvimento enquanto movimentos rizomáticos de des/re-territorialização.

### 3 “AQUI É SÓ SAL OU PEIXE”: A NAVEGANTES E OS BÚZIOS NA PRAIA DE PERNAMBUQUINHO

Este capítulo apresenta os principais resultados da pesquisa etnográfica realizada junto à família de Navegantes e as marisqueiras da AMPAG, na praia de Pernambuco, em Grossos. Inicia com a localização da comunidade pesqueira e com uma breve contextualização histórica. Seguindo, destaca-se a trajetória de relações sociomateriais vinculadas à extração de sal e à pesca artesanal, que têm configurado os mundos de vida dos atores sociais neste território.

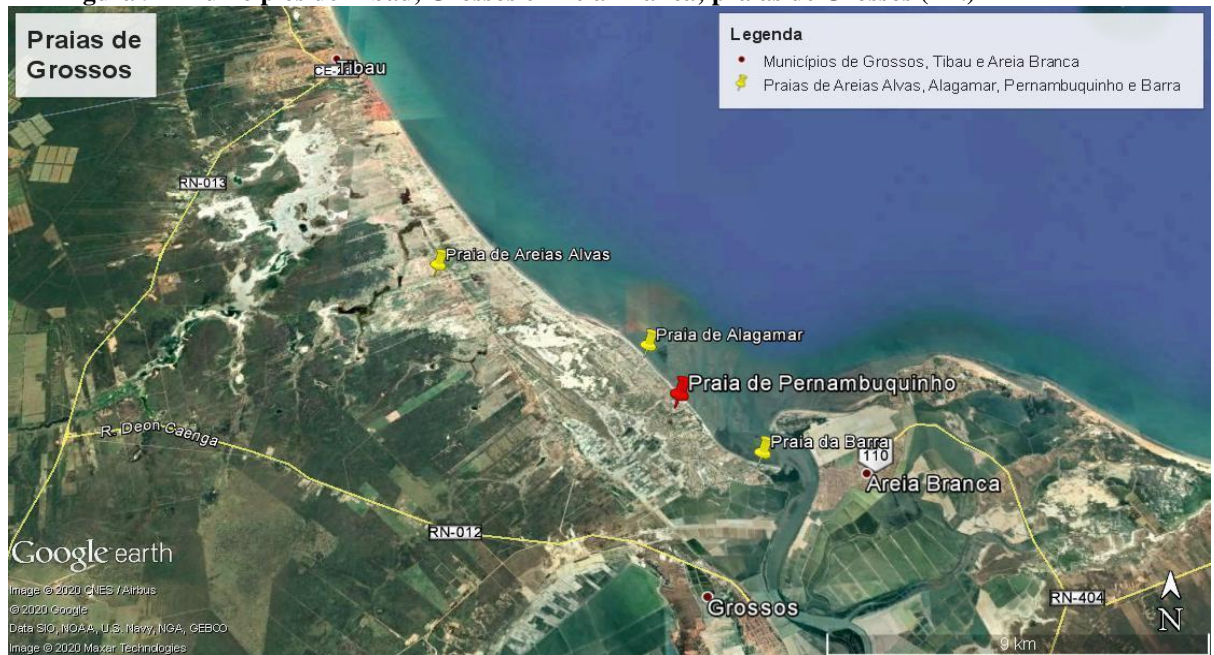
O capítulo descreve, à seguir, o marisco presente na praia de Pernambuco, assim como os *saberes-fazeres* das marisqueiras sobre os ritmos complexos da maré e os ciclos lunares, evidenciando os agenciamentos da lua, do mar e do próprio marisco. O texto continua narrando a criação e trajetória da AMPAG, detalhando os principais desafios encontrados pelas mulheres desta associação para a manutenção das práticas de mariscagem e beneficiamento do marisco de forma coletiva.

Após apresentar, de forma breve, a família de Navegantes, é desenvolvida uma descrição densa das práticas situadas de mariscagem, beneficiamento e comercialização do marisco na praia de Pernambuco. Finalmente, são traçadas algumas reflexões analíticas sobre os resultados apresentados.

#### 3.1 A PRAIA DE PERNAMBUQUINHO

A praia de Pernambuco, onde mora a Navegantes e sua família, faz parte do município de Grossos, que tem uma área de 126,46 km<sup>2</sup> e uma população estimada de 10.463 habitantes (IBGE, 2010). Situado na zona costeira do oeste potiguar, na região conhecida como a Costa Branca, Grossos faz divisa com o oceano Atlântico (norte), e com os municípios de Mossoró (sul), Areia Branca (leste) e Tibau (oeste), todos eles integrantes da Microrregião de Mossoró. Grossos, separado de Areia Branca pelo rio Apodi-Mossoró, foi considerado um distrito pertencente a esta cidade até 1953, ano em que foi desmembrado e emancipado enquanto município (Lei nº 1.025, de 11 de dezembro de 1953). É na área do estuário do rio Apodi-Mossoró, envolvendo os municípios de Grossos, Areia Branca e Mossoró, onde se estende uma das principais regiões de extração e produção de sal em nível nacional (Figura 9).

**Figura 9 - Municípios de Tibau, Grossos e Areia Branca; praias de Grossos (RN)**



Fonte: elaborado pela autora (2020).

A atividade salineira iniciou no território já no século XVI, primeiro com a colonização holandesa e logo com a portuguesa, mas é a partir do século XVIII, com a implantação das fazendas de gado na região, que se expande a extração de sal para a produção de carne de charque nas chamadas “oficinas” e sua comercialização para o sul do país (COSTA *et al.*, 2013). A produção de carne seca na região dura pouco tempo, e Aracati, no Ceará, passa a ser o principal local de produção e comércio do charque. Porém, como o sal era necessário para a fabricação da carne seca, e a área do estuário do rio Apodi-Mossoró tinha produção de sal em abundância, inicia uma longa e acirrada disputa pelo território entre o Ceará e o Rio Grande do Norte (MEDEIROS FILHO, 1998). Não existia na época uma definição clara dos limites das então chamadas capitânicas, e o conflito emergiu no processo de delimitação das fronteiras, sendo que o Ceará pretendia expandir seu território até a margem esquerda do rio Apodi-Mossoró, onde abundavam as salinas, incluindo assim Tibau e Grossos, que na época eram consideradas vilas de Areia Branca (COSTA, 2004). A disputa ficou conhecida como a Questão dos Grossos, envolvendo interesses econômicos pela posse das salinas, e políticos pelo controle territorial das oligarquias. Foi só em 1920 que o Rio Grande do Norte ganhou judicialmente os direitos sobre o território de Tibau e Grossos.

Atualmente, a economia de Grossos é baseada principalmente na indústria salineira e na pesca de lagostas, peixes e mariscos. Suas praias são Areias Alvas na fronteira com Tibau, a praia da Barra, na margem esquerda do rio Apodi-Mossoró, fazendo divisa com o município



de Areia Branca, e a praia de Alagamar e Pernambucoquinho no meio, dando continuidade entre Areias Alvas e a Barra (Figura 9). As praias de Grossos têm atraído, recentemente, um público restrito que pratica uma variedade de esporte aquática conhecida como *kitesurf*<sup>1</sup>, gerando um contraste na paisagem e novas dinâmicas sócio materiais. É na praia de Pernambucoquinho que a Navegantes e sua família moram e vivem da cata e beneficiamento do marisco.

### 3.2 O SAL E A VIDA NAS SALINAS

O município de Grossos é reconhecido nacionalmente pela indústria salineira, sendo que grande parte da produção de sal é comercializada para as grandes indústrias do setor alimentar no país, e até do exterior. Enquanto uma parte do sal extraído das salinas grossenses é transportada até Mossoró para ser industrializada, a maior parte da produção é beneficiada no próprio município.

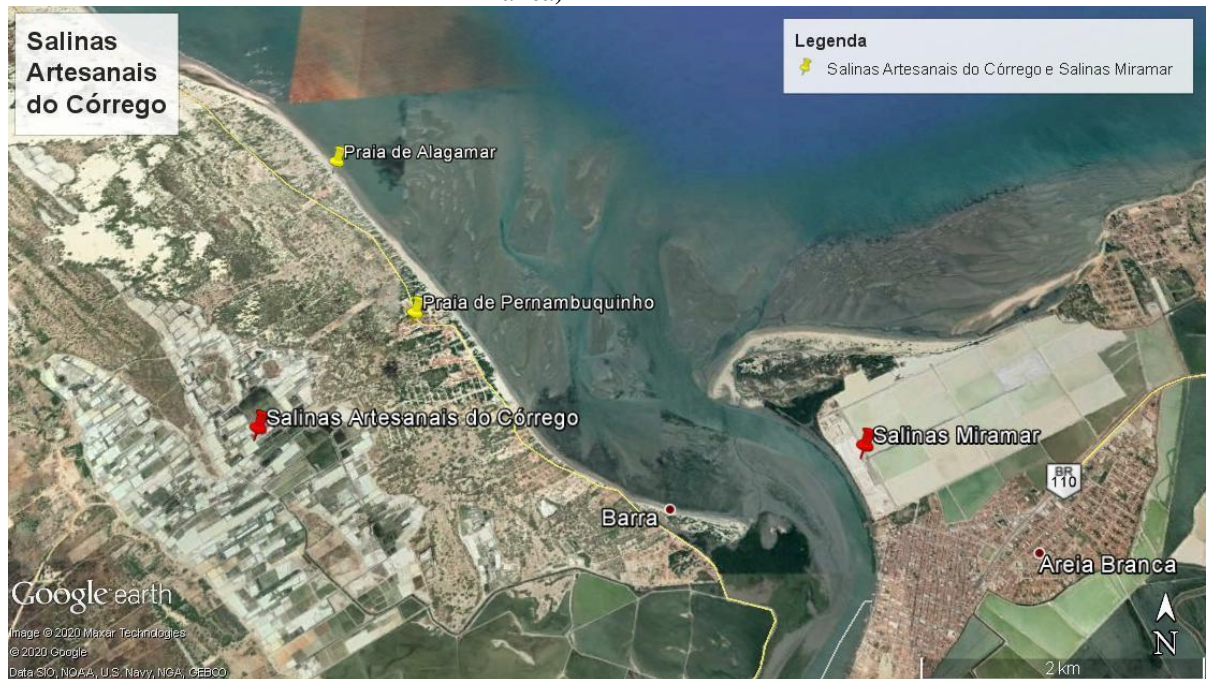
Os processos de mecanização e industrialização das salinas nas décadas de 1950 e 1960, assim como a modernização dos parques salineiros nos anos 1970, geraram profundas transformações sociotécnicas no território, particularmente eliminando as pequenas e médias salinas, e aumentando o desemprego pela substituição de maquinaria e de mão de obra qualificada. Foi nessa época, em 1974, que foi construído o Porto Ilha de Areia Branca, um terminal salineiro situado no Oceano Atlântico, em frente a Grossos e Areia Branca (a pouco mais de vinte quilômetros de distância da costa), para o escoamento da produção de sal.

Desde o lugar onde vive Navegantes, no estuário do rio Apodi-Mossoró, é possível enxergar os barcos chegando vazios e saindo com sal para o Porto Ilha. Também, se vê as montanhas gigantes de sal da Salina Miramar, em Areia Branca, uma das maiores da América Latina, pertencente à empresa Norsal<sup>2</sup> (Figura 10).

<sup>1</sup> O *kitesurf* é uma variedade de esporte aquático (uso de prancha e vela).

<sup>2</sup> Com uma área de dois mil hectares de terra, a Salina Miramar produz cerca de 360 milhões de quilos de sal marinho por ano. Incluindo cinco marcas e uma linha diversificada de sal, a Norsal, que possui diversas refinarias, abastece supermercados, hipermercados, indústrias do setor químico, alimentar, têxtil, metalúrgico, de nutrição animal, entre outros, de todas as regiões do Brasil (NORSAL, [2020?]).

**Figura 10 - Mapa da localização das Salinas Artesanais do Córrego (Grossos) e Salinas Miramar (Areia Branca)**



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Após esse processo intenso de industrialização e modernização das salinas, são poucas as artesanais que permanecem ativas no Rio Grande do Norte, todas elas nos municípios de Grossos, Mossoró, Areia Branca e Guamaré. Estas salinas artesanais fazem parte da economia local, e são reconhecidas como patrimônio histórico, natural e arquitetônico. O maior núcleo de salinas artesanais, incluindo as do Boi Morto, dos Coqueiros e do Córrego, encontra-se justamente em Grossos, ocupando uma área de 782 hectares. A maior delas, com 447 hectares de extensão, é a do Córrego, situada atrás da casa de Navegantes, a poucos metros de distância (Figura 10). A comunidade de Pernambuco fica, então, localizada em uma faixa estreita de terra entre a praia e as salinas do Córrego, e é justamente esta particularidade do território que acaba configurando a materialidade da vida local e suas relações sociais.

Praticamente, todas as famílias da comunidade têm sua vida ligada à extração de sal e à pesca. Como afirma a Navegantes: *“Aqui é só sal ou peixe”*. Devido às oscilações de salinidade no estuário do rio Apodi-Mossoró, parte dos homens da comunidade trabalha nas salinas só na época de seca, no verão, que é quando há maior produção de sal. No início do ano, que eles identificam como inverno, é quando a salinidade diminui devido às chuvas. Esta é a época que a renda das famílias passa a depender mais da pesca.

**Figura 11 - Bomba a motor (a) e cata-vento (b) nas Salinas do Córrego (Grossos)**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

As salinas artesanais do Córrego são o primeiro local que visitei com Navegantes. Era domingo, e não havia trabalhadores. Como não há cercas, entramos pela rua próxima de sua casa e andamos extensamente ao longo dos canais. A Navegantes parece ter muita familiaridade com o local e conhecer com detalhe seu funcionamento. As salinas pertencem a quinze donos, moradores da comunidade do Córrego, que fica atrás dessa área, do lado oposto de Pernambuco. Comporta uma faixa de terra totalmente plana e levemente mais alta que o nível da maré, com uma série de canais e tanques superficiais. A água do mar é bombeada para dentro desses espaços por meio de cata-ventos (energia eólica) e de bombas a motor (uso de óleo diesel) (Figura 11).

Primeiro, a água é conduzida pelos canais até uns tanques superficiais chamados de *choqueiras*, onde fica represada por quinze dias, recebendo a ação do vento e do sol, e iniciando assim o processo de evaporação (Figura 12). Nas paredes das *choqueiras* há canos curtos de PVC, embaixo da terra, que conectam esses tanques com outros, também superficiais. Os canos se mantêm tampados por meio de garrafas de vidro (de cerveja e de vinho, na sua maioria). Após esse período de saturação, a salmoura é canalizada por meio dos canos até outros tanques, os *cristalizadores*, onde fica represada por mais trinta dias (Figura 12). Novamente, com a ação do vento e do sol, a salmoura vai intensificando seu processo de evaporação e os cristais de sal (cloreto de sódio) vão precipitando. Assim que a água evapora por completo, os trabalhadores juntam os cristais de sal dentro dos tanques em pequenos montes com a ajuda de pás e de picaretas. Depois, colocam o sal em carrinhos de mão, ainda com a ajuda de pás, e levam o carregamento até os caminhões. No caminho, precisam cruzar outros canais e tanques, e em alguns espaços utilizam pedaços de madeira, chamados de *pranchas*, para andar em cima com os carrinhos de mão cheios de sal. Depois de descarregar o sal nos caminhões, fazem o trajeto de volta para recomeçar tudo de novo.

**Figura 12 - Tanques para evaporação da água do mar nas Salinas do Córrego (Grossos)**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

Exatamente esse é o trabalho que o pai e o marido de Navegantes fizeram ao longo de vários anos de sua vida. Esta também tem sido a realidade de boa parte dos homens da comunidade de Pernambucozinho, mantendo também a atividade de pesca.

### 3.3 VIDA NO MAR: O PEIXE E A LAGOSTA

A extração de sal e a pesca artesanal<sup>3</sup> são as principais atividades produtivas do município de Grossos, configurando particularmente a vida e as relações sociomateriais das comunidades de Alagamar, Pernambucozinho e da Barra. Com uma extensão de 410 quilômetros (VITAL, 2006) e uma diversidade de mais de 440 espécies de peixes (GARCIA, 2006), o litoral potiguar é um dos maiores produtores de pescado do país (MARCOVALDI; SANTOS; SALDES, 2011), sendo que 80% da produção no estado vem da pesca artesanal (SILVA; MEDEIROS; SILVA, 2009). Esta atividade é fundamental para as comunidades costeiras, tanto pela geração de renda por meio da comercialização dos pescados em mercados regionais, nacionais e internacionais, como pelo próprio consumo das famílias (SOARES, 2018). Na região da Costa Branca, particularmente, que inclui o município de Grossos, a pesca artesanal é considerada uma das fontes mais importantes de sustentação de suas comunidades (MARQUES, 2001).

<sup>3</sup> Não existe um consenso na literatura sobre a abrangência do termo *pescador artesanal*. Em 2016, a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural uniformizou o conceito de *pescador e pescadora profissional artesanal*, abrangendo toda pessoa física, brasileira ou estrangeira, residente no país, que exerce a pesca com fins comerciais de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, podendo atuar de forma desembarcada ou utilizar embarcações de pesca de pequeno porte (arqueação bruta igual ou menor que vinte metros), com fins comerciais de forma autônoma ou em regime de economia familiar ou ainda com fins de consumo doméstico ou escambo (HAJE, 2016).

Existe uma variedade de embarcações na região, desde canoas e jangadas até barcos motorizados de pequeno (menos de 10 metros de comprimento) e médio porte (entre 11 e 13 metros de comprimento em média), todas feitas de madeira (Figura 13). A conservação do pescado é feita geralmente com o uso de gelo, sendo que os barcos mais comuns, com motor de 1 a 4 cilindros, tem uma capacidade de armazenamento de até 10 toneladas de pescado (SALDANHA, 2019).

**Figura 13 - Embarcações de pesca artesanal na praia de Pernambuquinho (Grossos)**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

As praias de Grossos, junto com as de Areia Branca, são pontos estratégicos de desembarque da produção e de ‘descanso’ dos barcos, que ficam agrupados para facilitar a vigilância entre os pescadores e evitar roubos. O principal ponto de desembarque em Grossos

está localizado perto da casa de Navegantes e dos espaços onde ela e sua família mariscam (Figura 13). Nesse local também há uma oficina de construção artesanal de embarcações. Os barcos que usam temporariamente esse ponto são, na sua maioria, do município de Aracati, no Ceará, e de Areia Branca, sendo que muitos dos pescadores que trabalham neles são das comunidades pesqueiras de Grossos. O tipo de embarcação utilizada depende do tipo de pescaria. As canoas são usadas para pescar em áreas próximas à costa, retornando no mesmo dia, enquanto os barcos à vela permanecem de dois a cinco dias no mar. Já, os barcos a motor são usados frequentemente para as pescarias mais longas, de quinze a trinta dias, em alto mar, para a pesca do atum e da lagosta (SALDANHA, 2019).

A pesca artesanal em Grossos também é feita sem embarcação, a pé, na beira da praia. Este tipo de pescaria é feita por meio da *mariscagem*, compreendida como o conjunto de práticas de coleta dos mariscos, assim como pelo uso de apetrechos específicos, como a tarrafa, a vara de pescar, a linha e o anzol, para a captura de peixes.

**Figura 14 - Rede de tarrafa utilizada por pescadores artesanais na praia de Pernambuquinho (Grossos)**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

A tarrafa (Figura 14), usada habitualmente nas águas superficiais da beira da praia, é uma rede em forma de cone com abertura circular e com chumbos (pesos inseridos nas pontas da rede), que sendo lançada de forma aberta afunda rapidamente, capturando os peixes, para ser logo puxada por meio de uma corda presa na mão (LIMA; MELO; SILVEIRA, 2013). Os apetrechos de pesca são confeccionados pelos próprios pescadores e pescadoras ou comprados em comércios locais. Eles variam conforme o tipo de pescaria e o tamanho da embarcação. Segundo Navegantes, as redes de pesca mais usadas pelas comunidades pescadoras de Grossos são a rede de espera ou *caçoeira*, o tresmalho, a tarrafa, a rede de arrasto e o covo ou *manzuá*, feitas geralmente com linha de náilon.

A rede de espera, conhecida também como *caçoeira*, de até cem metros de comprimento, é lançada em alto mar e recolhida após vinte e quatro horas. Sendo usada normalmente para a captura de peixes e crustáceos em geral, tem seu uso proibido por lei para a pesca da lagosta (LIMA; MELO; SILVEIRA, 2013). A rede de tresmalho, caracterizada por ter três malhas sobrepostas e um formato retangular de cem a trezentos metros de comprimento e de dois a quatro metros de altura, é usada habitualmente em águas superficiais na beira da praia. Já a rede de arrasto, em formato de saco de até 12 metros de comprimento e uma abertura de até oito metros, é arrastada no fundo pelos barcos à motor, podendo ser usada em locais de até trinta metros de profundidade.

**Figura 15 - Covo ou manzuá utilizado para a pesca da lagosta na litoral de Grossos**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

Por último, o covo ou *manzuá* (Figura 15), usado geralmente para a captura da lagosta em alto mar, é uma armadilha de formato retangular com armação de madeira revestida por uma tela de arame galvanizado ou fio de náilon e que possui uma abertura, chamada de *sanga*, por onde a lagosta entra, mas não consegue sair (LIMA; MELO; SILVEIRA, 2013). Quando a armadilha contém duas sangas, o covo é chamado de *cangalha*. Nessas armadilhas há pesos amarrados, de cimento ou pedra, que auxiliam os *manzuás* a ir até o fundo rochoso do mar quando são lançados, chegando a profundidades de até oitenta metros, sendo puxados diariamente por meio de cordas para apanhar as lagostas.

Os pescadores conhecem os ritmos da maré e escolhem os momentos preferenciais para ir a pescar na beira da praia, conforme esses ritmos. Escolhem a maré enchente para instalar as redes, geralmente de tresmalho, e pescar de tarrafa, pois segundo Navegantes, “a maré traz os peixes quando ela sobe... o peixe chega com a maré”. Já a maré vazante não possibilita uma condição preferencial para a pesca na beira da praia, visto que “quando está secando os peixes vão com a maré”. O marido de Navegantes, além de mariscar junto com

ela, pesca com a tarrafa na praia. Ele usa também a rede de arrasto a pé, porém, apenas durante a noite, pois segundo ele conta: “*de dia os peixes veem a gente e fogem*”.

Os peixes mais comumente pescados, na costa, são a saúna (*Mugil liza*), a tainha (*Mugil curema*) e a agulha (*Strongylura marina*). Os pescadores de alto mar, segundo Navegantes, capturam grandes quantidades de atum (*Thunnus sp.*), de lagosta, principalmente a vermelha (*Panulirus argus*), de pescada (*Cynoscion acoupa*), e de cururuca, conhecida também como corvina (*Micropogonias furnieri*), entre uma grande diversidade de peixes. Segundo uma pesquisa realizada por Garcia (2006), mais de quarenta espécies diferentes de peixes foram identificadas na zona costeira correspondente ao município de Grossos. Além das já citadas, destacam-se pela captura a guarajuba (*Caranx crysos*), o ariacó (*Lutjanus synagris*), a serra (*Scomberomorus brasiliensis*), a cavala (*Scomberomorus cavala*) e o dourado (*Coryphaena hippurus*) (SALDANHA, 2019).

A pesca lagosteira, particularmente, iniciou no Ceará nos anos de 1950, e se expandiu depois ao longo do litoral nordestino. O Rio Grande do Norte passou a ser o segundo maior produtor de lagosta do Nordeste (MELO; BARROS, 2006). É considerada uma atividade socioeconômica de fundamental importância para o Nordeste. As embarcações utilizadas para a pesca artesanal da lagosta são principalmente barcos a motor de tamanho médio, abrigando entre seis e oito pescadores que ficam em alto mar entre quinze e trinta dias consecutivos. Além dos *manzuás* e *cangalhas*, apetrechos utilizados comumente, também são práticas comuns o uso de rede de espera (ou *caçoeira*) e o mergulho livre ou com a ajuda de *marambais*<sup>4</sup> (SILVA; FONTELES-FILHO, 2011), ambas proibidas pela legislação<sup>5</sup> para a pesca de lagosta.

Os primeiros sinais de superexploração da pesca da lagosta na região foram registrados em 1973 (OLIVEIRA; VASCONCELOS; REY, 1993). Considera-se atualmente que existe um colapso nos estoques deste crustáceo no Nordeste. A crise da pesca da lagosta é complexa e multifacetada, decorrente de uma série de fatores interligados, como o crescimento desordenado, contínuo e ilegal da frota de barcos de pequeno e médio porte pela terceirização das capturas; o não cumprimento das medidas de gestão, referente ao tamanho mínimo de captura, ao período de defeso<sup>6</sup>, aos métodos de pesca permitidos, ao limite no

---

<sup>4</sup> As *marambais* são armadilhas, consideradas ilegais, para pescar lagostas. Os pescadores mergulham com a ajuda de compressores para depositar as marambais no mar, assim como para extrair as lagostas.

<sup>5</sup> A prática de mergulho com *marambais* está sendo debatida atualmente para o seu eventual reconhecimento na legislação.

<sup>6</sup> O período de defeso corresponde à época em que é proibida a pesca, com o objetivo de permitir a reprodução dos peixes, na tentativa de evitar a extinção das espécies e o fim dos recursos pesqueiros.



número de barcos; o uso de rede tipo *caçoeira* para a pesca de lagostas; o aumento na migração de grande parcela de pescadores para a pesca da lagosta de forma a receber o seguro de defeso<sup>7</sup>; assim como a definição de regras por parte do Estado sem diálogo com os pescadores (MELO; BARROS, 2006).

Essa multiplicidade de fatores interconectados foi gerando uma queda brusca na captura da lagosta, de cerca de 90%. Devido a esse colapso, que diminuiu a renda dos pescadores, houve uma forte transformação nas atividades pesqueiras da região, que passaram a ter o atum como foco principal de suas capturas (SILVA, 2016). Atualmente, o Rio Grande do Norte é um dos maiores exportadores de atum do país, envolvendo 80% das exportações brasileiras deste pescado, e é o maior produtor de atum do Nordeste, concentrando 70% da produção regional, sendo que mais da metade dessa produção se encontra em Areia Branca, município vizinho de Grossos e com quem compartilha grande parte das atividades pesqueiras. A renda da maioria dos pescadores artesanais de Tibau, Grossos e Areia Branca, que trabalham em alto mar atualmente, depende da pesca do atum e afins, mesmo permanecendo ativa a pesca da lagosta. A região tem recebido pescadores artesanais de outros estados, como Espírito Santo, Goiás, Ceará e Alagoas, devido ao crescimento na pesca de atum e às possibilidades de geração de renda.

### 3.4 O BÚZIO E A MARÉ

O marisco catado pelas marisqueiras nas comunidades pesqueiras de Grossos para a comercialização e sustento das famílias corresponde ao molusco bivalve *Anomalocardia brasiliiana*, conhecido localmente como *búzio*<sup>8</sup>. Presente ao longo do litoral brasileiro, esta espécie é também chamada, dependendo do local, de *berbigão*, *vôngole*, *maçunim* ou *chumbinho* (MATTHEWS-CASCON; ROCHA-BARREIRA, 2006), sendo de significativa importância socioeconômica para as comunidades litorâneas, especialmente no Nordeste (NISHIDA; NORDI; ALVES, 2004; BISPO *et al.*, 2004). O búzio forma bancos de elevada densidade de indivíduos (SCHAEFFER-NOVELLI, 1980) na zona *entremarés*, que é a faixa de substrato arenoso que fica exposto ao ar durante a maré-baixa e submerso na água do mar

---

<sup>7</sup> O *seguro de defeso*, instituído pela Lei N° 10.779, de 25 nov. 2003, consiste no pagamento de um salário-mínimo aos pescadores artesanais durante o período de defeso, época em que não podem gerar renda pela pesca devido à proibição por lei.

<sup>8</sup> *Búzio* é o termo nativo para se referir ao marisco. Utilizam-se neste trabalho ambos os termos, búzio e marisco, para se referir à mesma espécie de molusco bivalve *Anomalocardia brasiliiana*.

após a subida da maré. A entremarés é uma zona de transição entre o mar e a terra, um espaço fronteiro, dinâmico, complexo e fluido, uma espécie de *lugar-entre*, ou de *não-lugar*.

Os seres que habitam essa zona entremarés, como os mariscos, precisam saber viver em condições constantemente mutáveis de submersão na água salgada do mar e de extrema salinidade e seca durante a maré-baixa, sendo expostos também à água doce nos períodos de chuva. Os búzios, filtradores de partículas em suspensão na água do mar, são resistentes à ausência de oxigênio e tolerantes a altas temperaturas (SCHAEFFER-NOVELLI, 1980). Sujeitos permanentemente à ação mecânica das ondas e das marés, os mariscos se protegem permanecendo em águas rasas, enterrados nas camadas superficiais do substrato lodoso ou areno-lodoso (ROCHA-BARREIRA; ARAÚJO, 2005).

Nas praias próximas ao estuário do rio Apodi-Mossoró, como é o caso particular da praia de Pernambuquinho, os búzios suportam grandes oscilações de salinidade, sendo que a presença de numerosas salinas aumenta a concentração de sal nas águas estuarinas durante o período de seca, enquanto as chuvas intensas no início do ano, geralmente entre fevereiro e maio, produzem uma diminuição da salinidade nessa região (SILVA *et al.*, 2014).

A organização da prática de mariscagem está fundamentada em *saberes-fazeres* (DE CERTEAU, 1997) inspirados nos ritmos das marés e os ciclos lunares. A jornada de trabalho das marisqueiras depende, em grande medida, da influência da lua sobre o movimento das marés (PENA *et al.*, 2014). A Navegantes descreve com detalhe os distintos tipos de marés e os momentos mais adequados para catar marisco. Existe a *maré alta* ou *cheia*, também conhecida como *preamar*, na qual os bancos de búzios se encontram submersos na água, e a *maré baixa* ou *seca*, chamada também de *baixa-mar* ou *croá*, onde os bancos de marisco estão expostos devido ao recuo do mar. A *maré vazante* acontece enquanto a água do mar desce, e a *enchente* enquanto a água sobe. Acontecem dois ciclos de maré a cada dia, ou seja, dois momentos onde a maré está alta e outros dois onde está baixa. Esses ciclos não acontecem no mesmo horário a cada dia, pois dependem dos ritmos e da influência da lua. Cada maré alta ocorre ao redor de vinte minutos mais tarde do que a anterior, e o mesmo acontece com cada maré baixa.

A Navegantes conta que além da alta e baixa, existem também a *maré viva* e a *morta*. A *maré viva*, chamada também de *gigante* localmente, acontece durante as fases de lua nova e cheia, sendo que nesses momentos o alinhamento da lua em relação ao sol produz uma maior

amplitude da maré<sup>9</sup>, ou seja, marés mais altas e mais baixas, e, portanto, uma ampliação do espaço arenoso onde se encontram os bancos de marisco. É por isso que as fases de lua cheia e nova são as melhores para a prática da mariscagem. Em contraste, a *maré morta*, que corresponde aos períodos de lua minguante e crescente, é quando não há muita diferença entre a maré alta e a baixa, em outras palavras, não são dias bons para mariscar.

Sendo assim, a prática de catar búzio acontece preferencialmente durante as marés vazante e baixa nos dias de lua cheia e nova, porque os bancos de marisco estão expostos durante mais tempo (ROCHA, 2009)<sup>10</sup>, o que corresponde a quinze dias ao mês para a atividade de extração (SILVA *et al.*, 2014). Ainda, é necessário considerar que há um momento preferencial para sair a mariscar, que é quando a maré está baixando, de forma a ter tempo suficiente para apanhar os búzios. Isto perfaz um período de quatro a seis horas antes que a maré suba de novo (ROCHA; LOPES, 2014). Além dessa oscilação conforme a fase lunar (dias no mês) e a hora do dia, a cata do búzio também sofre variações conforme a sazonalidade, sendo que, no período de chuvas, há uma diminuição da prática de mariscagem.

É assim que essa prática não tem dias ou horário fixos. A atividade se desenrola em momentos diferentes ao longo da semana, do mês e do ano. Uma primeira consequência é que o trabalho de beneficiamento do búzio também não tem um horário fixo, pois termina dependendo do momento em que foi realizada a cata do marisco. Além disso, a produção não é estável ao longo do ano. Ainda, soma-se a esta complexidade do agenciamento da lua, do mar, das chuvas e do marisco o fato de que as marisqueiras precisam ‘equilibrar’ esse trabalho-tempo com as demandas familiares e, frequentemente, com compromissos comunitários.

### 3.5 AS MARISQUEIRAS E A ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES PESCADORAS E ARTESÃS DO MUNICÍPIO DE GROSSOS

Nas comunidades costeiras de Grossos, segundo Navegantes, as principais atividades de geração de renda realizadas pelos homens são, habitualmente, o trabalho nas salinas e a pesca de peixes ou lagostas em alto mar. Já as mulheres dessas comunidades, em geral, são responsáveis pelas atividades de catar marisco na praia, limpar e beneficiar os pescados e

---

<sup>9</sup> O alinhamento do sol e da lua em relação à terra nas fases de lua cheia e nova é conhecido como *sizígia* em termos astronômicos.

<sup>10</sup> Cabe destacar também que existe variação das marés ao longo do litoral brasileiro, sendo que a região litorânea do Nordeste, por estar localizada mais próxima da linha do Equador, possui uma maior amplitude da maré, o que favorece uma extensa área com bancos de marisco.

moluscos, preparar e conservar os apetrechos de pesca, além das tarefas domésticas de cuidado da casa, dos filhos, do marido e de pessoas idosas. No caso das famílias que possuem pomares e animais de pequeno porte, como cabras, ovelhas e galinhas, as mulheres são também as responsáveis por cuidar deles.

Esta organização do trabalho nas famílias e comunidades pesqueiras tem gerado uma concepção da pesca artesanal como atividade predominantemente masculina, invisibilizando o trabalho das mulheres (WOORTMANN, 1992). Observa-se a manutenção de certas hierarquias e a separação dos locais de trabalho, no caso, entre o espaço do mar e da terra, o que conduz a uma divisão do trabalho baseada em tarefas supostamente ‘masculinas’ e ‘femininas’. As atividades de apanhar marisco, de limpar e beneficiar tanto peixes, como moluscos, assim como os cuidados com os apetrechos de pesca, são consideradas habitualmente tarefas de “auxílio ou apoio”, “coisas de mulher” (MELO; LIMA; STADTLER, 2009). Tais atividades, na maioria das vezes, são vistas como mera extensão das atividades domésticas, não sendo reconhecidas como práticas fundamentais para a cadeia produtiva da pesca, e, mesmo, para a garantia da própria alimentação e sustento das famílias<sup>11</sup>.

A desvalorização das atividades na pesca artesanal tem acarretado a falta de reconhecimento das mulheres como pescadoras (MOTTA-MAUÉS, 1999). Conseqüentemente, gerando a dificuldade de acesso destas aos direitos trabalhistas e previdenciários (MORENO; LEAL, 2018). Por outro lado, se considerarmos uma concepção ampliada da produção pesqueira, incluindo toda a diversidade de atividades associadas, as mulheres passam a ser consideradas profissionalmente pescadoras (MANESCHY, 1995; MOTTA-MAUÉS, 1999).

A região do Nordeste, quando comparada com o resto do país, destaca-se pela maior participação de mulheres na pesca artesanal. Isto se dá principalmente devido ao seu envolvimento na prática da mariscagem (VASCONCELOS *et al.*, 2003), que tem sido realizada pelas mulheres há muitos anos. A predominância das mulheres nessa atividade parece decorrer, entre outras razões, do fato de ser uma pescaria relativamente curta (em termos de tempo) e que pode ser realizada próxima dos locais de moradia, possibilitando a conciliação da cata e do beneficiamento do marisco com as tarefas domésticas (DIAS; ROSA; DAMASCENO, 2007). É comum ver as marisqueiras levando consigo filhos ou filhas durante

---

<sup>11</sup> Para mais detalhes sobre estudos específicos de mulheres pescadoras artesanais, ver: Ellen Woortmann (1992), Edna Alencar (1991, 1993), Maria do Rosário Andrade Leitão (2013), e Maria Cristina Maneschky (2012, 2013).

o trabalho na praia. Além disso, elas conseguem cozinhar e cuidar da casa enquanto limpam e cozinham os moluscos, já que ambas as tarefas se desenrolam no mesmo ambiente.

As marisqueiras das comunidades pesqueiras de Grossos, tradicionalmente, catam búzio de forma individual, com outras mulheres da própria família e/ou junto com algum filho ou filha. Na metade dos anos 2000, em um contexto político nacional que propiciava a criação e apoio de associações comunitárias, um grupo de doze marisqueiras das comunidades de Alagamar, de Pernambuquinho e de Barra, em Grossos, organizou-se para a cata e beneficiamento coletivo de búzios, com o objetivo inicial de aumentar a renda e melhorar a vida de suas famílias.

Nesse cenário de incentivo à criação de associações, o grupo de mulheres decidiu se formalizar, constituindo a AMPAG em 2007. Essa foi uma considerável transformação no cotidiano das mulheres, do trabalho individual perto de casa, visto que passaram a catar, lavar, cozer, *desconchar*<sup>12</sup>, embalar e armazenar os búzios juntas, instaurando uma tentativa de trabalho coletivo. O processo de beneficiamento e armazenamento da produção, feito habitualmente em casa, passou a ser feito na nova sede da associação, alocada em um espaço comunitário situado na estrada principal de Pernambuquinho (Figura 16).

**Figura 16 - Sede da Associação das Mulheres Pescadoras e Artesãs do Município de Grossos**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

A organização formal também transformou a relação das marisqueiras com o Estado e com as institucionalidades. Passaram a ser beneficiárias de uma série de projetos, através dos quais tiveram acesso a recursos para investimento e custeio da atividade produtiva, como equipamentos e infraestrutura da sede da associação, que foi transformada em uma

---

<sup>12</sup> *Desconchar* é o termo nativo para se referir ao processo de retirada das conchas dos mariscos. Neste trabalho os termos *desconchar* e *descascar* são utilizados de forma sinônima.

agroindústria (Figura 17). Também passaram a receber formação e capacitação para empreendimentos de economia solidária, além de apoio para a comunicação e divulgação.

**Figura 17 - Cata (a) e beneficiamento (b) de marisco pelas mulheres da AMPAG (Grossos)**



Fonte: FBB (2015a) e acervo fotográfico da AMPAG.

Por cerca de dez anos, as mulheres trabalharam juntas na cata e beneficiamento de búzio (Figura 17); na produção de artesanato à base de conchas e de roupas e tecidos de *renda*<sup>13</sup> (Figuras 18); participaram de formações, oficinas, encontros, reuniões e trocas com organizações parceiras por meio de distintos projetos (inclusive a Dedé, uma das marisqueiras de Alagamar, fez um intercâmbio para conhecer experiências no Canadá) (Figura 19).

**Figura 18 - Artesanatos de renda (a) (c) e à base de conchas de mariscos (b) elaborados pelas marisqueiras da AMPAG (Grossos)**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

Um dos aspectos que cabe destacar com relação às mudanças que foram se sucedendo na vida dessas mulheres, é que a possibilidade de trabalhar associadas e fora de casa também contribuiu para sua articulação política.

<sup>13</sup> A renda é uma técnica tradicional de confecção de roupas e tecidos pelo entremeado de fios têxteis com a ajuda de agulhas especiais ou de bilros (neste caso, com o uso de almofadas como base), que são fusos, geralmente de madeira.

**Figura 19 - Marisqueiras da AMPAG participando de encontros e trocas de experiências**



Fonte: acervo fotográfico da AMPAG.

As marisqueiras da AMPAG integraram o projeto *Gente da Maré*<sup>14</sup> da UFERSA, obtendo, em 2015, um importante reconhecimento de seu trabalho. Receberam da FBB, na categoria “mulheres”, o prêmio de uma das melhores tecnologias sociais do país (Figura 20). O valor ganho com o prêmio foi destinado à compra de equipamentos e à melhoria da infraestrutura da sede da associação, de forma a se adequar às normas necessárias para a formalização como agroindústria de pequeno porte.

<sup>14</sup> O Projeto *Gente da Maré* foi executado pela ONG canadense *World Fisheries Trust* e a UFERSA, sendo financiado pela Agência Canadense de Cooperação Internacional (CIDA) com contrapartida do extinto Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e do Programa de Desenvolvimento de Comunidades Costeiras (FAO/DCC). O projeto “[...] teve como objetivos principais melhorar a qualidade de vida de marisqueiras familiares no Nordeste brasileiro [...] Foram envolvidas mais de 1.300 mulheres do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia. Durante o projeto foram criadas duas redes produtivas comunitárias” (FBB, 2015b). Mais detalhes sobre o projeto, consultar em: SILVA, G. H. G.; CAROLSFELD, J.; GÁLVEZ, A. O. (org.). **Gente da Maré: aspectos ecológicos e socioeconômicos da mariscagem no nordeste brasileiro**. Mossoró: EdUFERSA, 2014.

**Figura 20 - Navegantes recebendo o prêmio da AMPAG pela Fundação Banco do Brasil em 2015**



Fonte: FBB (2015c).

Para o trabalho da associação, o grupo de marisqueiras se dividia em dois subgrupos: enquanto algumas eram responsáveis por catar búzios na maré, as demais se ocupavam de processar o marisco na agroindústria. As marisqueiras que ainda fazem parte da associação, explicam que a atividade de mariscagem na praia é muito mais penosa fisicamente que o trabalho de processamento. Esta percepção de desigualdade no esforço físico empregado na divisão de tarefas fez surgir certo desentendimento no grupo. Algumas das mulheres começaram a querer trabalhar apenas na agroindústria, isto é, fazendo o processamento, sem, contudo, se envolver na cata do marisco. Com o decorrer do tempo, algumas das mulheres acabaram desistindo de participar das atividades coletivas de mariscagem e processamento. A associação não deixou de existir, mas o grupo ficou menor, o que se somou com outras questões que foram dificultando a continuidade da atividade coletiva.

Um dos fatores que parece ter sido crucial para o encerramento das atividades coletivas de cata e processamento de marisco foi a distância entre o local da agroindústria e a moradia das mulheres. Na tentativa de facilitar o transporte dos mariscos para seu beneficiamento, a mariscagem coletiva era feita na praia de Pernambucozinho, ou seja, o mais perto possível da sede da associação. Porém, na prática, as marisqueiras que eram moradoras das comunidades de Alagamar e da Barra precisavam se deslocar todo dia até Pernambucozinho a pé ou, em algumas ocasiões, de bicicleta. Isto significava percorrer quatro vezes por dia distâncias consideráveis (variando de 8 a 12 km por dia),<sup>15</sup> considerando que, ao meio-dia, as mulheres precisavam voltar para suas casas para fazer o almoço, cuidar dos filhos e comer em família, retornando para trabalhar na parte da tarde. Habitualmente, elas voltavam para suas comunidades no final da tarde, mas às vezes, caía a noite, a depender do

---

<sup>15</sup> Com relação à Pernambucozinho, Alagamar fica a dois quilômetros e o centro da Barra fica a três quilômetros.



acúmulo de trabalho ou dos ritmos da maré. Esta situação gerou reclamações e até conflitos com alguns dos maridos, especialmente quando estes precisavam ir buscar suas esposas de bicicleta, moto ou carroça para levá-las para casa.

Outro fator relevante a ser levado em consideração é que a prática de mariscagem em si demanda bastante esforço físico. Soma-se a isto, com o passar do tempo, a idade avançada de várias das mulheres e as caminhadas sob o sol extenuante (em Grossos, a temperatura raramente baixa dos 30°C). Logo começou a haver, então, agravos de problemas de saúde (reportam que há bastante prevalência de câncer de pele e hipertensão). Além disso, algumas das marisqueiras precisaram ficar em casa para cuidar de pessoas doentes ou idosas da família. Todos estes aspectos foram tornando cada vez mais difícil para o grupo manter o trabalho coletivo de produção.

Por outro lado, com a exigência de adequação às boas práticas de higiene e manipulação do marisco, por conta da formalização na agroindústria, algumas das mulheres foram desistindo de participar do beneficiamento em coletivo. Elas consideravam o novo processo de tirar a concha do búzio manualmente, uma por uma, muito trabalhoso e demorado<sup>16</sup>. A prática comum de lavagem e desconche do marisco na região é “*limpar batendo*”, ou seja, colocar os búzios em caixas de plástico com furos no fundo, molhar com água para lavar e ir sacudindo a caixa. Isto é feito depois que o marisco já está cozido, de forma que a *carne*<sup>17</sup> vá se separando da concha e escorregando pelos furos até cair em outro recipiente, enquanto as cascas ficam retidas dentro da caixa.

Segundo Navegantes, “*limpar batendo*” é bem mais rápido, mas o marisco fica com pouca qualidade para ser comercializado e consumido. Para ela, esta prática de lavagem e desconche não é adequada, visto que deixa restos de areia na carne do marisco. Além disso, limpar a carne batendo faz com que a *ostra* do búzio não seja retirada completamente<sup>18</sup>, restando partículas de concha no produto que será oferecido, posteriormente, aos consumidores. Neste sentido, Navegantes avalia que o mais importante que aprendeu nas capacitações dos projetos que seguiram a criação da associação, foi o cuidado com a *qualidade* do produto, especialmente a preocupação em limpar completamente os mariscos, separando as conchas manualmente, uma por uma.

---

<sup>16</sup> Segundo as mulheres, o processo de retirada da concha manualmente dobra praticamente o tempo de trabalho do beneficiamento do marisco.

<sup>17</sup> O termo *carne* do búzio é a forma local de se referir à parte do marisco comestível, depois de retirada a concha.

<sup>18</sup> Estes restos, que ficam misturados à carne, correspondem ao que é chamado de ‘dentição’ do marisco, estruturas rígidas de composição carbonatada que estão posicionadas entre as duas valvas da concha.

Associar-se também significou lidar com a burocracia, envolvendo trabalho de secretaria, tesouraria, escrita de atas, e readequação constante conforme as mudanças na legislação, além da demanda de tempo e disponibilidade para participar de reuniões e outras atividades. Como a maior parte das mulheres do grupo não foi alfabetizada, afirmam sentir dificuldade de manter em dia as demandas burocráticas da associação e se adequar às normativas, que são dinâmicas e demandam constante atualização. Algumas das mulheres também dizem não se sentir à vontade em locais fora de sua comunidade e/ou com a presença de técnicos externos, assim como afirmam não gostar de discutir sobre questões administrativas, porque, segundo elas, “*não sabem falar sobre isso*”. Este conjunto de aspectos levou a certa concentração de responsabilidades administrativas da associação por parte de Navegantes, que, por manter maior diálogo com outras organizações, além de ser alfabetizada, terminou respondendo praticamente sozinha por essas demandas, atuando também como presidente da associação.

A AMPAG continua em funcionamento, contando com a participação de seis marisqueiras, incluindo a Navegantes e sua filha Luiza, além do seu marido Zé Maria, que é o único homem na associação. O grupo se reúne para participar de oficinas, encontros, trocas, entre outros, assim como para a articulação política com outras organizações da região. Porém, as mulheres já não catam nem beneficiam marisco de forma coletiva, pelas questões acima citadas, tendo retomado a prática de mariscagem de forma individual ou em família.

### 3.6 A FAMÍLIA DE NAVEGANTES

A trajetória de vida da família de Navegantes se encontra permeada pelas dinâmicas do próprio território. O seu avô materno já trabalhava nas salinas, carregando sal para os navios que comercializavam o mineral para outros estados do Brasil, inclusive para o exterior. O trabalho braçal nas salinas, que nesse período eram todas artesanais, era realizado pelos homens. As mulheres da família de Navegantes, particularmente sua avó materna e sua mãe, eram marisqueiras. Elas catavam mariscos, os limpavam e cozinhavam, tanto para o consumo na família como para vender ou trocar. Nessa época, o trabalho da mariscagem não era reconhecido como uma profissão, mas era visto como mera atividade de subsistência para as famílias, extensão do trabalho doméstico realizado pelas mulheres. A própria Navegantes, que aprendeu com a sua mãe a prática da mariscagem, reconheceu-se como *marisqueira* recentemente.

Seu pai, que hoje mora em uma casa construída no seu quintal, nasceu no sertão potiguar (região semiárida do Rio Grande do Norte). Com nove anos começou a trabalhar, cuidando do rebanho de uma fazenda, e com vinte se mudou para Grossos com o sonho de trabalhar na extração de sal, que na época era considerado o *ouro branco*, uma possibilidade de obter renda e melhorar de vida. O intenso trabalho físico nas salinas gerou problemas de saúde na coluna e nas pernas, que demandaram uma série de cirurgias, além dos numerosos *olhos de peixe*, lesões comuns nos pés dos trabalhadores das salinas artesanais, que carregam o sal descalços até os dias de hoje<sup>19</sup>. Precisou se aposentar aos trinta e nove anos de idade. Para complementar a renda, comprava frutas na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) de Mossoró e as revendia em Grossos. Ele conta com orgulho que graças a essa revenda conseguiu comprar seu primeiro aparelho de som e um armário guarda-roupa.

O marido de Navegantes, também trabalhou por muitos anos nas salinas artesanais de Grossos. Teve *olhos de peixe* nos pés e problemas de saúde na coluna. Narra que decidiu sair das salinas, faz dez anos, e passar a trabalhar com Navegantes nas atividades de mariscagem quando percebeu que ganharia o mesmo valor, dez reais, carregando uma tonelada de sal no carrinho de mão que catando, limpando, cozinhando e comercializando um quilo de marisco.

O casal tem três filhos, dois homens e uma mulher, todos jovens. O maior mora em Mossoró, enquanto o menor mora com eles, ajudando na limpeza do marisco. A filha Luiza, do meio, construiu uma casa no quintal de Navegantes, onde mora com seu marido. A Luiza aprendeu a mariscar com a mãe, e, hoje, trabalham juntas. Na época da pesquisa de campo, a Luiza estava grávida, e como, segundo seu médico, precisava repousar, o marido dela era quem estava dando um apoio à Navegantes e ao Zé Maria na mariscagem. Oito pessoas da família estavam morando com Navegantes nesse período: seu marido, o filho menor, uma sobrinha e sua filha na casa central; a Luiza e seu marido em uma casa anexa no quintal; e por último, em outra pequena casa no mesmo quintal, o pai de Navegantes, com setenta e seis anos de idade, e seu filho de três anos, o Pedro<sup>20</sup>, o mais novo irmão de Navegantes.

---

<sup>19</sup> Segundo Navegantes, os casos de câncer de pele também são comuns entre os trabalhadores das salinas, visto que a maioria não usa proteção na pele, nem camiseta nem chapéu.

<sup>20</sup> A mãe do Pedro, que não tem a guarda do filho, mora em outra comunidade.

### 3.7 A PRÁTICA DA MARISCAGEM

O conjunto de práticas que abrange o trabalho específico da família de Navegantes com o marisco na comunidade de Pernambuquinho envolve a escolha do dia e hora para mariscar conforme os ritmos da maré e o ciclo lunar; a preparação dos apetrechos e roupas para a mariscagem; o deslocamento com os instrumentos até o local durante a maré vazante; a localização dos bancos de búzios; a cata do marisco; o retorno para casa com os apetrechos e os sacos de búzio coletado; a preparação do material necessário para o beneficiamento e a organização do espaço; a limpeza do marisco; o pré-cozimento; o descasque; a limpeza da carne; a embalagem e pesagem; o armazenamento e conservação; a limpeza dos materiais e organização do espaço; o descarte das conchas; e a comercialização do marisco.

No caso particular de Navegantes, esse processo é realizado junto com seu marido e sua filha, contando com o auxílio esporádico de outros membros da família quando possível. A participação ativa de homens nessas atividades não é regra, mas exceção. Quando acontece, esse envolvimento dos homens, geralmente, se deve à épocas de baixa produtividade na pesca ou de poucas possibilidades de geração de renda (ROCHA; LOPES, 2014). Há pesquisas, no entanto, que evidenciam a existência, mesmo que minoritária, de famílias cuja renda depende da mariscagem realizada pela mulher e pelo homem em conjunto, especialmente no Nordeste (ROCHA, 2009; GOMES, 2009), como acontece com Navegantes e Zé Maria. Porém, na maioria desses casos, permanece uma divisão sexual do trabalho, visto que os homens se ocupam, sobretudo, das atividades de coleta do marisco, enquanto as mulheres ficam responsáveis, especialmente, pelas atividades de beneficiamento. Na família de Navegantes, percebe-se uma participação ativa de ambos os membros do casal tanto nas atividades de cata do búzio, como de processamento. No entanto, as tarefas domésticas permanecem sendo responsabilidade feminina e a pesca na beira da praia se mantém como uma atividade prioritariamente masculina.

A seguir, descrevem-se as práticas de cata, beneficiamento e comercialização de marisco realizadas na comunidade de Pernambuquinho, particularmente envolvendo a família da Navegantes e algumas das marisqueiras da associação.

### 3.7.1 Começa a cata do búzio

Como foi explicado anteriormente, é necessário escolher previamente o dia e hora para mariscar conforme os ritmos da maré e o ciclo lunar, de preferência as marés vazantes e baixas nas fases de lua cheia e nova. Para evitar fortes exposições ao sol e ao calor, as marés de manhã são consideradas mais adequadas para a cata, mas nem sempre é possível evitar o sol de meio dia, dependendo das necessidades da família e da demanda de marisco. Como anoitece ao redor das 17 horas da tarde durante o ano inteiro, julga-se que a mariscagem, quando precisa ocorrer de tarde, não pode iniciar depois das 15 horas.

Chegado o momento escolhido para catar o marisco, o primeiro passo é a organização dos materiais necessários para a mariscagem. Os apetrechos utilizados dependem dos modos de extração e das dificuldades de deslocamento. A família de Navegantes, que pratica duas variedades de mariscagem, utiliza um carrinho de mão, uma pá, uma caixa de plástico (modelo que se utiliza para armazenar e comercializar frutas ou hortaliças), três baldes grandes e dois pequenos, e dois ou três sacos. O Zé Maria não troca de roupa para ir a mariscar, só coloca um boné na cabeça para se proteger do sol. A Navegantes, no entanto, dedica um tempo para se preparar. Primeiro deixa tudo arrumado em casa: roupas, comida, demandas da família, entre outros. Depois, junta uma garrafa de água para levar, coloca uma calça (tipo *legging*) e uma camiseta compridas, bastante protetor solar no rosto e pescoço e um boné na cabeça. Ambos reúnem os apetrechos e “vão pra maré”.

O momento ideal para sair de casa em direção à praia é o início da maré vazante. O Zé Maria carrega o carrinho de mão amarrado atrás da bicicleta, com os apetrechos em cima (Figura 21). No deslocamento até a praia o peso é leve. Porém, essa estratégia de amarrar o carrinho na bicicleta auxilia especificamente para aliviar o peso dos sacos de marisco no retorno. O resto da família vai à pé. A distância a ser percorrida é variável, dependendo do local escolhido para mariscar.

**Figura 21 - Zé Maria carregando os apetrechos para a cata de búzio amarrados na bicicleta na praia de Pernambucoquinho (Grossos)**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

Chegando ao local escolhido, na praia, inicia-se o processo de localização dos bancos de búzios nas *croas*<sup>21</sup>. Conforme explica a Navegantes, depois de catar búzio por dois ou três dias em um mesmo local, é necessário fazer um novo processo de localização dos bancos. Ela alerta: “*os búzios mudam de lugar*”. A passagem abaixo ajuda a entender como é feita esta escolha do lugar da cata do búzio:

A Didi é uma marisqueira de Alagamar, acompanhando seu trabalho na beira da praia, ela me mostra como faz a identificação dos bancos (Figura 22). Na maré alta, entra na água e caminha em silêncio arrastando os pés no fundo, sentindo a camada superficial da areia com os dedos e as plantas dos pés. Com o tato dos pés, sente também quando há presença de búzios. Assim, vai se movendo até detectar os bancos. Em seguida, se agacha e, com a mão dentro da água, vai pegando alguns punhados de areia com mariscos, colocando-os em um pequeno balde, só para confirmar se esse é um bom local para mariscar. Nas áreas de areia exposta, a Didi joga água do mar, agitadamente, com a ajuda do balde. Com isto, os búzios, que habitam as camadas superficiais, começam a aparecer (Caderno de campo, praia de Alagamar, 19/08/2019).

<sup>21</sup> As *croas* são as áreas de areia expostas pela maré baixa, onde se encontram os mariscos. São bancos de areia ou limo, geralmente com uma topografia arredondada.

**Figura 22 - Práticas de localização dos bancos de búzios pela marisqueira Didi, na praia de Alagamar (Grossos)**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

Localizados os bancos de marisco, inicia o processo de extração. As formas de cata do marisco são variáveis, sendo que a família de Navegantes realiza duas práticas diferentes de mariscagem. A primeira é a extração manual, ou seja, com uso das próprias mãos. Quem faz esse processo normalmente são as mulheres, e neste caso, Navegantes. Ela se senta em uma croa e com a ajuda de um balde vai aguando repetidamente uma área pequena de areia até que os búzios que se encontram na camada superficial começam a aparecer. Como aquela área ficou mais molhada por ter sido aguada, os mariscos escorregam rapidamente por dentro da areia. É por isso que antes de colhê-los com cuidado, a Navegantes pega os búzios rapidamente com as mãos e vai jogando-os perto, em uma área de areia vizinha menos molhada. Tenta fazer isso com o maior número de mariscos que consegue. Os movimentos de ‘aguar’ e jogar os mariscos para outra área são rápidos e hábeis. Logo, vai catando os mariscos separados com as mãos, tentando retirar levemente a areia em excesso com a ajuda de água, e levando-os dentro de outro balde (Figura 23).

**Figura 23 - Navegantes catando búzio manualmente na praia de Pernambuquinho (Grossos)**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

Recolhidos os mariscos, repete de novo o processo, aguando em outra área vizinha. Quando o balde fica cheio, esvazia o conteúdo em um saco, que servirá, posteriormente, para transportar todo o búzio coletado, e volta a catar. Assim, vai procedendo sucessivamente durante as horas que dura a mariscagem. Visualmente ela consegue avaliar quando um banco deixa de ser interessante para mariscar, dependendo da quantidade de búzios que aparecem após o processo de aguardar repetidamente. Nesse caso, utiliza novamente a prática de localização de bancos, arrastando os pés ou cavando levemente com as mãos, e aguardando posteriormente para verificar a quantidade de mariscos nesse novo banco.

A segunda prática de mariscagem da família, que acontece simultaneamente e no mesmo local onde a Navegantes cata búzio, é realizada pelo Zé Maria, já seja sozinho ou em conjunto com a filha ou o genro. Com a ajuda de uma pá, ele vai retirando as camadas superficiais de areia, conformando um círculo ao seu redor. A areia úmida vai sendo colocada em uma caixa de plástico com furos no fundo e nas laterais. A outra pessoa, que está



trabalhando junto, vai jogando grandes quantidades de água para dentro da caixa com a ajuda de um balde, de forma que a areia vai saindo pelos furos da caixa. Com este procedimento os búzios ficam retidos (Figura 24). A atividade com a pá e com o balde de água acontece sucessivamente, até juntar certa quantidade de marisco na caixa.

**Figura 24 - Zé Maria catando búzio de pá na praia de Pernambucozinho (Grossos)**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

É, então, que ele levanta a caixa com as duas mãos, agitando lateral e repetidamente, enquanto a outra pessoa joga mais água dentro, sendo esta a primeira lavagem do marisco. Esvazia a caixa, colocando os búzios extraídos dentro de um saco, para reiniciar o processo. Da mesma forma que a Navegantes, quando o Zé Maria percebe pouca quantidade de búzio em um local, localiza novos bancos com a ajuda das mãos e dos pés. A cata termina, normalmente, quando a maré sobe. A mariscagem pode durar de três a cinco horas,

dependendo do ritmo da maré, do cansaço físico e da quantidade de búzios que precisam catar. Com todos os mariscos extraídos, e já colocados dentro de sacos, eles voltam para casa.

A volta, primeiro, depende de sair da água com os sacos de búzios. Isto se faz com o deslocamento do carrinho de mão entre as *croas* e a beira da praia. Dependendo da situação, o trajeto pode ser de algumas centenas de metros. Como a maré já está enchendo, é necessário ter habilidade e agilidade para se deslocar com o carrinho de mão pesado sem atolar (Figura 25).

**Figura 25 - Carregamento do marisco extraído em sacos na praia de Pernambuco (Grossos)**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

Cada saco, quando cheio, pode pesar até 40 kg. Já na beira da praia, o carrinho com os sacos é amarrado novamente na bicicleta para ser transportado com cuidado até a casa. Como o genro do casal estava auxiliando na cata do marisco na época da pesquisa, ele também passou a ajudar no transporte dos sacos com a sua moto (Figura 25). Zé Maria comenta que, antigamente, quando as mulheres da associação mariscavam em grupo, o peso a ser transportado era ainda maior, e por isso, ele ajudava carregando os sacos com uma carroça puxada a cavalo. Em geral, as marisqueiras da região não possuem nenhuma forma de transporte do marisco, carregando elas mesmas os sacos em cima dos ombros ou da cabeça.

### **3.7.2 Beneficiamento: desafios feitos de conchas e mariscos**

Chegando ao quintal da casa, onde é feito o processo de beneficiamento do marisco, o(s) saco(s) são descarregados e as ferramentas utilizadas são guardadas. Se a mariscagem foi feita pela manhã, Navegantes se envolve nas atividades de preparo do almoço para a família,

sendo que o processamento acontece durante a tarde, após o almoço e a lavagem da louça. Quando a extração é feita pela tarde, em função do ritmo da maré e do ciclo lunar, o beneficiamento acontece no dia seguinte. A luminosidade do dia é necessária para efetuar um adequado processo de limpeza, cozimento e descasque no espaço do quintal. Precisam terminar ao redor das 17 horas da tarde, já que não há luz natural suficiente depois desse horário.

Para começar, é necessário preparar o material, como baldes, panelas, colher, entre outros, e organizar o espaço, limpando e liberando a mesa onde será feito o descasque dos búzios. Uma das atividades indispensáveis nessa preparação é juntar lenha (galhos secos ou restos de madeira de construção), porque o cozimento, na maioria dos casos, é feito em fogões à lenha ou em fogueiras diretamente no chão.

**Figura 26 - Lavagem dos mariscos com água direta do poço antes do pré-cozimento**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

Antes do cozimento, o marisco é lavado diversas vezes com o objetivo de retirar o máximo possível de areia. Segundo Navegantes, o processo necessário para uma boa limpeza é a lavagem do marisco por três vezes. A água utilizada para isso, na casa da família, vem de um poço relativamente superficial, de uns seis metros de profundidade, que existe no espaço do quintal. Cabe ressaltar que a água da maior parte dos poços do município de Grossos é salina ou salobra, sendo este o caso também do poço da família. A lavagem é feita com as duas mãos, fazendo movimentos de fricção dos búzios dentro da água, assim sucessivamente, até completar as três lavagens, quando os mariscos são colocados em uma panela com água rasa para o pré-cozimento. Durante a fervura, mais uma leva de búzios é lavada novamente (Figura 26).

Na casa de Navegantes o processo de cozimento é realizado no chão do quintal, em uma fogueira próxima ao local de lavagem (Figura 27). A fervura é feita por uns quinze minutos, mexendo o conteúdo da panela de vez em quando com uma madeira. Durante o pré-cozimento ocorre a abertura gradual dos mariscos. Isto facilita o próximo passo do beneficiamento, que é a retirada das conchas.

**Figura 27 - Pré-cozimento em fogo de chão (a) (b) (c) e esfriamento dos mariscos abertos (d)**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

Quando todos os búzios já abriam, estes são retirados da panela e colocados em uma bacia para esfriar, começando então a fervura de mais uma leva de mariscos. Assim que esses últimos estão prontos, os primeiros, que já esfriaram, são colocados em cima de uma mesa que foi limpa previamente, onde acontecerá mais tarde o descasque, liberando assim a bacia para a segunda leva de búzios. O processo acontece sucessivamente até o pré-cozimento de todo o material coletado, terminando essa fase do beneficiamento com todos os mariscos limpos, fervidos, abertos, e já frios em cima da mesa.

Começa, então, a retirada das conchas, que a família de Navegantes faz de forma manual, uma a uma. Esta é a atividade mais demorada do processamento. Com os mariscos distribuídos no centro da mesa, os membros da família sentam-se ao redor. Cada pessoa arrasta para perto de si um punhado de mariscos com as mãos. Um a um, o búzio é sustentado na mão, separando a carne da casca com a ajuda dos dedos, habitualmente tirando a carne com o polegar em movimentos rápidos e hábeis. Cada membro da família vai juntando as

cascas em um monte e a carne em outro. De vez em quando, as conchas vazias são jogadas para o chão. O trabalho é terminado quando todas as cascas estão espalhadas no chão e a carne ‘desconchada’ por cada um possa ser juntada em um só volume. Essa é a parte do beneficiamento onde participam mais membros da família, conforme suas disponibilidades. É também um momento de partilha e de diálogo, de “*botar os papos em dia*”, onde todos estão sentados ao redor da mesa durante algumas horas conversando enquanto descascam os mariscos (Figura 28).

**Figura 28 - Descasque dos búzios manualmente, em família**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

Seguidamente, após o descasque dos búzios, a Navegantes coloca três recipientes, em cima da mesa, do lado da pilha de carne, dois cheios de água do poço e o último vazio. Começa então o último processo de lavagem dos mariscos para a retirada final dos restos de areia, feito unicamente por Navegantes. Ela brinca: “*o Zé Maria não faz direito*”. Cuidadosamente, ela pega porções de marisco da pilha de carne, colocando-as na primeira bacia e mexendo-as dentro da água. Aos poucos, recolhe essa mesma carne. Delicadamente, espreme-a com as duas mãos para eliminar o excesso de água, colocando-a no segundo recipiente. Repete então o processo, até colocá-la na terceira e última bacia. A carne está, então, pronta para ser embalada pelo Zé Maria, na medida em que ela vai fazendo a última lavagem (Figura 29).

**Figura 29 - Limpeza do marisco descascado**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

Os materiais usados para a embalagem são saquinhos plásticos padronizados para 500 gramas de marisco. Zé Maria enche os saquinhos “*a olho*” e os coloca, ainda sem fechar, dentro de uma caixa térmica (são caixas de poliestireno, que usualmente chamam de ‘isopor’). Terminando o processo de embalagem, ele fecha a caixa, coloca-a na bicicleta e segue para a sede da associação, onde se encontram os equipamentos da agroindústria. Nesse local, o Zé Maria pesa cada saquinho de marisco, retirando ou inserindo carne cuidadosamente quando necessário, até chegar ao peso exato de 500 gramas cada um. Logo após, fecha cada saquinho com a ajuda da máquina seladora (Figura 30).

**Figura 30 - Embalagem (a) (c), pesagem (d) e fechamento com seladora (b) dos saquinhos de marisco na sede da AMPG (Grossos)**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

O armazenamento do marisco embalado acontece no congelador da associação, destinado somente para este fim (Figura 31). A carne é então conservada por meio do congelamento, até ser retirada novamente para o consumo ou para a comercialização.

**Figura 31 - Armazenamento e conservação de marisco em congelador na sede da AMPG (Grossos)**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

Enquanto o Zé Maria realiza o processo de pesagem, embalagem e armazenamento do marisco na associação, a Navegantes limpa todo o material utilizado no beneficiamento, como baldes, panelas, bacias, entre outros, organizando novamente o espaço.

Interessante registrar que, para cada quilo de marisco, são descartados 16 kg de concha (DIAS; ROSA; DAMASCENO, 2007). Para além do dado, impressiona o efeito visual das pilhas de conchas (Figura 32)<sup>22</sup>. Na casa de Navegantes, as conchas espalhadas pelo chão do quintal geram um ambiente singular. Elas cobrem completamente a terra, como se o quintal estivesse pavimentado. É sobre esse ‘piso de conchas’ que a família caminha e trabalha todos os dias. O uso das cascas nos quintais das marisqueiras é comum na região, porém, também são vendidas, por vezes, em grandes quantidades para a construção de pisos nas próprias comunidades (ROCHAS, 2009; GOMES, 2009).

---

<sup>22</sup> Existem planos de experimentar o uso das conchas para construir filtros de cisternas de reuso de água, beneficiando as comunidades, mas ainda não foram efetivados.

**Figura 32 - Conchas de marisco no chão do quintal da casa de Navegantes (a) e pilha de conchas na sede da AMPG (b)**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

### **3.7.3 Comercializando aqui e ali: somando estratégias**

A produção mensal das marisqueiras varia conforme a maré e a época do ano, além das condições da produção, como quantas pessoas estão envolvidas, as práticas e instrumentos usados para a cata, a distância e a forma de transporte, entre outros (ROCHA; LOPES, 2014). A forma mais comum de comercialização, na região, é o “*porta em porta*” nas casas, mercados e restaurantes locais, que normalmente é feito de forma individual. Há registros de que, anos atrás, as marisqueiras não vendiam marisco, mas o trocavam por outros alimentos (MAIA; NETO, 2012).

No caso da família de Navegantes, a comercialização se dá por diversos canais, por meio de compradores intermediários (chamados de atravessadores), direto para um supermercado local, através da Rede Xique Xique, e também de “*porta em porta*”. A capacidade de armazenar e conservar os mariscos na sede da associação possibilita a auto-organização da família para dar conta das demandas, que são variáveis em frequência e quantidade. A família comercializa para um atravessador há mais de dez anos, que possui um frigorífico no município de Icapuí, no Ceará. Seus pedidos são de aproximadamente 30 kg de marisco a cada quinzena. Na semana do pedido, toda a produção é reservada para ele, o que gera uma demanda de trabalho grande para a família. A entrega do marisco para o atravessador é feita diretamente na associação, onde o produto está estocado. Os preços pagos pelo atravessador e pelo supermercado coincidem e são os mais baixos, quando comparados



aos demais canais de comercialização. Na época da pesquisa o valor pago por esses compradores era de R\$12/kg<sup>23</sup>.

A comercialização para o supermercado de Areia Branca acontece nas semanas que a família não vende o produto para o atravessador. O Zé Maria coloca os pacotes de marisco em uma caixa térmica com gelo, que vai amarrada na parte traseira de sua bicicleta, para transportar o pedido até o supermercado<sup>24</sup>. A bicicleta também é o meio de transporte utilizado quando ele comercializa “*batendo de porta em porta*” na cidade de Grossos e em Areia Branca. O casal conta que têm “*consumidores fieis*”, que dizem gostar do marisco deles por ser limpo, sem restos de areia. Na época da pesquisa, o preço da venda direta ao consumidor era de R\$15/kg.

Finalmente, a família também comercializa por meio da Rede Xique Xique, geralmente, atendendo uma demanda mensal. O primeiro contato da AMPAG com a Rede aconteceu em 2008, por meio do Centro Terra Viva, e desde então, a associação faz a comercialização, também, com o apoio da Rede. A quantidade de marisco comercializada via Rede Xique Xique varia conforme a demanda. Segundo Navegantes, no início, anos atrás, ela levava de dois a quatro quilos para a sede da Rede, em Mossoró, onde é feita a feira semanal. Ela conta que nem sempre os consumidores urbanos sabem como cozinhar os mariscos, além de que alguns mencionaram ter tido más experiências, anteriormente, com a compra do produto em outros locais, que lhes chegava com areia. Então, realizou algumas experiências de cozinhar caldo de marisco para degustação dos consumidores em feiras da Rede Xique Xique, e até em feiras na cidade de Natal (capital), para mostrar a qualidade do seu produto e compartilhar as distintas formas de cozinhar o marisco (Figura 33). Assim, conseguiu fidelizar alguns consumidores e consumidoras. Atualmente, a Navegantes está levando mais de dez quilos mensais para a Rede Xique Xique. O valor de venda para a Rede é de R\$14/kg, sendo que os consumidores pagam R\$16/kg, ficando R\$2/kg para a manutenção do espaço da Rede.

---

<sup>23</sup> Os valores de comercialização, apresentados nesta seção, fazem referência à época da pesquisa de campo, realizada em 2019.

<sup>24</sup> De Pernambuco até o município de Areia Branca são aproximadamente dez quilômetros, sendo necessário atravessar de balsa o estuário do rio Apodi-Mossoró.

**Figura 33 - Arroz com marisco (a) e ensopado de marisco (b) preparados por Navegantes**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

Com tudo isso, a Navegantes afirma que por agora não se faz viável comercializar todo seu marisco só por meio da Rede Xique Xique, e que ainda se faz necessária a comercialização por meio do atravessador e do supermercado. No entanto, a venda por meio da Rede é fundamental para a renda da família, tendo também um potencial de expansão de consumidores e de espaços de comercialização, tanto em Mossoró como em outros municípios. Além disso, fazer parte da Rede Xique Xique possibilita a organização social e política das marisqueiras da associação de Grossos, que por meio da Rede conseguem dialogar e se articular com outras organizações da região, assim como participar de encontros, formações, feiras e novos projetos.

### 3.8 ENTRETecendo REFLEXÕES ANALÍTICAS

Neste capítulo, foi apresentado o caso de Navegantes e a associação das marisqueiras da praia de Pernambuco, como grupo que compõe a Rede Xique Xique. Nota-se que as profundas transformações sociotécnicas geradas pelos processos tanto de mecanização e modernização dos parques salineiros, como de industrialização e superexploração da pesca, provocaram desterritorializações dos mundos de vida de trabalhadores das salinas e de pescadores artesanais na região da Costa Branca, e particularmente no município de Grossos. Apesar disso, as comunidades costeiras têm (re)territorializado seus mundos de vida por meio da manutenção, readaptação, ressignificação e reconfiguração de suas práticas cotidianas.

Percebe-se, no caso específico das marisqueiras de Grossos, que as práticas situadas de mariscagem têm possibilitado a territorialização de seus mundos de vida. Como foi mostrado, o trabalho das marisqueiras depende dos ritmos da maré e dos ciclos da lua, evidenciando, assim, os agenciamentos, não só das mulheres, mas do mar, da lua e dos

próprios búzios, que, como narra Navegantes, “*gostam de mudar de lugar*”. É, por tanto, nas relações sociomateriais e intersubjetivas que se estabelecem nessas práticas cotidianas, que as marisqueiras parecem construir alianças com os búzios, o mar e a lua, criando seus próprios territórios de existência.

O fato do beneficiamento do marisco acontecer nos mesmos espaços da casa, junto com o cuidado dos filhos, da alimentação e dos animais de pequeno porte, e ainda considerando que o tempo para a realização dessas atividades cotidianas depende do agenciamento do mar e da lua, faz com que as fronteiras entre o trabalho produtivo e reprodutivo se encontrem porosas ou praticamente diluídas. Desde uma abordagem feminista neomaterialista, estas observações auxiliam a ampliar o debate sobre a divisão entre o trabalho produtivo e reprodutivo, na medida em que abrem a possibilidade de observar os emaranhados sociomateriais da vida cotidiana de maneira específica e situada, escapando de categorias genéricas e discursivas.

Por outro lado, o capítulo apresentou continuidades e descontinuidades da associação das marisqueiras de Grossos, que participaram de um amplo conjunto de projetos de desenvolvimento para a criação e manutenção da AMPAG. Destaca-se, aqui, a agência das mulheres, particularmente na aderência, ou não, às propostas de projetos e à adequação à normatização. Por exemplo, o relato sobre a exigência de adequação às boas práticas de higiene e manipulação do marisco, por conta da formalização na agroindústria, e a desistência de algumas marisqueiras de continuar participando do beneficiamento em coletivo por preferirem “*limpar batendo*”, mostra a capacidade de agência das mulheres e certa autonomia para tomar decisões sobre suas próprias vidas. Ainda, esse relato mostra também que, questões concretas da vida sociomaterial das mulheres, como a sobrecarga de trabalho gerada pelo desconche manual dos mariscos, ou a necessidade de deslocamento à pé por longas distâncias sob o sol extenuante, são fatores, muitas vezes, desconsiderados nos projetos de inclusão produtiva e nas normatizações das boas práticas de higiene.

Destaca-se também que essa interface entre o conhecimento técnico dos projetos de desenvolvimento e os saberes-fazeres das marisqueiras, além de provocar encontros e desencontros, tem gerado novas práticas de beneficiamento do marisco, que mesclam elementos ‘formais’ e ‘informais’. Assim, o processamento do marisco pela família de Navegantes é realizado, em sua maioria, no espaço do quintal, utilizando um fogo de chão, panelas e recipientes da casa, água do poço, e a mesa de convívio da família. Porém, apesar de manter o espaço do quintal e os artefatos de uso caseiro, a prática de beneficiamento do

marisco foi transformada pela participação de Navegantes em um conjunto de projetos sobre adequação às boas práticas de processamento de marisco.

Assim sendo, a família de Navegantes realiza o processo de desconche manual dos búzios, um a um, e faz a limpeza cuidadosa do marisco, por três vezes, antes do pré-cozimento e depois do descasque, como indicado pelos procedimentos que Navegantes aprendeu para dar qualidade ao produto. E ainda, a última fase do processamento, referente à pesagem, embalagem e armazenamento do marisco, é realizado no espaço da agroindústria, graças aos equipamentos adquiridos pelo financiamento de projetos e pelo prêmio recebido em 2015. O resultado desse processo parece ser uma mescla de estratégias e práticas, uma ensablagem de distintos elementos sociomateriais.

Por último, cabe ressaltar também que a criação da AMPAG e o engajamento de Navegantes como presidenta da associação e coordenadora da Rede Xique Xique, parecem ter reconfigurado, em certa medida, as relações de gênero na família. Apesar de Navegantes continuar sendo a responsável principal pelo cuidado da casa e dos filhos, a entrada de Zé Maria nas atividades da associação, e seu envolvimento na prática de mariscagem e de beneficiamento do marisco, evidencia a criação de novos arranjos dentro da própria família.

#### **4 NENEIDE, A AUTO-ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES E OS QUINTAIS PRODUTIVOS DE MULUNGUZHINHO**

Neste quarto capítulo, são apresentados os resultados da pesquisa etnográfica realizada junto à Neneide e os grupos de mulheres do assentamento Mulunguzinho, em Mossoró. Após uma breve contextualização do município, são detalhados os principais processos desenvolvimentistas que geraram, a partir dos anos 1960 e 1970, desterritorializações dos mundos de vida em Mossoró, envolvendo a indústria salineira, a exploração de petróleo e a fruticultura irrigada. Em seguida, é introduzido o cenário de reforma agrária potiguar no período de redemocratização do país, de forma a apontar para a criação do assentamento Mulunguzinho.

O capítulo continua descrevendo o nascimento do Grupo Mulheres Decididas à Vencer desse assentamento, pioneiro na produção de hortaliças orgânicas na região e grupo fundador da Rede Xique Xique. Ressalta-se, aqui, que a narrativa da história de vida da Neneide, detalhada a seguir, encontra-se atravessada pela trajetória do grupo das hortaliças de Mulunguzinho e pela própria criação da Rede Xique Xique, (con)fundindo-se, por vezes, as três histórias. Descrevem-se, logo, as razões que levaram ao fim da experiência da horta coletiva do assentamento, chamando a atenção para a forma como o aumento da violência em Mossoró terminou afetando a vida sociomaterial no assentamento.

Narram-se, então, a criação e trajetória dos grupos de mulheres presentes atualmente em Mulunguzinho, incluindo o grupo do mel, o grupo Gold da Paz (de microcrédito comunitário) e o grupo das polpas (este último em processo de construção), apontando para o potencial de auto-organização das mulheres assentadas como forma de reterritorialização de seus mundos de vida. Por último, realiza-se uma descrição densa das práticas nos quintais das mulheres de Mulunguzinho, com o objetivo de evidenciar as relações sociomateriais cotidianas que compõem seus territórios de existência.

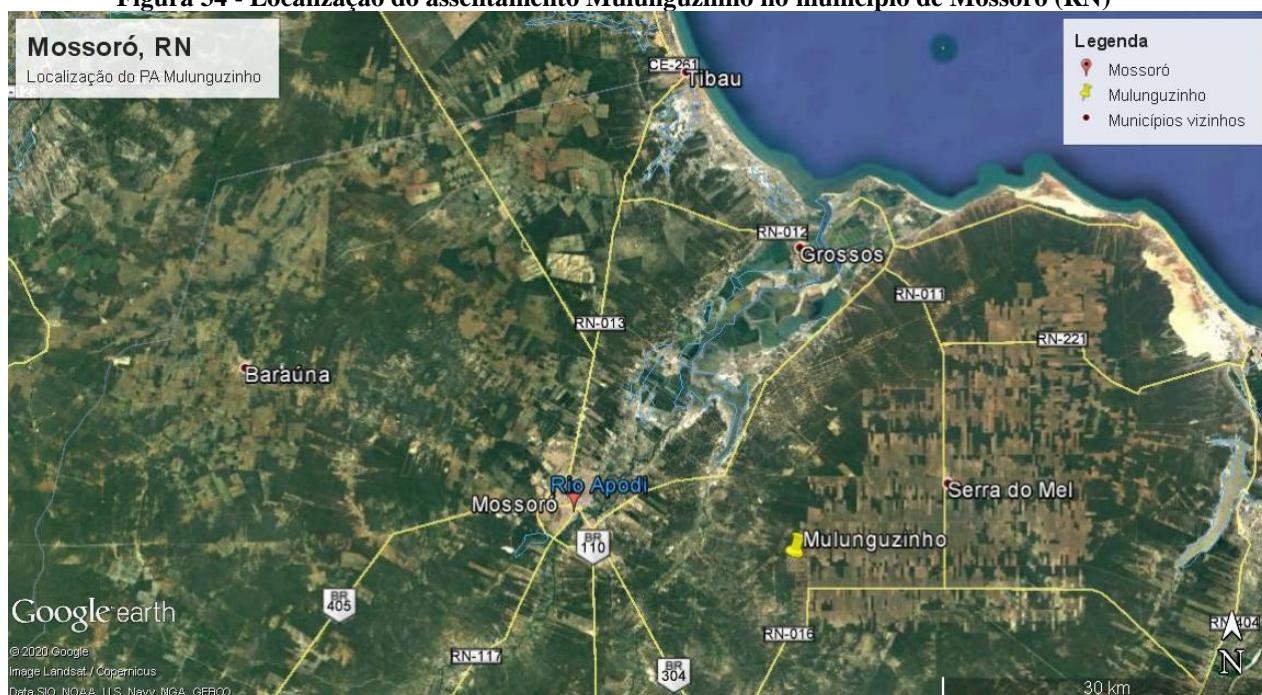
Concluindo o capítulo, são traçadas algumas considerações analíticas a partir dos resultados deste caso.

##### **4.1 MOSSORÓ, TERRA DE LIBERDADE?**

O assentamento Mulunguzinho, onde emergiu, em 1999, o grupo-embrião da Rede Xique Xique de Comercialização Solidária, está localizado a 18km de estrada de chão da

cidade de Mossoró (Figura 34). Situada entre as capitais do Rio Grande do Norte, Natal (a 278 km), e do Ceará, Fortaleza (a 245 km), Mossoró é conhecida como a “*capital do oeste potiguar*”, sendo o maior município do estado em termos de extensão territorial e o segundo em número de habitantes, com uma população de mais de 300 mil pessoas (IBGE, 2010). Mossoró limita com os municípios de Aracati (no Ceará), Tibau e Grossos ao norte; Governador Dix-Sept Rosado e Upanema ao sul; Areia Branca, Serra do Mel e Assú a leste; e Baraúna a oeste.

**Figura 34 - Localização do assentamento Mulunguzinho no município de Mossoró (RN)**



Fonte: elaborado pela autora (2020).

O município de Mossoró tem seu território situado plenamente na bacia hidrográfica do rio Apodi-Mossoró, a mais extensa do estado. Com diversas barragens na sua extensão, e atravessando a cidade pelo meio, onde fica mais poluído, o rio Apodi-Mossoró desemboca no estuário entre os municípios de Grossos e Areia Branca. O termo “*mossoró*” vem dos cariris *monxorós*, primeiros habitantes da região antes da colonização holandesa para a extração de sal no século XVII. O significado dado ao termo é “*fazer roturas, que rasga ou abre fendas*”, justamente em referência ao rio que posteriormente foi chamado de Apodi-Mossoró (CASCUDO, 2001).

O município de Mossoró é conhecido também como a “*terra da liberdade*”, marcada pelos eventos históricos do *Motim das Mulheres* em 1875, onde trezentas mulheres se manifestaram e rasgaram publicamente documentos contra o alistamento de seus filhos e

maridos nas tropas militares durante a Guerra do Paraguai; do primeiro voto feminino do país em 1928, fruto da organização dos movimentos feministas no Nordeste, seis anos antes da adoção do voto das mulheres no Brasil; do pioneirismo na libertação de escravos em 1883, cinco anos antes da Lei Áurea, que instaurou a abolição da escravidão em todo o país; e da resistência e expulsão do grupo de cangaceiros do Lampião<sup>1</sup> em 1927. Esses atos libertários são lembrados e comemorados em Mossoró por meio do evento anual do *Auto da Liberdade*, considerado o maior espetáculo em palco ao ar livre do país.

#### 4.2 “A TERRA DO SOL, DO SAL E DO PETRÓLEO”

Mossoró é conhecida também como a “*terra do sol, do sal e do petróleo*”, em referência ao tripé da fruticultura irrigada, da indústria salineira e da exploração de petróleo. Tais atividades movimentam o setor econômico convencional do município e do próprio estado, seguindo a lógica de extração de recursos naturais para exportação. Nos anos de 1970, em pleno processo de industrialização do município, Mossoró passou por um grande crescimento urbano, aumentando de forma exponencial o número de habitantes nessa década, e inclusive na próxima, considerada a era do “*boom do petróleo*” no oeste potiguar. Esse processo de transformações profundas foi configurando a população do município que, sendo atualmente 90% urbana, está composta por uma diversidade de migrantes de diversas regiões do país, especialmente dos distintos estados nordestinos, que chegaram em busca de oportunidades de trabalho.

A grande quantidade de horas de sol durante o ano todo, junto com o acesso à abundante água dos aquíferos Assú e Jandaíra por meio da perfuração de poços profundos em solos do município, tem possibilitado as condições adequadas para a produção agrícola intensiva de frutas frescas, especialmente melão e melancia. Mossoró tem a maior produção de melão do Brasil, tendo produzido, durante o ano de 2019, quase 220 mil toneladas. A área plantada corresponde a 7.800 hectares (IBGE, 2010), sendo considerado, por isso, como o maior exportador de frutas do país.

A primeira empresa de fruticultura a se instalar no município, a pioneira Mossoró Agroindústria S.A (MAÍSA), atualmente extinta, chegou ao final da década de 1960, em plena ditadura militar. A empresa contou com o incentivo do Estado, produzindo inicialmente caju e, a partir dos anos 1980, principalmente melão, começando, então, o processo de exportação.

---

<sup>1</sup> Lampião foi um cangaceiro brasileiro do sertão nordestino.

Atualmente, o setor de fruticultura irrigada do município forma, junto com o de Assú, que produz, em especial, manga e banana, o chamado Agropolo Assú-Mossoró, consolidando a maior microrregião produtora de frutas frescas do país para exportação, principalmente para Estados Unidos, Japão e Europa.

Quanto à indústria salineira, Mossoró é o maior produtor nacional de sal. Segundo Silva (2015), o município passou por um intenso processo de modernização e industrialização dos parques salineiros a partir dos anos 1970, restando atualmente uma só salina artesanal, a *Salinas Esperança*, com uma área de 55,2 hectares. As demais salinas do município são mecanizadas, estando distribuídas em uma extensa área ao longo da bacia hidrográfica do rio Apodi-Mossoró (SILVA, 2015). O sal extraído nessas salinas, assim como em outras de municípios vizinhos, é processado, em sua maioria, nas próprias indústrias salineiras de Mossoró, sendo posteriormente distribuído para comercialização em todas as regiões do país.

Além do maior produtor de “*ouro branco*” (sal) do país, Mossoró também é o maior produtor nacional de “*ouro negro*” (petróleo) em terra, possuindo mais de 3.500 poços de perfuração que extraem uma média diária de 47 mil barris de petróleo. A exploração de petróleo da Bacia Potiguar aconteceu a partir de 1952, sendo que a primeira descoberta do mineral aconteceu em 1979. O evento da descoberta ocorreu, de forma contingencial, na escavação de um poço de água durante a construção de piscinas para um novo hotel na cidade, o *Thermas Hotel & Resort*. Em vez de água, jorrou petróleo. O evento, que aconteceu por acaso, é narrado por parte da população do município como o marco de desenvolvimento de Mossoró. A expansão da exploração de petróleo em terra provocou um aumento rápido da população da cidade, em função da chegada de trabalhadores de outros estados e regiões do país.

Finalmente, cabe ressaltar que, para além da fruticultura irrigada, da indústria salineira e da extração de petróleo, destaca-se no município a produção de cimento e de cerâmica para a construção civil, possibilitada pela extração de minerais originários do calcário, como o magnésio e o cálcio.

#### 4.3 REFORMA AGRÁRIA POTIGUAR E O ASSENTAMENTO MULUNGUZHINHO

A exploração de petróleo na região do oeste potiguar, junto com a construção da barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves no Vale do Assú, entre os municípios de Assú, Itajá e São Rafael, foram os dois grandes projetos desenvolvimentistas do Rio Grande



do Norte instalados durante os últimos anos de 1970 e o início de 1980. Para implementá-los, houve expropriação de pequenos produtores, que tiveram que sair de suas terras, intensificando, assim, conflitos agrários, presentes desde o período colonial, quando teve início a concentração de terras sob o controle de oligarquias locais (ARAÚJO, 2007). A construção da barragem pelo DNOCS envolveu a desapropriação de quase 52 mil hectares de terra, seguida da instalação de extensos complexos agroindustriais de fruticultura irrigada.

A concentração de terra, que foi exacerbada pela modernização dos projetos de desenvolvimento, desencadeou reivindicações por parte daqueles que foram expropriados e/ou que nunca tiveram propriedade de terras. Assim, ainda na metade dos anos 1980, diversas organizações e movimentos sociais do campo começaram a reivindicar a reforma agrária, acompanhando mobilizações em outras regiões do país. O primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, em 1985, iniciou a criação de projetos de assentamento (PA) no Rio Grande do Norte. Até 1995, foram criados somente 51 PAs, mas entre 1996 e 2001, houve a consolidação de mais 186 assentamentos. Já, entre 2002 e 2012, foram criados mais 56 PAs, totalizando 293 projetos (FERRAZ, 2015). Também, foram consolidados 16 assentamentos estaduais e duas comunidades quilombolas tiveram suas áreas reconhecidas. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2017)<sup>2</sup>, o Rio Grande do Norte conta atualmente com quase 20 mil famílias assentadas, em 298 assentamentos federais de reforma agrária, ocupando uma área de praticamente 530 mil hectares.

Coincidentemente com os primeiros movimentos pela reforma agrária na região, os pais de Neneide, que eram agricultores sem-terra, saíram da zona rural em busca de trabalho em Mossoró. Trabalhando na cidade, usavam uma pequena área de terra (cedida temporalmente por um familiar) para plantar, no assentamento Fazenda Favela, que havia sido criado em 1987. Aos poucos, começaram a plantar, também, em uma área vizinha a este assentamento. Eram terras consideradas improdutivas, e em 1991, começaram a ser ocupadas por várias famílias como forma de reivindicação, inclusive pelos pais da Neneide. Com isto, houve uma negociação entre o INCRA e o proprietário das terras, que manifestou interesse em vendê-las. Com a compra da área, foi criado o assentamento Mulunguzinho, localizado na zona periurbana da cidade de Mossoró, e registrado oficialmente pelo INCRA no dia 7 de julho de 1992 (atualmente, conta com 112 famílias assentadas em uma área de quatro mil hectares) (INCRA, 2017).

---

<sup>2</sup> Data da última atualização dos dados no site do INCRA: 31 dez. 2017.

Importante registrar que os pais de Neneide foram pioneiros na ocupação, e, assim como as demais famílias assentadas, tiveram que pagar ao Estado. Foram anos até quitarem a dívida e receberem, finalmente, a propriedade das terras. É nesse assentamento de Mulunguzinho, então, onde surgiu, em 1999, o Grupo de Mulheres Decididas a Vencer, pioneiro na organização de mulheres assentadas para a produção e comercialização de hortaliças orgânicas em Mossoró.

#### 4.4 O GRUPO DE MULHERES DA HORTA COLETIVA DE MULUNGUZINHO

Três anos após a criação de Mulunguzinho, em 1995, a Neginha, uma das pioneiras no assentamento, foi convidada a participar de uma atividade de auto-organização do Sindicato de Trabalhadores Rurais do oeste potiguar em Mossoró. Naquele encontro, a Neginha ouviu a experiência de grupos de mulheres organizadas em outros assentamentos, e voltou para Mulunguzinho com o desejo de articular as mulheres para criar um grupo no local. Durante o evento, conheceu algumas responsáveis do CF8, que na época se chamava a Casa da Mulher, e convidou-as para visitar Mulunguzinho e apoiar o processo de organização das mulheres no local.

Esse foi o início de uma longa parceria, na qual o CF8 passou a auxiliar na articulação e ação coletiva das mulheres do assentamento por meio de encontros e atividades de formação. Segundo a coordenadora de projetos do CF8, que participou ativamente do processo, a intenção inicial das técnicas responsáveis era realizar formação sobre questões relacionadas à saúde da mulher, sexualidade, entre outras. Porém, após diversos encontros com as mulheres para se aproximar de suas realidades e ouvir sobre suas necessidades, perceberam que a demanda prioritária das assentadas era por autogestão e capacitação para a geração de renda.

Na época, a renda das famílias de Mulunguzinho vinha, principalmente, da produção de carvão, assim como do emprego temporário nas salinas, ambos os trabalhos realizados por homens<sup>3</sup>. O carvão era comercializado na cidade, porém, segundo a Neginha, era pouco valorizado, fazendo com a renda fosse pouca e instável. Assim, enquanto os homens do assentamento se envolviam com o carvão ou saíam temporariamente para trabalhar nas salinas, as mulheres eram as responsáveis por cuidar da casa, dos filhos, das pequenas

---

<sup>3</sup> O marido da Maria, uma das mulheres do grupo, descreve que, para a produção de carvão, eles colocam a lenha de árvores da mata em um buraco de dois palmos de profundidade cavado no chão e com três aberturas laterais para a entrada e saída de ar, tapam a lenha com folhas de caju e terra, e deixando que queimem lentamente até virar carvão.

produções de milho e feijão, e dos animais de pequeno porte. Estas atividades eram consideradas de responsabilidade das mulheres, não sendo devidamente reconhecidas por não gerarem uma renda direta, ainda que possibilitassem a subsistência das próprias famílias.

Diante da demanda das mulheres de Mulunguzinho por ampliarem a renda de suas famílias, o CF8 passou a auxiliar na formação e organização do grupo para a geração de renda, junto com outras instituições parceiras, como a UFERSA, para o apoio técnico. Com a ajuda dessas entidades, foi elaborado um projeto específico de geração de renda, envolvendo as mulheres do assentamento que tinham mostrado interesse em participar (inicialmente umas trinta assentadas). O foco era o de conseguir recursos para comprar os materiais necessários para as atividades agrícolas. A proposta inicial do grupo, que passou a se chamar Grupo de Mulheres Decididas a Vencer, foi plantar árvores frutíferas para, no futuro, trabalhar com o beneficiamento e a comercialização de doces.

Porém, essa primeira iniciativa não foi adiante. É assim que Neguinha, que tinha a experiência de plantar e comercializar coentro e cebolinha desde criança (quando vivia com a família em Angicos), sugeriu a produção de hortaliças como alternativa. O agrônomo da UFERSA, que estava auxiliando as mulheres na elaboração do projeto, propôs, então, a implantação de sistemas orgânicos de produção. A ideia era conferir um diferencial, já que, na época, não existiam iniciativas de comercialização de produtos orgânicos em Mossoró. Criou-se, então, a APT, de forma a viabilizar formalmente a gestão do projeto de produção de hortaliças orgânicas para a geração de renda.

Nessa construção, as mulheres envolvidas sentiram a necessidade de negociar a liberação de uma área do assentamento, por parte da associação dos moradores de Mulunguzinho, para a implementação da horta coletiva. Na época, essa associação era composta só por homens, visto que os documentos de propriedade da terra apareciam somente no nome dos maridos, que figuravam como representantes das famílias, invisibilizando as mulheres na tomada de decisões sobre a gestão do espaço familiar e comunitário. Sendo assim, o grupo de mulheres precisou se articular para alcançar um espaço de participação na própria associação do assentamento. Durante uma assembleia, onde participaram as mulheres junto com o CF8 e o agrônomo da UFERSA, foi deliberada e decidida a doação de 1,5ha de terra para a produção coletiva de hortaliças orgânicas pelo grupo de mulheres do assentamento (Figura 35).

**Figura 35 - Fotografia atual da área que acolheu a horta coletiva das mulheres no assentamento Mulunguzinho (Mossoró)**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

Em 1999, tendo conseguido a área no assentamento, e com a assistência técnica da ONG Terra Viva, CF8 e professores da UFRS, as mulheres instalaram a horta, realizando o preparo do solo, para começar os plantios. O trabalho começou com nove mulheres, que foram as que se envolveram diretamente com a criação da horta coletiva. Com o tempo, o grupo da horta terminou ficando com seis integrantes: Neguinha, Neneide, Maria, Lulu, Joana e Bibia. As mulheres passaram a participar de formações e encontros de produção agroecológica, a fazer intercâmbios de sementes, receitas e mudas, a experimentar técnicas e a desenvolver seus próprios modos de fazer a partir dos recursos locais (Figura 36). Algumas das práticas mais utilizadas na produção de hortaliças eram a compostagem e a fabricação de

biofertilizantes à base de esterco de vaca para a adubação orgânica, assim como a elaboração e aplicação de inseticidas naturais à base de folhas de nim<sup>4</sup> e de urtiga.

**Figura 36 - Mulheres organizadas (a) e trabalho coletivo com os produtos da horta (b) no assentamento Mulunguzinho (Mossoró)**



Fonte: acervo fotográfico cedido pelo Grupo de Mulheres Decididas a Vencer.

As mulheres contam que trabalharam cerca de um ano até começarem a ter um retorno em termos de renda. No primeiro ano, levavam as hortaliças para o próprio consumo das famílias ou para trocar por outros produtos, mas aos poucos começaram a buscar formas de viabilizar a comercialização. Por meio da assessoria técnica das entidades parceiras, o grupo optou pela venda direta das hortaliças na cidade de Mossoró, sem a mediação de atravessadores, que era o sistema mais comum de comercialização de produtos agrícolas na região.

No ano 2000, começaram a vender hortaliças na garagem da sede do CF8 e da Visão Mundial, por meio da divulgação informal entre pessoas conhecidas das entidades parceiras que estavam acompanhando o processo. Aos poucos, foram fidelizando um grupo de consumidores, cerca de cinquenta pessoas, algumas das quais passaram a visitar as mulheres no próprio assentamento. Além da geração de renda, esse contato direto semanal com os consumidores da cidade marcou profundamente a vida dessas mulheres, que construíram espaços de troca de afeto e de conhecimentos com esses parceiros. A Neguinha descreve esta fase de sua vida com lágrimas nos olhos, com evidente nostalgia, afirmando que sente saudades desse contato direto, dessa relação afetiva que foi construída com os “*nossos consumidores*”.

A maioria dos maridos dessas mulheres, que no começo não apoiavam a iniciativa da horta, passaram lentamente a valorizá-la. Aparentemente, a perspectiva deles mudou quando

<sup>4</sup> O *nim* ou *neem* é uma árvore originária do sudeste asiático, amplamente utilizada no Brasil pela sua alta adaptabilidade a condições extremas de calor e pela sua habilidade em aumentar a fertilidade do solo, recuperando áreas degradadas.

se deram conta que o trabalho delas estava gerando uma renda importante para o sustento das famílias. Também foi relevante perceberem o reconhecimento que as mulheres recebiam das entidades parceiras e dos consumidores da cidade. Além das hortaliças para o próprio consumo, com a renda as mulheres conseguiam comprar roupas, comida, pagar médico, transporte, entre outros.

Por meio do processo formativo de auto-organização política das mulheres, incentivado particularmente pelo CF8, as assentadas passaram a se envolver ativamente em outras atividades da comunidade, ocupando espaços de tomada de decisão no próprio assentamento. A Neta, mãe da Neneide, por exemplo, foi presidenta da associação dos moradores de Mulunguzinho por alguns anos. O assentamento passou a ser reconhecido como a experiência modelo na região, devido especialmente à auto-organização das mulheres, ao trabalho de produção na horta orgânica e à comercialização direta, sendo consideradas pioneiras nessa iniciativa. Algumas das mulheres passaram a participar de encontros, formações e trocas de produção agroecológica, de economia solidária e da militância feminista em diversos municípios do Rio Grande do Norte, em outros estados do Nordeste e inclusive em outras regiões do país, sendo, por vezes, convidadas a falar sobre a experiência e as práticas do grupo.

#### 4.5 HISTÓRIAS COSTURADAS: A NENEIDE, O GRUPO DA HORTA E O NASCIMENTO DA REDE XIQUE XIQUE

Tendo nascido na cidade de Mossoró, a Neneide foi morar com seus pais em Mulunguzinho quando o assentamento foi criado. Casou-se com catorze anos de idade e logo teve três filhos, um homem, o mais velho, e duas mulheres. Nitidamente emocionada, narra as dificuldades que passou com o marido e as três crianças, sendo tão jovem e trabalhando duramente, com poucos recursos, no assentamento. Com o tempo, o marido conseguiu instalar uma mercearia, a única no local, fato que possibilitou a entrada de mais recursos. Porém, como narra a Neneide, o marido não repassava dinheiro para ela nem para os filhos, visto que gastava a maior parte do que ganhava fora de casa.

Justamente no período que Neneide passava estas dificuldades, é que as mulheres do assentamento começaram o processo de organização, visando a criação do grupo de produção. Ela conta que não tinha conseguido acompanhar as primeiras reuniões e formações por não ter com quem deixar os filhos. É assim que, para poder participar, pediu permissão ao grupo para

levar os três filhos com ela. Com isto, passou a se envolver nas formações e, logo, integrou-se nos processos de organização que surgiam naquele momento. Um dos aspectos a destacar, mobilizando aqui brevemente esta trajetória, é que Neneide, em seguida, passou a ser reconhecida no assentamento pelo seu trabalho engajado e pela sua capacidade de articulação.

Quanto à relação com seu marido, ela comenta: *“chegou um momento que ele não aguentou mais”*. Conta que, em uma noite de vaquejada em Mulunguzinho, as duas filhas tinham saído para o evento, e ela foi à casa de uma vizinha para pedir que cuidasse das meninas na festa. Quando voltou, o marido não estava mais em casa. Ficou afastado do assentamento por sete dias, sem se comunicar com a família. Na sua volta, a Neneide pediu a separação e negociou com o marido a compra de sua parte da propriedade. Como ela não tinha os recursos para a compra, conseguiu um empréstimo com as parceiras do CF8. Nos anos que se seguiram, além de pagar o empréstimo, ela também teve que encarregar-se de todas as despesas da casa e das crianças, visto que o ex-marido continuou sem se responsabilizar economicamente ou afetivamente pelos filhos.

Concomitantemente, no processo de construção do grupo de mulheres da horta, a Neneide foi se destacando pelo seu carisma e pela sua capacidade de articulação, passando a assumir a responsabilidade pelo diálogo e comunicação com as entidades parceiras, com o grupo de consumidores da cidade, e posteriormente com os novos grupos de mulheres que passaram a comercializar seus produtos em conjunto com elas.

O grupo de Mulunguzinho, naquela época, comercializava somente hortaliças. Segundo a Neneide, para poder oferecer um leque maior de produtos aos consumidores, começou essa aproximação com outros grupos de mulheres. É dessa articulação que surgiu a Rede Xique Xique de Comercialização Solidária. Com sua ampliação e consolidação, em 2003, é alugada uma sede na cidade de Mossoró, conforme descrito anteriormente.

No início, o grupo de mulheres de Mulunguzinho garantia a alimentação e cerca de setenta reais mensais para a Neneide, de forma que ela pudesse se dedicar a esse trabalho de articulação com as entidades parceiras na cidade. Porém, com a separação do marido, sua situação econômica ficou bastante crítica. Ela conta que buscou apoio com as parceiras do CF8, encontrando aí abertura para compartilhar seus sentimentos de angústia e incerteza. Esta situação individual vivida pela Neneide acabou por despertar uma noção compartilhada de que havia a necessidade de elaborar projetos para viabilizar o sustento das pessoas que dedicavam seu tempo de trabalho integralmente para a Rede Xique Xique. Na evolução desse

processo, a própria Neneide passou a receber um apoio econômico dos projetos para desenvolver sua função de coordenadora e articuladora da Rede.

Atualmente, ela atua como coordenadora da Rede Xique Xique e da COOPERXIQUE, tesoureira da Cooperativa Central da Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte (COOAFARN)<sup>5</sup>, representante do FPES, coordenadora estadual da RESF, e militante da MMM. Emocionada, a Neneide repete e enfatiza que: “*eu só sou quem sou, faço o que faço e tenho o que tenho graças ao CF8, graças ao movimento feminista*”, afirmando que carrega a “*identidade feminista na alma*” desde a época da organização do grupo de mulheres da horta no assentamento Mulunguzinho.

#### 4.6 O FIM DA HORTA COLETIVA: ROUBOS NO ASSENTAMENTO

A horta coletiva do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer funcionou até 2011. Uma das dificuldades para a permanência da horta foi a limitação para conservar as hortaliças que não eram comercializadas logo após a colheita. Começaram, então, a processar as hortaliças na forma de conservas, evitando assim o desperdício. Outra das dificuldades era o acesso ao local da horta, particularmente no caso da Neguinha, uma das mulheres mais engajadas no trabalho da horta. A área coletiva estava localizada na agrovila<sup>6</sup> do assentamento, facilitando o acesso do resto de mulheres. A Neguinha, no entanto, morava no lote com sua família, longe da agrovila, o que fazia com que ela precisasse se deslocar à pé todos os dias, por alguns quilômetros, para poder trabalhar na horta coletiva. Com o tempo, esse deslocamento diário sob o sol intenso foi dificultando o trabalho. No entanto, o que realmente provocou o fim da horta coletiva foi uma série de roubos do material da bomba de água, que possibilitava a irrigação da horta, perpetrados por pessoas externas ao assentamento.

No início da criação de Mulunguzinho, o abastecimento de água para a agrovila (local onde se concentra a maioria das moradias) provinha de um poço de petróleo desativado. O poço foi aproveitado pelo INCRA por meio de um projeto de estruturação do assentamento, conhecido entre os moradores como o *Projetão*. Segundo a Neguinha, “*o Projetão não deu certo*”, pois, além de outras limitações nessa construção da infraestrutura, a água do poço não saía com pressão, apesar de serem instaladas duas bombas de água. Com os anos, a agrovila de Mulunguzinho começou a ser abastecida de água tratada pela Companhia de Águas e

---

<sup>5</sup> A COOAFARN é uma central de cooperativas que articula as cooperativas da agricultura familiar do Rio Grande do Norte.

<sup>6</sup> Aqui, *agrovila* se refere ao núcleo de casas, próximas entre si, em assentamentos de reforma agrária.



Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN), mas as mulheres tiveram que continuar utilizando a água do poço para irrigar a horta coletiva. Algumas das integrantes do grupo chegaram a ir até Natal para negociar com a CAERN o uso da água tratada para a produção, conseguindo a liberação somente de 25% da água demandada pela horta, precisando, então, continuar utilizando o poço do *Projetão* para a irrigação das hortaliças.

No entanto, na época em que o poço não era mais usado para abastecer as casas da agrovila, começaram a ocorrer uma série de roubos, tanto da fiação elétrica, como das bombas de água. Por ocasião do primeiro roubo, o CF8 conseguiu repor o material para o grupo da horta. Porém, os roubos continuaram, e as mulheres passaram a se sentir inseguras, visto que o poço do *Projetão* se localizava afastado da agrovila. Era comum terem que se deslocar a pé, sozinhas, durante a noite, para ligar a bomba de água e, no alvorecer, para desligá-la. Este procedimento era necessário porque a tarifa elétrica para o uso da bomba, nesse horário, ficava reduzida à metade do preço. Essa situação de roubos do material das bombas de água terminou inviabilizando a irrigação das hortaliças e, conseqüentemente, a própria permanência da horta.

As mulheres do grupo contam que, nos últimos anos, o assentamento foi se tornando cada vez mais perigoso pelos roubos e assaltos, que decorrem, principalmente, do tráfico de drogas presente em Mossoró. Além dos roubos de bombas de água, elas também mencionam os de animais, mel, frutas e equipamentos em geral, assim como arrombamentos de casas e pequenos mercados, entre outros. Relatam que já houve duas mortes de pessoas do assentamento que foram baleadas durante assaltos. Na tentativa de minimizar o problema, a Toninha, filha da Neguinha e atual presidente da associação dos moradores de Mulunguzinho, estabeleceu uma negociação com autoridades de segurança pública, conseguindo que a polícia militar faça, recentemente, o policiamento nas estradas e ruas do assentamento. No entanto, o patrulhamento esporádico não soluciona definitivamente o problema.

O seguinte trecho do Caderno de Campo, justamente do primeiro dia que fui a conhecer o assentamento (e ainda não sabia sobre os assaltos), exprime um pouco da tensão vivenciada na vida cotidiana dos assentados pelo contexto de violência:

### Quadro 1 - Vinheta etnográfica: a chegada em Mulunguzinho

Hoje vou visitar o assentamento Mulunguzinho, na zona periurbana de Mossoró, onde tudo começou. Conheço a Neneide desde o ano passado, e tenho comentado com ela, nas feiras e na sede da Rede, que gostaria de visitar o assentamento. Finalmente chega o dia! Combinei com ela que hoje de manhã vou encontrar sua mãe, a Neta, para irmos juntas de carro. Como ontem faleceu uma pessoa da família, outra mulher do grupo do assentamento vai me acolher na casa dela, a Ivonete, mãe da Amanda<sup>7</sup>.

O ponto de encontro com a Neta é atrás do Mercado Público, no centro da cidade. Não a conheço, mas quando chego no local vejo um grupo pequeno de pessoas sentadas em um banco improvisado na rua, no meio da feira externa do Mercado, e decido perguntar. É ela, junto com outros assentados. Convidam-me a sentar, e conversamos enquanto aguardamos uma mulher que a Neta precisa repassar um dinheiro. O motorista do carro está junto. Ele também mora em Mulunguzinho e trabalha levando pessoas e encomendas da cidade ao assentamento.

Antes de pegar o carro, a Neta fica sabendo que a mulher não poderá mais vir, e que ela terá que levar o dinheiro de volta para o assentamento. Conversando comigo no meio da multidão, entre as bancas de produtos, ela pega o dinheiro e esconde dentro da blusa. Nesse exato momento, começo a ser informada sobre a situação de violência e assaltos na estrada do assentamento. A Neta me conta que o trajeto é muito perigoso, que quase todos os carros são assaltados e que, ultimamente, tem tido alguns assassinatos, inclusive de pessoas do assentamento. Sento certa apreensão. Tarde demais, já estamos dentro do carro, prontos para sair.

Decido, então, fazer o mesmo que a Neta: pego minha carteira e a coloco junto ao corpo, por dentro da roupa. Não estou tão preocupada pelo dinheiro, pois tenho pouco, mas pelos documentos e pela câmera fotográfica, que é equipamento de pesquisa, não posso perdê-la. Decido escondê-la abaixo do assento. Enquanto faço isso, uma pessoa na rua se oferece para limpar o vidro do carro. O motorista, querendo sair logo, responde bem nervoso que não. Mesmo assim, a pessoa coloca água e sabão no vidro. O motorista sai do carro exaltado, furioso, começa a gritar e ameaçar o limpador de vidros. Há uma discussão violenta, e quase se golpeiam. Os que estamos dentro do carro ficamos tensos, especialmente a Neta. Penso: onde fui me meter? Já não há volta, o motorista entra rápido e o carro sai.

Durante o caminho, nos deslocamos até diversos pontos da cidade. O motorista aproveita a viagem para recolher encomendas do assentamento. Pouco a pouco, o carro vai se enchendo de pessoas e objetos. Amontoamos as sacolas e encomendas entre nós, ficando bem apertados. Na entrada da estrada de chão, o motorista estaciona o veículo numa lanchonete para comprar seu almoço. Aguardamos dentro do carro lotado no calor intenso de meio-dia, com as janelas abertas e o clima tenso após a briga. Pelo cheiro forte do almoço adivinho que o motorista comprou frango frito.

O caminho até o assentamento é uma estrada de chão, cheia de buracos, muito seca. Com as janelas abertas entra pó constantemente para dentro do carro. O trajeto é totalmente desabitado. Só cruzamos duas pequenas comunidades, com poucas casas. Não enxergamos ninguém. Numa altura do caminho, atravessamos um rio por dentro, sem ponte, e logo subimos uma lomba íngreme, pedregosa, com uma mata de palmeiras de carnaúba à direita. Adiante na estrada, o motorista, tenso, pede para todos fecharmos as janelas, apesar do calor intenso. Sentada bem atrás do motorista, fecho a janela, olho para fora e vejo só mato seco e baixo, da caatinga. Indagando com a Neta, descubro que esse é o trecho mais perigoso do caminho, onde é comum que os assaltantes armados atirem contra os carros que passam.

Estou acostumada a ouvir tiros onde eu moro, na periferia de Porto Alegre. Porém, a situação, nessa estrada, fica tensa para mim, pois, é a primeira vez que estou no local, acompanhada de pessoas que acabei de conhecer, que estão também tensas, e não sei como podem reagir frente à uma situação de violência.

No trecho final da estrada, antes de chegar ao assentamento, o mato fica mais fechado ainda. Cruzamos uma série de clareiras, cada uma com a estrutura de um poço de petróleo. A Neta conta que os assaltantes aproveitam as clareiras dos poços para entrar e se esconder atrás do mato fechado. Os moradores do assentamento já pediram à prefeitura de Mossoró para limpar o mato, abrir a estrada para ficar mais segura. Segundo a Neta, a prefeitura não deu retorno.

Após trinta minutos de estrada de chão, que parecem uma eternidade, o carro me deixa em frente da

<sup>7</sup> A Amanda é uma jovem que cresceu em Mulunguzinho e que atualmente mora na cidade de Mossoró, onde estuda e trabalha, auxiliando nas feiras da Rede Xique Xique como bolsista do projeto *Mulheres em Rede*.

casa da Ivonete, na agrovila de Mulunguzinho. Pago para o motorista e desço. A Ivonete já está me esperando para o almoço com um sorriso.

Na segunda-feira de manhã, volto de carona com a Ivonete e seu marido, no carro deles, para o centro de Mossoró. Descubro, então, que existe outro caminho. Pegamos uma estrada de chão que atravessa dois assentamentos e, logo, entramos na rodovia asfaltada que leva direto à entrada da cidade. O trajeto é mais longo e gasta mais gasolina, mas parece ser mais seguro. Porém, quem depende do transporte coletivo para se deslocar até a cidade, precisa se adequar às opções disponíveis, ficando exposto à situações de violência em seu cotidiano.

(Caderno de campo, Mossoró, 24/08/2019).

Concluindo, esta situação de aumento da violência e de insegurança tem afetado não só a rotina dos assentados, mas seus próprios mundos de vida, as formas de socialização e suas práticas de produção, fazendo com que muitas das famílias tenham abandonado, aos poucos, a criação de animais e o trabalho das roças nos lotes do assentamento, do mesmo modo que as mulheres do grupo da horta tiveram que abandonar seu trabalho.

#### 4.7 PRÁTICAS DE RETERRITORIALIZAÇÃO: A AUTO-ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES E OS QUINTAIS PRODUTIVOS

O pioneirismo na articulação das mulheres em torno da iniciativa da horta coletiva gerou, com o passar do tempo, desdobramentos na auto-organização das mulheres no próprio assentamento, além de ser inspiração para a articulação de novos grupos em outros municípios. Apesar do término da horta coletiva, as mulheres de Mulunguzinho continuaram produzindo alimentos em seus quintais e procurando formas de se organizar para manter a própria geração de renda. Assim, a partir da experiência inicial do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer, formaram-se três arranjos organizativos protagonizados pelas mulheres do assentamento: o *grupo do mel*, o *Gold da Paz* e o *grupo das polpas de frutas*.

##### 4.7.1 O grupo do mel

Na época da horta coletiva, houve algumas tentativas de diversificar a produção. Para isso, o grupo de mulheres chegou a participar de capacitações e projetos com distintas organizações. Um exemplo disto foi um projeto a partir do qual as mulheres receberam caprinos para a produção e comercialização de queijo de cabra. Os relatos apontam que todos os animais morreram em pouco tempo. A avaliação é de que elas não tinham conhecimento sobre o processo de manejo, de vacinação, etc. Posteriormente, receberam recursos e

capacitação para a produção, beneficiamento e comercialização de mel, atividade desenvolvida até os dias de hoje (Figura 37).

**Figura 37 - Mel (a) (c) e favos (b) produzidos pelas mulheres de Mulunguzinho e comercializados pela Rede Xique Xique (Mossoró)**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

As caixas de mel para a produção de abelhas (*Apis melífera*) foram instaladas no mesmo terreno onde estava localizado o poço do *Projetão*, afastado da agrovila. Na medida em que a produção foi aumentando, surgiu a necessidade de ter um espaço coletivo para fazer o processamento. Obtiveram, então, recursos para a construção de uma Casa do Mel no assentamento (Figura 38), dentro da área que havia sido doada pela associação de moradores ao grupo de mulheres. Todavia, a edificação da Casa foi interrompida por dificuldades na implementação do projeto<sup>8</sup>. O que é interessante notar, é que, apesar da construção ter ficado inacabada, elas seguiram utilizando o espaço para armazenar as caixas de abelhas (vazias), e outros materiais necessários para a produção de mel. O processamento passou a ser feito, então, nas casas das próprias mulheres, nos mesmos espaços onde elas fazem o beneficiamento das polpas de frutas.

---

<sup>8</sup> Segundo as mulheres narram, a interrupção da construção da Casa do Mel aconteceu pelo suposto desvio de recursos públicos.

**Figura 38 - Espaço da Casa do Mel para estoque das caixas de abelha no assentamento Mulunguzinho (Mossoró)**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

O grupo de apicultoras de Mulunguzinho está composto pela Neneide, a Neguinha, a Ivonete, a Maria (mãe da Ivonete), a Rosângela e a Bibia, sendo que as duas primeiras mulheres são as mais engajadas na colheita do mel (Figura 39).

**Figura 39 - Grupo de Mulheres Decididas a Vencer fazendo a colheita e o beneficiamento de mel no assentamento Mulunguzinho (Mossoró)**



Fonte: acervo fotográfico cedido pelo Grupo de Mulheres Decididas a Vencer (2019).

Segundo a Neguinha, mesmo que todas participem do processo, muitas sentem medo de ferroadas de abelha. A Neguinha conta que, quando começaram, apesar de cobrirem o corpo e o rosto com roupas, ela foi picada no nariz e várias vezes nas pernas. No processo de organização e de implementação de melhorias, por meio do projeto *Mulheres em Rede*<sup>9</sup>, conseguiram adquirir roupas mais adequadas, de forma a fazer a colheita do mel com segurança (Figura 39).

Os pais da Ivonete, além de terem caixas de abelha no lote, produzem mel de jandaíra<sup>10</sup>, que estabelece suas colmeias em pedaços de troncos instalados no quintal (Figura 40). O grupo de mulheres auxilia a família na colheita de mel, e, em troca, o pai da Ivonete apoia o grupo no transporte de suas caixas.

**Figura 40 - Caixas de abelha no lote (a) e produção de mel de jandaíra no quintal (b) de dona Maria, em Mulunguzinho (Mossoró)**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

#### 4.7.2 O grupo Gold da Paz

O Gold da Paz é um grupo autogestionado de microcrédito comunitário de Mulunguzinho, protagonizado por mulheres. Elas se reúnem semanalmente em assembleia para administrar coletivamente suas poupanças e deliberar questões referentes ao funcionamento do grupo, além de conversar sobre problemas da comunidade na busca de formas de apoio.

<sup>9</sup> O projeto *Mulheres em Rede* visava contribuir para a mobilização, o empoderamento e a geração de renda das agricultoras familiares. Além da construção da nova sede da Rede Xique Xique, os grupos de mulheres adquiriram materiais para a produção agroecológica por meio do projeto.

<sup>10</sup> A jandaíra corresponde à espécie *Melipona subnitida*, produzindo um mel com características específicas que, muitas vezes, é bastante valorizado na comercialização.

Este grupo surgiu, em 2010, a partir da organização de algumas das mulheres, que antes produziam na horta coletiva, com a ONG Visão Mundial Brasil. Esta entidade, em 2009 e 2010, desenvolveu um projeto-piloto nos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, chamado *Redes de Desenvolvimento*.<sup>11</sup> O projeto visava a implementação de um modelo de intervenção no Nordeste para a redução da pobreza por meio da metodologia do *Grupo de Oportunidades Locais e Desenvolvimento - Gol.d*, inspirado nos grupos de autoajuda (*Self-Help Groups*) promovidos no sudeste da Índia pela organização *Hand in Hand*,<sup>12</sup> mas adaptado ao contexto brasileiro. Essa metodologia consiste na formação de grupos de dez a vinte pessoas da mesma comunidade ou bairro, geralmente com forte protagonismo das mulheres, que se reúnem para discutir sobre as limitações socioeconômicas locais, buscando formas de apoio mútuo para melhorar a situação sem depender de ajuda externa.

Durante o projeto-piloto foram formados e capacitados doze grupos no Ceará e dezoito no Rio Grande do Norte, dentre os quais, o grupo de Mulunguzinho, com dezessete integrantes, que decidiu chamar o grupo de Gold da Paz (Figura 41). Inspirado na proposta lançada inicialmente pelos técnicos do projeto, o grupo foi construindo e consolidando, aos poucos, seu próprio modo de funcionar, abandonando algumas orientações do projeto que não se adequavam ou não eram funcionais para a realidade local, e criando novidades a partir das necessidades e prioridades de seus integrantes.

---

<sup>11</sup> O nome completo do projeto era *Projeto Redes de Desenvolvimento – Redução da Pobreza através da Integração Regional das Capacidades Locais de Negócios no Nordeste do Brasil*, executado pela ONG Visão Mundial Brasil, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a organização indiana *Hand in Hand*, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), e à Agência Nacional de Desenvolvimento Microempresarial (ANDE).

<sup>12</sup> A *Hand in Hand* é uma organização não governamental de microfinanças da Índia que atua, desde 2004, na erradicação da pobreza por meio da criação de geração de renda das comunidades beneficiárias.

**Figura 41 - Criação do grupo Gold da Paz no assentamento Mulunguzinho (Mossoró)**



Fonte: acervo fotográfico cedido pelo Grupo de Mulheres Decididas a Vencer.

O grupo, que existe há uma década, foi reduzindo alguns de seus membros, até se alicerçar em onze pessoas, dez das quais são mulheres: a Joana, a Lulu, a Maria, a Ivonete, a Bibia, a Neneide, a Ana, a Corrinha, a Carminha e o Simião (Figura 42).

**Figura 42 - Grupo Gold da Paz do assentamento Mulunguzinho reunido em assembleia (Mossoró)**



Fonte: elaborado pela autora (2019).



Reúnem-se todo sábado na casa de alguma das integrantes. A reunião tem sua rotina de depósitos, assinatura de cadernetas, contabilidade, tomada de decisões, conversa sobre acontecimentos pessoais e da comunidade, entre outros. Todas se sentam ao redor de uma mesa sobre a qual são colocadas “três caixinhas” que é como elas chamam as diferentes poupanças, ou seja, uma espécie de cofrinho onde depositam o dinheiro (Figura 43).

**Figura 43 - As três caixinhas do microcrédito comunitário do Gold da Paz de Mulunguzinho (Mossoró)**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

A primeira caixinha é a da poupança semanal, na qual cada integrante deposita um Real (no mínimo) todos os sábados. Cada depósito é registrado, frente ao grupo, em uma caderneta de contabilidade coletiva e na caderneta individual da pessoa que fez o depósito (Figura 44). Todas as anotações das movimentações financeiras são feitas pela secretária, escolhida pelo grupo para desenvolver esta tarefa<sup>13</sup>. Dessa forma, cada integrante vai juntando com o tempo uma poupança.

Porém, esse dinheiro não fica parado na caixinha, ele é utilizado para fornecer empréstimos, o que acaba gerando rendimentos. Quando alguém do Gold precisa de dinheiro, pede um empréstimo e comunica ao grupo em quantas parcelas vai devolvê-lo, sendo que a taxa de juro, que foi deliberada pelas próprias mulheres na consolidação do Gold, é de 2% sobre o valor do empréstimo, aumentando em quatro Reais para cada semana que atrasar o pagamento da parcela. Segundo a Ivonete, o primeiro empréstimo realizado pelo grupo foi de cinquenta Reais, e atualmente, elas conseguem fazer empréstimos de até cinco mil Reais. Os empréstimos são utilizados geralmente para financiar investimento na produção, como

<sup>13</sup> O Gold da Paz tem a mesma secretária desde a sua criação, a Lulu, escolhida pelo seu nível de escolaridade e sua facilidade em desenvolver a contabilidade das movimentações financeiras.

compra de maquinaria para o processamento e estocagem de polpa de fruta, por exemplo. No entanto, também são usados para questões pessoais, como no caso da construção de uma garagem para abrigar o caminhão da família da Ivonete. Enquanto o dinheiro da poupança só pode ser retirado quando a pessoa sai do grupo, os rendimentos dos empréstimos são distribuídos de forma equitativa para todos os membros do grupo uma vez por ano<sup>14</sup>.

**Figura 44 - Anotações de assembleia (a) (b) e cadernetas de poupança (c) (d) do grupo Gold da Paz de Mulunguzinho (Mossoró)**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

Além dessa primeira caixinha, com a qual o Gold da Paz começou seu funcionamento, o grupo foi criando novidades. É o caso da caixinha do título da terra. Frente à dificuldade de as famílias pouparem o dinheiro necessário para o pagamento da parcela anual referente ao título da terra, as mulheres do grupo decidiram fazer uma caixinha de poupança específica para dar conta desse pagamento. A cada encontro elas iam depositando na caixinha o valor que conseguiam, de forma individual, sendo tudo registrado nas cadernetas. Quando chegava a data do pagamento, o dinheiro da poupança era distribuído para cada integrante

<sup>14</sup> Segundo a Ivonete, na última distribuição dos rendimentos dos empréstimos cada integrante recebeu em torno de mil e cem Reais somando um total de doze mil e cem em pagamentos de juros pelo grupo.

proporcionalmente ao que tinham depositado ao longo do ano. Por meio dessa prática de finanças coletivas, conseguiram terminar de pagar as parcelas e obter o título da terra. Porém, permaneceram até os dias de hoje com esse sistema de poupança pessoal, depositando uma quantia livre individualmente sempre que podem, e retirando o valor poupado no final de ano. Essa segunda caixinha também possibilita o aumento dos recursos destinados aos empréstimos.

A terceira e última caixinha é também uma iniciativa criativa do Gold da Paz. Cada integrante do grupo deposita dois Reais por mês, este é um valor mínimo, podendo ser mais. Novamente, tudo é registrado pela secretária. O dinheiro poupado serve para doações para a comunidade, para comprar remédios, ou para organizar eventos em datas especiais no assentamento. O destino desses recursos é deliberado em assembleia entre as mulheres, considerando as necessidades da comunidade em cada momento.

Frente à percepção das potencialidades do Gold da Paz, outras pessoas do assentamento pediram para integrar o grupo. Porém, os membros decidiram não abrir para mais ninguém, visto que o funcionamento do grupo depende em grande medida da responsabilidade assumida pelos membros e da construção de vínculos de confiança entre eles. A sugestão que fizeram às pessoas que estavam interessadas foi de que elas organizassem também um grupo, colocando à disposição para orientar como fazer. No entanto, essas iniciativas não foram adiante. Na opinião da Ivonete, os outros grupos construíram normas diferentes, sem taxas de juro e sem controle cuidadoso das anotações financeiras, o que teria contribuído para que não funcionassem adequadamente.

A existência do Gold da Paz tem promovido algumas transformações no que se refere, por exemplo, a diminuir a dependência dos bancos. O fato de que são elas mesmas que gerenciam os recursos, a poupança, as entradas e saídas, e mesmo a decisão de onde será aplicado o dinheiro, tem possibilitado uma maior autonomia econômica com relação aos maridos, que, normalmente, são os que tratam da gestão familiar da renda. Por outro lado, as mulheres, seis das quais já tinham a experiência do trabalho coletivo na horta orgânica, relatam a importância do grupo na criação de um espaço seguro, de confiança, para a conversa sobre problemas pessoais, para o desabafo, o choro e o acolhimento, o que faz surgir o fortalecimento e o apoio mútuo. Estes aspectos que evidenciam os vínculos afetivos entre elas, para além dos objetivos de poupança e empréstimo, têm sido importantes para que o grupo permaneça se encontrando semanalmente, após uma década de sua criação.

### 4.7.3 As polpas de fruta, um potencial para a auto-organização

A Ivonete, a Maria, a Neguinha, a Toninha e a Rosângela são as mulheres de Mulunguzinho que trabalham com as polpas de fruta. Foi a Ivonete que incentivou a começar o beneficiamento de polpas no assentamento. Como ela já fazia o processamento das frutas, se dispôs a ensinar as demais. Com isto, começou uma trajetória que revela o potencial de organização do grupo das polpas. No período da pesquisa de campo, elas realizavam o processamento de frutas em suas casas para a produção e comercialização de polpas, que servem de base para sucos, picolés, sorvetes, geleias, entre outros. Porém, na época, estavam se organizando em grupos de trabalho para o fornecimento e processamento de frutas em uma agroindústria, ainda a ser construída, na agrovila de Mulunguzinho.

No início a produção era pequena, porém, na medida em que a comercialização se ampliou, também passaram a enfrentar desafios, como o registro dos produtos e, por consequência, com a vigilância sanitária. Para entender como a atividade com as polpas se estabelece, é necessário conhecer, antes, um pouco de como Ivonete e o marido, Gilson, conseguiram levar adiante o processo.

Ivonete e o marido, em paralelo com a produção de polpa, criavam ovinos e caprinos, comercializando-os através do PNAE, o que podia ser feito por meio da Cooperativa das Agricultoras e Agricultores Familiares do Assentamento Mulunguzinho (COOAFAM). Essa atividade fez com que Ivonete, temporariamente, parasse de trabalhar com as polpas, considerando que a carne era a fonte principal de renda da família. No entanto, na medida em que os roubos de animais se intensificaram no assentamento, o casal decidiu retomar e ampliar o beneficiamento e comercialização de polpas de frutas (Figura 45).

Quando retomam a produção, eles passaram a comercializar as polpas em restaurantes, lanchonetes e mercados locais. A comercialização informal não durou muito, porque alguém fez uma denúncia à vigilância sanitária. Segundo a Ivonete, a denúncia foi feita por empresas de suco industrial por questões de concorrência, visto que os comércios tinham uma preferência pela compra de polpas de fruta em detrimento dos sucos industriais, particularmente pelo seu rendimento e pela demanda dos consumidores. A fiscalização sanitária, finalmente, lacrou os freezers e proibiu a venda da polpa nesses comércios.

**Figura 45 - Congeladores (a), panela (b), despolpadeira (c) e balança (d) para o processamento de polpa de fruta na casa da Ivonete em Mulunguzinho (Mossoró)**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

Com isto, a família foi em busca de alternativas, rearranjando seus modos e espaços de comercialização. Uma delas foi fazer a venda direta aos consumidores, oferecendo nas casas e ruas da cidade de Mossoró, além das praias de Grossos e Tibau.

**Figura 46 - Processamento de polpa na unidade familiar da Ivonete no assentamento Mulunguzinho (Mossoró)**



Fonte: elaborado por Ivonete (2019).

É interessante notar que a Ivonete não comercializa sua polpa na Rede Xique Xique, visto que, segundo a *Carta de Princípios* da Rede, todos os produtos devem ser orgânicos. Ela menciona que toda sua produção de frutas é sem agroquímicos (orgânica). Porém, como o volume não é suficiente, ela compra e processa frutas dos assentamentos vizinhos, e não tem como garantir que estas sejam orgânicas (Figura 46).

As mulheres de Mulunguzinho que aprenderam com Ivonete a beneficiar a polpa, fazem a comercialização, em parte, por meio das feiras da Rede Xique Xique na cidade de Mossoró. Assim, a Neguinha, que tem árvores frutíferas no seu quintal, colhe a fruta nas quartas ou quintas-feiras com a ajuda de sua filha Toninha. Esta última é quem processa e empacota as polpas, levando-as para a sede da Rede às sextas-feiras. Quando vai à cidade entregar as polpas, a Toninha também aproveita para fazer vendas como ambulante na cidade. Isto é possível porque ela tem um carro e porque pode contar com uma “*pessoa de confiança*”, que empresta um congelador para deixar as polpas estocadas (Figura 47).

**Figura 47 - Carro de Toninha e Neguinha usado para a comercialização de polpas de fruta na cidade de Mossoró**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

Maria e Rosângela também fazem seu próprio beneficiamento das frutas, utilizando a própria produção. Portanto, podem garantir que são orgânicas e comercializar nas feiras da Rede Xique Xique (Figura 48).

**Figura 48 - Polpa processada e armazenada nos congeladores da Maria e da Rosângela no assentamento Mulunguzinho (Mossoró)**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

Além das feiras livres para a venda direta aos consumidores (Figura 49), a Rede Xique Xique tem oportunizado, quando possível, a comercialização via programas de compras governamentais, como o PNAE e o PAA<sup>15</sup>. Para isso, as polpas de frutas precisam estar registradas no Serviço de Inspeção Municipal (SIM)<sup>16</sup>, que trata da inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal e vegetal. As unidades familiares que produzem polpas de fruta em Mulunguzinho não se adequam à padronização solicitada pela legislação referente às agroindústrias familiares, como acontece com grande parte dessas iniciativas na região, que são consideradas informais. Por esse motivo, as polpas de fruta comercializadas via mercados institucionais pela Rede Xique Xique são processadas na unidade de beneficiamento de polpas da Cooperativa Potiguar de Apicultura e Desenvolvimento Rural Sustentável (COOPAPI), no município de Apodi, local onde se encontra um dos núcleos da própria Rede. A parceria é oficializada pela COOAFARN, que também tem sede em Apodi, e da qual a COOPAPI e a COOPERXIQUE são afiliadas, visto que um dos objetivos da COOAFARN com a polpa de fruta é ampliar sua inserção na alimentação escolar dos municípios do oeste potiguar.

<sup>15</sup> Cabe destacar, aqui, o cenário atual de incertezas nos programas de compras governamentais em âmbito nacional.

<sup>16</sup> O SIM de Mossoró, sancionado pela Lei ° 2.609, de 6 de abril de 2010, é vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural (SEADRU) do município, que é o órgão responsável pela inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal e vegetal minimamente processados.

**Figura 49 - Polpas de fruta estocadas para a comercialização na sede da Rede Xique Xique (Mossoró)**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

Assim, a demanda semanal de 100 a 150 unidades de polpas para a alimentação escolar do IFRN, com o qual a Rede Xique Xique tem parceria, por meio do projeto de extensão chamado Geração Solidária, é abastecida por frutas dos quintais das mulheres de Mulunguzinho, Tibau e Serra Mossoró. Porém, essas frutas são processadas na unidade de beneficiamento de Apodi, de forma a se adequar à legislação e certificação sanitárias. Esse processo de transporte das frutas para Apodi e das polpas para Mossoró aumenta os custos de produção, devido ao combustível usado nesse deslocamento (a distância entre as duas cidades é de 78 quilômetros), e pelo valor cobrado pela unidade de beneficiamento (um Real por cada quilo de polpa processada). Além disso, essa viagem precisa acontecer praticamente todas as semanas, porque não há como estocar todo o volume demandado nos congeladores da sede em Mossoró. Este abastecimento semanal acaba por manter ocupada a única camionete da Rede, além de um membro que precisa fazer a função de motorista.

A vontade de acabar com esta dependência de processar as frutas em Apodi, assim como a potencialidade que a coordenação da Rede e as mulheres do núcleo do Mulunguzinho vislumbram em termos do crescimento da demanda pelas polpas, fizeram surgir a proposta de estruturar um grupo e construir uma unidade de beneficiamento no assentamento.

A ideia principal é a de estabelecer grupos e uma espécie de divisão do trabalho, formando grupos de fornecimento de fruta e grupos de beneficiamento de polpa, com uma coordenadora para cada grupo. A Neneide e a Bibia seriam as responsáveis pelos grupos de fornecimento do assentamento, enquanto a Neguinha, a Ivonete e a Rosângela seriam as coordenadoras dos grupos de processamento. A proposta inicial é de que cada grupo de beneficiamento trabalhe de forma autônoma e em diferentes dias da semana, processando, estocando e comercializando as polpas de forma independente. Cada coordenadora, então, seria responsável por gerenciar seu próprio grupo, escolhendo os membros da família com



potencial de trabalhar com ela, assim como as formas de pagamento e a distribuição interna do trabalho.

Na época da pesquisa de campo, o projeto de construção da unidade de beneficiamento de polpas de fruta incluía a previsão da demolição da Casa do Mel (mencionada anteriormente), e encontrava-se em fase de aprovação e liberação do licenciamento ambiental para iniciar o processo. Em paralelo, havia o planejamento de como adequar a construção da pequena agroindústria à legislação sanitária, com o propósito de obter o registro no SIM.

A trajetória que leva à proposta de estruturação do grupo, pelo que foi possível registrar, é mais um dos processos de auto-organização que as mulheres vão desenvolvendo. A ação situada parece apontar para um processo de criação de novos arranjos, de ampliação dos espaços de manobra das mulheres, e de constante reinvenção de seus mundos de vida a partir das necessidades, possibilidades e contingências que vão se apresentando. Nesse processo, e acionando suas agências, as mulheres vão mesclando estratégias e se emaranhando com a própria Rede Xique Xique.

#### **4.7.4 Os quintais produtivos**

As mulheres de Mulunguzinho são as responsáveis pela produção de alimentos nos quintais de suas próprias casas na agrovila, envolvendo o cuidado da horta, de árvores frutíferas, de plantas medicinais e ornamentais, de pequenas plantações de milho e feijão, de animais de pequeno porte, como galinhas, porcos, cabras, ovelhas e abelhas nativas (Figura 50), assim como da gestão da água das cisternas para o uso doméstico e para a produção.

**Figura 50 - Animais de pequeno porte nos quintais no assentamento Mulunguzinho (Mossoró)**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

Essas atividades, além do beneficiamento de alguns produtos nas cozinhas, são consideradas comumente como responsabilidades das mulheres e como extensão dos trabalhos de cuidado da casa, do marido e dos filhos. Nos processos de auto-organização dos grupos de Mulunguzinho, as mulheres aprenderam a valorizar suas práticas nos quintais, ampliando a própria compreensão do trabalho ao perceber que essas atividades são, para além de cuidado, práticas de produção de alimentos, já seja para o consumo das famílias como para a comercialização. O exercício de anotar por algum tempo tudo aquilo que produziam, consumiam, trocavam e comercializavam nas chamadas *cadernetas agroecológicas*<sup>17</sup>, analisando e debatendo posteriormente essas informações no grupo junto com a assessoria do CF8, possibilitou que as mulheres reconhecessem suas próprias práticas cotidianas nos quintais como relevante para a produção de alimentos.

Há uma diversidade de temperos e hortaliças nestes quintais, se encontra coentro, cebolinha, alface, berinjela, pimentão, tomate, jerimum (abóbora), pimenta, entre outros (Figura 51). Geralmente, a produção é para o consumo das famílias, no entanto, havendo excedentes, estes são comercializados, ainda que haja uma variação sazonal importante

<sup>17</sup> A caderneta agroecológica “[...] é uma proposta de monitoramento da produção da agricultura familiar e camponesa com o objetivo de dar visibilidade e valorizar a produção agroecológica, sobretudo das mulheres agricultoras” (NETO, 2018).

quanto à disponibilidade e os volumes produzidos dependam do acesso à água. Neste comércio realizado pelas mulheres, a Rede Xique Xique tem um papel muito importante.

**Figura 51 - Temperos e hortaliças cultivadas pelas mulheres nos quintais do assentamento Mulunguzinho (Mossoró)**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

Grande parte dos quintais da agrovila tem também espécies frutíferas, como caju, acerola, manga, cajarana<sup>18</sup>, seriguela, cajá, goiaba, tamarindo, banana, maracujá, coco e mamão (Figura 52).

<sup>18</sup> Segundo a Neneide, a cajarana é “o açaí do Rio Grande do Norte”, fazendo uma analogia com o açaí do Pará, cuja popularização e ampliação de comercialização é bastante reconhecida.

Figura 52 - Árvores de fruta nos quintais de Mulunguzinho (Mossoró)



Fonte: elaborado pela autora (2019).

As frutas *in natura* são principalmente para o consumo das famílias, mas algumas também são comercializadas na feira da Rede Xique Xique. Um exemplo, é o coco que a Bibia comercializa, já seja *in natura* ou minimamente processado, ou seja, quebrado, vendido em recipientes, prontos para o consumo. Também, a Neguinha comercializa o mamão e a banana (Figura 53), além das polpas já citadas.

**Figura 53 - Coco da Bibia ralado (a), em pedaços (a) e inteiro (b); bananas e mamão de Mulunguzinho (c) comercializadas na Rede Xique Xique (Mossoró)**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

O cajueiro<sup>19</sup>, presente em praticamente todos os quintais, é uma planta de grande destaque na região, com uma variedade de usos. As folhas têm sido utilizadas comumente, no assentamento, para cobrir os buracos no solo na produção de carvão. Ademais do consumo e comercialização da fruta *in natura*<sup>20</sup> e da polpa, as mulheres de Mulunguzinho produzem suco, doce e mel de caju<sup>21</sup> (Figura 54). As frutas que sobram são secas ao sol e são transformadas em farinha, que serve de ração para os animais.

<sup>19</sup> O nome científico da planta do cajueiro é *Anacardium occidentale*.

<sup>20</sup> A parte da fruta consumida *in natura*, e que serve de base para o beneficiamento de polpas, suco, doces e mel, é cientificamente conhecida como pseudofruto, sendo a castanha reconhecida botanicamente como o fruto propriamente dito.

<sup>21</sup> O mel de caju é produzido a partir do cozimento e redução do suco de caju, sem adição de açúcar, mas com a caramelização dos próprios açúcares da fruta até ficar na consistência de um melado.

**Figura 54 - Fruta do caju verde (a) e madura (b) nos quintais de Mulunguzinho. Comercialização de caju (c) e mel de caju (d) na feira da Rede Xique Xique (Mossoró)**

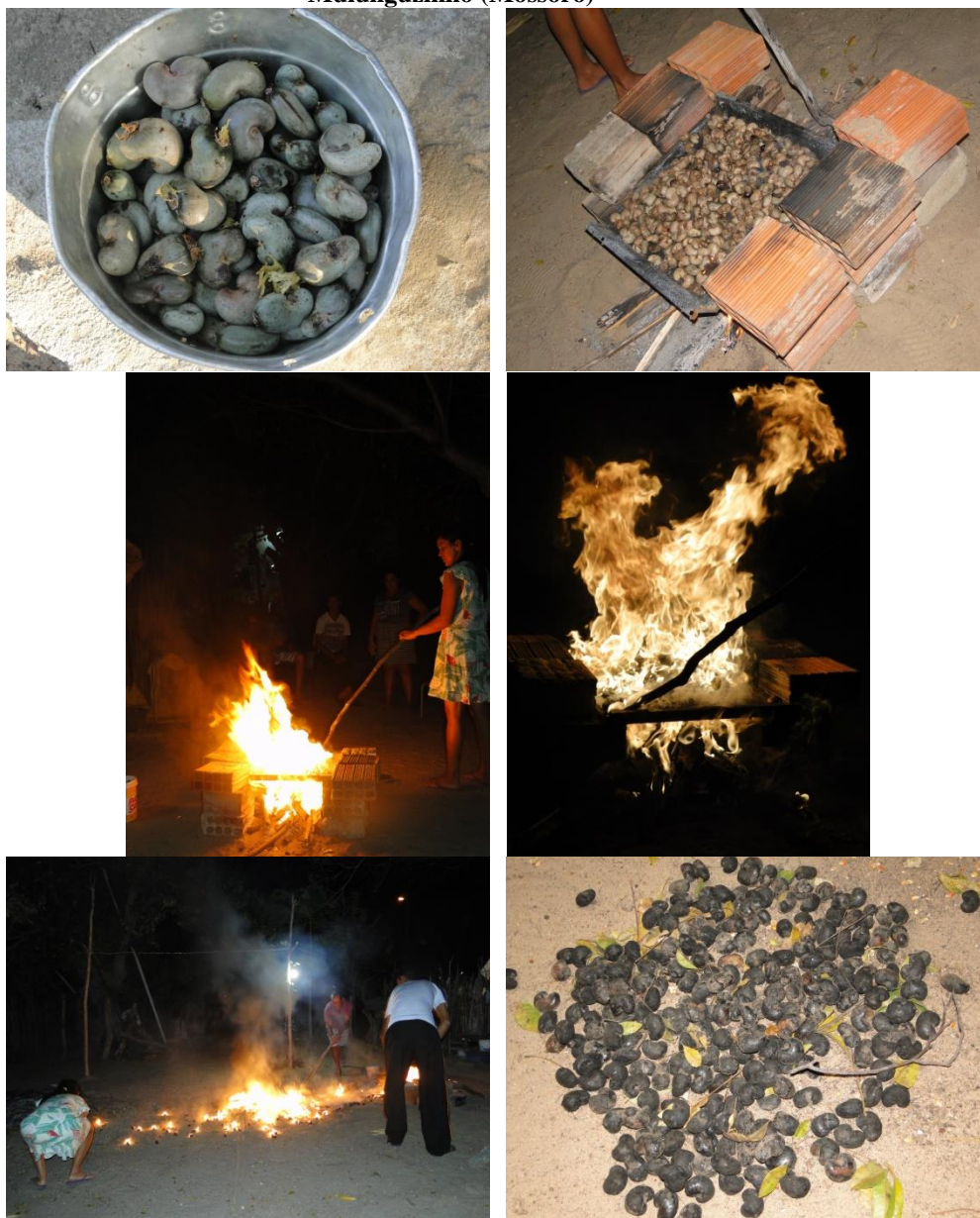


Fonte: elaborado pela autora (2019).

A castanha é processada de forma artesanal para o consumo das famílias e/ou para a comercialização. Após secar ao sol, é assada e torrada em uma chapa de ferro aquecida com fogo feito no chão. As castanhas vão sendo movidas constantemente sobre a chapa com uma vara de madeira comprida de maneira a tostar o mais uniformemente possível, até o ponto que as cascas externas peguem fogo. Esta é a forma de eliminar o líquido da castanha-de-caju (LCC) que contém a toxina chamada de *urushiol*.<sup>22</sup> Seguidamente, a chapa é virada com cuidado até os frutos caírem no chão, jogando logo terra por cima para apagar o fogo das castanhas (Figura 55).

<sup>22</sup> O *urushiol* é um composto fenólico (oleorresina), também presente na hera venenosa (*Toxicodendron radicans*). É uma substância alergênica altamente irritante.

**Figura 55 - Processamento artesanal da castanha-de-caju pela família da Ivonete no assentamento Mulunguzinho (Mossoró)**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

Assim que esfriam, os frutos são recolhidos do solo e descascados um a um manualmente, quebrando a casca<sup>23</sup> com a ajuda de uma pedra ou de uma máquina de descascar (Figura 56). Finalmente, a película fina que recobre a amêndoa é retirada com os dedos ou com o auxílio de uma faca, sendo usada, em alguns casos, para fazer farelo como alimento das galinhas. As castanhas-de-caju que serão vendidas são embaladas em pequenos sacos plásticos.

<sup>23</sup> A casca da castanha-de-caju corresponde ao epicarpo da amêndoa.

**Figura 56 - Mutirão na família da Ivonete para descascar as castanhas-de-caju (a) (b); máquina de descascar (c) e pilha de cascas (d) da Rosângela em Mulunguzinho (Mossoró)**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

A Rosângela é a assentada que processa a castanha-de-caju de forma artesanal para comercializá-la na Rede Xique Xique (Figura 57), sendo que a maioria das famílias prefere vendê-la crua e/ou torrâ-la somente para o próprio consumo. Segundo a Ivonete, isso acontece, em parte, porque o processamento artesanal é trabalhoso e o rendimento é baixo, apesar do preço da venda de castanha-de-caju torrada ser bem maior do que a crua<sup>24</sup>. Por outro lado, existe a concorrência gerada pelo beneficiamento industrializado da castanha, vista a relevância da cajucultura em Mossoró e no município vizinho de Serra do Mel. O resultado do processamento industrializado é um produto mais padronizado, porém, sem o sabor diferenciado da castanha torrada ao fogo, visto que esse beneficiamento se dá por meio do cozimento do fruto ao vapor.

<sup>24</sup> Segundo a Ivonete, o preço de venda de um quilo de castanha-de-caju crua, sem processar, era de três Reais na época de pesquisa de campo, enquanto o valor de um quilo da torrada era de cinquenta Reais.



**Figura 57 - Máquina seladora (a) e comercialização na Rede Xique Xique (b) de castanha-de-caju torrada artesanalmente pela Rosângela de Mulunguzinho (Mossoró)**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

Além de polpas de frutas e de doce, castanha e mel de caju, a Rosângela comercializa na Rede Xique Xique, e no próprio assentamento, xaropes caseiros elaborados a partir de plantas medicinais cultivadas no seu quintal, como penicilina, hortelã, aloe vera, manjeriço, capim cidró, ente outras (Figura 58). Também faz *garrafada*, que segundo ela, “*limpa o útero*” e auxilia as mulheres a engravidarem. Praticamente, todas as integrantes dos grupos organizados de Mulunguzinho têm plantas medicinais nos seus quintais, geralmente para fazer uso nas próprias famílias em forma de chá.

**Figura 58 - Plantas medicinais do quintal da Rosângela em Mulunguzinho (Mossoró)**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

Todas as casas do assentamento têm água encanada da CAERN. No entanto, nos últimos tempos foram instaladas cisternas enxurrada em alguns quintais, considerando a alta demanda diária de água para o consumo na casa e na produção, o custo e a ausência habitual de fornecimento no assentamento (Figura 59). As cisternas enxurrada, que são resultado do programa P1+2 da ASA Brasil, são depósitos subterrâneos e têm capacidade de estocar 52 mil litros de água da chuva que cai no terreno contíguo, sendo captada com a ajuda de canos e

filtrada por dois ou três decantadores em sequência. O objetivo original das cisternas enxurrada era a captação e estoque de água da chuva para a produção de hortaliças, frutíferas, plantas medicinais e para a criação de pequenos animais. Porém, a maioria das casas do assentamento utiliza a cisterna enxurrada como reservatório de água da própria CAERN, devido às interrupções no fornecimento de água, também, os longos períodos sem chuva estimulam este uso. Além disto, os moradores alegam que a água da chuva acumulada por enxurrada entra na cisterna com partículas, ou seja, fica “suja” para consumo humano e para uso na casa, apesar da presença dos decantadores. As mulheres de Mulunguzinho utilizam bomba de água e mangueiras longas para molhar a horta, as árvores frutíferas, as plantas medicinais e dar de beber aos animais, chegando assim a todos os cantos do quintal.

**Figura 59 - Cisternas enxurrada nos quintais de Mulunguzinho (Mossoró)**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

Concluindo, a falta de abundância de água é identificada, ainda, como o principal gargalo para a produção de alimentos no assentamento, principalmente por enfrentar épocas de seca.

#### 4.8 APONTANDO CONSIDERAÇÕES ANALÍTICAS

Este capítulo apresentou o caso de Neneide e os grupos de mulheres do assentamento Mulunguzinho. Foram identificados, enquanto processos desenvolvimentistas geradores de desterritorialização dos mundos de vida em Mossoró, a industrialização da atividade salineira, a extração de petróleo e a fruticultura irrigada para exportação. Apesar dos efeitos inesperados (BECK, 2016) desses processos, como o êxodo rural, a rápida expansão da periferia urbana de Mossoró e o aumento da violência, percebe-se a reinvenção da vida dos atores sociais no território. Este é o caso, por exemplo, da criação de assentamentos rurais, que tem possibilitado a reterritorialização dos mundos de vida de agricultores e agricultoras sem-terra, conferindo novas dinâmicas econômicas, sociomateriais e políticas na região.

Particularmente, no caso das mulheres de Mulunguzinho, a descrição densa das formas de auto-organização e das práticas situadas nos quintais, parece apontar esses dois elementos como estratégias chaves para a reterritorialização de seus mundos de vida. O primeiro elemento, a auto-organização, diz respeito à articulação entre as próprias mulheres, mas também à relação destas com outros atores sociais, como as organizações parceiras. O segundo elemento, as práticas situadas, evidencia, principalmente, à relação das mulheres com as materialidades cotidianas presentes nos seus quintais, como as plantas, o solo, a água, os animais, as sementes, as mudas, mas também com uma diversidade de artefatos, como as cisternas, máquinas seladoras, panelas, sacolas plásticas, congeladores, entre outros.

Emerge, aqui, uma questão que parece relevante para compreender os processos de reterritorialização, especificamente no caso das mulheres de Mulunguzinho: esse processo acontece *na relação com* outros atores sociais e materialidades. Ou seja, o isolamento parece dificultar a reterritorialização, enquanto que a auto-organização e as relações sociomateriais de afetação mútua, parecem potencializá-la. Em outras palavras, é nos agenciamentos intersubjetivos e nas ensamblagens sociomateriais que parece emergir a possibilidade de criação de novos territórios de existência.

A experiência do Gold da Paz aparece como um exemplo de superação da dependência aos bancos e de certa autonomia econômica frente aos maridos, possibilitada pela auto-organização das mulheres. Percebe-se, neste caso, que as mulheres vão se apropriando de algumas das propostas sugeridas nas capacitações do projeto em questão, enquanto que, com o tempo, vão readaptando o fazer do grupo, deixando de lado algumas práticas que elas consideram pouco funcionais, e criando novidades a partir de suas

necessidades específicas, como é a ‘caixinha’ do título da terra. Assim sendo, as mulheres vão traçando, por meio de agenciamentos, suas próprias formas de materializar os projetos de desenvolvimento que chegam até elas.

Como relatado no capítulo, algumas das mulheres utilizam parte do dinheiro poupado no Gold da Paz para comprar material e equipamentos para outros arranjos, como no caso do beneficiamento das polpas de fruta. Vai ficando claro, assim, o modo como as mulheres entretecem seus mundos, ampliando seus espaços de manobra. Nota-se, então, uma mescla de estratégias dinâmicas e complexas nas distintas formas de auto-organização, considerando, por exemplo, que em algumas situações as mulheres compartilham espaços e equipamentos, enquanto em outras ocasiões deixam bem definidos os limites das trocas e do espaço-tempo de trabalho. Como resultado desse processo constante e dinâmico de reconfiguração, reinvenção e emaranhamento dos arranjos organizativos das mulheres, parecem emergir ensamblagens rizomáticas de elementos sociomateriais que configuram territórios de existência também dinâmicos, em constante devir.

Por último, de forma parecida com o caso de Navegantes, o trabalho no quintal parece diluir as fronteiras entre o trabalho produtivo e reprodutivo. Particularmente, a produção de alimentos de base ecológica nos quintais para o autoconsumo das famílias e para a comercialização de excedentes, evidencia, de forma mais clara, a mescla de práticas e materialidades que compõem o trabalho produtivo-reprodutivo das mulheres, em uma espécie de continuidade do tempo-espaço utilizado. O quintal parece se expandir e contrair, como dois movimentos de uma mesma pulsação. Apesar da valorização do caráter produtivo dos quintais, reivindicação importante provocada por pensadoras e ativistas feministas para o reconhecimento das mulheres rurais como trabalhadoras e sujeitos de direitos, lança-se aqui, a partir das contribuições das abordagens neomaterialistas, o desafio de apreendermos o espaço do quintal para além da dicotomia produção/reprodução da vida.

## 5 DA PESCA À AGRICULTURA: TATIANA E A COMUNIDADE LAGOA DE SALSA

Neste quinto capítulo da tese, o último que mostra os resultados da pesquisa multissituada, é apresentado o caso de Tatiana e o Grupo de Mulheres de Lagoa de Salsa, no município de Tibau.

O capítulo inicia com uma breve contextualização de Tibau, descrevendo, em seguida, os processos geradores de desterritorialização dos mundos de vida no município, particularmente envolvendo o rápido crescimento do turismo e a construção desordenada de segundas residências, a fruticultura irrigada e, mais recentemente, a expansão de parques eólicos no litoral da Costa Branca, incluindo Tibau.

Narra-se, logo, a criação do assentamento<sup>1</sup> Lagoa de Salsa e o conflito atual pela posse de terra, apontando como esse conflito tem sido agravado pela instalação de aerogeradores de energia eólica na região.

O capítulo segue contando a trajetória de vida de Tatiana, atravessada pela superação da violência de gênero. Detalha-se sua entrada na Rede, sendo ainda pescadora artesanal, por meio da participação na Cooperativa Tibauense de Pescado (Cootipesca), e mostram-se as profundas transformações em sua vida e nas relações sociomateriais estabelecidas com o território.

É por meio desta trajetória de vida que se chega ao Grupo de Mulheres de Lagoa de Salsa. Descrevem-se, então, a criação do grupo, as práticas situadas de base ecológica nos quintais e com animais de pequeno porte, e algumas experiências das mulheres no artesanato, na tentativa de chamar a atenção para as relações sociomateriais que compõem a vida dessas agricultoras.

O capítulo avança descrevendo a auto-organização das mulheres de Lagoa de Salsa para visibilizar o conflito fundiário e a violência de gênero, apontando como essa dupla violência afeta suas terras e seus corpos, e, por tanto, seus próprios territórios de existência.

Para finalizar, são ‘costuradas’ algumas considerações analíticas sobre o caso em questão.

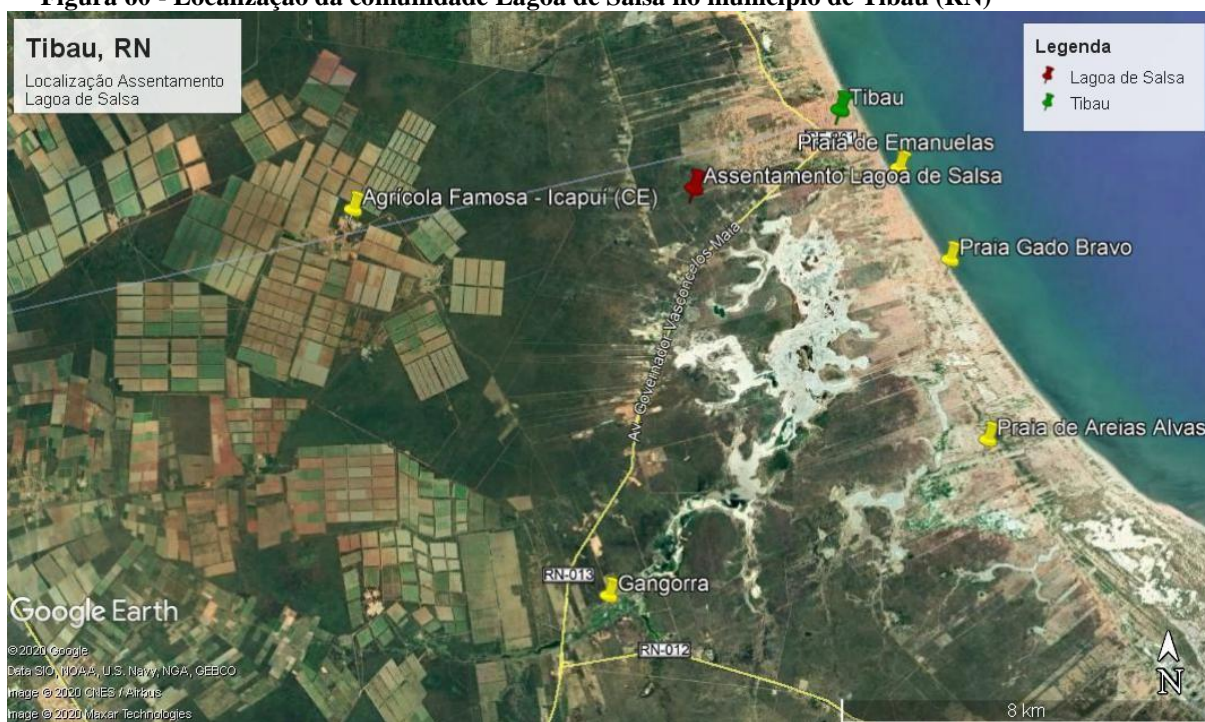
---

<sup>1</sup> Destaca-se, aqui, que Lagoa de Salsa é um *assentamento* de reforma agrária. Porém, neste capítulo, utiliza-se, maioritariamente, o termo *comunidade*, visto que esta é a forma como os assentados fazem referência ao local onde moram.

## 5.1 “A PRAIA DE MOSSORÓ”

A comunidade Lagoa de Salsa, onde mora a Tatiana e onde atua um dos grupos de mulheres da Rede Xique Xique, está localizado no quilômetro seis da rodovia RN-013 no município de Tibau<sup>2</sup> (Figura 60). Com uma área de 169,3 km<sup>2</sup> e uma população estimada de 4.140 habitantes (IBGE, 2010), Tibau faz divisa com os municípios cearenses de Icapuí ao norte e Aracati a oeste; Grossos e o oceano Atlântico ao leste; e Mossoró ao sul; compondo a chamada Costa Branca do litoral oeste potiguar. Junto com Grossos, Tibau é conhecido popularmente como “a praia de Mossoró”. Na época de veraneio<sup>3</sup>, o município atinge uma ocupação de mais de 50 mil pessoas, concentradas principalmente no núcleo urbano, assim como ao longo das praias de Emanuelas e Gado Bravo, que limitam com o município de Grossos (Figura 60).

**Figura 60 - Localização da comunidade Lagoa de Salsa no município de Tibau (RN)**



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Segundo o historiador Câmara Cascudo, o topônimo do município tem raiz tupi. Significa “*entre dois rios*”, pelo fato de Tibau estar localizado entre o rio Apodi-Mossoró, no

<sup>2</sup> O município de Tibau é chamado também de “*Tibau do Norte*” para diferenciá-lo de Tibau do Sul, localizado no litoral sul do Rio Grande do Norte.

<sup>3</sup> A época de veraneio faz referência, principalmente, aos meses de dezembro, janeiro e fevereiro.

estado potiguar, e o rio Jaguaribe, no Ceará (KOSTER, 1810). Essa área era habitada por etnias tupis, principalmente potiguaras, quando os colonizadores, primeiro os holandeses e logo os portugueses, ocuparam as terras no século XVII, iniciando a atividade salineira no estuário do rio Apodi-Mossoró e implantando as fazendas de gado na região<sup>4</sup>. A expansão da fronteira pecuária pelos portugueses em direção ao interior nordestino gerou conflitos no encontro com diversas etnias tapuias<sup>5</sup>, que resistiram frente ao domínio dos colonizadores. Esses conflitos, que se estenderam ao longo do sertão nordestino, da Bahia até o Maranhão, ficaram conhecidos como a Guerra dos Bárbaros (de 1650 a 1720), assim chamada pelos portugueses por considerarem os povos indígenas como “bárbaros e selvagens”.

Tibau, uma pequena vila de pescadores artesanais pertencia ao município de Areia Branca, portanto, parte do estado do Ceará, onde o principal foco era a atividade salineira. Foi só em 1920, que Tibau e Grossos passaram a ser, oficialmente, território potiguar, após disputas que ficaram conhecidas como a Questão de Grossos (COSTA, 2004)<sup>6</sup>. Tibau foi crescendo aos poucos, sendo reconhecido, primeiro, como distrito de Areia Branca em 1938, e logo como distrito de Grossos, em 1953 (IBGE, 2010). A partir de final da década de 1960, Tibau passou por um crescimento rápido e desordenado, com uma intensa ocupação do solo na faixa de praia e nas falésias, devido ao apelo turístico das paisagens e à construção de segundas residências para a população de Mossoró (FELIPE; ROSADO, 1980). Em 1995, foi desmembrado de Grossos e emancipado (Lei estadual nº 6.840, de 21 de dezembro de 1995).

## 5.2 TURISMO, AEROGERADORES E FRUTICULTURA IRRIGADA

Tibau é reconhecido atualmente pelas paisagens de praias, falésias e dunas, tendo o setor do turismo<sup>7</sup> como uma das principais atividades socioeconômicas. O município possui duas dinâmicas bem delimitadas ao longo do ano. Durante os três meses de veraneio, a população local gera renda por meio de atividades vinculadas ao turismo, seja no comércio incipiente, no aluguel de casas ou, ainda, na venda de peixe, marisco e artesanato, como as garrafas com areias coloridas e as rendas de labirinto<sup>8</sup> e bilro. No resto do ano, grande parte

---

<sup>4</sup> Mais detalhes sobre a história da atividade salineira e da expansão das fazendas de gado estão no capítulo 3 desta tese.

<sup>5</sup> O termo *tapuias*, que significa “bárbaros”, foi designado pelos portugueses para se referir, de forma generalizada, a diversas etnias que resistiram frente ao avanço dos pecuaristas, como os janduís, paiacus, caripus, icós, caratiús e cariris.

<sup>6</sup> Mais detalhes sobre a história da atividade salineira e da expansão das fazendas de gado estão no capítulo 3 desta tese.

<sup>7</sup> Além do “turismo ecológico”, destacam-se como atividades de lazer as práticas de surf e *kitesurf*.

<sup>8</sup> O labirinto é um artesanato de renda confeccionado pelas labirinteiras.

dos habitantes do município trabalha como empregado na fruticultura irrigada ou na construção civil, visto que a demanda por casas de veraneio continua crescendo (GOMES, 2013).

Tibau tem configurado seu núcleo urbano, nas últimas décadas, por meio da relação direta com o município de Mossoró e sua demanda por lazer. O crescimento de Tibau desde os anos 1960 ocorreu, em grande medida, a partir da instalação de inúmeras empresas nacionais e multinacionais de fruticultura irrigada, petróleo, sal, entre outras, em Mossoró, e o intenso processo de urbanização (ELIAS, 2008).

Nesse processo de expansão de Tibau, pelo aumento do turismo e da construção de casas de veraneio, os pescadores foram sendo deslocados gradualmente da linha de praia pela pressão imobiliária, passando a morar nas laterais da Estrada Mossoró (FELIPE; ROSADO, 1980), atual rodovia RN-013. Sem planejamento urbanístico prévio, o crescimento rápido de Tibau gerou transformações nos mundos de vida dos pescadores, assim como profundas modificações na paisagem. A especulação imobiliária, junto com a ausência de fiscalização eficiente por parte do poder público, provocou um processo de urbanização desorganizada, gerando diversos impactos na faixa de praia, nas falésias e nas dunas, como a descaracterização das paisagens, a erosão dos solos e o risco consequente de desabamento das casas e condomínios, o desmatamento, a liberação de esgoto direto nas praias, a destruição das encostas dos morros, entre outros (GOMES, 2013).

Esse processo de transformações sociomateriais do litoral tibauense tem sido intensificado, na última década, pela chegada de empresas de energia eólica<sup>9</sup> e a implementação de centenas de aerogeradores<sup>10</sup> ao longo da Costa Branca, litoral salineiro (Figura 61).

---

<sup>9</sup> A energia eólica é aquela criada a partir da ação do vento, fonte de energia renovável, sobre distintos tipos de cata-ventos, para o bombeamento de água, a geração de eletricidade ou a ação mecânica.

<sup>10</sup> Os aerogeradores são geradores elétricos integrados à estruturas de cata-ventos para a transformação da energia eólica em eletricidade.



**Figura 61 - Aerogeradores de energia eólica (Tibau)**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

O incentivo para a adoção desse modelo de geração de energia renovável no Brasil ocorreu por meio da política nacional de diversificação da matriz energética, na tentativa de reduzir a dependência da energia de base hidráulica<sup>11</sup> (OLIVEIRA; FERREIRA, 2019). A partir de 2009, inicia-se um processo acelerado de incentivo e investimento para a construção de parques eólicos, e o Brasil passa a ser, em somente dez anos, o nono maior produtor dessa energia renovável no mundo. Atualmente, a eólica é a segunda matriz energética do país na geração de eletricidade, tendo o Nordeste como a principal região de produção dessa energia. O Rio Grande do Norte é o estado que mais gera energia eólica<sup>12</sup>, e pelo seu potencial geomorfológico e climático, está sendo um dos principais focos de investimento para a expansão da *indústria dos ventos*, o novo ‘sonho’ de desenvolvimento para o estado. A Costa Branca tem sido uma das principais regiões de instalação de parques eólicos na última década, estando atualmente em plena expansão e sendo considerada “*a porta de entrada para o desenvolvimento no estado*”.

<sup>11</sup> O incentivo para a adoção de fontes de energia eólicas inicia lentamente, em 2002, por meio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas (PROINFA), mas só ganha força a partir de 2009.

<sup>12</sup> O Rio Grande do Norte possui cerca de dois mil aerogeradores distribuídos em 151 parques eólicos, com uma capacidade de geração de energia eólica de pouco mais de quatro mil MW (megawatts) (MARINS, 2019).

No entanto, esse processo tem gerado uma série de efeitos inesperados, como a geração de conflitos pelo arrendamento e posse de terras; a privatização de áreas comunitárias; a modificação de solos e paisagens; a alteração de fluxos da maré; interferências eletromagnéticas; a desvalorização imobiliária de propriedades vizinhas aos parques; problemas de saúde de moradores pelo ruído de baixa frequência dos aerogeradores; interferência nos voos migratórios de aves, entre outros.

A expansão da energia eólica na Costa Branca está sendo apresentada também como forma de reduzir os altos custos com eletricidade destinada à fruticultura irrigada, à indústria salineira e à criação de camarão, possibilitando assim o aumento da produtividade e lucratividade desses projetos de desenvolvimento na região.

Em Tibau, especificamente, a fruticultura irrigada é o segundo maior setor, depois do turismo, que movimenta a economia do município, destacando-se a produção de melão, melancia e caju. Também, tem a segunda maior produção de melão do Brasil, depois de Mossoró, tendo produzido 62 mil toneladas da fruta em 2.200 hectares de plantação durante o ano de 2019 (IBGE, 2010). Próximo à comunidade Lagoa de Salsa, na divisa entre Ceará e o Rio Grande do Norte, localiza-se uma das maiores empresas de produção de melão e melancia para o mercado nacional e para exportação: a Agrícola Famosa (Figura 60). Fundada em 1995, a empresa, que possui diversas unidades na região oeste potiguar e no Ceará, contrata cerca de dois mil moradores de Tibau e municípios vizinhos, como Icapuí, Grossos e Mossoró, para trabalharem na produção de frutas desta unidade.

Muitos dos pescadores de Tibau que encontraram dificuldades para a sobrevivência, principalmente, devido à crise de sobrepesca e à pressão imobiliária na faixa de praia, passaram a ser empregados da Agrícola Famosa, trabalhando nos extensos cultivos de melão e melancia (GOMES, 2013).

### 5.3 COMUNIDADE LAGOA DE SALSA: CONFLITO PELA POSSE DE TERRA

A comunidade Lagoa de Salsa é um assentamento de reforma agrária<sup>13</sup> localizado entre a rodovia RN-013 e a divisa com o Ceará, próximo ao núcleo urbano de Tibau (Figura 60). No assentamento, moram mais de oitenta famílias que plantam e criam animais há vinte anos, e junto com as comunidades Vila Nova 1, em Tibau, e Vila Nova 2, no município vizinho de Icapuí, no Ceará, somam 250 famílias assentadas na área de uma mesma fazenda.

---

<sup>13</sup> Mais detalhes sobre o processo histórico de reforma agrária se encontram no capítulo anterior.

A ocupação das terras iniciou em 1996, tendo o sogro da Tatiana, seu Gercino, como principal liderança do processo de ocupação e consolidação dos assentamentos nessa antiga fazenda. O Novinho, companheiro da Tatiana e filho de seu Gercino, foi padre da Diocese de Mossoró nos anos de 1990 e se envolveu, em 1996, na ocupação das terras junto com seu pai, ambos integrantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT)<sup>14</sup>.

Durante os primeiros anos da ocupação da área da fazenda, que foi realizada em conjunto com o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST)<sup>15</sup>, os posseiros sofreram dois despejos, acampando à beira da estrada por alguns meses e ocupando novamente as terras. Após o segundo despejo, houve uma divisão interna, e os que permaneceram na ocupação optaram por se desvincular do MST. Em 2002, houve a consolidação do assentamento, porém, ainda sem a concessão dos títulos de terra. Assessorados pelo próprio advogado, os posseiros criaram nesse ano a Associação dos Agricultores Familiares de Lagoa de Salsa, com registro jurídico. Tempo depois, foi criada a Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável de Vila Nova, para facilitar a organização social das famílias que moravam relativamente afastadas do núcleo da comunidade Lagoa de Salsa.

Em 2005, por meio de convocação pública para apresentação de título de propriedade da fazenda, o INCRA confirmou que as terras ocupadas não tinham documentação, correspondendo a uma área acima de seis mil hectares. A partir da validação do INCRA, a antiga SEARA iniciou o processo de georreferenciamento da área, concedendo, em 2006, os títulos de terra aos novos moradores.

Alguns anos depois, um empresário, conhecido por Nóbrega, entrou com uma ação de reintegração de posse da terra, alegando ser o dono de uma área de 600 hectares onde as famílias moravam. Em 2013, os moradores tiveram seus títulos de terra cancelados e receberam uma ordem de despejo. Para evitar serem expulsas da terra, as famílias se organizaram e fecharam a estrada Tibau-Mossoró. O despejo foi cancelado naquela época, mas o pedido de Nóbrega continuou ativo. Em 2015, a juíza da Comarca de Areia Branca concedeu a reintegração de posse ao suposto dono, determinando o prazo de um mês para as famílias saírem das terras e passarem a morar em uma área reduzida.

Com isso, as comunidades Lagoa de Salsa e Vila Nova se reuniram com o então secretário da SEARA, na tentativa de encontrar uma solução para não serem expulsos das

---

<sup>14</sup> A CPT é um órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que visa promover, desde 1975, a organização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

<sup>15</sup> O MST é um movimento de organização social dos trabalhadores e trabalhadoras do campo na luta por reforma agrária no Brasil desde a década de 1980.

terras. Articularam-se também com a CPT, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte (FETARN) e o STTR de Tibau, para a concretização de uma audiência pública na Câmara Municipal de Tibau. No mesmo dia da audiência, um pouco antes, realizaram um protesto público, fechando a rodovia estadual RN-013, inaugurada no mesmo ano, visando chamar a atenção da imprensa e da opinião pública (Figura 62).

**Figura 62 - Protesto com fechamento da rodovia RN-013 pelas comunidades Lagoa de Salsa e Vila Nova (Tibau)**



Fonte: Tibau (2015).

Frente à ausência da garantia do direito de defesa no processo de reintegração de posse, as comunidades entraram com recurso de apelação, com o apoio da assessoria jurídica da prefeitura de Tibau. O pedido de suspensão de reintegração de posse passou então à segunda instância, sendo encaminhado para avaliação pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJ/RN). O Estado potiguar passou a participar do caso como terceiro interessado, sendo que, pela certidão imobiliária, o domínio dos imóveis continua sendo dele. Um dos argumentos jurídicos do Estado à favor da suspensão de reintegração de posse, é o risco de aumento da insegurança jurídica, devido à possível venda das terras pelo empresário, visto o envolvimento dos governos municipal, estadual e federal, na implementação de projetos na área em questão, como a instalação de energia elétrica, a construção de cisternas e poços artesianos, a abertura de estradas, entre outros (GIOVANNI, 2015). O empresário, que afirma ser o dono da terra, entrou com processo judicial também contra o Estado, solicitando a cobrança de uma multa alta pelo tempo que não conseguiu usar as terras.

Em 2018, a SEARA entregou à noventa famílias de Lagoa de Salsa e Vila Nova, o memorial descritivo e as plantas das glebas das terras dessas famílias, visando auxiliá-las no processo judicial em andamento para garantir a posse das terras (BRASIL, 2018). O processo permanece em segunda instância, ainda aguardando para ser avaliado pelo TJ/RN. Enquanto isso, as famílias continuam morando nas terras, plantando e criando animais, mas com a

incerteza de serem despejados de suas casas no futuro. Por esse motivo, o principal foco de atuação das comunidades Lagoa de Salsa e Vila Nova tem sido a articulação política com entidades parceiras, de modo a se fortalecer e buscar soluções possíveis de forma conjunta.

### **5.3.1 “Estamos ficando cercados pelos parques eólicos”: o conflito fundiário e os “bons ventos”**

O conflito fundiário nas comunidades de Lagoa de Salsa e Vila Nova tem sido agravado pela expansão de parques eólicos na região. As empresas de energia eólica arrendam terras para a instalação dos aerogeradores. Esse procedimento tem sido apresentado como “*a salvação para a região*”, pela geração de empregos e, particularmente, pelo arrendamento de terras aos produtores rurais, que agora passam a “*ganhar dinheiro com os bons ventos*”. Os contratos de arrendamento, que podem ser de até de trinta anos, são realizados pelas empresas diretamente com os proprietários das terras. O valor pago mensalmente pelo uso da terra para cada aerogerador<sup>16</sup> varia segundo a empresa e a produção de energia, girando em torno dos mil reais.

Apesar da aparente geração de empregos e do valor pago aos produtores rurais pelo arrendamento de terras, a instalação de parques eólicos tem provocado uma série de contradições e conflitos socioambientais em muitas localidades do Rio Grande do Norte. Além dos impactos ambientais e as transformações na paisagem, a expansão dos parques eólicos tem agravado a disputa pela posse de terra e tem modificado a dinâmica territorial das comunidades onde são instalados os aerogeradores (OLIVEIRA; FERREIRA, 2019).

Por um lado, a geração de emprego e renda dos municípios, prometida pelas empresas de energia eólica, mostra-se limitada praticamente à fase inicial de implementação dos parques, com contratação de mão de obra principalmente para a construção civil. Instalados os aerogeradores, a operação e manutenção dos parques são realizadas majoritariamente por mão de obra qualificada, muitas vezes proveniente de outros municípios ou estados (ZANFERDINI, 2016). Da mesma forma, a arrecadação de impostos municipais acontece somente durante a fase de construção, visto que na operação dos parques eólicos o tributo é estadual (COSTA, 2016). O dinamismo da economia dos municípios no comércio e serviços se também se restringe ao período de construção dos parques, pela demanda dos trabalhadores, reduzindo as contratações depois de finalizadas as obras. Sendo assim, e

---

<sup>16</sup> As pás dos aerogeradores têm aproximadamente 45 metros de comprimento, e cada torre tem uma altura de 100 metros em média.

considerando ainda que muitas das empresas instaladas são de outros estados e países, a promessa de crescimento econômico para a região não se sustenta (OLIVEIRA; FERREIRA, 2019).

Por outro lado, a instalação de usinas de energia eólica tem gerado profundas transformações na relação das comunidades com seus territórios, pela construção de novas estradas e a delimitação de áreas cercadas, dificultando a utilização de espaços considerados de livre acesso pelas comunidades e que eram usados para a plantação e a criação de animais (HOFSTAETTER, 2016). Em determinadas áreas rurais, particularmente em alguns assentamentos, a chegada de empresas de energia eólica e o oferecimento para arrendar parte dos lotes têm intensificado a disputa pela posse de terra e têm provocado novos conflitos internos nos assentamentos, como no caso do município de Rio do Fogo (FERRAZ; ROZENDO; BASTOS, 2014).

Nas comunidades Lagoa de Salsa e Vila Nova, existe, há uma década, uma arena de negociação e disputa permanente, entre assentados e empresas de energia eólica, pelo arrendamento de terras. Algumas áreas já foram arrendadas, tendo sido construídas as torres eólicas. Segundo a Tatiana, que é a atual presidente da Associação dos Agricultores Familiares da Lagoa de Salsa, o problema não é a “*energia limpa*” em si, mas a forma como as empresas chegam e negociam com as comunidades. No caso de Lagoa de Salsa e Vila Nova, as empresas não têm procurado os representantes das comunidades, costumam negociar diretamente com as famílias ou com pequenos grupos, realizando cadastros e contratos individuais. Isso tem gerado fragmentações e conflitos internos, sendo que a implementação de torres eólicas afeta a vida nas comunidades, produzindo transformações sociomateriais nos territórios. Na medida em que as empresas conseguem arrendar uma área, insistem em conseguir outros terrenos vizinhos, seja para a construção de mais torres, ou para a instalação de cabos subterrâneos que levam a energia até as subestações. Quando alguns assentados arrendam parte do lote, por vezes sem avisar, e os vizinhos não querem fazer o mesmo, isso termina gerando certos desentendimentos e desconfianças entre eles.

Segundo a Tatiana, algumas dessas empresas não repassam com clareza, durante as negociações com os possíveis arrendadores, todos os detalhes dos projetos de implementação de aerogeradores, fazendo com que os proprietários das terras aceitem, o arrendamento sem ter o profundo entendimento das cláusulas dos contratos e suas implicações. Além disso, uma das contradições geradas pela instalação de parques eólicos é que os donos das terras não se beneficiam com a energia renovável, que é mais econômica. A energia produzida nas

propriedades é levada para outras regiões do estado e do país por meio de redes de transmissão, que distribuem a energia para concessionárias, sendo utilizada para outros fins que não os de abastecer as próprias comunidades. Assim, as famílias que arrendam as terras para tais empresas, continuam dependendo do abastecimento de energia proveniente de hidroelétricas, muito mais cara.

O acesso à energia elétrica mais econômica é fator chave para potencializar a produção agrícola e a criação de animais, tanto para o autoconsumo das famílias, como para a geração de renda, por exemplo, em função da alta demanda por eletricidade para o bombeamento da água estocada nas cisternas. Frente a tudo isso, algumas famílias têm optado por “*não querer se reunir com as empresas, não querer participar*”. De certa forma, este ‘não querer’ é uma relevante expressão da agência (humana).

Concluindo, além da expansão do núcleo urbano de Tibau, com uma intensa pressão imobiliária, e das terras vizinhas à Lagoa de Salsa e Vila Nova, utilizadas para a fruticultura irrigada, a Tatiana afirma que estão “*ficando cercados pelos parques eólicos*”. E ainda, uma área na comunidade Lagoa de Salsa está sendo utilizada para destinação de resíduos domiciliares, a céu aberto, do município de Tibau, gerando impactos na vida cotidiana dos assentados vizinhos ao terreno. A disputa pela posse da terra, então, envolvendo o empresário que diz ser o dono da área, encontra-se profundamente acirrada e complexificada pela potencialidade de usos do solo e pela entrada de novos atores sociais, como as empresas de energia eólica interessadas no arrendamento das terras.

#### 5.4 CORPO E FALA PARA SUPERAR O MEDO E A VIOLÊNCIA

*A véia debaixo da cama, a véia criava um rato.  
Na noite que se danava, o rato chiava e a véia dizia:  
“Ai meu Deus se acaba tudo, tanto bem que eu te queria”[...]  
A véia debaixo da cama, a véia criava um bode.  
Na noite que se danava, o rato chiava, o gato miava,  
o cachorro latia, o macaco pulava,  
o porco fuçava, o bode berrava e a véia dizia:  
“Ai meu Deus se acabou tudo, tanto bem que eu te queria”.<sup>17</sup>*

A Tatiana canta essa música enquanto passa a vassoura na casa. Sorrindo, conta que a casa dela é igual a de “*A velha debaixo da cama*”: “*cheia de bicharedo*”. Além dos animais

---

<sup>17</sup> Trecho da música intitulada “*A velha debaixo da cama*”, do cantor e compositor Geraldo Nunes.

de criação no quintal, têm filhotes de cachorro, de gato, pintinhos e até uma cabra doméstica que vive ali na casa (ela passa por entre nossas pernas enquanto conversamos).

A Tatiana, hoje, é agricultora, mas foi pescadora quase a vida toda. Nasceu em Guamaré, e passou sua infância em Macau, ambos municípios da Costa Branca. Filha de pescadores, ela costumava andar nas embarcações desde criança para “*pegar peixe*”. Casou-se com catorze anos e teve três filhas com seu marido. Moravam em Porto do Mangue, também litoral da Costa Branca, quando iniciou a violência doméstica. Quando o marido bebia, batia nela. No dia seguinte, pedia perdão, e o ciclo de violência começava novamente. Ela conta que tinha medo, mas se submetia a esta situação, como acontece com muitas mulheres pescadoras. Porém, narra que: “*Certo dia, meia-noite, na praia, ele me perseguiu, me deixou nua e me espancou. Na briga, eu consegui cravar uma faca na perna dele e fugir. Ou não estaria viva pra contar*” (CF8, 2017b).

A Tatiana chegou a Tibau em 1995, em plena fase de emancipação do município: “*Eu digo que cheguei em Tibau na época que eu fugi [...] na época de desespero mesmo [...] não tive outra opção, ou fugia ou morria*” (CANAL SAÚDE OFICIAL, 2016). Mudou de nome por medo de perseguição, continuou trabalhando como pescadora para manter as três crianças. Em 1999, após ter participado de um curso de processamento de pescado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), começou a trabalhar com outras mulheres na recém-criada Cootipesca, beneficiando peixe para garantir o sustento. A partir de então, as mulheres da cooperativa começaram a acessar gradualmente a projetos e formações com distintas entidades parceiras, consolidando também uma sede própria para a realização do processamento de pescado em Tibau (Figura 63).



**Figura 63 - Tatiana na pesca (a) e no processamento de pescado (b); sede da Cootipesca (Tibau)**



Fonte: Canal Saúde Oficial (2016).

Nessa época, Tatiana tinha tentado uma nova relação, com outro pescador, com o qual viria a sofrer violência doméstica novamente. O homem não queria que ela participasse do grupo de mulheres da cooperativa. Repetia-se a situação, ele ficava alcoolizado e violento. Por um tempo, ela participou às escondidas da Cootipesca. Foi então que, em 2009, o grupo se integrou à Rede Xique Xique, de forma a ampliar a comercialização do pescado processado.

Ela conta que, quando começou a participar da Rede Xique Xique, e também passou a atuar junto ao CF8 e à MMM, tinha muito medo e vergonha. Recorda como, nos primeiros encontros, chorava até quando perguntavam o nome dela. Não conseguia falar, tinha medo até de dizer seu próprio nome. No entanto, aos poucos, ouvindo outras mulheres falarem de suas trajetórias de vida, também sofridas, e percebendo que elas tinham conseguido superar as dificuldades, foi tomando coragem: “[...] foi nesse movimento que fui me reconhecendo, assumindo minha identidade, fui perdendo o medo e ganhando autoestima” (CF8, 2017b). Decidiu, então, se separar do pescador e voltou a usar seu nome verdadeiro.

Segundo Tatiana, a participação e o envolvimento na Rede Xique Xique, o CF8 e a MMM transformaram a vida dela. Começou a valorizar-se como mulher e a compreender a si mesma como um sujeito de direitos, passando a exigir reconhecimento pelo seu trabalho. Por meio da participação na Rede, teve a possibilidade, além de comercializar os pescados, de construir também uma base de conhecimentos sobre as políticas públicas, por exemplo.

Segundo ela, a Rede é como uma *roda-viva*, tendo pessoas que entram e saem, enquanto outras permanecem. Geralmente, a motivação inicial das mulheres ao se engajarem na Rede é ter oportunidade de comercializar seus produtos e conseguir uma renda para a família. Entretanto, algumas das mulheres que acessam a Rede também transformam profundamente e ressignificam suas vidas, como no caso da Tatiana.

Em 2011, ainda trabalhando na Cootipesca, a Tatiana se envolveu na criação de uma feira de agricultura familiar em Tibau, por meio de um projeto de incentivo de feiras locais, promovido pela Rede Xique Xique, com apoio do CF8, e financiado pelo CNPq. A feira, que aconteceu até 2016, estava localizada no início da rodovia RN-013, na entrada da cidade. Com algumas poucas bancas, eram comercializados produtos das comunidades rurais de Tibau. Foi no início da criação da feira que a Tatiana e o Novinho, seu atual companheiro, começaram a se aproximar.

Para oferecer uma feira de agricultura familiar com produtos diversificados, a Tatiana teve que visitar, por meio do projeto, diversas comunidades e se articular com as famílias, de modo a organizar a distribuição dos produtos e as formas de pagamento. Como ela era pescadora e não conhecia pessoalmente a maior parte dos agricultores e agricultoras do município, pediu ao Novinho, que abastecia a feira com carne, para acompanhá-la nas visitas e apresentá-la às famílias. Rindo, os dois lembram essa época em que começaram a se relacionar. A Tatiana dirigia a moto, e o Novinho andava com ela atrás, mostrando o caminho. Um tempo depois, já juntos, ela foi morar na comunidade Lagoa de Salsa, nas terras que ele e seu pai tinham ocupado em 1996. A Tatiana permaneceu trabalhando na feira semanalmente. Ao mesmo tempo, seguiu no beneficiamento de pescado na Cootipesca, se deslocando de moto diariamente até a sede da cooperativa, na cidade. Aos poucos, como responsável pelo núcleo da Rede Xique Xique em Tibau e como militante da MMM, passou a liderar também a organização de mulheres na comunidade.

Em 2014, a Cootipesca integrou a campanha “*Oba! Hoje tem peixe na escola*”, que fazia parte de um dos projetos do CF8, conhecido como *Mulheres do Quintal ao Mar*, financiado pela UE (Figura 64) (CF8, 2014a). Por meio dessa campanha, a cooperativa passou a abastecer a alimentação escolar do município de Tibau com pescado processado, como almôndegas, croquetes, salsichas, linguças e coxinhas de peixe.

**Figura 64 - Cartaz de divulgação da campanha de alimentação escolar (a); pescadoras artesanais da Cootipesca (b) (Tibau)**



Fonte: CF8 (2014a).

A Cootipesca fechou em 2015, devido a algumas dificuldades em manter a estrutura para o processamento do pescado. Nesse mesmo ano, terminou também o projeto de incentivo das feiras financiado pelo CNPq. Dentre outros aspectos, a participação na feira dependia do recurso que viabilizava o transporte dos produtos até o local da feira. Durante o seguinte ano, a prefeitura de Tibau auxiliou com recursos para o combustível, de forma a garantir o transporte dos produtos. Porém, quando finalizou esse apoio, a permanência da feira ficou inviável, terminando, assim, suas atividades. No entanto, além da limitação do recurso de transporte, a Tatiana aponta outros dois entraves que levaram ao fechamento da feira. Por um lado, existia a dificuldade de alcançar uma produção suficiente durante o verão, diminuindo a disponibilidade de produtos para a comercialização. A falta de água da chuva limitava a produção, os reservatórios se limitavam apenas a fornecer água para o consumo das famílias nessa época do ano. Por outro lado, ela avalia que contribuiu para o fim da feira também uma situação pessoal. Tatiana conta que acabou sentindo-se sobrecarregada com o trabalho da feira, visto que as outras pessoas não se envolviam suficientemente na organização, e ela tinha que dar conta das demandas praticamente sozinha. Essa situação terminou afetando sua família, porque chegava cansada e estressada, comprometendo as relações familiares. Quando percebeu a situação, desanimou de continuar participando.

Após o fechamento da Cootipesca e da feira de agricultura familiar, Tatiana passou a focar seu trabalho de produção de alimentos no quintal da casa, especialmente com animais de pequeno porte. Esta foi uma transformação importante, passando de uma vida em torno do peixe e do mar, a se sentir, aos poucos, agricultora. Concomitantemente, ela assumiu uma das coordenações gerais da Rede Xique Xique, envolvendo-se cada vez mais com projetos, encontros, formações e articulações com diversas entidades parceiras, viajando para outros municípios e estados.

Rindo, lembra-se da primeira vez que andou de avião e que falou em público. Foi em 2013, quando ainda trabalhava na Cootipesca e na feira de Tibau. Foi convidada a participar, como representante da Rede Xique Xique, de um seminário sobre gênero e agroecologia em uma universidade de São Paulo. Neneide, que normalmente atendia a estes compromissos em nome da Rede, não podia ir, então, pediu que Tatiana a substituísse. Ela foi tranquila, pensando que ela iria somente assistir o seminário. Quando chegou a hora, descobriu que ela era uma das palestrantes convidadas. O auditório da universidade estava lotado de acadêmicos. Ela conta que “*gelou, bateu uma febre*” e se perguntou: “*o quê que eu estou fazendo aqui?*”. Mas logo sentiu confiança, ao perceber que ela ia falar desde sua própria experiência de vida, e que provavelmente tinha mais conhecimento pela prática do que muitos dos acadêmicos presentes no auditório. Começou, então, a falar. “*Baixei o cacete*” e “*virei um radinho*”; “*eu estava em outro mundo, não era eu quem falava*”. Essa foi a primeira, de muitas outras vezes, que a Tatiana segurou o microfone para falar em um ato público (Figura 65).

**Figura 65 - Tatiana falando no microfone no Encontro de Saberes da Chapada do Apodi (a) e na Conferência Municipal de Assistência Social na Câmara dos Vereadores de Tibau (b)**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

Em outra ocasião, viajou para participar de um evento de três dias com a Rede Ecovida de Agroecologia<sup>18</sup> no município de Torres, no Rio Grande do Sul. Após o evento, os responsáveis pediram para ela ficar mais um dia para compartilhar a experiência da Rede Xique Xique na assembleia dos associados das cooperativas da região. No dia seguinte, a sala estava lotada. Tinha em torno de duzentos homens. Só tinha uma mulher, sentada do lado do marido. A Tatiana iniciou sua fala perguntando: “*cadê as mulheres?*”. Problematizou a

<sup>18</sup> A Rede Ecovida de Agroecologia, fundada em 1998, é uma rede de produtores e consumidores de produtos orgânicos com certificação participativa, organizados em núcleos regionais que agregam grupos informais, associações e cooperativas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

invisibilidade destas no trabalho das cooperativas e sua ausência nos espaços públicos deliberativos, enfatizando a presença e o protagonismo das mulheres na COOPERXIQUE<sup>19</sup>. Cada participação da Tatiana em eventos, reuniões, encontros, feiras e marchas tem lhe dado mais coragem para enfrentar seus medos. Como ela descreve:

[...] Quando a gente perde o medo, a gente consegue perceber que a vida é muito além daquilo que a gente pensa [...] hoje, como mulher eu me sinto uma pessoa forte, superada de preconceitos, superada de violência, e com força para enfrentar muitas coisas que vem pela vida (CANAL SAÚDE OFICIAL, 2016).

**Figura 66 - Tatiana trabalhando na Feicoop (Santa Maria/RS) (a); na feira do IFRN (b) e na sede da Rede Xique Xique (c) (d) (Mossoró/RN)**



Fonte: elaborado pela autora (2018, 2019).

A Tatiana expandiu gradualmente sua atuação e seus espaços de manobra, passando a trabalhar semanalmente nas feiras da Rede Xique Xique em Mossoró (na sede da Rede e no Campus Mossoró do IFRN); participando de feiras e eventos estaduais, nacionais e internacionais de economia solidária, como a Feira Internacional de Cooperativismo (Feicoop)<sup>20</sup> no município de Santa Maria, no Rio Grande do Sul (Figura 66); organizando ações regionais da MMM e articulando os grupos de mulheres de Tibau para a Marcha das

<sup>19</sup> Segundo os responsáveis do evento, na seguinte assembleia aumentou de forma considerável a presença e a participação das mulheres cooperativadas.

<sup>20</sup> A Feicoop é uma “[...] proposta coletiva que reúne trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, empreendimentos, fóruns, redes e consumidores/as, movimentos sociais, pastorais, diferentes denominações religiosas, entidades da sociedade civil, instituições públicas e privadas [...] se contrapõe às formas de exploração engendradas no modo de produção capitalista” (FEICOOP, 2020).

Margaridas<sup>21</sup> em Brasília; integrando, como representante da Rede, o GT Mulheres da ANA, e participando de diversas Caravanas Agroecológicas<sup>22</sup>, Encontros Nacionais de Agroecologia (ENAs)<sup>23</sup>, e Congressos Brasileiros de Agroecologia (CBAs)<sup>24</sup>, entre outros.

No município, além de ser a articuladora do Núcleo de Tibau da Rede e a atual presidenta da Associação dos Agricultores Familiares de Lagoa de Salsa, participa ativamente de alguns Conselhos Municipais, defendendo os direitos das mulheres e das comunidades rurais nas Conferências Municipais<sup>25</sup> de Tibau.

## 5.5 GRUPO DE MULHERES DE LAGOA DE SALSA

As mulheres de Lagoa de Salsa começaram a se organizar como núcleo da Rede Xique Xique a partir de 2011, durante o processo de criação da feira de agricultura familiar de Tibau. Constituíram, informalmente, o Grupo de Mulheres de Lagoa de Salsa, que foi acolhido pela associação da comunidade. As hortaliças, frutas, ovos, carne, entre outros, eram produzidos por cada família, separadamente, mas a comercialização nas bancas era conjunta. Após o término da feira, permaneceram se organizando para buscar formas de comercializar os produtos. Começaram, então, a vendê-los na feira semanal na sede da Rede Xique Xique em Mossoró.

O transporte dos alimentos foi um dos grandes desafios, da mesma forma que aconteceu com a feira de Tibau. Por isso, a necessidade de se organizarem para vender os produtos em conjunto, visto que, pelas circunstâncias limitantes de veículo e recursos para se deslocar até o município vizinho, a comercialização individual seria inviável. Como a Tatiana integrava a coordenação da Rede e precisava ir para Mossoró, uma a duas vezes por semana,

---

<sup>21</sup> A *Marcha das Margaridas* é um evento que reúne mulheres trabalhadoras rurais, a cada quatro anos, em Brasília, para a reivindicação pública das pautas de suas organizações e movimentos. O evento acontece desde 2000, e é organizado pela Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (Contag).

<sup>22</sup> As Caravanas Agroecológicas são encontros regionais de troca de experiências para o fortalecimento de redes de agroecologia, geralmente prévios aos ENAs.

<sup>23</sup> Os ENAs são “[...] oportunidades para a realização de balanços e sínteses coletivas sobre os avanços e desafios do campo agroecológico brasileiro [...] têm exercido papel determinante na afirmação política dos diversificados segmentos da sociedade identificados com a alternativa agroecológica” (ANA, [2016?]).

<sup>24</sup> Os CBAs são “[...] espaços de diálogo entre os conhecimentos científicos e práticos para a valorização da agroecologia. Desde 2003, os congressos são realizados com participação ampla de instituições de ensino, pesquisa e extensão e a sociedade civil organizada envolvida com as demandas da agricultura familiar e produção agroecológica” (CBA, [2016?]).

<sup>25</sup> As Conferências Municipais são espaços de participação ativa da sociedade civil na criação de políticas públicas para temáticas específicas.

para cumprir seus compromissos e participar de atividades (dentre as quais a própria feira), ela passou a levar, então, os produtos até a cidade.

Essa organização do grupo de mulheres para a comercialização na feira de Mossoró acontece até os dias de hoje. O deslocamento, pago pelos projetos em andamento da Rede, se dá em ônibus de linha. Entre as quintas-feiras de tarde e as sextas-feiras de madrugada, as mulheres levam os produtos, a pé ou de moto, até a casa da Tatiana, que está localizada na beira da rodovia RN-013, onde passa o ônibus. Nesse momento, pesam os produtos em uma balança e registram os valores em um caderno. Aproveitam, também, para acertar os pagamentos dos produtos vendidos na semana anterior, caso não tenham feito isso anteriormente. Quando o ônibus de linha para na estrada, ainda de madrugada, Tatiana coloca os sacos de alimentos no bagageiro e se desloca até Mossoró. Trabalha na feira desde cedo, acolhendo os agricultores e agricultoras que trazem produtos de outras comunidades e municípios, preparando também as cestas de alimentos a partir dos pedidos realizados naquela semana pelo *WhatsApp* no grupo de consumidores e consumidoras da Rede (Figura 67).

**Figura 67 - Feira com alimentos expostos (a) e cesta de pedidos (b) na sede da Rede Xique Xique (Mossoró)**



Fonte: elaborado pela autora (2018, 2019).

Atualmente, o grupo de Lagoa de Salsa envolve um número amplo de mulheres, articulando e organizando diversas atividades com entidades parceiras, como formações, marchas e encontros. Porém, o número de mulheres que continua comercializando produtos na feira de Mossoró é instável, em função da constante incerteza com relação à posse da terra (como mencionado no início deste capítulo), da situação particular de cada família, e das limitações na própria produção.

Além da ausência de chuva no verão, necessária para a produção, as famílias de Lagoa de Salsa, assim como as de Vila Nova, têm precisado enfrentar as dificuldades geradas pelo aumento de salinização do solo e das águas subterrâneas. No semiárido é comum a alta

concentração de sais minerais no solo, devido às características químico-físicas dos solos e à elevada evaporação da água pela ação intensa do sol, somando-se a isto a ausência de chuvas. Esse processo, que gera infertilidade do solo e desertificação, encontra-se agravado nas comunidades de Lagoa de Salsa e Vila Nova, em função da degradação do solo pela prática intensiva de fruticultura irrigada, presente nas terras vizinhas. Ainda, os poços usados para irrigar as áreas de plantação de frutas promovem uma extração excessiva de água do lençol freático. Por se encontrarem em uma área costeira, na medida em que extraem água com poços profundos, mais entram para o subsolo as águas marinhas, que possuem grande concentração de sais. Com isto, essas águas penetram cada vez mais profundamente no lençol freático, gerando, assim, maior salinização das águas subterrâneas e do solo.

Essa degradação do solo tem gerado limitações para a produção em determinadas áreas. Além disso, nas comunidades de Lagoa de Salsa e Vila Nova, as pessoas identificam três tipos de solo, o arisco, a argila e a terra vermelha, com distintas composições e diferentes potencialidades de uso para a produção, complexificando, assim, a situação das famílias que dependem da qualidade do solo para produzir alimentos. Algumas poucas famílias, inclusive, têm mudado de lote dentro das comunidades, devido, justamente, à dificuldade de produção no local onde se encontravam.

Esse é o caso da família da Rita, uma das mulheres do grupo que permanece comercializando produtos na feira da Rede Xique Xique. Poucos anos atrás, a família decidiu trocar de lote, indo morar perto da casa da Tatiana, do outro lado da rodovia. A Rita implantou, então, uma horta no quintal da nova casa, onde planta, principalmente, coentro, cebolinha, macaxeira e pimentão, para o consumo da família e para a comercialização na Rede. Também, tem pés de banana, manga e mamão, e mais recentemente plantou abacate, graviola e acerola. As frutas são alimento para a família, no entanto, o excedente é comercializado na feira em Mossoró. O quintal está cheio de plantas medicinais, que a Rita usa em forma de chá para ela e para a família: tem três tipos de hortelã, dois tipos de malva, manjeriço, erva cidreira, boldo, anador (ou chambá), entre outras. Para potencializar a fertilidade do solo, ela utiliza diversas plantas forrageiras, espalhadas pelo quintal, aplicando também um biofertilizante caseiro, que aprendeu a preparar em uma das trocas de experiências com outros grupos de mulheres (Figura 68).



**Figura 68 - Horta (a) (b), biofertilizante (c) (d), árvore frutífera (e) e planta medicinal no quintal da Rita, em Lagoa de Salsa (Tibau)**



Fonte: elaborado pela autora (2018, 2019).

Conheci a horta da Rita em 2018. No ano seguinte, quando volto a visitá-la, percebo que a horta estava em outro lugar. Na presença do marido, explica que mudou a horta porque a qualidade do solo no espaço anterior era ruim. Porém, quando ficamos somente entre mulheres, a Rita reclama que a mudança aconteceu porque o marido ocupou o espaço de sua horta para plantar capim (pasto) para o gado (Figura 69).

Ainda, mais recentemente, enquanto ela participava, pela primeira vez, da Marcha das Margaridas em Brasília, o marido vendeu as cabeças de gado sem a consultar. Abrindo os braços e com um sorriso no rosto, a Rita diz que quer ir a todas as Marchas, que não quer perder nenhuma, ela diz: *“na Marcha me senti livre”*.

**Figura 69 - Antiga horta da Rita com capim plantado (a); nova horta com macaxeira (b), coentro(c) e árvores frutíferas (d) em Lagoa de Salsa (Tibau)**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

Além da horta e das árvores frutíferas, atrás da casa, a Rita cultiva diversas plantas ornamentais, que estão no alpendre e na parte da frente do quintal, o que resulta em um espaço mais fresco e sombreado (Figura 70). O pátio tem diversos preás (*Cavia aperea*) escondidos, que a Rita deixa que vivam livremente no quintal dela, visto que a família, eventualmente, os abate para que sirvam de alimento.

**Figura 70 - Plantas ornamentais na casa da Rita em Lagoa de Salsa (Tibau)**



Fonte: elaborado pela autora (2018, 2019).

A Sandra e a Marta, da comunidade de Lagoa de Salsa, integram o grupo de mulheres que comercializa alimentos na feira da Rede Xique Xique em Mossoró, junto com a Rita e a Tatiana. Levam para a feira, principalmente, batata doce, milho e macaxeira. A Marta tem coqueiros e pés de pinha, graviola, mamão, acerola, seriguela e banana, entre outros. Da mesma forma que a Rita, quando há excedentes, elas comercializam na feira (Figura 71).

**Figura 71 - Batata doce (a), macaxeira (b) e mamão(c) de Lagoa de Salsa, comercializados na feira da Rede Xique Xique (Mossoró); graviola (d) do quintal da Marta (Tibau)**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

Recentemente, as mulheres dos núcleos da Rede Xique Xique ganharam, por meio do projeto *Mulheres em Rede*, trinta pintos e uma tela galvanizada para fazer uma cerca para construir um galinheiro por família. Como o marido da Marta, o Chico, é pedreiro e está ampliando a casa, que antes era de taipa, com material de construção, ele mesmo terminou fazendo o galinheiro com tijolos e cimento disponíveis. Decidiram, então, usar a tela cedida pelo projeto para cercar o milho e as macaxeiras do quintal, de forma a deixar as galinhas soltas quando crescerem (Figura 72).

**Figura 72 - Marta e Chico com a tela (a) e pintos (b) do projeto Mulheres em Rede. Galinheiro (c), milho e macaxeira cercados (d) no quintal da Marta em Lagoa de Salsa (Tibau)**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

### 5.5.1 Desdobrando práticas e materialidades

A Tatiana e o Novinho, por outro lado, têm criação de animais, principalmente vacas, ovelhas, cabras e galinhas (Figura 73). A Tatiana fica mais responsável pelo galinheiro, como, às vezes, precisa sair de casa devido ao envolvimento com as atividades da Rede Xique Xique, o Novinho é quem termina cuidando mais dos animais. Ele aprendeu com o Gercino, seu pai, e ensina também seus filhos, que o ajudam com as tarefas de cuidado<sup>26</sup>. O Novinho gosta de caçar pequenos animais, que se destinam para comer em casa. Às quintas-feiras, ele não caça, visto que, segundo ele aprendeu, é o dia dos “*seres da floresta*”, e estes poderão prejudicá-lo se não respeitar o dia da proibição.

<sup>26</sup> O Novinho tem três filhos do casamento anterior, atualmente adolescentes, que moram uns dias na casa da mãe e outros na casa dele e da Tatiana.

Figura 73 - Criação de animais no lote da Tatiana e do Novinho em Lagoa de Salsa (Tibau)



Fonte: elaborado pela autora (2018, 2019).

Além dos animais de criação, a Tatiana e o Novinho têm árvores frutíferas, como coqueiros e cajueiros, para o consumo da família e para a comercialização na Rede. Após colher o caju, é feita a separação, manualmente, da polpa e da castanha. A polpa em boas condições é separada para ser consumida ou comercializada *in natura*, sendo usada também para fazer sucos e doces pela família. A polpa velha ou estragada, assim como os restos de coco, é lavada, secada ao sol e triturada na forrageira, de forma a servir como alimento para os animais. As castanhas são secas ao sol sobre uma lona durante dois dias, para evitar a

proliferação de fungos. Depois, são comercializadas cruas, sem assar nem descascar<sup>27</sup>. Segundo a Tatiana conta, é “*difícil pegar o ponto*”, visto que a castanha queima facilmente. Por isso, preferem assá-la somente para o próprio consumo (Figura 74).

**Figura 74 - Separação da polpa de caju (a) e castanha-de-caju seca ao sol (b) (c). Coqueiro (d), forrageira (e) e restos de coco (f) no lote da Tatiana e do Novinho (Tibau)**



Fonte: elaborado pela autora (2018, 2019).

A separação dos animais e das árvores frutíferas mais novas é feita por meio de cercas. Na região, as cercas são, geralmente, construídas com galhos de árvores da caatinga, como as juremas preta e branca. No lote da Tatiana e do Novinho, a necessidade parece provocar criatividade, além do uso de galhos, as cercas são compostas por diversos materiais reutilizados, como restos de madeiras, telas de *sombrite*, portas velhas, e até redes de pescar (Figura 75).

<sup>27</sup> A família vende o quilo de castanha-de-caju, sem tostar ou descascar, por dois Reais em Tibau, e por três Reais em Mossoró.

**Figura 75 - Cercas de galhos e materiais reutilizados no lote da Tatiana e do Novinho, em Lagoa de Salsa (Tibau)**



Fonte: elaborado pela autora (2018, 2019).

A Tatiana e o Novinho também plantam milho e feijão para o consumo da família. Parte do milho é produzido para servir de alimento para os animais (Figura 76). As sementes são, por agora, convencionais. Porém, eles realizaram recentemente uma experiência com algumas variedades de semente de milho crioulo, por meio do projeto *Mulheres redesenhando a vida, transformando o semiárido*. A experiência inicial com as sementes cedidas pelo projeto parece não ter dado o resultado esperado, gerando poucas espigas e muito pequenas. Eles irão tentar novamente, usando sementes crioulas da família da Maria, em Mulunguzinho, que conseguiu reproduzi-las.

Além do projeto, existe um incentivo recente do novo governo do Estado para a multiplicação e uso de variedades de sementes crioulas, fruto da parceria com organizações da sociedade civil e movimentos sociais, como a ASA Brasil. A recém-criada SEDRAF tem

como um de seus principais objetivos a compra e distribuição de variedades de sementes crioulas para os agricultores e agricultoras familiares do estado. Com esse foco de ação, a SEDRAF iniciou uma parceria com a COOPERXIQUE para a compra de sementes crioulas de arroz vermelho, milho, feijão e sorgo forrageiro das famílias, por meio do Programa Estadual de Compras da Agricultura Familiar e Economia Solidária (PECAFES)<sup>28</sup>, aprovado recentemente. A Tatiana e o Novinho, como associados da COOPERXIQUE, estão inseridos nesse processo.

**Figura 76 - Plantação de milho (colhido e seco) (a) no lote da Tatiana e do Novinho; milho para os animais (b); milho e feijão selecionado para o consumo da família (Tibau)**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

As casas de Lagoa de Salsa têm água fornecida pela CAERN. Porém, como a demanda de água para a produção de alimentos nos lotes é alta, resulta muito caro utilizar somente essa forma de abastecimento. Em 2011, foi construída uma ampla estrutura para a implantação de um sistema de dessalinização, por meio do Programa Água Doce (PAD)<sup>29</sup>, visando aproveitar a água salobra subterrânea, transformando-a em água doce para uso nos lotes da comunidade (Figura 77). O sistema de dessalinização foi instalado no lote da Tatiana e do Novinho, às margens da rodovia e perto da casa deles. Funcionou por um tempo, abastecendo a comunidade de água. Porém, o sistema sofreu uma avaria complicada anos depois. O problema era técnico, demandando alto custo para resolução. O município, responsável pela manutenção do sistema como contrapartida do programa, não enviou os técnicos para

<sup>28</sup> O PECAFES do Rio Grande do Norte tem “[...] a finalidade de garantir a aquisição direta e indireta de produtos agropecuários, extrativistas e resultantes da atividade pesqueira, in natura e beneficiados, produzidos por agricultores e agricultoras ou suas organizações socioeconômicas rurais, por povos e comunidades tradicionais e pelos beneficiários e beneficiárias da agricultura familiar como forma de assegurar o desenvolvimento rural sustentável, a promoção da segurança e soberania alimentar e nutricional e o incremento à geração de trabalho e renda” (Art. 1 da Lei nº 10.536, de 03 de julho de 2019).

<sup>29</sup> O PAD é uma ação do governo federal “[...] que visa estabelecer uma política pública permanente de acesso à água de qualidade para o consumo humano por meio do aproveitamento sustentável de águas subterrâneas, incorporando cuidados técnicos, ambientais e sociais na implantação e gestão de sistemas de dessalinização no semiárido brasileiro, levando-se em consideração a característica da presença de sais nas águas subterrâneas desta região” (BRASIL, [2020?]).



solucionar a avaria. Por isso, o sistema de dessalinização não pôde ser usado novamente. Na avaliação de Tatiana, esse projeto foi construído e instalado “às pressas” durante um período de eleições, com o único objetivo de conseguir votos.

**Figura 77 - Sistema de dessalinização (a) (b) e cisterna de reuso de água cinza (c) (d)**



Fonte: elaborado pela autora (2018, 2019).

Algumas famílias conseguiram, então, ser beneficiadas pelos projetos de construção de cisternas para a captação e estoque de água da chuva. A Tatiana e o Novinho conseguiram recentemente, por meio de um projeto do CF8, a construção de uma cisterna de reuso de água cinza para a produção de alimentos no quintal e para a criação de animais. No entanto, na época da pesquisa de campo, a cisterna ainda não estava em funcionamento, visto que a instalação do material necessário para a filtragem da água, que precisava ser finalizada, estava parada. Sendo assim, a família continuava usando a água da CAERN para a dessedentação dos animais, o que implica em um alto custo de produção (Figura 77).

### 5.5.2 Tecendo coragem: o artesanato de Lagoa de Salsa e Vila Nova

A Tatiana faz artesanato, especialmente roupas de crochê, como vestidos, saias, blusas, entre outros. Quando é uma encomenda, não toma as medidas da pessoa. Observa bem o corpo, e como ela descreve, faz “à olho”. Também produz roupas sem encomenda. Estas se destinam a expor em feiras estaduais e nacionais de economia solidária em que a Rede Xique Xique participa, sendo integrante do FPES e da RESF. Todos os anos, a Tatiana participa também da Feicoop, que se realiza em Santa Maria/RS. Na ocasião da 26ª edição, em 2019, ela e a Neneide participaram do primeiro desfile de confecções da economia solidária da Feicoop, iniciativa promovida pela RESF (Figura 78). Nessa circunstância, a Tatiana explicou:

O desfile surgiu a partir de uma ideia da RESF [...] de apresentar nossos produtos feitos pelas mãos das mulheres. Inclusive eu desfilei com o que foi feito pelas minhas mãos, né. A ideia é a gente mostrar o trabalho feito pelas mãos das mulheres [...] mostrar também que a gente somos capaz de fazer esse papel de modelo com as nossas próprias peças (entrevista com Tatiana, 13/07/2019).

Assim, além de divulgar a diversidade de confecções produzidas pelas mulheres das distintas regiões brasileiras, o desfile foi criado visando renovar a própria concepção de artesanato dentro da economia solidária, reconhecendo o trabalho das mulheres como desenhadoras de moda. Após ter desfilado na feira com a roupa que ela mesma criou, a Tatiana afirma ter sentido mais valorização do próprio trabalho com a confecção de roupas, voltando para Lagoa de Salsa mais fortalecida.

**Figura 78 - Logotipo da RESF (a); Tatiana e Neneide no primeiro desfile de confecções da RESF (b) (c) na 26ª Feicoop (Santa Maria/RS)**



Fonte: elaborado pela autora (2019).

Além da Tatiana, outras mulheres da comunidade também fazem artesanato para a geração de renda. Já houve diversas tentativas de organização para a produção e comercialização conjunta de artesanato. Em 2006, antes da criação do núcleo de mulheres de

Tibau da Rede Xique Xique, houve uma experiência de organização por meio de um projeto financiado pelo BM. Na ocasião, foi constituída a Associação das Mulheres Artesãs de Lagoa de Salsa (ASMALS). Por meio do financiamento, foi construída uma sede para a associação, do lado da igreja da comunidade, na beira da rodovia. Segundo a Tatiana, o grupo durou pouco tempo e terminou fechando suas atividades, em função das dificuldades geradas pela gestão centralizadora da coordenação. A sede da associação, gerida pela mesma pessoa, permanece de portas fechadas (Figura 79).

Uma situação parecida aconteceu com um grupo de mulheres da Vila Nova. Anos atrás, conseguiram, por meio do financiamento de uma entidade parceria, máquinas de costura, material de confecção e uma sede perto da entrada da cidade de Tibau, em um local estratégico para o turismo de verão (Figura 79). Segundo a Tatiana, a pessoa responsável foi se apropriando da iniciativa e do espaço, centralizando as decisões. O local, que funcionou por um tempo, terminou fechando. Francisca, moradora de Vila Nova, retomou recentemente o espaço e está se organizando, junto com a Pepeta, também de Vila Nova, para produzirem e comercializarem seus artesanatos na sede. Além de agricultora, a Francisca faz renda de labirinto. Por alguns anos, esta labirinteira foi presidenta da Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável de Vila Nova, ajudando na criação de um grupo de mulheres da comunidade, acolhido pela própria associação. A Francisca e a Tatiana têm atuado conjuntamente para a articulação entre as mulheres de Lagoa de Salsa e Vila Nova.

**Figura 79 - Sede da ASMALS em Lagoa de Salsa (a); Francisca de Vila Nova e sua renda de labirinto (b); antiga sede de artesanato das mulheres de Vila Nova (Tibau)**



Fonte: elaborado pela autora (2018, 2019).

## 5.6 MULHERES EM LUTA: TERRA, TERRITÓRIO E CORPO

As mulheres de Lagoa de Salsa e Vila Nova têm se fortalecido, gradualmente, por meio de formações, pela participação em encontros e a troca de experiências, pela organização em grupos, passando a ocupar espaços públicos de discussão sobre o território, antes considerados majoritariamente masculinos, como as associações, os sindicatos e as próprias ruas. Algumas dessas mulheres, dentre as quais a Tatiana, têm se destacado na sua organização e articulação para divulgar publicamente o complexo cenário de conflito fundiário que estão vivendo há anos, expondo em eventos com instituições parceiras e realizando protestos nas ruas da cidade de Tibau.

As mulheres participaram, assim, da Caravana Agroecológica e Cultural de Apodi em 2013, e da Caravana Agroecológica Feminista em 2015, dando visibilidade regional e nacional à disputa pela posse de terra em Lagoa de Salsa e Vila Nova, mostrando como essa situação está afetando, particularmente, suas próprias vidas enquanto mulheres. Em 2015, quando a juíza de Areia Branca decretou a ordem de despejo, fizeram-se presentes na mobilização realizada em Tibau, reclamando a suspensão de reintegração de posse da terra.

Essas mulheres também têm se organizado todo ano, enquanto núcleo da MMM, com o apoio do CF8, para realizar marchas pelas ruas de Tibau no Dia Internacional da Mulher, em 8 de março (Figura 80). Além de protestarem por questões amplas referentes ao contexto nacional, como a reforma da previdência e o desmonte das leis trabalhistas, todo ano têm pautado a situação fundiária específica de suas próprias comunidades, reivindicando o direito às terras e a garantia de não serem despejadas de suas casas. Além do conflito em torno da posse da terra, essas mulheres têm mostrado sua preocupação pela construção do próprio território: *“agora a luta é outra, a luta hoje é pelo território”*, *“precisamos preservar a vida, não o lucro”*, expressando, assim, sua divergência com outras formas de uso e apropriação do território.

**Figura 80 - Mobilizações das mulheres de Lagoa de Salsa e Vila Nova no Dia Internacional da Mulher (2014-2018) (Tibau)**



Fonte: CF8 (2014b, 2017b, 2017c).

Nas marchas dos 8 de março, essas mulheres têm levado seus corpos, suas bandeiras e suas vozes para reivindicar também, junto com a defesa da terra e do território, o direito a uma vida sem violência sobre seus próprios corpos. Segundo a Tatiana: *“Além de lutar por nossas terras, lutamos pelas nossas vidas sem violência, também para termos direito a circular por todos os lugares sem assédios machistas pra que a gente viva sem medo”* (CF8, 2017b).

Elas têm mostrado a forma como o complexo conflito fundiário se encontra agravado, no caso específico das mulheres, pelo aumento das tensões e da violência de gênero, gerando, dessa forma, uma dupla violência sobre seus corpos e suas vidas.

### **5.6.1 “Grupo de Alerta” contra a violência de gênero**

Frente a determinadas situações de violência doméstica que aconteceram em suas comunidades, as mulheres de Lagoa de Salsa e Vila Nova se auto-organizaram para criar formas de apoio mútuo. A Tatiana percebeu que as mulheres têm receio de falar sobre as experiências de violência que vivem com seus maridos, sentindo vergonha e ficando isoladas. Em geral, elas não denunciam à polícia, por medo de represálias, sendo que, na maioria das vezes, voltam a conviver com os maridos. Ainda, as viaturas demoram a chegar às comunidades rurais, que estão mais afastadas, e quando chegam, é tarde e as mulheres já foram agredidas. A incerteza sobre a posse da terra e a possibilidade, sempre presente, de despejo, tem gerado maior instabilidade para que elas procurem, individualmente, uma saída à situação de violência doméstica.

Por isso, as mulheres de Lagoa de Salsa e Vila Nova decidiram se organizar para buscar formas coletivas de enfrentar esse cenário. Reuniram-se, então, para discutir sobre a situação específica de alguns casos de violência doméstica em andamento nas comunidades, assim como de ameaças de abuso sexual nas ruas da cidade. Além das mobilizações e protestos nos 8 de março, decidiram criar um *Grupo de Alerta* no aplicativo de mensagens *WhatsApp*. Compõem o grupo cerca de quinze mulheres, que passaram a criar estratégias para se sentirem mais seguras, podendo entrar em contato com o grupo para pedir ajuda, especialmente em momentos de ameaça de agressão. O grupo tem servido para compartilhar, prevenir e, inclusive, frear situações específicas de violência de gênero.

Essa organização das mulheres de Tibau frente às agressões domésticas e o abuso sexual é fruto, em grande medida, do fortalecimento gerado, aos poucos, pela participação em atividades do CF8, da MMM e da Rede Xique Xique, como formações, marchas, encontros regionais, troca de experiências, grupos de produção e comercialização. Na sua maioria, as mulheres têm começado a participar dessas atividades motivadas, inicialmente, pela geração de renda para suas famílias e, com o tempo, outras questões e prioridades têm emergido, como as situações de violência de gênero.

Um dos princípios fundamentais para os grupos se incorporarem à Rede é “*que os produtos não tenham o sangue das mulheres*”, referindo-se, justamente, à violência doméstica sofrida por muitas no interior de suas famílias. Assim, a integração à Rede estimula que os grupos reflitam, não só sobre a valorização do trabalho das mulheres, mas sobre os lugares que estas ocupam na tomada de decisões, tentando evitar, então, situações de exploração do trabalho e de violência doméstica. Nesse sentido, a Rede Xique Xique tem sido inovadora, ao colocar esse aspecto como condição necessária para os grupos integrarem os espaços de comercialização e, mais recentemente, como premissa também para as famílias conseguirem a certificação participativa de produtos orgânicos<sup>30</sup>.

Como a Neneide afirma, “*a Rede bebe da fonte da auto-organização das mulheres*” e a forma mais potente de superar a violência de gênero é, segundo ela, por meio dessa auto-organização, promovendo o diálogo, gerando renda, conhecimentos, e conquistando direitos. O Grupo de Alerta de Lagoa de Salsa e Vila Nova tem se consolidado, nesse sentido, como um espaço de fortalecimento mútuo na defesa do próprio *corpo-território* das mulheres.

## 5.7 COSTURANDO REFLEXÕES ANALÍTICAS

Este capítulo dá visibilidade a uma dupla violência, sobre os corpos das mulheres e sobre os territórios, que decorrem em sucessivos processos de desterritorialização, seja pela violência de gênero ou pelo conflito fundiário, complexificado com a chegada das empresas de energia eólica. Reiterando a noção de que ‘des e re’ territorialização são processos interdependentes e dinâmicos, o capítulo mostra o constante processo de reterritorialização do qual as mulheres de Lagoa de Salsa são protagonistas, com seus corpos e suas práticas, se reinventando e ressignificando suas vidas, para continuar existindo. Os corpos que sofreram violência são os mesmos que hoje falam, que se mostram, que venceram o medo de ‘dizer’ e ‘fazer’.

Para além de visões discursivas sobre o corpo, o caso apresentado neste capítulo evidencia o ‘peso’ e a força da materialidade. É esse corpo-território que suporta a materialidade da violência. Porém, das múltiplas recombinações das mulheres, emergem, também, potencialidades e criatividade que revitalizam o corpo-território. No caso da Tatiana, isto passou, entre outros aspectos, por romper o silêncio sobre a situação de violência

---

<sup>30</sup> Após um longo processo de adequação às normativas de certificação de orgânicos, a Rede Xique Xique conseguiu concluir, em novembro de 2019, seu credenciamento enquanto OPAC pelo MAPA.

vivida, rompendo com os próprios muros do medo e passando a se expor cada vez mais, inclusive em espaços ‘públicos’. A pescadora desencadeia uma trajetória que ‘fala’ de conduzir a própria vida. A narrativa dessa transformação é o que instigou o desenvolvimento deste capítulo. É assim que um dos aspectos importantes a sublinhar, aqui, é que a reterritorialização de mundos de vida não segue uma linha pré-estabelecida nem linear, mas ao contrário, é altamente imprevisível.

Por outro lado, as alianças emergentes entre as mulheres, a organização social e as materialidades de seus entornos se expressam bem quando Tatiana, pela participação e o envolvimento nas atividades da Rede Xique Xique e da MMM, transforma sua vida. Além de comercializar seus produtos, o engajamento nessas organizações possibilitou, entre outras coisas, construir uma base de conhecimentos sobre as políticas públicas. Os sinais são bastante evidentes de que ela passa a valorizar-se como mulher e a compreender a si mesma como um sujeito de direitos, passando a exigir reconhecimento pelo seu trabalho.

Interessante notar que, com a narrativa do engajamento da Tatiana nos processos organizativos, fica mais claro que a motivação inicial das mulheres ao se engajarem na Rede, muitas vezes, é ter oportunidade de comercializar seus produtos e conseguir uma renda para elas e suas famílias. Entretanto, algumas das mulheres que acessam a Rede acabam transformando-se profundamente e ressignificando suas próprias vidas. Como a Tatiana expressa, “*a Rede é como uma roda-viva*”, há pessoas que entram e saem, enquanto outras permanecem. Esta dinâmica também está relacionada a continuidades e descontinuidades de processos que criam entrelaçamentos, múltiplos afetos, não necessariamente sempre ‘positivos’.

A partir das singularidades vividas em Lagoa de Salsa, são identificadas rupturas e contingências nos processos de desenvolvimento, expressas em termos de continuidades e descontinuidades de práticas, projetos e processos de organização que são influenciadas por questões econômicas (como o fim dos recursos, por exemplo, no caso da feira de agricultura familiar); pela dificuldade de algumas mulheres participar dos processos organizativos devido às ocupações domésticas; ou ainda, pela sobreposição e/ou conflito de interesses sobre os espaços e as materialidades presentes no território. Dessas continuidades e descontinuidades emergem processos territorialmente rizomáticos. A vivência da Tatiana como liderança na Rede aponta para situações nas quais as associações locais se fazem, mas também se desfazem, desarticulando-se, por vezes, por problemas de relações pessoais, mas também por contingências inerentes ao mundo material, como a situação de salinização do solo e da água.



Assim, o ‘fracasso’ ou ‘sucesso’ de projetos de desenvolvimento não dependem exclusivamente de aspectos técnicos ou econômicos, visto que as relações sociais locais jogam um papel importante (costumes, hábitos, vínculos, tradições, desavenças), assim como os novos afetos surgidos na medida em que se ensamblam os elementos sociomateriais dos territórios.

Finalmente, cabe ressaltar que as mulheres, ao se sentirem parte de um coletivo que põe lado a lado a valorização do trabalho das mulheres, a geração de renda e a luta contra a violência de gênero, transformam a presença territorial da Rede Xique Xique em algo inovador.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo de uma crítica da racionalidade linear, homogênea e binária do desenvolvimento, esta tese se propôs a analisar processos de des-re/territorialização dos mundos de vida de mulheres ligadas à Rede Xique Xique de Comercialização Solidária, na região do Rio Grande do Norte. Por meio de uma etnografia multissituada, e mobilizando a abordagem das neomaterialidades nos estudos feministas, o desafio da tese era compreender como essas mulheres constroem processos de reterritorialização de seus mundos de vida através de suas práticas situadas e de agenciamentos sociomateriais, compondo múltiplos territórios de existência.

Primeiramente, identificaram-se os principais processos de desenvolvimento que geraram (e ainda geram) desterritorializações dos mundos de vida no oeste potiguar. A integração da região aos mercados nacionais e internacionais de alimentação e energia, particularmente a partir dos anos 1960, provocou intensas mudanças sociotécnicas, econômicas e socioambientais, afetando os mundos de vida dos atores sociais nos seus territórios. Percebeu-se que em cada contexto particular, onde esses grupos de mulheres da Rede vivem, há processos singulares de desterritorialização, envolvendo distintas materialidades, como poços de petróleo, aerogeradores, barcos de pesca, melão, sal, entre outros. Evitando conceitos amplos e abstratos como ‘modernização’ e ‘globalização’, o interesse foi de compreender como esses processos afetam, de forma específica, a vida cotidiana das pessoas e as relações sociomateriais nos territórios.

Descreveu-se, então, a criação e organização de grupos de mulheres que compõem a Rede Xique Xique, a partir das trajetórias de vida de três de suas lideranças. Com isso, conseguiu-se traçar, para cada um dos grupos, as trajetórias de continuidades e descontinuidades de projetos de desenvolvimento, maioritariamente com ênfase em gênero, que visavam a inclusão produtiva das mulheres e sua autonomia econômica. Percebeu-se que estas, por vezes, aderem às sugestões dos projetos que chegam até elas, enquanto, em outras ocasiões, desistem de participar, pela sobrecarga do trabalho, por dificuldades com a família, ou ainda, por conflitos interpessoais. Em outras situações, as mulheres readaptam as propostas dos projetos, criando novidades e aumentando seus espaços de manobra. Mobilizam, assim, uma mescla de estratégias, conforme suas necessidades, possibilidades e contingências. Cabe ressaltar que essas estratégias, por vezes, não são coerentes entre si, gerando certa ambiguidade nas escolhas realizadas pelas mulheres. Porém, esse fato, mais do

que apontar um *erro* ou incoerência destas, parece expressar certa limitação, na elaboração e implementação dos projetos, em adaptá-los às necessidades concretas das mulheres em seus contextos particulares, considerando a complexidade de suas vidas cotidianas, os múltiplos atravessamentos e desejos, assim como a diversidade de modos de existência.

Nesse movimento (des)contínuo de adaptação, reconfiguração e materialização dos projetos, as mulheres vão criando novos arranjos, que se entrelaçam de forma dinâmica, em devir. Mais do que ‘soluções fixas’, ‘tipos ideais’ ou resultados homogêneos dos processos de implementação dos projetos, as interfaces entre os saberes-fazeres das mulheres e os corpos de conhecimento técnico, geram encontros e desencontros, novos arranjos e múltiplas ensamblagens de artefatos, práticas, saberes-fazeres, narrativas e materialidades. Assim sendo, avalia-se que, apesar das dificuldades e limitações no desenho e implementação de projetos de desenvolvimento, as ensamblagens sociomateriais, decorrentes desses processos, têm o potencial de reterritorializar os mundos de vida das mulheres, por meio de novos arranjos e da reconfiguração de práticas situadas.

Para cada caso singular dos grupos de mulheres da Rede escolhidos nesta pesquisa, descreveu-se, de forma detalhada, a multiplicidade de práticas situadas, particularmente envolvendo a mariscagem, a auto-organização dos grupos, o trabalho nos quintais e as práticas de enfrentamento à violência de gênero, entre outras. Percebeu-se, então, o entrelaçamento entre as mulheres e as distintas materialidades que compõem seus mundos de vida.

Retomam-se, aqui, às questões de pesquisa que nortearam a investigação, referente à potencialidade das interações afetivas nesses entrelaçamentos sociomateriais, lembrando que o termo ‘afetivo’, nesta tese, não se refere à um sentimento ou emoção, mas às relações de afetação mútua, no sentido de *afetar* e *ser afetado*, numa compreensão relacional da constituição dos seres e suas intersubjetividades. Neste sentido, a pesquisa evidenciou que é nessas práticas situadas e na relação cotidiana com o mundo material que as mulheres da Rede recriam seus mundos de vida. É nos agenciamentos e na afetação mútua com os búzios, o mar, os peixes, a lua, o solo, a água, as plantas, os animais, as cisternas, entre outros, que as mulheres da Rede constroem alianças para continuar existindo frente aos processos permanentes de desterritorialização, mesclando organização social, ação política feminista e a produção de alimentos. Em outras palavras, as mulheres da Rede acionam processos de reterritorialização por meio da mescla de relações sociomateriais em suas práticas cotidianas,

gerando múltiplas ensamblagens que compõem, de forma dinâmica, potenciais territórios de existência.

A pesquisa constatou, também, que o objetivo inicial da participação das mulheres nos grupos produtivos é, comumente, a geração de renda, porém, com o passar do tempo, muitas das mulheres permanecem na Rede por outras questões, além das econômicas. O engajamento na Rede possibilita a ampliação de seus espaços de manobra, a construção de novas articulações e a criação de rearranjos, traçando novas trajetórias de reterritorialização. No entanto, o que as mulheres mais enfatizam é o potencial do próprio fortalecimento no encontro com outras. É no compartilhamento de seus medos e das situações de violência de gênero, no abraço dos corpos e na escuta das histórias de superação da violência, que as mulheres vão transformando, mais profundamente, suas relações interpessoais e seus mundos de vida. Para além da autonomia econômica, então, necessária também para romper os círculos de violência, as práticas de auto-organização das mulheres possibilitam seu fortalecimento, colocando seus corpos no mundo de formas diferentes, constituindo, assim, novas corporalidades. É justamente, por meio dessas novas corporalidades, que as mulheres fazem frente aos processos de desterritorialização provocados pela violência doméstica, abrindo espaço para novos rearranjos nas relações de gênero, e consolidando, assim, novos territórios de existência.

Finalmente, quanto à escolha teórica pela abordagem dos feminismos neomaterialistas, sustenta-se, nesta tese, seu potencial para construir compreensões inovadoras sobre a mudança social e os processos de desenvolvimento, na medida em que abre possibilidades de apreender esses processos de maneira específica, contingencial e situada, escapando de categorias genéricas, classificatórias e discursivas. Levando em consideração as múltiplas interseccionalidades que permeiam a vida das mulheres rurais, esta abordagem permite perceber os limites dos marcadores sociais para dar conta da complexidade de atravessamentos que compõem, de forma dinâmica e em permanente devir, a vida dessas mulheres. Também, partindo da crítica da centralidade na linguagem como explicação do real, e retomando a vitalidade da matéria, esta abordagem possibilita entender como, apesar dos dispositivos de subjetivação na implementação de projetos de desenvolvimento com ênfase em gênero, as mulheres rurais e as materialidades presentes em seus mundos de vida se entrelaçam, mobilizando agenciamentos e fazendo emergir novos territórios de existência.

## REFERÊNCIAS

- ABADÍA, M. C. Nuevos materialismos: hacia feminismos no dualistas. **Oxímora – Revista Internacional de Ética y Política**, Barcelona, n. 7, p. 34-47, 2015. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/oximora/article/viewFile/14416/17829>. Acesso em: 31 jul. 2017.
- AHMED, S. Imaginary prohibitions. Some preliminary remarks on the founding gestures of the ‘New Materialism’. **European Journal of Women’s Studies**, Amsterdam, v. 15, n. 1, p. 23-39, 2008. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1350506807084854>. Acesso em: 20 out. 2017.
- ALBUQUERQUE, M. do C. Novos paradigmas no semiárido brasileiro: a experiência da ASA na construção de novas modalidades de políticas públicas. *In*: MORAIS, L.; BORGES, A. (org.). **Novos paradigmas de produção e consumo**. Experiências inovadoras. São Paulo: Instituto Pólis, 2010. p. 143- 177.
- ALCOFF, L. Cultural feminism versus post-structuralism. The identity crisis in feminist theory. **Signs**, Chicago, v. 13, n. 3, p. 405-436, 1988. Disponível em: <http://facstaff.cbu.edu/pmaloney/Phil335/readings/AlcoffCultvsPSWoman.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2018.
- ALENCAR, Edna F. **Pescadeiras, Companheiras e Perigosas**. A pesca feminina na Ilha de Lençóis. 1991. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 1991. Disponível em: [https://www.academia.edu/15723177/Pescadeiras\\_companheiras\\_e\\_perigosas\\_a\\_pesca\\_feminina\\_na\\_Ilha\\_dos\\_Len%C3%A7%C3%B3is\\_MA](https://www.academia.edu/15723177/Pescadeiras_companheiras_e_perigosas_a_pesca_feminina_na_Ilha_dos_Len%C3%A7%C3%B3is_MA). Acesso em: 23 fev. 2019.
- ALENCAR, Edna F. Gênero e Trabalho nas Sociedades Pesqueiras. *In*: FURTADO, L. G.; LEITÃO, W.; MELLO, A. F. (ed.). **Povos das águas, realidade e perspectivas na Amazônia**. Belém: MCT/CNPq/Museu Goeldi, 1993. p. 63-81.
- ALMEIDA, C. C. A caixa de pandora: um olhar sobre os mitos e os medos na representação da mulher. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p.5-22, jul./dez. 1990. Disponível em: [https://www.academia.edu/34054749/ALMEIDA\\_Cybele\\_Crossetti\\_de\\_A\\_caixa\\_de\\_Pandora\\_um\\_olhar\\_sobre\\_os\\_mitos\\_e\\_os\\_medos\\_na\\_representa%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_mulher\\_Educa%C3%A7%C3%A3o\\_e\\_Realidade\\_Porto\\_Alegre\\_v\\_15\\_n\\_2\\_p\\_67\\_79\\_1990\\_dossier\\_MULHER\\_E\\_E\\_DUCAC%C3%83O](https://www.academia.edu/34054749/ALMEIDA_Cybele_Crossetti_de_A_caixa_de_Pandora_um_olhar_sobre_os_mitos_e_os_medos_na_representa%C3%A7%C3%A3o_da_mulher_Educa%C3%A7%C3%A3o_e_Realidade_Porto_Alegre_v_15_n_2_p_67_79_1990_dossier_MULHER_E_E_DUCAC%C3%83O). Acesso em: 14 jan. 2018.
- ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura**: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1997.
- ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é feminismo**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- ALVES, A., SAMAIN, E. **Os argonautas do mangue**: precedido de balinese character (re)visitado. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

ANDRADE, J. E. **O marxismo e a questão feminina**: As articulações entre gênero e classe no âmbito do feminismo revolucionário. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-24052012-163347/pt-br.php>. Acesso em: 27 set. 2017.

ANG-LYGATE, M. Charting the spaces of (um)location. On theorizing diáspora. *In*: MIRZA, H. S. **Black British feminism: A reader**. London: Routledge, 1997. p. 168-186.

ANZALDÚA, G. **Borderlands/La Frontera**: the new mestiza. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.

ANZALDÚA, G. To(o) queer the writer: loca, escrita y chicana. *In*: WARLAND, B. (org.). **Versions: writing by dykes, queers and lesbians**. Vancouver: Press Gang, 1991. p. 249-263.

ARAÚJO, C. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v. 1, n. 11, 2000. p. 65-70. Disponível em: [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/dossie28Dossie%201.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie28Dossie%201.pdf). Acesso em: 30 set. 2017.

ARAÚJO, R. C. B. **Questão ambiental e assentamento rural**: a luta por uma sustentabilidade alternativa no Assentamento Novo Horizonte II, em Maxaranguape (RN). 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/28175>. Acesso em: 23 ago. 2019.

ARAÚJO, G. M. Mulheres protagonizando agroecologia no nordeste do Brasil. *In*: HORA, K.; REZENDE, M.; MACEDO, G. (org.). **Coletânea sobre estudos rurais e gênero**: Prêmio Margarida Alves. 4. ed. Brasília: MDA, 2015. (Mulheres e Agroecologia). p. 133-140. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/coletanea-sobre-estudos-rurais-e-de-genero-117.pdf>. Acesso em: 25 out. 2016.

ARCE, A.; LONG, N. Reconfiguring modernity and development from an anthropological perspective. *In*: ARCE, A.; LONG, N. (org.). **Anthropology, development and modernities**. Routledge: London, 2000. p. 1-31.

ARCE, A.; SHERWOOD, S.; PAREDES, M. Introduction: food embodiments, assemblages and intersubjectivities: ebbs and flows of critical food studies. *In*: SHERWOOD, S.; ARCE, A.; PAREDES, M. (org.). **Food, agriculture and social change**. The everyday vitality of Latin America. Abingdon and New York: Routledge, 2017. p. 1-20.

ARCE, A.; CHARÃO-MARQUES, F. Desenvolvimento, materialidades e o ator social: orientações metodológicas para aproximações territoriais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 40-65, fev. 2021. Disponível em: [https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa29-1\\_05\\_desenvolvimento/esa29-1\\_05\\_html](https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa29-1_05_desenvolvimento/esa29-1_05_html). Acesso em: 01 fev. 2021.

ARCOVERDE, M. T. B. Gênero e interseccionalidade: chaves de leitura para um feminismo latino-americano. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PENSAR E REPENSAR A AMÉRICA LATINA, 2., 2016, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: PROLAM, 2016.

Disponível em: [http://sites.usp.br/prolam/ii-simposio-internacional-pensar-e-repensar-america-latina\\_anais/](http://sites.usp.br/prolam/ii-simposio-internacional-pensar-e-repensar-america-latina_anais/). Acesso em: 07 maio 2018.

ARISTÓTELES. **Les parties des animaux**. Paris: Les Belles Lettres, 1957. Edição original: 350 a. C.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA – ANA. **Contexto**. [2016?]. Disponível em: <http://enagroecologia.org.br/contexto/>. Acesso em: 30 set. 2016.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA – ANA. **O que é a ANA**. [2017?]. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/>. Acesso em: 20 jul. 2017.

ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO - ASA Brasil. **Sobre nós – História**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>. Acesso em: 13 mar. 2018.

BAKHTIN, M. **The dialogic imagination: four essays**. Austin: University of Texas Press, 2006.

BALESTRO, M. V.; SAUER, S. A diversidade no rural, transição agroecológica e caminhos para a superação da Revolução Verde: introduzindo o debate. *In*: BALESTRO, M. V.; SAUER, S. (org.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 7-15.

BEAVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BECK, U. **The metamorphosis of the world**. Cambridge: Polity Press, 2016.

BENNETT, J. **Vibrant matters: a political ecology of things**. Durham: Duke University Press, 2010.

BHABHA, H. **The location of culture**. New York: Routledge, 2004.

BIDASECA, K. **Perturbando el texto colonial: los estudios (pos)coloniales en América Latina**. Buenos Aires: SB, 2010.

BISPO, E. S. *et al.* Processamento, estabilidade e aceitabilidade de marinado de vôngole (*Anomalocardia brasiliensis*). **Ciência Tecnologia Alimentos**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 353-356, jul./set. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cta/v24n3/21924.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2019.

BLEIER, R. **Science and Gender: a critique of biology and its theories on women**. New York: Pergamon, 1984.

BRAH, A.; PHOENIX, A. Ain't I a woman? Revisiting Intersectionality. **Journal of International Women's Studies**, Massachusetts, v. 5, n. 3, p. 75-86, 2004. Disponível em: <https://vc.bridgew.edu/jiws/vol5/iss3/8/>. Acesso em: 17 nov. 2017.

BRAH, A. **Cartografías de la diáspora**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2011.

BRAIDOTTI, R. **Metamorfosis. Hacia una teoría feminista del devenir**. Madrid: Akal, 2002.

BRAIDOTTI, R. **Feminismo, diferencia sexual y subjetividad nómada**. Barcelona: Gedisa, 2004.

BRAIDOTTI, R. **Transpositions**. Cambridge: Polity Press, 2006.

BRAIDOTTI, R. **Lo posthumano**. Barcelona: Gedisa, 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Territórios da cidadania**: Brasil 2008. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638408.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Programa Água Doce**. [2020?]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/programa-agua-doce>. Acesso em: 5 jan. 2020.

BRASIL. Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Apoio à Reforma Agrária. **Memoriais descritivos e plantas são entregues a agricultores de Tibau do Norte**. 2018. Disponível em: <http://www.seara.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=175703&ACT=&PAGE=&PARM=&LBL=MAT%C3%83%C6%92%C3%86%E2%80%99%C3%83%C2%A2%C3%A2%E2%80%9A%C2%AC%C3%82%C2%B0RIA>. Acesso em: 15 jan. 2020.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. **Lua Nova**, São Paulo, v. 93, p. 33-60, 2014. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452014000300003&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452014000300003&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 6 fev. 2017.

BRITES, J.; MOTTA, F. M. Introdução. In: BRITES, J.; MOTTA, F. M. (org.). **Etnografia, o espírito da antropologia**: tecendo linhagens. Homenagem a Claudia Fonseca. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2017. p. 16-34.

BROWNMILLER, S. **Against our will**: men, women and rape. New York: Bantam, 1975.

BRYSON, V. **Feminist Political Theory**: an indtroduction. London: Palgrave, 1992.

BÜHRING, M. A.; CAVALHEIRO, A. C. Evolução histórico-conceitual do princípio da igualdade e os limites da discriminação legal. **Direito em Debate**, Ijuí, ano 14, n. 26, p. 81-104, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/678>. Acesso em: 12 mar. 2018.

BUTLER, J. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do 'pós-modernismo'. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 11-42, 1998. Disponível em:



<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634457>. Acesso em: 23 nov. 2017.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMARGO, M. **Brasília recebe 6ª Marcha das Margaridas** [fotografia]. Brasília, 14 ago. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-08/brasil-recebe-6a-marcha-das-margaridas>. Acesso em: 23 mar. 2020.

CANAL SAÚDE OFICIAL. **Curta Agroecologia – Xique Xique**. 2016. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=6J\\_49x45ZcM](https://www.youtube.com/watch?v=6J_49x45ZcM). Acesso em: 9 set. 2019.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e sustentabilidade: base conceptual para uma nova Extensão Rural. *In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL*, 1., 2001, Botucatu. **Anais [...]**. Botucatu: UNESP/FCA/DGTA, 2001. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/13.pdf>. Acesso em: 29 set. 2017.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IIICA, 2004.

CARBY, H. V. **Reconstructing womanhood: the emergence of the Afro-American woman novelist**. New York: Oxford University Press, 1987.

CARVALHO, C.D. A história oral: uma metodologia de pesquisa em Agroecologia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Cruz Alta, v. 2, n. 2, p. 428-431, out. 2007. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/6704/4990>. Acesso em: 20 nov. 2017.

CASCUDO, L. C. **Notas e documentos para a História de Mossoró**. 4. ed. Mossoró: FGD, 2001

CASTORIADIS, C. **La institución imaginaria de la sociedad**. Buenos Aires: Tusquest, 1993.

CASTRO, M. G. O conceito de gênero e as análises sobre mulheres e trabalho: notas sobre impasses teóricos. **Caderno CRH**, Salvador, n. 17, p. 80-105, 1992. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18810>. Acesso em: 13 out. 2017.

CASTRO, M. P. Mulheres e trabalho associado: as experiências da Rede Xique-Xique/RN e da Rede de Mulheres Produtoras do Recife/PE. *In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO - REDOR*, 17., João Pessoa, 2012. **Anais [...]**. João Pessoa: REDOR, 2012. Disponível em: <http://150.162.138.7/documents/8132>. Acesso em: 18 set. 2017. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/17redor/17redor/paper/download/259/115>. Acesso em: 14 set. 2017.

CASTRO, M. P. **A auto-organização feminista como processo de aprendizagem coletiva: a experiência da Rede Xique-Xique**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-22102014-132338/publico/MARIANA\\_PEREIRA\\_DE\\_CASTRO.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-22102014-132338/publico/MARIANA_PEREIRA_DE_CASTRO.pdf). Acesso em: 20 set. 2017.

CENTRE LYONNAIS D'ÉTUDES FÉMINISTES - CLEF. **Chronique d'une passion**. Le mouvement de libération des femmes à Lyon. Paris: L'Harmattan, 1989.

CENTRO FEMINISTA 8 DE MARÇO – CF8. **Centro Feminista 8 de Março encampa campanha para inclusão do pescado na escola**. Tibau, 2014a. Disponível em: <https://centrofeminista.com/2014/11/20/centro-feminista-8-de-marco-encampa-campanha-para-inclusao-do-pescado-na-escola/>. Acesso em: 8 set. 2019.

CENTRO FEMINISTA 8 DE MARÇO – CF8. **Luta e resistência: mulheres da marcha mundial saem às ruas de Tibau: 8 de março é todo dia!** [fotografia]. Tibau, 2014b. Disponível em: <https://centrofeminista.com/2014/03/18/luta-e-resistencia-mulheres-da-marcha-mundial-saem-as-ruas-de-tibau-8-de-marco-e-todo-dia/>. Acesso em: 8 set. 2019.

CENTRO FEMINISTA 8 DE MARÇO – CF8. **Projeto água viva redesenha a produção dos quintais a partir do reuso de água em Upanema**. Mossoró, 2015. Disponível em: <https://centrofeminista.com/2015/04/28/projeto-agua-viva-redesenha-a-producao-dos-quintais-a-partir-do-reuso-de-agua-em-upanema/>. Acesso em: 10 out. 2017.

CENTRO FEMINISTA 8 DE MARÇO – CF8. **Feminismo para superar a violência e lutar por direitos: a história de Tatiana Muniz e os frutos da auto-organização das mulheres de Tibau**. Tibau, 2017b. Disponível em: <https://centrofeminista.com/2017/07/27/feminismo-para-superar-a-violencia-e-lutar-por-direitos-a-historia-de-tatiana-muniz-e-os-frutos-da-auto-organizacao-das-mulheres-de-tibau/>. Acesso em: 12 out. 2019.

CENTRO FEMINISTA 8 DE MARÇO – CF8. **Mulheres de Tibau vão às ruas por direitos e terras nesta quinta** [fotografia]. Tibau, 2017c. Disponível em: <https://centrofeminista.com/2017/03/29/mulheres-de-tibau-vao-as-ruas-por-direitos-e-terras-nesta-quinta/>. Acesso em: 12 out. 2019.

CENTRO FEMINISTA 8 DE MARÇO – CF8. **A instituição**. Mossoró, [2017?]. Disponível em: <https://centrofeminista.com/a-instituicao/>. Acesso em: 10 out. 2017.

CENTRO FEMINISTA 8 DE MARÇO – CF8. **Neguinha e a auto-organização, agroecologia e convivência com o semiárido para vencer** [fotografia]. Mossoró, 2018. Disponível em: <https://centrofeminista.com/2018/06/18/neguinha-e-a-auto-organizacao-agroecologia-e-convivencia-com-o-semiarido-para-vencer/>. Acesso em: 20 jun. 2018.

CENTRO FEMINISTA 8 DE MARÇO – CF8. **União Europeia - Redesenhando a Vida**. Mossoró, [2018?]. Disponível em: <https://centrofeminista.com/redesenhando-a-vida/>. Acesso em: 12 abr. 2018.

CENTRO FEMINISTA 8 DE MARÇO – CF8. **Auto-organização, troca de experiências e conhecimentos das mulheres no 3 CIFA** [fotografia]. 2019. Disponível em:

<https://centrofeminista.com/2019/04/12/auto-organizacao-troca-de-experiencias-e-conhecimentos-das-mulheres-no-3-cifa/>. Acesso em: 12 fev. 2020.

CENTRO TERRA VIVA. **Centro Terra Viva – Organização não governamental (ONG)**. [2019?]. Disponível em: <https://www.facebook.com/Centro-Terra-Viva-1357440150983750/>. Acesso em: 04 nov. 2019.

CHARÃO-MARQUES, F. *et al.* Desafios analíticos contemporâneos: pós-desenvolvimento e modernidades. Editorial. **Desenvolvimento Rural Interdisciplinar**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 9-36, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/revpgdr/article/view/93009>. Acesso em: 28 mar. 2020.

CHEN, K-H. Entrevista a Stuart Hall: la formación de un intelectual de la diáspora. **Revista de Occidente**, Madrid, n. 234, p. 95-119, 2000. Disponível em : <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=22575>. Acesso em : 23 dez. 2017.

COLE, E. Intersectionality and research in psychology. **American psychologist**, Washington, n. 64, p. 170-180, 2009. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2009-04471-001>. Acesso em: 17 set. 2017.

COLLING, A. M. **Tempos diferentes, discursos iguais**: a construção do corpo feminino na história. Dourados: Ed. UFGD, 2014.

COLLINS, P. H. **Black feminist thought**: knowledge, consciousness and the politics of empowerment. New York: Routledge, 2000.

COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. A black feminist statement. *In*: MCCANN, C.; KIM, S-K. (org.). **Feminist local and global theory reader**. New York: Routledge, 1977. p. 164-173.

CONCEIÇÃO, A. C. L. da. Teorias feministas: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção – RBSE**, João Pessoa, v. 8, n. 24, p. 738-757, dez 2009. Disponível em: [http://paginas.cchla.ufpb.br/rbse/Conceicao\\_art.pdf](http://paginas.cchla.ufpb.br/rbse/Conceicao_art.pdf). Acesso em: 5 abr. de 2018.

CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA – CBA. **O CBA**. [2016?]. Disponível em: <http://www.cbagroecologia.org.br/p/o-cba.html>. Acesso em: 20 set. 2016.

COOLE, D.; FROST, S. **New materialism**: ontology, agency, and politics. Durham: Duke University Press, 2010.

CORNWALL, A.; HARRISON, E.; WHITEHEAD, A. Gender myths and feminist fables: the struggle for interpretative power in gender and development. **Development and Change**, The Hague, v. 38, n. 1, p. 1-20, 2007. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-7660.2007.00400.x>. Acesso em: 24 nov. 2017.

COSTA, C. de L. O feminismo e o pós-modernismo/pós-estruturalismo: (in)determinações da identidade nas (entre)linhas do (con)texto. *In*: PEDRO, J. M; GROSSI, M. P. (org.).

**Masculino, feminino, plural:** gênero na interdisciplinariedade. Florianópolis: Mulheres, 2000. p. 57-90.

COSTA, C. de L. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 19, p. 59-90, 2002. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332002000200004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332002000200004&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 26 set. 2017.

COSTA, R.M.A. **A questão dos Grossos:** a formação do território do Rio Grande do Norte e a Historiografia local. 2004. Monografia (Curso de História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004. Disponível em: <http://www.edufrn.ufrn.br/handle/123456789/355>. Acesso em: 23 ago. 2019.

COSTA, R.M.A. *et al.* Breve revisão sobre a evolução histórica da atividade salineira no estado do Rio Grande do Norte (Brasil). **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 25, n. 1, p. 21-34, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sn/v25n1/03.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2019.

COSTA, R. F. **Ventos que transformam?** Um estudo sobre o impacto econômico e social da instalação de parques eólicos no Rio Grande do Norte/Brasil. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/23017>. Acesso em: 30 jul. 2019.

COSTA, C. de L.; ÁVILA, E. Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 691-703, set./dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000300014>. Acesso em: 17 set. 2017.

**Demarginalizing the intersection of race and sex:** A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. Chile: U. Chi. Legal F., 1989.

CRENSHAW, K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1229039?seq=1>. Acesso em: 18 set. 2017.

CURIEL, O. La crítica postcolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. **Revista Nómadas**, Teorías decoloniales en América Latina, Bogotá, n. 26, p. 92-101, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1051/105115241010.pdf>. 13 dez. 2016.

DALY, M. **Gyn/Ecology:** the metaethics of radical feminism. Boston: Beacon Press, 1978.

DA MATTA, R. O ofício do etnólogo, ou como ter “anthropological blues”. In: NUNES, E. O. (org.). **Aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 7-17.

DANTAS, I. A construção da economia feminista na Rede Xique-Xique de Comercialização Solidária. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 27-30, out. 2005. Disponível em: <http://aspta.org.br/article/a-construcao-da-economia-feminista-na-rede-xique-xique-de-comercializacao-solidaria/>. Acesso em: 23 nov. 2017.

DAVIS, A. **Mujeres, “raza” y clase**. Madrid: Akal, 2004.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1997.

DELANDA, M. **A new philosophy of society**. Assemblage theory and social complexity. London: Continuum, 2006.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mille plateaux**. Paris: Minuit, 1980.

DELEUZE, G. **Diferença e repetição**. Trad. Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DELPHY, C. Le patriarcat, le féminisme et leurs intellectuelles. **Nouvelles Questions Féministes**, Féminisme: quelles politiques?, n. 2, p. 58-74, out. 1981. Disponível em : <https://www.feministes-radicales.org/wp-content/uploads/2010/11/Christine-Delphy-Le-patriarcat-le-f%C3%A9minisme-et-leurs-intellectuelles.pdf>. Acesso em : 28 mar. 2018.

DIAS, E. **Debate sobre a necessidade de se fortalecer a auto-organização das mulheres deu a tônica de todo o encontro** [fotografia]. Natal, 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/11/10/encontro-de-mulheres-do-semiarido-afirma-feminismo-na-convivencia-com-a-regiao>. Acesso em: 28 ago. 2018.

DIAS, M. M. **As ONG’s e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural: um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)**. 2004. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: [https://institucional.ufrrj.br/portalcpsda/files/2018/09/2004.tese\\_.marcelo\\_mina\\_dias.pdf](https://institucional.ufrrj.br/portalcpsda/files/2018/09/2004.tese_.marcelo_mina_dias.pdf). Acesso em: 20 jun. 2019.

DIAS, T. L. P.; ROSA, R. S.; DAMASCENO, L. C. P. Aspectos socioeconômicos, percepção ambiental e perspectivas das mulheres marisqueiras da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão (Rio Grande do Norte, Brasil), **Gaia Scientia**, v. 1, n. 1, p. 25-35, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/gaia/article/view/2225>. Acesso em: 17 mar. 2020.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

DINNERSTEIN, D. **The Mermaid and the Minotaur: sexual arrangements and human malaise**. New York: Harper Colophon Books, 1977.

DORLIN, E. De l’usage épistémologique et politique des catégories de ‘sexe’ et de ‘race’ dans les études sur le genre. **Cahiers du Genre**, Paris, n. 39, p. 83-105, 2005. Disponível em : <https://www.cairn.info/revue-cahiers-du-genre-2005-2-page-83.htm>. Acesso em : 29 nov. 2017.

DORLIN, E. **Sexo, género y sexualidade**. Introducción a la teoría feminista. Buenos Aires: Nueva Visión, 2009.

DUQUE, G. Água para o desenvolvimento rural: a ASA e os Programas P1MC e P1+2 – Desafios da participação sociedade civil – governo. *In*: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2015. p. 201-216.

ELIAS, D. Redes agroindustriais e urbanização dispersa no Brasil. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 10., 2008, Barcelona. **Anais** [...]. Barcelona: UB, 2016. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/270.htm>. Acesso em: 20 out. 2019.

ESCOBAR, A. **La invención del tercer mundo**. Construcción y deconstrucción del desarrollo. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.

EVANS, M. **The woman question**. London: Sage Publications, 1994.

FARIAS, I. Hacia una nueva ontología de lo social. Manuel DeLanda en entrevista. **Persona y sociedad**, Santiago de Chile, v. 22, n. 1, p. 75-85, 2008. Disponível em: <http://redaprenderycambiar.com.ar/wp-content/lecturas/sociabilidad/DeLanda.PDF>. Acesso em: 30 mar. 2018.

FANON, F. **Los condenados de la tierra**. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa**. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FEIRA INTERNACIONAL DO COOPERATIVISMO – FEICOOP. **Feira Internacional do Cooperativismo (Feicoop)**. 2020. Disponível em: [http://www.feicoop.com.br/content/knowledgebase/kb\\_view.asp?kbid=1](http://www.feicoop.com.br/content/knowledgebase/kb_view.asp?kbid=1). Acesso em: 12 dez. 2020.

FELIPE, J. L. A.; ROSADO, V-U. **Tibau, espaço e tempo**. Mossoró: Coleção Mossoroense, 1980.

FERRAZ, E. E. **Energia eólica em assentamentos de reforma agrária: território em disputa**. O caso do assentamento Zumbi/Rio do Fogo no Rio Grande do Norte. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/21579>. Acesso em: 20 nov. 2019.

FERRAZ, E.; ROZENDO, C; BASTOS, F. Que bons ventos as trazem? A investida das usinas eólicas e a reconfiguração dos territórios rurais no Estado do Rio Grande do Norte: desafios e perspectivas. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38., 2014, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu: ANPOCS, 2014. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/38-encontro-anual-da-anpocs/gt-1/gt21-1/9367-que-bons-ventos-as-trazem-a-investida-das-usinas-eolicas-e-a-reconfiguracao-dos-territorios-rurais-no-estado-do-rio-grande-do-norte-desafios-e-perspectivas>. Acesso em: 20 nov. 2019.

FIRESTONE, S. **The Dialect of Sex**. New York: William Morrow, 1971.

FONSECA, C. **Caminhos da Adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.

FONSECA, C. Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 58-78, 1999. Disponível em: [https://anped.org.br/sites/default/files/rbe/files/rbe\\_10.pdf](https://anped.org.br/sites/default/files/rbe/files/rbe_10.pdf). Acesso em: 20 jan. 2019.

FONTE, M. Food relocalisation and knowledge: dynamics for sustainability in rural areas. *In*: FONTE, M.; PAPADOPOULOS, A. G. (ed.). **Naming food after places: food relocalisation and knowledge dynamics in rural development**. Farnham: Ashgate, 2010. p. 1-35.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes; Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1972.

FOUCAULT, M. **Microfísica del poder**. Madrid: La Piqueta, 1992.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D.; LÉPINARD, E.; VARIKAS, E. O feminismo no plural: para pensar a diversidade constitutiva das mulheres. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 819-841, set./dez. de 2006. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2006000300018](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000300018). Acesso em: 17 dez. 2017.

FOWLKES, D. L. Moving from feminist identity politics to coalition politics through a feminist materialista standpoint of intersubjectivity in Gloria Anzaldúa's *Borderlands/La Frontera: the new mestiza*. **Hypatia**, Cambridge, v. 12, n. 2, p. 105-124, 1997. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/DIAMFF>. Acesso em: 14 jan. 2018.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL – FBB. **Gente Da Maré: Melhorando As Condições De Vida Das Marisqueiras Do Nordeste** [fotografia]. 2015a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WYw4zqyVfYM>. Acesso em: 8 nov. 2018.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL – FBB. **Gente Da Maré: Melhorando As Condições De Vida Das Marisqueiras Do Nordeste**. 2015b. Disponível em: <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/gente-da-mare-melhorando-as-condicoes-de-vida-das-marisqueiras-do-nordeste>. Acesso em: 30 set. 2019.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL – FBB. **Navegantes foi a Brasília para receber prêmio** [fotografia]. 2015c. Disponível em: <http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2015/11/marisqueiras-capacitadas-no-rn-usarao-premio-para-ampliar-projeto.html>. Acesso em: 30 set. 2019.

GARCIA, J. J. **Inventário das espécies de peixes da costa do Estado do Rio Grande do Norte e aspectos zoogeográficos da ictiofauna recifal do Oceano Atlântico**. 2006. Dissertação (Mestrado em Bioecologia Aquática) – Programa de Pós-Graduação em Bioecologia Aquática, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/12518>. Acesso em: 20 jan. 2019.

GATENS, M. El poder, los cuerpos y la diferencia. *In*: BARRET, M.; PHILLIPS, A. (org.). **Desestabilizar la teoría. Debates feministas contemporâneos**. México: Paidós, 2002. p. 133-150.

- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GIOVANNI, B. **Presidência do TJ recebe pedido de suspensão de reintegração de posse em Tibau**. 2015. Disponível em: <https://www.blogdobg.com.br/presidencia-do-tj-recebe-pedido-de-suspensao-de-reintegracao-de-posse-em-tibau/>. Acesso em: 20 out. 2019.
- GIULIETTI, A. M. *et al.* Diagnóstico da vegetação nativa do bioma Caatinga. *In*: SILVA, J. M. C. *et al.* (org.). **Biodiversidade da caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação**. Brasília: MMA, UFP, 2003. p. 47-78
- GODFRAY, H.; CHARLES, J. Food security: the challenge of feeding 9 billion people. **Science**, Cambridge, v. 327, p. 812-818, 2010. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/41173771\\_Food\\_Security\\_The\\_Challenge\\_of\\_Feeding\\_9\\_Billion\\_People](https://www.researchgate.net/publication/41173771_Food_Security_The_Challenge_of_Feeding_9_Billion_People). 11 fev. 2016.
- GOLDBERG, A. Tudo começou antes de 1975: ideias inspiradas pelo estudo da gestação de um feminismo “Bom para o Brasil”. *In*: BARROSO, C. *et al.* **Relações Sociais de Gênero x Relações de Sexo**. São Paulo: NEMGE, 1989. p. 1-45.
- GOMES, R. C. **A vida no vai-e-vem das águas: mulheres marisqueiras de Salinas da Margarida. Trabalho, cultura e meio ambiente (1960-1990)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <http://www.ppphis.uneb.br/wp-content/uploads/2019/04/Rosana-Costa-Gomes.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2019.
- GOMES, I. R. **Vilegiatura além da metrópole: urbanização em Tibau (RN)**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/7900>. Acesso em: 23 nov. 2019.
- GONÇALVES, R. O feminismo marxista de Heleieth Saffioti. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 27, p. 119-131, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18737>. Acesso em: 30 set. 2017.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, s. 1, p. 125-146, 2014. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032014000600007](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600007). Acesso em: 30 mar. 2017.
- GROSZ, E. A politics of imperceptibility: a response to ‘Anti-racism, multiculturalism, and an ethics of identification’. **Philosophy & Social Criticism**, Boston, v. 21, n. 4, p. 463-472, 2002. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0191453702028004528>. Acesso em: 20 mar. 2018.
- GUAYÍ. **Rede de Economia Solidária e Feminista. Tecendo redes, sustentabilidade e solidariedade para o bem viver!** Porto Alegre, [2019?]. Disponível em: [http://guayi.org.br/?page\\_id=1584](http://guayi.org.br/?page_id=1584). Acesso em: 20 nov. 2019.



GURAN, M. Considerações sobre a constituição e a utilização de um corpus fotográfico na pesquisa antropológica. **Discursos fotográficos**, Londrina, v. 7, n. 10, p. 77-106, 2011.

Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/9215>. Acesso em: 23 fev. 2021.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HAJE, L. Comissão uniformiza conceito de pescador artesanal em leis para garantir benefícios previdenciários. **Agência Câmara de Notícias**. 2016. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/499796-comissao-uniformiza-conceito-de-pescador-artesanal-em-leis-para-garantir-beneficios-previdenciarios/>. Acesso em: 23 jul. 2018.

HALL, S. Introducción: ¿quién necesita identidade? *In*: HALL, S.; GAY, P. (coord.).

**Cuestiones de identidad cultural**. Buenos Aires: Amorrortu, 2003. p. 13-39.

HARAWAY, D. **Ciencia, cyborgs y mujeres**. La reinvenición de la naturaleza. Valencia: Cátedra, 1991.

HARAWAY, D. Ecce homo, ain't I a Woman and Innapropriate/d Others: the human in a post-humanist landscape. *In*: BUTLER, J.; SCOTT, J. (ed.). **Feminists theorize the political**. New York: Routledge, 1992. p. 86-100.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 07-41, 1995. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 20 abr. 2017.

HARAWAY, D. Las promesas de los monstruos. Una política regeneradora para los otros inapropiados/bles. **Política y Sociedad**, Madrid, n. 30, p. 121-163, 1999. Disponível em:

<https://revistas.ucm.es/index.php/POSO/article/view/POSO9999130121A>. Acesso em: 20 jul. 2017.

HARAWAY, D. **The companion species manifesto**: dogs, people, and significant otherness. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2003.

HARAWAY, D. **When species meet**. Minneapolis and London: University of Minnesota Press, 2008.

HARTSOCK, N. C. M. The feminist standpoint: developing the ground for a specifically feminist historical materialism. *In*: HARDING, S.; HINTIKKA, M. B. (ed.). **Discovering reality**: feminist perspectives on epistemology, metaphysics, methodology and philosophy of science. Boston: Reidel, 1983. p. 283-310.

HARTMANN, H. Capitalism, patriarchy and job segregation by sex. *In*: EISENSTEIN, Z. (org.). **Capitalist patriarchy and the case for socialist feminism**. New York: Monthly Review Press, 1979. p. 206-247.

HEMMINGS, C. Contando estórias feministas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 215-241, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v17n1/a12v17n1.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. de 2007. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>. Acesso em: 30 mar. 2018.

HOFSTAETTER, M. **Energia eólica**: entre ventos, impactos e vulnerabilidades socioambientais no Rio Grande do Norte. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/22145>. Acesso em: 23 out. 2019.

hooks, b. **Aint'I a Woman?** Black women and feminism. New York: South End, 1981.

hooks, b. **Feminism theory**: from margin to center. Boston: South End, 1984.

hooks, b. Mujeres negras: dar forma a la teoría feminista. *In*: hooks, b. *et al.* (org.). **Otras inapropiables: feminismos desde las fronteras**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004. p. 33-50.

HULL, G. T.; SCOTT, P. B.; SMITH, B. **All the women are white, all the men are black, but some of us are brave**. New York: The Feminist Press, 1982.

HURTADO, A. Relating to privilege: seduction and rejection in the subordination of white women and women of color. **Signs**, Chicago, v. 14, n. 4, p. 833-855, 1989. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3174686?seq=1>. Acesso em: 22 ago. 2017.

IFEKWUNIGWE, J. When the mirror speaks: the poetics and problematics of identity construction for métisse women in Bristol. *In*: BAROT, R.; BRADLEY, H.; FENTON, S. (ed.). **Ethnicity, gender and social change**. London: Palgrave Macmillan, 1999. p. 206-222.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/censoagro/2006/default.shtm>. Acesso em 15 set. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Cidades 2010**. Município Grossos. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em 15 dez. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Incra nos Estados**. Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária. 2017. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 20 jan. 2020.

JABARDO, M. Introducción. Construyendo puentes: em diálogo desde/con el feminismo negro. *In*: TRUTH, S. *et al.* (org.). **Feminismos negros**. Una antología. Madrid: Tradicantes de Sueños, 2012. p. 27-56.

JAGGAR, A. M. **Feminist politics and human nature**. Totowa: Rowan and Allanheld, 1983.

JELIN, E. Desigualdades de classe, género y etnicidad/raza. Realidades históricas, aproximaciones analíticas. **Working Paper Series**, Berlim, n. 73, 2014. Disponível em: [https://www.desigualdades.net/Resources/Working\\_Paper/73-WP-Jelin-Online.pdf](https://www.desigualdades.net/Resources/Working_Paper/73-WP-Jelin-Online.pdf). Acesso em: 10 jun. 2018.

JOAQUIM, T. **Menina e moça**: a construção social da feminilidade. Lisboa: Fim de Século, 1997.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos. CEBRAP**, São Paulo, n. 86, p. 93-103, mar. 2010. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002010000100005](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000100005). Acesso em: 24 mar. 2018.

KOLLONTAI, A. **A nova mulher e a moral sexual**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. Edição original: 1921.

KOSTER, H. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Tradução e notas de Luís da Câmara Cascudo. São Paulo: [s.n.], 1817.

LAURETIS, T. de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. de. **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LE COQ, J-F. *et al.* Conceptos de agroecología y marco analítico. In: SABOURIN, E. *et al.* (org.). **Políticas públicas a favor de la agroecología en América Latina y el Caribe**. Porto Alegre: Red PP-AL – FAO, 2017. p. 13-32.

LEITÃO, M.R.A. Gênero, pesca e cidadania. **Amazônica. Revista de Antropologia**, Belém, v. 5, n. 1, p. 98-115, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/1307>. Acesso em: 23 fev. 2019.

LEROY, J. P.; ABRAMOVAY, R. **Avaliação Rede PTA**. Relatórios. 1998.

LÉVI-STRAUSS, C. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, M. (org.). **Sociologia e antropologia**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974. p.1-36.

LIMA, E. H. S. M.; MELO, M. T. D., SILVEIRA, F. **Levantamento das principais artes de pesca utilizadas nas comunidades pesqueiras na área de atuação do Projeto Tamar**. Regional Ceará. Itarema: ICMBio, 2013. Disponível em: [http://tamar.org.br/arquivos/ARTES-PESCA-CEARA\\_Levantamento.pdf](http://tamar.org.br/arquivos/ARTES-PESCA-CEARA_Levantamento.pdf). Acesso: 15 nov. 2019.

LONG, N. **Development sociology**: actor perspectives. London: Routledge, 2001.

LONG, N. **Sociología del desarrollo**: una perspectiva centrada en el actor. México, Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2007.

LONG, N.; PLOEG, J. D. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. *In: SCHNEIDER, S; GAZOLLA, M. (org.). Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais.* Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2011. p. 21-48.

LOURENÇO, A. V. *et al.* Desenvolvimento sustentável e agroecologia. *In: DAL SOGLIO, F.; KUBO, R. R. Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade.* Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016. p. 47-67.

LOURO, G. L. Epistemologia feminista e teorização social. Desafios, subversões e alianças. *In: ADELMAN, M; SILVESTRIN, C. B. (org.). Coletânea Gênero Plural.* Curitiba: Editora UFPR, 2002. p. 11-22.

MACKINNON, C. A. Feminism, Marxism, Method, and the State: an agenda for theory. *Signs*, Chicago, v. 7, n. 3, p. 515-544, 1982. Disponível em: <https://www.feministes-radicales.org/wp-content/uploads/2012/03/Catharine-MacKinnon-Feminism-Marxism-Method-and-the-State-An-Agenda-for-Theory-Copie.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2018.

MAIA, I.S.; NETO, J.T.O. Estudo de viabilidade econômica e gestão democrática de empreendimentos populares: o caso das marisqueiras do semiárido potiguar. *Vivência: Revista de Antropologia*, v. 1, n. 40, p. 67-80, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/3384>. Acesso em: 15 mar. 2019.

MANESCHY, M.C. *Ajuruteua, uma Comunidade Ameaçada.* Belém: UFPA, 1995.

MANESCHY, M. C; SIQUEIRA, D.; ÁLVARES, M. L. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n.3, p. 713-737, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000300007>. Acesso em: 23 fev. 2019.

MANESCHY, M.C. Mulheres na pesca artesanal: trajetórias, identidades e papéis em um porto pesqueiro no litoral do estado do Pará. *In: NEVES, D.P.; MEDEIROS, L. S. (org.). Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos.* Niterói: Alternativa, 2013. p. 41-64.

MARCHA MUNDIAL DE MULHERES – MMM. *Quem somos?* [2018?]. Disponível em: <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/quem-somos/>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MARCOVALDI, M. A. G.; SANTOS, A. S.; SALES, G. *Plano de ação nacional para a conservação das Tartarugas Marinhas.* Brasília: ICMBio/MMA, 2011.

MARCUS, G. E. *Ethnography through Thick & Thin.* New Jersey: Princeton University Press, 1998.

MARIANO, S. A. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 483-505, set./dez. 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/381/38114358002.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2018.

MARINS, L. G. Campeões da energia limpa. **UOL Economia**, 23 maio 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/estados-producao-energia-solar-eolica/#cover>. Acesso em: 18 jul. 2019.

MARQUES, J. G.W. **Pescando pescadores: ciência e etnociência em uma perspectiva Ecológica**. 2. ed. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001.

MARX, K. **Sobre o suicídio**. São Paulo: Boitempo, 2006. Edição original: 1846.

MARX, K.; ENGELS, F. **A sagrada família**. São Paulo: Boitempo, 2003. Edição original: 1845.

MATTHEWS-CASCON, H.; ROCHA-BARREIRA, C. A. Mollusca. *In*: MATTHEWS-CASCON, H.; ROCHA-BARREIRA, C. A.; LOTUFO, T. M. C. (org.). **Biota marinha da costa oeste do Ceará**. Brasília: MMA (Série biodiversidade), 2006. p. 113-144.

MCLAREN, M. A. **Foucault, feminismo e subjetividade**. São Paulo: Intermeios, 2016.

MEDEIROS FILHO, O. **Os holandeses na capitania do Rio Grande**. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1998.

MELO, A. S. S. A.; BARROS, A. D. Pesca predatória da lagosta no Brasil: um modelo insustentável. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 44., 2006, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: SOBER, 2006. Disponível em: <https://econpapers.repec.org/paper/agssovr06/149316.htm>. Acesso em: 30 jul. 2020.

MELO, M.F.M. de; LIMA, D.E.S.; STADTLER, H.H.C. O Trabalho das pescadoras artesanais: "Coisa de mulher". *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA DOMÉSTICA, 20., 2009, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: CBED, 2009. Disponível em: [http://www.xxcbcd.ufc.br/arqs/gt1/gt1\\_36.pdf](http://www.xxcbcd.ufc.br/arqs/gt1/gt1_36.pdf). Acesso em: 20 nov. 2019.

MERRICK, H. Naturecultures and feminist materialism. *In*: MacGREGOR, S. (ed.). **Routledge Handbook of Gender and Environment**. New York: Routledge, 2017.

MILLET, K. **Política sexual**. Madrid: Cátedra, 1995.

MITCHELL, J. **Woman's Estate**. Maryland: Penguin Books, 1971.

MOHANTY, C. T. Bajo los ojos de occidente. Academia feminista y discurso colonial. Tradução de María Vinós. *In*: SUÁREZ, L.; HERNÁNDEZ, A. (coord.). **Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes**. Madrid: Cátedra, 2008. p. 112-161.

MONTIEL, M. S.; NEIRA, D. P. Alimentación, agroecología y feminismo: superando los tres sesgos de la mirada occidental. *In*: SILIPRANDI, E.; ZULUAGA, G. P. (coord.). **Género, agroecología y soberanía alimentaria**. Perspectivas ecofeministas. Barcelona: Icaria, 2014. p. 17-40.

MORENO, L. T.; LEAL, S. C. T. As camponesas e pescadoras artesanais nas políticas públicas e na atividade laboral: as ações no Pontal do Paranapanema e em Ubatuba (São

Paulo). **Terra Livre**, São Paulo, ano 32, v. 1, n. 48, p. 80-115, 2018. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/1265>. Acesso em: 14 mai. 2018.

MORGAN, R. **Going Too Far: the personal chronicle of a feminist**. New York: Vintage Books, 1978.

MORGANTE, M. M.; NADER, M. B. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. *In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS*, 16., 2014, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPUH-RIO, 2014. Disponível em: [http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=1594](http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1594). Acesso em: 22 abril 2018.

MOTTA-MAUÉS, M.A. Pesca De Homem/Peixe De Mulher (?): Repensando Gênero Na Literatura Acadêmica Sobre Comunidades Pesqueiras No Brasil. **Etnográfica**, v. 3, n. 2, p. 377-399, 1999. Disponível em: [http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol\\_03/N2/Vol\\_iii\\_N2\\_377-400\\_.pdf](http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N2/Vol_iii_N2_377-400_.pdf). Acesso em: 20 nov 2019.

MOUFFE, C. Feminismo, cidadania e política democrática radical. **Revista Debate Feminista**, México/São Paulo, Edição Especial Cidadania e Feminismo, p. 29-47, 1999. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/381620409/Chantal-Mouffe-Feminismo-Cidadania-e-Politica-Democratica-Radical>. Acesso em 20 jul. 2018.

MOUFFE, C. **La paradoja democrática**. Barcelona: Gedisa, 2003.

NETO, A. A. L. **Caderneta Agroecológica**. Empoderando Mulheres, Fortalecendo a Agroecologia. Viçosa: CTA-ZM, 2018. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/caderneta-agroecologica-empoderando-mulheres-fortalecendo-a-agroecologia-300.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2019.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917>. Acesso em: 24 jul. 2018.

NISHIDA, A.K.; NORDI, N.; ALVES, R.R.N. Abordagem etnoecológica da coleta de moluscos no litoral paraibano. **Tropical Oceanography**, Recife, v. 32, n. 1, p. 53-68, 2004. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/308320432\\_Abordagem\\_Etnoecologica\\_Da\\_Coleta\\_De\\_Moluscos\\_No\\_Litoral\\_Paraibano](https://www.researchgate.net/publication/308320432_Abordagem_Etnoecologica_Da_Coleta_De_Moluscos_No_Litoral_Paraibano). Acesso em: 17 set. 2019.

NOGUEIRA, C. **Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero**. Perspectiva feminista crítica na psicologia social. Lisboa: Gulbenkian, 2001.

NORSAL. **Quatro décadas de tradição e expertise**. [2020?]. Disponível em: <https://www.norsal.com.br/a-norsal.asp>. Acesso em: 30 jan. 2020.

OJIMA, R. Urbanização, dinâmica migratória e sustentabilidade no semiárido nordestino: o papel das cidades no processo de adaptação ambiental. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v.

15, n. 29, p. 35-54, 2013. Disponível em:  
<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/15815>. Acesso em: 30 mai. 2019.

OKIN, S. M. Gênero, o público e o privado. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305-332, mai./ago. 2008. Disponível em:  
[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2008000200002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2008000200002&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 7 jan. 2018.

OLIVEIRA, J. E. L.; VASCONCELOS, J. A.; REY, H. A problemática da pesca de lagostas no Nordeste do Brasil, **Bol. Técn. Cien. CEPENE**, Rio Formoso, v. 1, n. 1, p. 187-210, 1993. Disponível em:  
<https://www1.icmbio.gov.br/cepene/images/stories/publicacoes/btc/vol01/art10-vol1.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.

OLIVEIRA, R. C. **O trabalho do antropólogo**. Brasília/São Paulo: Paralelo Quinze/Unesp, 1998.

OLIVEIRA, J. M. de. Os feminismos habitam espaços hifenizados. A localização e interseccionalidade dos saberes feministas. **Ex aequo**, Lisboa, n. 22, p. 25-39, 2010. Disponível em: <https://ciencia.iscte-iul.pt/publications/os-feminismos-habitam-espacos-hifenizados---a-localizacao-e-interseccionalidade-dos-saberes/15657>. Acesso em: 30 mai. 2018.

OLIVEIRA, J. M.; AMÂNCIO, L. Teorias feministas e representações sociais: desafios dos conhecimentos situados para a psicologia social. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 597-615, 2006. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/pdf/ref/v14n3/a02v14n3.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2018.

OLIVEIRA, H. E. L.; FERREIRA, J. G. Energia eólica: Entre o dilema do desenvolvimento regional e o conflito socioambiental. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL - ENANPUR, 18., 2019, Natal. **Anais [...]**. Natal: ANPUR, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1709>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ORTUÑO, J. H.; CHARÃO-MARQUES, F.; SILVA, A. L. O. Mulheres, ervas medicinais e alimentação saudável: uma experiência no Território do Médio Alto Uruguai, RS. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 26, n. 43, p. 10-33, 2017. Disponível em:  
<https://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/4034>. Acesso em: 15 mar. 2018.

OTERO, K. L. M. Pluridiscursividad de la noción de vida cotidiana en las ciencias sociales. **Revista Katharsis**, Enigado, n. 23, p. 202-217, jan./jul. 2017. Disponível em:  
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5888109>. Acesso em: 23 mai. 2018.

PAREDES, M.; SHERWOOD, S.; ARCE, A. La contingencia del cambio social en la agricultura y la alimentación en América Latina. **Íconos. Revista de Ciencias Sociales**, Quito, n. 54, p. 11-25, jan. 2016. Disponível em:  
<https://revistas.flacsoandes.edu.ec/iconos/article/view/1976/1389>. Acesso em: 13 abr. 2017.

PARMAR, P. **Black feminism: the politics of articulation**. London: Jonathan Rutherford, 1990.

PATEMAN, C. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; DA ESCÓSSIA, L. Apresentação. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; DA ESCÓSSIA, L. (org.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 7-16.

PAULILO, M. I. S. FAO, fome e mulheres rurais. **DADOS. Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 2, p. 285-310, 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582013000200002#back](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582013000200002#back). Acesso em: 23 jun. 2017.

PEIRANO, M. G. S. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PENA, P.G.L. *et al.* Lesões por esforços repetitivos em pescadoras marisqueiras. *In*: SILVA, G. H. G.; CAROLSFELD, J.; GÁLVEZ, A. O. (org.). **Gente da Maré: aspectos ecológicos e socioeconômicos da mariscagem no nordeste brasileiro**. Mossoró: EdUFERSA, 2014.

PEREIRA, E. K. G. **Tecendo redes a partir da articulação entre economia solidária, feminismo e agroecologia: novas perspectivas de desenvolvimento alternativo no semiárido potiguar**. 2016. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9176?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9176?locale=pt_BR). Acesso em: 20 ago. 2017.

PEREIRA, R. S. Abordagem teórica sobre a questão de gênero e desenvolvimento rural: dos projetos assistenciais ao planejamento de gênero. *In*: STADUTO, J. A. R.; SOUZA, M. de; NASCIMENTO, C. A.do. (org.). **Desenvolvimento rural e gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2015. p. 17-41.

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PETERSEN, P.; MUSSOI, E.; DAL SOGLIO, F. Institutionalization of the agroecological approach in Brazil: advances and challenges. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, London, v. 37, n. 1, p. 103-114, 2013. Disponível em: [http://aspta.org.br/files/2012/12/9\\_PetersenMussoiDalSoglio.pdf](http://aspta.org.br/files/2012/12/9_PetersenMussoiDalSoglio.pdf). Acesso em: 20 set. 2017.

PIRES, P. V. **E fazer “tudo direitinho”**: cuidados e enfrentamentos nas políticas de saúde em resposta ao HIV/AIDS em mulheres. 2016. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/149232>. Acesso em: 20 mai. 2017.

PISCITELLI, A. Reflexões em torno do gênero e feminismo. *In*: COSTA, C.; SCHMIDT, S. (org.). **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004. p. 7-14.

PLATÃO. **Diálogos: Timeu, Critias, o Segundo Alcibíades, Hípias Menor**. Belém: UPPA.GEU, 1986. Edição original: 360 a. C.



QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

REDE XIQUE XIQUE. **Onde estamos** [fotografia]. Mossoró, 2017a. Disponível em: <http://redexiquexique.blogspot.com/p/onde-estamos.html>. Acesso em: 10 set. 2017.

REDE XIQUE XIQUE. **Feira da agricultura familiar e da economia solidária da Rede Xique Xique em Governador Dix-Sept Rosado** [fotografia]. 2017b. Disponível em: <http://redexiquexique.blogspot.com/>. Acesso em: 10 jan. 2018.

REDE XIQUE XIQUE. **Bodega Agroecológica é mais um ponto fixo inaugurado pela Rede Xique Xique** [fotografia]. 2017c. Disponível em: <http://redexiquexique.blogspot.com/>. Acesso em: 10 jan. 2018.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

RICH, A. **Of woman born: motherhood as experience and institution.** New York: Norton, 1976.

RICH, A. Notes toward a politics of location. *In*: MCCANN, C.; KIM, S-K. (org.). **Feminist local and global theory reader.** New York: Routledge, 2003, p. 247-259.

RILEY, D. **Am I that name?** Mineápolis: University of Minesota Press, 1988.

ROCHA, L. M. Áreas marinhas protegidas e o manejo de pesca: A (In)visibilidade dos Búzios (*Anomalocardia brasiliana* – Veneridae) e das marisqueiras na RDS Estadual Ponta do Tubarão, RN. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 6., 2009, Curitiba. **Anais [...].** Curitiba: Fundação O Boticário, 2009. Disponível em: <https://docplayer.com.br/42938545-Anais-do-vi-congresso-brasileiro-de-unidades-de-conservacao-v-1-curitiba-fundacao-o-boticario-de-protacao-a-natureza-pp.html>. Acesso em: 30 set. 2019.

ROCHA, L.M.; LOPES, P.F.M. Ecologia humana e mariscagem de *Anomalocardia brasiliana* no nordeste brasileiro. *In*: SILVA, G. H. G.; CAROLSFELD, J.; GÁLVEZ, A. O. (org.). **Gente da Maré: aspectos ecológicos e socioeconômicos da mariscagem no nordeste brasileiro.** Mossoró: EdUFERSA, 2014.

ROESE, A. *et al.* Diário de campo: construção e utilização em pesquisa científica. **Online Brazilian Journal of Nursing**, Niterói, v. 5, p. 1-3, 2006. Disponível em: <http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/598/141>. Acesso em: 19 nov. 2019.

ROTH, J. Entangled inequalities as intersectionalities: toward an epistemic sensibilization. **Working Paper Series**, Berlim, n. 43, 2013. Disponível em: [http://www.desigualdades.net/Resources/Working\\_Paper/43\\_WP\\_Roth\\_Online.pdf](http://www.desigualdades.net/Resources/Working_Paper/43_WP_Roth_Online.pdf). Acesso em: 10 jun. 2018.

ROUSSEAU, J-J. **Emílio, ou da Educação.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

ROWLAND, R.; KLEIN, R. Radical Feminism: history, politics, action. *In*: BELL, D.; KLEIN, R. (org.). **Radically Speaking**: feminism reclaimed. Victoria: Spinifex Press, 1997. p. 9-17.

RUBIN, G. The traffic in women: notes on the political economy of sex. *In*: REITER, R. R. (org.). **Toward an anthropology of women**. New York: Monthly Review, 1975. p. 157-210.

RUBIN, G. L'économie politique du sexe: transactions sur les femmes et systèmes de sexe/genre. **Les cahiers du CEDREF**, Paris, n. 7, p. 3-81, 1998. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cedref/171>. Acesso em: 05 de maio de 2018.

SADAN, E. **Empowerment and community planning**: theory and practice of people-focused social solutions. Tel Aviv: Hameuchad, 1997.

SAFFIOTI, H. Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero. *In*: SILVA, M. M. A. de. (org.). **Mulher em seis tempos**. Araraquara: Unesp, 1991. p. 141-176.

SAFFIOTI, H. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 2, p. 59-79, 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18789>. Acesso em: 17 set. 2017.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SALDANHA, S. M. **Fronteiras dos sertões**: conflitos e resistência indígena em Pernambuco na Época de Pombal. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002. Disponível em: [https://www.ufpe.br/ppghistoria/noticias/-/asset\\_publisher/4b7rGXNf8IW7/content/dissertacoes/39938](https://www.ufpe.br/ppghistoria/noticias/-/asset_publisher/4b7rGXNf8IW7/content/dissertacoes/39938). Acesso em: 13 mar. 2018.

SALDANHA, A. T. O. **Caracterização da pesca artesanal e interação com tartarugas marinhas no município de Areia Branca/Rio Grande do Norte/Brasil**. 2019. Monografia (Bacharel em Engenharia de Pesca) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal Rural do Semiárido, Mossoró, 2019. Disponível em: [https://repositorio.ufersa.edu.br/bitstream/prefix/3136/2/AngelaTOS\\_MONO.pdf](https://repositorio.ufersa.edu.br/bitstream/prefix/3136/2/AngelaTOS_MONO.pdf). Acesso em: 20 mai. 2019.

SAMPER-ERICE, A.; CHARÃO-MARQUES, F. Mulheres camponesas, discursos e práticas para outro desenvolvimento. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 683-705, mai./ago. 2017. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2017000200683&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2017000200683&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 16 set. 2017.

SANTOS, E.; NÓBREGA, L. Ensaio sobre o feminismo marxista socialista. **Revista Mneme**, Caicó, v. 05, n. 11, p. 1-17, jul./set. de 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/225>. Acesso em: 28 mar. 2018.

SCHAEFFER-NOVELLI, Y. Análise populacional de *Anomalocardia brasiliiana* (GMELIN, 1791) (Mollusca, Bivalvia, Veneridae) na Praia do Saco do Ribeira, Ubatuba, Estado de São Paulo. **Boletim do Instituto Oceanográfico**, São Paulo, n. 29, p. 351-355, 1980. Disponível

em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0373-55241980000200070](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0373-55241980000200070). Acesso em: 14 abr. 2019.

SCHATZKI, T. R. Introduction: practice theory. *In*: SCHATZKI, T. R.; KNORR-CETINA, K.; SAVIGNY, E. (org.). **The practice turn in contemporary theory**. London: Routledge, 2001. p. 1-14.

SCHMITT, C. *et al.* La experiencia brasileña de construcción de políticas públicas en favor de la Agroecología. *In*: SABOURIN, E. *et al.* (org.). **Políticas públicas a favor de la agroecología en América Latina y el Caribe**. Porto Alegre: Red PP-AL/FAO, 2017. p. 73-122.

SCOTT, J. W. Gender: a useful category of historical analysis. **American Historical Review**, Oxford, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, 1986. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1864376?seq=1>. Acesso em: 20 fev. 2017.

SCOTT, J. W. Prefácio a gender and politics of history. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3 (Desacordos, desamores e diferenças), p. 11-27, 1994. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1721>. Acesso em: 4 jan. 2018.

SCOTT, J. W. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, São Paulo, n. 16, p. 297-325, 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11183>. Acesso em: 7 abr. 2017.

SCOTT, J. W. Igualdade *versus* diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. **Debate Feminista**, São Paulo, Cia. Melhoramentos, Cidadania e Feminismo (Edição Especial), p. 203-222, 1999. Disponível em: <https://arcaz.ct.utfpr.edu.br/items/show/990>. Acesso em: 23 out. 2017.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia**: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009a. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/5591?mode=full>. Acesso em: 20 mai. 2017.

SILIPRANDI, E. Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural. *In*: PETERSEN, P. (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009b. p. 139-152.

SILIPRANDI, E. Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. *In*: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2015. p. 571-592.

SILVA, A.F; MEDEIROS, T.H.L.; SILVA, V.P. Pesca artesanal–conflito, cultura e identidade: o caso potiguar. *In*: SEMANA DE HUMANIDADES CCHL, 17., 2009, Natal. **Anais [...]**. Natal: CCHL, 2009. Disponível em: <https://cchla.ufrn.br/humanidades2009/Anais/GT40/40.1.pdf>. Acesso em: 3 mai. 2019.

SILVA, A. C.; FONTELES-FILHO, A. A. **Avaliação do defeso aplicado à pesca da lagosta no Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Editora Expressão Gráfica, 2011.

SILVA *et al.* Ecologia populacional e manejo pesqueiro de *Anomalocardia brasiliiana*. In: SILVA, G. H. G.; CAROLSFELD, J.; GÁLVEZ, A. O. (org.). **Gente da Maré: aspectos ecológicos e socioeconômicos da mariscagem no nordeste brasileiro**. Mossoró: EdUFERSA, 2014.

SILVA, A. R. **Produção artesanal de sal marinho no litoral setentrional do Rio Grande do Norte**, 2015. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2015. Disponível em: [https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/1834/6/Produ%C3%A7%C3%A3oArtisanal\\_Silva\\_2015](https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/1834/6/Produ%C3%A7%C3%A3oArtisanal_Silva_2015). Acesso em: 25 mar. 2019.

SILVA, E. S. J. **Incidência de Fibropapilomatose em tartarugas marinhas na baía potiguar RN/CE**. 2016. Dissertação (Mestrado em Biologia Estrutural e Funcional) – Programa de Pós-Graduação em Biologia Estrutural e Funcional, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/22650>. Acesso em: 27 set. 2019.

SILVA, E. Índios no semiárido nordestino: (re)conhecendo sociodiversidades. **CLIO. Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, n. 35, p. 254-272, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24540>. Acesso em: 23 nov. 2019.

SIVELLI, P. C.; EVANGELISTA-DIAS, J. Arranjos produtivos locais como construção social de mercados para produtos da sociobiodiversidade. In: SIVELLI, P. C.; EVANGELISTA-DIAS, J. (org.). **Arranjos Produtivos Locais: APLs de Produtos da Sociobiodiversidade**. Brasília: MMA, 2017. p. 12-25. Disponível em: <http://ava.icmbio.gov.br/mod/data/view.php?d=17&rid=2708>. Acesso em: 11 mai. 2019.

SOARES, D. C. E. Caracterização da pesca artesanal no município de Porto do Mangue - RN, Brasil (Colônia de Pescadores Z-17). **Revista Brasileira de Engenharia de Pesca**, São Luís, v. 11, n. 2, p.35-43, jun. 2018. Disponível em: <https://ppg.revistas.uema.br/index.php/REPESCA/article/view/1627>. Acesso em: 25 mar. 2019.

SOUSA, L. P. de; GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 123-139, 2016. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142016000200123](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000200123). Acesso em: 14 jul. 2017.

SOUZA, M. Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2): uma iniciativa inovadora para o enfrentamento da pobreza rural. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 12-15, jul. 2014. Disponível em: [http://aspta.org.br/files/2014/09/Artigo2\\_V11N25.pdf](http://aspta.org.br/files/2014/09/Artigo2_V11N25.pdf). Acesso em: 3 set. 2017.

SPELMAN, E. V. **Inessential Women**. Boston: Beacon Press, 1988.

SPILLERS, H. Mama's baby, papa's maybe: an American grammar book. **Diacritics**, New York, v. 17, n. 2, p. 65-81, 1987. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/464747?seq=1>. Acesso em: 5 ago. 2017.

SPIVAK, G. **In other worlds**. New York: Routledge, 1996.

SPIVAK, G. C. **A critique of postcolonial reason: toward a history of the vanishing presente**. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE.

**Delimitação do Semiárido**. Recife, 2017. Disponível em:

<<http://sudene.gov.br/images/arquivos/semiariado/arquivos/mapa-semiarido-1262municipios-Sudene.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

THOMPSON, C.; MacGREGOR, S. The Death of Nature: foundations of ecological feminist thought. *In*: MacGREGOR, S. (ed.). **Routledge Handbook of Gender and Environment**. New York: Routledge, 2017.

TIBAU. Prefeitura Municipal. **Seara realiza reunião nas comunidades de Lagoa de Salsa e Vila Nova no município de Tibau para resolver questão Fundiária** [fotografia]. Tibau, 2015. Disponível em: <http://www.tibau.rn.gov.br/2013/07/seara-realiza-reuniao-nas-comunidades.html>. Acesso em: nov. 2019. Acesso em: 5 out 2019.

TUIN, I. V. D.; DOLPHIJN, R. The transversality of new materialism. **Women: A Cultural Review**, London, v. 21, n. 2, p. 153-171, 2010. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09574042.2010.488377>. Acesso em: 20 out. 2019.

VANKRUNKELSVEN, L. **Soberania alimentar: por uma democracia nos sistemas locais de alimentos**. 2006. Disponível em: [http://www.fetrafsul.org.br/downloads/Artigos-Cronicas/Soberania\\_Alimentar.pdf](http://www.fetrafsul.org.br/downloads/Artigos-Cronicas/Soberania_Alimentar.pdf). Acesso em: 09 jun. 2018.

VARIKAS, E. Igualdade. *In*: HIRATA, H. *et al.* (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. p. 116-121.

VASCONCELOS, E. M. S. *et al.* Perfil socioeconômico dos produtores da pesca artesanal marítima do estado do Rio Grande do Norte. **Bol. Técn. Cien. CEPENE**, Rio Formoso, v. 11, n. 1, p.277-292, 2003. Disponível em: [https://www.icmbio.gov.br/cepene/images/stories/publicacoes/btc/vol11/Art19\\_Vol111.pdf](https://www.icmbio.gov.br/cepene/images/stories/publicacoes/btc/vol11/Art19_Vol111.pdf). Acesso em: 20 set. 2019.

VITAL, H. Rio Grande do Norte. *In*: MUEHE, D. (org.). **Erosão e progradação do litoral brasileiro**. Brasília: MMA, 2006. p. 155-172. Disponível em: [https://gaigerco.furg.br/images/Arquivos-PDF/Livro\\_ersao\\_Dieter\\_\\_\\_RS.pdf](https://gaigerco.furg.br/images/Arquivos-PDF/Livro_ersao_Dieter___RS.pdf). Acesso em: 23 out. 2019.

WEZEL, A. *et al.* Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 29, n. 4, p. 503-515. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1051/agro/2009004>. Acesso em: 20 set. 2017.

WITTIG, M. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Barcelona: Egales, 1992.

WOORTMANN, E.F. Da Complementaridade à Dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades "pesqueiras" do Nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo,

n. 18, p. 1-31, 1992. Disponível em:  
[http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/18/rbcs18\\_04.pdf](http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/18/rbcs18_04.pdf). Acesso em: 16 out. 2017.

YOUNG, I. M. Socialist feminism and the limits of the dual systems theory. **Socialist Review**, London, v. 10, n. 2/3, p. 169-188, 1980. Disponível em:  
<https://dx.doi.org/10.4135/9781412957397.n323>. Acesso em: 22 out. 2017.

ZANFERDINI, R. S. **Impactos dos parques eólicos no mercado de trabalho nas cidades onde foram implementadas no estado do Rio Grande do Norte**. 2016. Dissertação (Mestrado em Economia Regional) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em:  
<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/22116>. Acesso em: 18 nov. 2019.